

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

CANDIDA JOELMA LEOPOLDINO

**A RETOMADA DO AXIOMA DA COOPERAÇÃO COMO PARADIGMA POSSÍVEL
NA PRÁXIS (EXPERIMENTAL) CONTEMPORÂNEA**

CURITIBA-PR
2016

CANDIDA JOELMA LEOPOLDINO

**A RETOMADA DO AXIOMA DA COOPERAÇÃO COMO PARADIGMA POSSÍVEL
NA PRÁXIS (EXPERIMENTAL) CONTEMPORÂNEA**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Direito,
pela Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação do curso de Direito, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Liana Maria da
Frota Carleial

CURITIBA-PR

2016

L587r

Leopoldino, Candida Joelma

A retomada do axioma da cooperação como paradigma possível: na práxis (experimental) contemporânea / Candida Joelma Leopoldino; orientador: Liana Maria da Frota Carleial. – Curitiba, 2016.

234 p.

Bibliografia: p. 224-232.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2016.

1. Cooperativismo. I. Carleial, Liana Maria da Frota. II. Título.

CDU 334

TERMO DE APROVAÇÃO

CÂNDIDA JOELMA LEOPOLDINO

**A RETOMADA DO AXIOMA DA COOPERAÇÃO COMO PARADIGMA POSSÍVEL
NA PRÁXIS (EXPERIMENTAL) CONTEMPORÂNEA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Direito, pela Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação do curso de Direito, da Universidade Federal do Paraná, sendo a Comissão formada pelos professores:



Professora Doutora Liana Maria da Frota Carleial



Professor Doutor Eder Dion de Paula Costa



Professor Doutor Lajete Santos Neves



Professor Doutor Jose Antonio Peres Gediel



Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho

DATA DA APROVAÇÃO: CURITIBA, 16 DE JUNHO DE 2016.

Para Antonia e Anita:

a razão e o fundamento.

AGRADECIMENTOS

São quatro anos de agradecimentos, de fatos e de pessoas importantes que concorreram com a conclusão desta pesquisa.

Inicio meus agradecimentos a *Deus*, por fazer acontecer o doutorado no momento certo, colocando as pessoas certas no momento oportuno. Agradeço pela proteção na estrada e pelo acompanhamento de meus familiares.

Deus sabe como o cansaço e o desânimo quase me corroeram.

Sem família, não haveria doutorado. No meu caso, especificamente, minha família foi meu tudo, meu suporte, meu descanso, minha força e minha fé para continuar. Quando iniciei essa fase dos meus estudos, a *Antonia* tinha apenas seis meses de idade e eu ficava fora vários dias durante a semana por um ano inteiro... eu contava os segundos para vê-la e para saber das suas novidades da idade. A *Anita* foi meu doce presente do “meio” do doutorado, minha companheira de trabalhos, de leituras e de dramas internos. Quando tudo já estava pronto para o estágio sanduíche na Itália, ela resolveu vir e até depois de nascer e enquanto amamentava ela estava comigo, me acompanhando nas tarefas e nos artigos madrugadas a dentro. Elas ainda são muito pequenas e hoje não entendem a dimensão disso tudo, mas, entre uma fralda e outra e entre infundáveis noites mal dormidas, a conclusão disso tudo eu devo muito a elas. Sem dúvida.

Agradeço à *Antonia* e à pequena *Anita* pela paciência, pelo amor sem- limites, pelo abraço apertado e cada sorriso lindo presente nos momentos mais difíceis dessa conquista. Por vocês, tudo.

Em seguida, agradeço ao meu marido, *Ney*, que, além do apoio e suporte integral e ilimitado, foi pai e mãe por muito tempo. O apoio prometido na aprovação no processo de seleção para o doutorado foi mantido até agora. A luta diária conjunta e a conquista é *nossa*.

Aos meus pais, meus contínuos e “sempre presentes” incentivadores. Obrigada por me guiar pelo rumo certo, mesmo não entendendo o “porquê” de tanto estudo.

À professora *Doutora Liana M. da Frota Carleial*. Uma das pessoas certas no momento oportuno que Deus conduziu à minha vida. Desde o princípio, com toda sua inteligência e sabedoria, confirmou-me a convicção de que a humildade e a

dedicação são armas essenciais para alcançar qualquer objetivo. Agradeço-lhe a *incondicional* paciência, a presteza e a delicadeza para condução da sua orientação. Obrigada pelos cafés e almoços. Sem ela, meu caminho teria sido intransponível, com certeza.

Ao professor *Doutor Antonio Peres Gediel*, por sua generosidade, sua simpatia, seus conselhos e empréstimo de materiais. Agradeço-lhe, ainda, pela competente e sempre presente Coordenação do Dinter UFPR/Unioeste.

Agradeço ao Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR, em especial ao Lawrence Estivalet, pela participação e destacadamente, pelas sábias e importantes lições adquiridas.

À *Itaipu Binacional* e ao *Parque Tecnológico da Itaipu Binacional* *simplesmente* por ter- nos proporcionado a realização do Dinter, custeando todas as despesas das aulas e dos professores e nos oferecendo, *sempre*, a melhor infraestrutura imaginável. A experiência de atividades cotidianas dentro do complexo da Itaipu Binacional foi memorável. Agradeço, ainda, aos funcionários altamente qualificados postos à nossa disposição.

Agradeço ao professor Doutor Rodrigo Xavier Leonardo, o qual, juntamente com o professor Doutor Gediel, coordenaram com excelência esse novo desafio em suas carreiras, o Dinter, e suportaram bravamente todas as nossas angústias, as deficiências e as limitações.

Aos meus colegas de Dinter UFPR/Unioeste, especialmente à *Marta*, à *Andrea*, ao *Fábio* e ao *Elmer*, meus colegas de longas e intermináveis horas de estrada. Foram mais de 30.000 quilômetros e quase 500 horas de viagens. Particularmente, e em especial, agradeço ainda à minha querida amiga *Carla*, pela dedicação, pelo companheirismo e paciência na elaboração de trabalhos, seminários, artigos e principalmente por longas horas de terapias conjuntas. *A long-life friend!*

Agradeço, ainda, aos funcionários da Secretaria do PPDG, Ana Maria, Maria Cecília, Laura, Vanessa e Mauro, pois como não estávamos na sede, muitas solicitações eram por telefone ou por e-mail, e sempre foram muito bem atendidas. Em especial, agradeço ao servidor Luís, o qual me auxiliou do início ao fim do processo de afastamento para o doutorado sanduíche no que tange à concessão da bolsa de estudos e à documentação. Neste momento, estendo meus agradecimentos ao professor Doutor Luís Fernando Lopes Pereira, coordenador do

Programa de Doutorado, e aos funcionários da Biblioteca de Ciências Jurídicas.

Agradeço imensamente ao IFPR (Instituto Federal de Educação do Paraná) e aos meus queridos colegas de Coordenação do Curso de Direito, pelo afastamento concedido e pela irrestrita compreensão em todas as minhas solicitações.

Agradeço à minha amiga Renata Estorilho Baganha, juíza no Estado do Paraná, a qual, gentilmente, fazia nossas reservas na Associação dos Magistrados do Paraná em Foz do Iguaçu para que nossos custos com estadia fossem minimizados.

À *CAPES*, pela bolsa de estudos para o estágio de Doutorado Sanduíche na Università degli Studi di Firenze, suporte fundamental para a complementação da parte comparativa internacional, amadurecimento de ideias e de problema de pesquisa, seleção de materiais, além da notável experiência acadêmica.

A Professora *Dottoressa Vittoria Barsotti*, minha tutora na Università degli Studi di Firenze e a Secretária Acadêmica do Programa de *Dottorato di Ricerca In Scienze Giuridiche* no Dipartimento di Diritto Comparato, Dottoressa Antonella Cini, pelo suporte, apoio e orientação no desenvolvimento da pesquisa na Itália. No mesmo país, agradeço ao Sandro Humpreys, Simone, Yuri e Nicolas nossa família por lá.

Por fim e de maneira bem especial agradeço três anjos em nossa vidas: a tata Ivanir Gambetta, que tão amorosamente tem cuidado de mim e de minhas filhas, Ines Moscon por tanta preocupação e pelo período que ficou conosco na Itália dando o suporte inicial e essencial e à Elvira Leong Lau, que com toda sua sabedoria e espiritualidade tem guiado e dando quietude às nossas angústias.

Quand tu veux construire un bateau, ne commence pas par rassembler du bois, couper des planches et distribuer du travail, mais reveille au sein des hommes le desir de la mer grande et large. (Antoine De Saint Exupéry)

RESUMO

A presente tese tem por objetivo propor e demonstrar a retomada da cooperação como um paradigma possível na (re)estruturação e fixação das estruturas sociais, políticas e econômicas, analisando exemplos de experiências contemporâneas, nas quais, unida a elementos como a solidariedade, a confiança e a reciprocidade, desde sempre presentes nas interações sociais, agem positivamente nas relações humanas individuais ou coletivas, nas escolhas e decisões políticas e, em especial, no aspecto econômico. A ideia principal é demonstrar a viabilidade de um paradigma mais amplo e também ancorado não só num modelo de cooperação viável e concreto, estabelecido com propostas pré-definidas, mas também amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos nacionais e internacionais relevantes, que se interessam e apoiam a ideia proposta. Inicialmente, ao estabelecer estudos sobre os elementos fundadores do cooperativismo, em especial seu desenvolvimento no cenário econômico internacional e com o intuito de contribuir com o Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR, observou-se que, dada a realidade contemporânea e as mudanças estruturais no centro das relações sociais e econômicas, a da sociedade cooperativa (da forma como pensada desde o seu surgimento), e por assim dizer também as formas das relações capital- trabalho, precisava ser analisada e implementada de outra ótica: a necessária de fundamental cooperação entre os interessados. Verificou-se que cooperar é trabalhar de forma sincronizada em busca do mesmo objetivo; sua prática, educa, desenvolvendo nas pessoas um senso participativo, humano e solidário. Nesse sentido, e buscando enfrentar os elementos de controle do problema e dos marcos teóricos bem como o conjunto de conceitos e relações explorados, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, os quais percorreram desde o início do movimento cooperativo no cenário econômico mundial, as sociedades cooperativas e o movimento internacional de estudo e compreensão da cooperação, seus aspectos mais teóricos, elementos e virtudes associados às práticas contemporâneas que comprovam a possibilidade da retomada da cooperação, como elemento basilar e definidor dos agentes sociais no século XXI. Como experiências contemporâneas ligadas à cooperação, analisaram-se as redes de cooperação e de economia solidária, as propostas de economias de comunhão, colaborativa e compartilhada, e os exemplos de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*.

PALAVRAS- CHAVES: cooperativismo, cooperação, reciprocidade, experiências.

ABSTRACT

This thesis aims to propose and demonstrate the resumption of cooperation as a possible paradigm in the (re)structuring and assessment of social, political and economic structures, analyzing examples of contemporary experiments in which, coupled with elements such as solidarity, trust and reciprocity, always present in social interactions, act positively on individual or collective human relations, the choices and political decisions and in particular in the economic aspect. The main idea is to demonstrate the feasibility of a broader paradigm and also anchored not only a viable and specific model of cooperation, set with pre-defined proposals, but also supported a state model with support in national and relevant international agencies, which interest and support the proposed idea. Initially, to establish studies of the founding elements of the cooperative movement, especially its development in the international economic environment and in order to contribute to the Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR, it was observed that, given the contemporary reality and structural changes at the center of social and economic relations, the reality of the cooperative society (how thought since its inception), and so also say the forms of capital-labor relations, needed to be analyzed and implemented in another perspective: the necessary fundamental cooperation among stakeholders. It was found that cooperate and work synchronously in the same goal; your practice, educate, developing people in a participative, human and solidary sense. In these terms, and looking for address the control elements of the problem and theoretical frameworks as well as a set of concepts and explored relationships, the work was divided into four chapters, have travelled from the beginning of the cooperative movement in the global economy, the society cooperatives and the international movement study and understanding cooperation, its more theoretical aspects, elements and virtues associated with contemporary practices that demonstrate the possibility of the resumption of cooperation as fundamental and defining element of social agents in the XXI century. As contemporary experiences related to cooperation, analyzed the networks of cooperation and solidarity economy, proposals for fellowship collaborative and shared economies, and examples of coworking, makerspace and hackerspace.

KEYWORDS: cooperative, cooperation, reciprocity, experiences.

RIASSUNTO

Lo scopo di questa tesi di dottorato è proporre e dimostrare la ripresa della cooperazione come paradigma possibile nella (ri)strutturazione e la valutazione delle strutture sociali, politiche ed economiche, analizzando esempi di esperimenti attuali in cui, insieme a elementi come la solidarietà, la fiducia e la reciprocità, sempre presente nelle interazioni sociali, agire positivamente con riguardo agli individuali o collettivi relazioni umane, le scelte e le decisioni politiche e, in particolare, con riguardo all'aspetto economico. L'idea principale è quella di dimostrare la fattibilità di un paradigma più ampio e anche ancorato non solo un modello di cooperazione viabile e concreto, con delle proposte predefinite, ma anche sostenuto da un modello di stato con l'appoggio di enti nazionali e internazionali pertinenti, che si interessano di sostenere l'idea proposta. Inizialmente, per stabilire gli studi degli elementi fondanti del movimento cooperativo, in particolare il suo sviluppo nel contesto economico internazionale e con lo scopo di contribuire al Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR, è stato osservato che, riguardo alla realtà contemporanea e ai cambiamenti strutturali al centro delle relazioni sociali ed economiche, la realtà della società cooperativa (come pensato dal suo inizio), e così le forme di rapporti capitale-lavoro, aveva il bisogno di essere analizzata e implementata ad un altro punto di vista: la necessaria fondamentale cooperazione tra le parti interessate. Si è constatato che cooperare è lavorare in modo sincronizzato nello stesso obiettivo; questo permette nelle persone lo sviluppo di un in senso di solidarietà umana. In questo senso, e cercando di affrontare gli elementi di comando del problema e dei studi teorici, questo lavoro è stato diviso in quattro capitoli, i quali partono dei movimenti cooperativi nell'economia globale, riguardo ai suoi aspetti più teorici, gli elementi e le virtù associate alle pratiche contemporanee che dimostrano la possibilità della ripresa della cooperazione come elemento fondamentale e la definizione di agenti sociali nel XXI secolo. Come esperienze contemporanee legate alla cooperazione, sono state analizzate le reti di cooperazione e di economia, le proposte di economie di comunione, collaborativa e condivisa, ed esempi di coworking, makerspace e hackerspace.

PAROLE-CHIAVI: cooperatività, cooperazione, reciprocità, esperienze.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Formas de Integração.....	155
Tabela 02	Formas de cooperação na pesquisa de SANTI.....	170
Tabela 03	Elementos de Cooperação na pesquisa de SANTI.....	170
Tabela 04	Ações e valores despertados pelas ações em rede.....	179
Tabela 05	<i>Quadro comparativo 01-</i> sociedade cooperativa, redes de cooperação, economia solidária e redes, economia de comunhão e economia colaborativa.....	203
Tabela 06	<i>Quadro comparativo 02-</i> economia compartilhada, coworking, makerspace, hackerspace.....	212

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ANTD	- Agenda Nacional de Trabalho Decente
CAN	- Comunidade Andina de Nações
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	- Código Civil
CCC	- Chaos Computer Center
CCI	- Confederação das Cooperativas Italianas
CECOP	- Comitê Europeu de Trabalhadores de Cooperativas
CF	- Constituição Federal
CI	- Constituição Federal Italiana
CIT	- Conferência Internacional do Trabalho
CIUDEC	- Centro de Apoyo a las Investigaciones Universitarias en Ciencias de la Cooperación
CMN	- Conselho Monetário Nacional
COGECA	- Comitê Geral de Cooperação Agrícola da União Europeia
COPPE- UFRJ	- Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPC	- Código de Processo Civil
ECC	- Estado Constitucional Cooperativo
EdC	- Economia de Comunhão
GT	- A Grande Transformação
ISER	- Instituto de Estudos da Religião
ITCP	- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
JHCNSP	- Johns Hopkins Comparative Non-profit Sector Project
MCC	- Mondragón Corporacion Cooperativa
MCTI	- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	- Ministério da Educação
NDCC	- Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania

OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONG	- Organizações não governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCI	- Partido Comunista Italiano
PIB	- Produto interno Bruto
PRONINC	- Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
PSI	- Partido Socialista Italiano
RES	- Redes de economia solidária
SCE	- Sociedade Cooperativa Europeia
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUSEP	- Superintendência Nacional de Seguros Privados
TUE	- Tratado da União Europeia
UE	- União Europeia
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UGAL	- União de Grupos Independentes de Comerciantes Varejistas da Europa
UILC	- União Italiana da Livre Cooperação
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICOPAS	- União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

SUMÁRIO

RESUMO.....	X
ABSTRACT.....	XI
RIASSUNTO.....	XII
LISTA DE TABELAS	XIII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	XIV
INTRODUÇÃO.....	17

Capítulo 1 DA COOPERAÇÃO AO COOPERATIVISMO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

INTERNACIONAL DO INÍCIO DA SUA RELEVÂNCIA HISTÓRICA E ECONÔMICA.....	23
1.1 O início do movimento cooperativista no cenário econômico.....	24
1.1.1 A Europa e seus horizontes.....	24
1.2 Premissas do movimento cooperativista na Itália.....	40
1.2.1 Da sua origem à emancipação: até o início do <i>Novecentto</i>	40
1.2.2 Desenvolvimento e ideologia do movimento: das guerras aos anos Oitenta.....	46
1.2.3 Sociedade, política e cooperação na Itália atual.....	52

Capítulo 2 UM DOS PRODUTOS DO COOPERATIVISMO: AS SOCIEDADES COOPERATIVAS.....

COOPERATIVAS.....	57
2.1 Cooperativas e sociedades: contornos iniciais e homologatórios.....	58
2.1.1 A união de pessoas com objetivos e finalidades comuns- as sociedades cooperativas e sua diversidade.....	58
2.2 A cooperação, o cooperativismo e as sociedades cooperativas perante as instituições internacionais relacionadas.....	79
2.2.1 ONU, OIT, ACI e a Representação das Cooperativas Populares.....	79
2.2.2 O direito de integração da América Latina e da União europeia.....	95

Capítulo 3	DELINEANDO ASPECTOS FUNDANTES DA COOPERAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	103
3.1	A proposta de um Estado Constitucional <i>Cooperativo</i> a partir das lições de Peter Habermas.....	104
3.2	Fundamentos éticos e culturais da cooperação.....	113
3.2.1	A Teoria da Cooperação: da cooperação cooperativa à teoria política da cooperação.....	113
3.3	Aspectos constitucionais da cooperação em si.....	125
3.3.1	Função social da cooperação nas Constituições do Brasil e da Itália....	125
3.3.2	A função econômica e um <i>nonprofit sector</i>	135
Capítulo 4	EVIDÊNCIAS CONCRETAS DA COOPERAÇÃO COMO PARADIGMA POSSÍVEL.....	144
4.1	Contextualizando a cooperação em Polanyi e a reciprocidade.....	145
4.2	As virtudes e a construção dos demais elementos constitutivos do paradigma da cooperação.....	162
4.3	Os elementos da cooperação descrita por Robert Axelrod: durabilidade e preocupação com o futuro.....	173
4.4	Algumas experiências contemporâneas da cooperação vivida.....	178
4.4.1	Redes de cooperação e redes de economia solidária.....	180
4.4.2	Economia de comunhão, colaborativa e compartilhada.....	191
4.4.3	<i>Coworking, makerspace e hackerspace</i>	207
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
	REFERÊNCIAS.....	226

INTRODUÇÃO

É impossível reinventar as relações sociais e econômicas com base na cooperação? Como ela, aliada à confiança, à solidariedade, à reciprocidade e à tecnologia podem afetar e influenciar positivamente o cenário econômico atual? A atual estrutura econômica e suas influências na sociedade têm frequentemente ocupado o centro das discussões do meio jurídico. Quase sempre voltadas para a análise de alternativas de reorganização que permitam a incursão de valores sociais nessa estrutura, buscam uma compatibilização entre valores econômicos e valores sociais para o fortalecimento dos últimos e de toda a sociedade.

Diante disso, o que será apresentada aqui é a busca do fortalecimento de valores sociais por meio de percurso exploratório-descritivo desde a cooperação, com seus mais antigos e novos aspectos e teorias, passando pelo cooperativismo, com seu percurso internacional e os organismos relevantes, até a chegada da análise do elemento mais ilustre da presente tese: a cooperação vivida e seus precisos contornos, retomando-a ou como uma utopia ou como uma realidade, posição essa que será construída ao longo do desenvolvimento desta tese.

A ideia principal é propor um paradigma (ou a retomada dele) mais amplo e também ancorado não só num modelo de cooperação viável e concreto, estabelecido com propostas sociais e econômicas, mas também amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos nacionais e internacionais relevantes, que se propõem e apoiam a ideia proposta, a cooperação como uma forma possível de vida.

Cooperar é trabalhar de forma sincronizada em busca do mesmo objetivo; sua prática educa desenvolvendo nas pessoas um senso participativo, humano e solidário. Nesse sentido, a teoria da cooperação e a *cooperação cooperativa*, bem como seus contornos constitucionais, sociais e econômicos, revelam-se importantes para a definição do papel atual do jogo de atores que envolvem o cooperativismo e as novas interpretações da cooperação no século XXI. Ademais, ao tratar sobre novos caminhos percorridos pela economia e pela organização do trabalho no formato e especificidades atuais, destaca-se a necessária reinvenção das relações econômicas, baseadas especialmente pela retomada da cooperação, senso de coletividade, democracia e autogestão, sempre presentes na cultura cooperativista.

Assim, é mister ainda ressaltar a pretensão maior, e porque não dizer o objetivo maior a ser buscado, qual seja: a análise e a verificação dos contornos mais específicos da viabilidade da concreta possibilidade da cooperação vivida, não mais como uma utopia, mas algo viável, um axioma. Isso porque, além de assuntos recentíssimos, sem qualquer marco legal no país ainda, algumas formas de cooperação como a economia colaborativa ou compartilhada, espaços de coworking ou maker/ hackerspaces revelam-se definidores para a nova onda e etapa adaptativa (e evolutiva) da sociedade baseados na solidariedade.

Para melhor caracterizar as opções metodológicas e para a realização da pesquisa será utilizada a técnica de documentação indireta, baseada em pesquisa bibliográfica e documental.

O cooperativismo (clássico) ¹ é um meio de adequação a um sistema econômico–social, que busca, na união de pessoas com interesses semelhantes, a minimização dos custos e de responsabilidades de uma sociedade empresarial, baseado em princípios cooperativos, tais como a intercooperação e autogestão. Dessa forma, desvendando a teoria da cooperação, inclusive sob seus contornos internacionais, com os mais diversificados tipos de cooperativas e desenrolar do próprio movimento cooperativista no cenário econômico mundial, indaga-se: É possível a retomada do estudo e da aplicação da cooperação como paradigma possível para a realidade econômica e social do século XXI?

Assim, o esforço e o ineditismo almejado com esta pesquisa é, por meio de um transcorrer teórico, verificar bibliograficamente a primazia da realidade e seu problema central reside na ousadia em romper parâmetros até agora considerados certos e definidores sobre o tema. Logrando êxito com a definição de um problema de pesquisa, este estudo propõe-se a atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos destacados a seguir.

Como objetivo geral, teremos por analisar a retomada do axioma da cooperação como paradigma possível e viável, na (re) estruturação e fixação das estruturas sociais, políticas e econômicas, concretizando tal premissa com exemplos de experiências contemporâneas, nas quais, unida a elementos como a

¹ E essa é uma primeira contradição, pois muito embora o movimento cooperativo tenha dado origem a este cooperativismo clássico ora destacado, a manutenção do movimento não depende somente dele, haja vista as formas e suas características demonstradas no capítulo 2 deste trabalho. Sobre o assunto verificar ainda as obras de Lawrence Estivalet de Mello (2015) e Paulo R. Opuska (2005).

solidariedade, a confiança e a reciprocidade, desde sempre presentes nas interações sociais, agem positivamente nas relações humanas individuais ou coletivas, nas escolhas e decisões políticas e, em especial no aspecto econômico.

A ideia principal é demonstrar a viabilidade de um paradigma mais amplo e também ancorado não só num modelo de cooperação viável e concreto, estabelecido com propostas pré- definidas, mas também amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos nacionais e internacionais relevantes, que se interessam e apoiam a ideia proposta. Este estudo se propõe a verificar, de modo não exaustivo, as diversas dinâmicas sobre esse tema recente e instigante, já que ousando na medida que inova e enfrenta uma realidade nas sociedades cooperativas em geral. A partir desse esforço descritivo e fenomenológico, a presente tese foi construída para provocar novas questões.

Como objetivos específicos tem-se:

- a) Contextualizar o desenvolvimento do movimento cooperativo no cenário econômico mundial, destacando alguns países europeus de maior incidência e com experiências distintas, demonstrando o papel de instituições internacionais relevantes ao cooperativismo tradicional e popular diferenciando-os dos demais tipos de sociedades cooperativas;
- b) Considerando que na raiz do fenômeno cooperativo está a cooperação e que o cooperativismo clássico não é mais a única forma na qual os princípios sociais e econômicos se expressam, objetiva-se ainda realizar uma análise sobre o desenvolvimento dos estudos sobre a cooperação, sobre a “teoria da cooperação” e cooperação cooperativa; verificando seus aspectos constitucionais, econômicos e políticos.
- c) Descrever como, na construção dos elementos que compõem a cooperação descritos em várias bases teóricas, o axioma da cooperação se estabelece na teoria, nos organismos internacionais e na prática.
- d) Comprovar a retomada do paradigma possível da cooperação, com a apresentação de experiências concretas e vividas na contemporaneidade, como redes de cooperação e de economia solidária, as propostas de economias de comunhão, colaborativa e compartilhada, e os exemplos de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*, evoluindo para aspectos relacionados ao próprio século XXI.

Outrossim, o estudo a ser apresentado se baseia em uma lacuna no campo do conhecimento jurídico, uma vez que, ao que se sabe, inexistia obra doutrinária abordando especificamente a relação entre a cooperação e formas modernas e concretas de sua atuação. O grande questionamento e justificativa que se faz baseia-se nas lições de cooperação, de seus aspectos constitucionais no âmbito de comparação entre os textos constitucionais de Brasil e Itália. Nessa perspectiva, observou-se que, muito embora existam relatos e observâncias da cooperação entre os homens desde muito tempo na civilização, houve uma necessária retomada e uma modernização de seu uso. E é justamente neste momento de análise que, além de um referencial teórico, surgiu a necessidade de um estudo mais aprofundado, principalmente no que tange à demonstração de alguns exemplos concretos da cooperação não só nas relações internas, mas também nas relações de caráter econômico.

Em muitos pontos a análise superou a mera descrição, na medida em que os elementos envolvidos requereram um procedimento intermediário, de revisão bibliográfica para a passagem necessária e controlada aos referenciais teóricos desejados. Neste diapasão é que o estudo se justifica e viabiliza teoricamente.

Os elementos de controle do problema e dos marcos teóricos bem como o conjunto de conceitos e relações explorados, foram escolhidos a partir de estudos com obras nacionais, mais principalmente o destaque merecido de todo esse processo de conhecimento, se deu com a leitura e análise de obras estrangeiras, especialmente das italianas, ocorridas basicamente durante o período de estágio sanduíche na Universidade de Florença.

Por fim, no que se refere à existência de contribuição social destaca-se a interação com as pesquisas realizadas pelo Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da Universidade Federal do Paraná (NDCC), na constituição de novos espaços de construção da cidadania, a partir da identidade, igualdade e diferença, permitindo a emancipação política no sistema e cultura jurídica, bem como analisando a problemática do trabalho e do desemprego.

Sob outro aspecto, ressalta-se que o estudo está dividido entre elementos pré-textuais como resumo, *abstract*, *riassunto* e introdução, e entre o referencial bibliográfico. Esse, por sua vez, está metodologicamente dividido em quatro capítulos responsáveis por dar vida e embasamento aos objetivos geral e específicos acima demonstrados.

O primeiro capítulo cuidará de traçar uma linha de desenvolvimento desde a cooperação até o cooperativismo, demonstrando quando se deu a entrada do movimento cooperativo no cenário econômico mundial, expondo o papel na Europa nesse cenário. Ainda, e em especial, esse capítulo traz elementos da cooperação e do cooperativismo na Itália, desde a sua origem, passando pelas duas grandes guerras mundiais até a sua importância na sociedade italiana cooperativa atual.

O segundo capítulo fará uma abordagem inicial e não exaustiva sobre um dos produtos do cooperativismo, as sociedades cooperativas, demonstrando e delineando os aspectos diferenciadores e as diversidades de tipos cooperativos, inclusive analisando elementos da cooperação. Ainda nessa linha de raciocínio e diretamente ligada às sociedades cooperativas, será realizada uma verificação dos aspectos internacionais da presente tese, percorrendo sobre os papéis de destaque mundial ocupados pelas mesmas junto às instituições internacionais relevantes como ONU, OIT, Aliança Cooperativa Internacional como representante do cooperativismo tradicional, e a representação (ou a falta dela) no que se refere ao cooperativismo popular. Por fim, aliado ao direito internacional, apresentar-se-á o direito de integração da América Latina e na própria União Europeia sobre a cooperação, cooperados e as sociedades cooperativas.

Já o capítulo três, depois de um desenvolvimento pontual sobre o desenrolar do movimento cooperativista, discorre sobre seu produto: as sociedades cooperativas. Assim, esse capítulo, dada a importância da cooperação, seja ela descrita historicamente, seja com seus desenhos contemporâneos, passa a desenvolver e demonstrar os aspectos fundantes da cooperação, iniciando com a proposta de Peter Haberle sobre um Estado Constitucional Cooperativo, uma vez que o que se objetiva não é uma análise micro da cooperação, mas sim a demonstração que em diversos setores vida econômica, social, e em especial jurídica, ela deve ser perseguida. Na sequência, tratar-se-á sobre os fundamentos éticos e culturais da cooperação, apresentando a teoria da cooperação, a cooperação cooperativa e a sua abordagem política. Outrossim, dada a sua internacional importância, é inegável e imprescindível discorrer sobre os aspectos constitucionais da cooperação, sobretudo no que se refere às Constituições federais do Brasil e da Itália, demonstrando, além do aspecto político, os contornos da função social e econômica daquela.

Por fim, o quarto capítulo, demonstrará que o paradigma da cooperação, além

da sua configuração social, é possível e já está presente na sociedade econômica mundial nas mais diversas formas. Para tanto, e dada a sua importância, o início desse capítulo terá por objeto a análise do pensamento de Karl Polanyi sobre a economia e as formas organização de mercado, em especial o significativo papel da reciprocidade das relações econômicas e sociais. Ainda, a fim de demonstrar que o estudo da cooperação continua ocorrendo (ou foi efetivamente retomado), além da forma internacional, o próximo item passará a contextualizar os elementos constitutivos do paradigma da cooperação, como confiança, democracia e solidariedade, passando a discorrer sobre a obra do pesquisador Robert Axelrod, o qual estudou a evolução da cooperação e ainda demonstrou a necessidade da construção da durabilidade e da preocupação do futuro para resultados ainda maiores e mais abrangentes, em situações das mais diversas, como, por exemplo, nas trincheiras de uma guerra mundial.

Por fim, a parte final do quarto capítulo, de forma bastante inovadora, aliando direito e economia, relações econômicas e sociais, bem como a ideia do movimento cooperativista à necessidade de se retornar a utopia da cooperação transformando-a em um paradigma realmente possível e viável, busca trazer algumas experiências contemporâneas da cooperação vivida, sejam elas pela construção e implementação de redes de cooperação ou redes de economia solidária, sejam pelas novas espécies de economias como a economia de comunhão, colaborativa e compartilhada, sejam pelos sistemas de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*.

Do passado retomamos à realidade cosmopolita e experimental atual. Cooperemos!

CAPÍTULO 1

DA COOPERAÇÃO AO COOPERATIVISMO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL DO INÍCIO DA SUA RELEVÂNCIA HISTÓRICA E ECONÔMICA

La forma di associazione che, se l'umanità continua a migliorare, ci si deve aspettare che alla fine prevalga, non è quella che può esistere tra un capitalista come capo e un lavoratore senza voce alcuna nella gestione, ma l'associazione degli stessi lavoratori su basi di eguaglianza che possiedono collettivamente il capitale con cui essi svolgono le loro attività e che sono diretti da manager nominati e rimossi da loro stessi.
(John Stuart Mill).

O primeiro capítulo tem por escopo contextualizar de forma inicial e internacional o desenvolvimento da cooperação e do cooperativismo, bem como o apontamento do movimento cooperativista com repercussões no cenário econômico mundial, mais especificamente na Europa, sinalizando o papel da Inglaterra nos primeiros passos do movimento mundial. O que se observa, preliminarmente, é que, destacar a raiz do fenômeno cooperativo está longe de ser somente uma iniciativa de narrativa histórica, mas sobretudo, ancorá-lo de forma anterior e incontestável. E essa raiz está na cooperação.

Na sequência, serão abordados aspectos de países que, juntamente com a Inglaterra, experimentaram, cada um de sua forma diversa e na medida de sua intensidade, o movimento no mundo, tais como França, Alemanha e Espanha.

Ao final deste capítulo inicial, objetiva-se analisar a origem e a repercussão mais pormenorizada do cooperativismo na Itália, com a definição dos elementos teóricos e marcos fundamentais, desde sua origem, sua passagem pelas duas Guerras Mundiais até a aprimoramento da cooperação (e consequente cooperativismo) na Itália atual.

1.1 O INÍCIO DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA NO CENÁRIO ECONÔMICO

1.1.1 A Europa e seus horizontes

Ao realizar uma reflexão histórica do movimento cooperativo na Europa e do desenvolvimento operário é sempre constante e indubitável ter como ponto de principal referência a Inglaterra, berço, sobretudo, da Revolução Industrial. E assim o é por duas razões²: primeiro porque foi nela que se originou tal sistema de produção que assinalou uma nova fase das relações sociais e econômicas, e segundo porque, além da origem do sistema cooperativo, também deu corpo às primeiras tentativas de origem do sistema cooperativo e às incipientes iniciativas de organizações autônomas da classe operária, com representantes sindicais e por cooperativas.³

A Revolução Industrial⁴, dessa forma, iniciada na Inglaterra e no sul da Escócia⁵ (no final do século XVIII), é a data em que se toma por referência oficial. Como se verá, ela marca o início “[...] *di un vero e proprio cambiamento delle modalità di produzione, segnando il passaggio dall’artigianato all’industria ed influenzando profondamente l’evoluzione della sociologia e delle scienze economiche*”⁶. O Estado passou a controlar o avanço do capitalismo moderno, ocasião em que ocorreu um crescimento acirrado da classe proletária, que estava sujeita ao controle e às condições de trabalho impostos pelos capitalistas. Os trabalhadores, então, em virtude de reiterados excessos do sistema, passaram a se agrupar em prol da solidariedade e ajuda mútua⁷ e descobriram que, conservando a

² FABBRI, 2011, p. 19.

³ Ibidem, p. 21.

⁴ Atualmente, entende-se que a Revolução Industrial pode ser dividida em três etapas, a saber: a primeira datada de 1760 a 1860, onde o movimento ficou limitado, primeiramente, à Inglaterra. Houve o aprimoramento das máquinas a vapor, contribuindo para a continuação da Revolução. A segunda etapa ocorreu entre 1860 a 1900, onde países como Alemanha, França, Rússia e Itália também se industrializaram. O emprego do aço, a utilização da energia elétrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor e o desenvolvimento de produtos químicos foram as principais inovações desse período. Por fim, alguns historiadores têm considerado os avanços tecnológicos do século XX e XXI como a terceira etapa da Revolução Industrial. O computador, o fax, a engenharia genética, o celular seriam algumas das inovações dessa época. (Disponível em <http://www.sohistoria.com.br/resumos/revolucaoindustrial.php>).

⁵ SHAFFER, 1999, p. 63.

⁶ VELLA, 2010, p. 23. ... uma verdadeira mudança no modo de produção, marcando a transição do artesanato à indústria e afetando profundamente a evolução da ciência econômica. (tradução livre)

⁷ FURQUIM, 2001, p. 22; NAMORADO, 1995, p. 8.

propriedade privada, sem intervenção direta do Estado na ordem econômica, seria possível obter melhores condições de vida econômica através da cooperação entre eles. As transformações gerais advindas da própria Revolução, a qual, destaca-se, provocou, especificamente, em cada país europeu um determinado resultado histórico, foram tão percebidas que “[...] *Robert Owen intuì, fin dal 1815, che la diffusione generale dele manifatture in tutto il paese [aveva] genera [to] un novo carattere nei suoi abitanti*”⁸. O certo é que Fabri diz que os modelos interpretativos mais originais e completos da história econômica europeia assinalam para uma perspectiva cultural, um único processo dinâmico nos últimos 250 anos da nossa história, responsável pela elaboração de ritmos culturais, inovações técnicas e tecnológicas, considerada por Hobsbawn “[...] *la piú fondamentale trasformazione della vita umana in tutta la storia universal tramandata da documenti scritti*”.⁹

Por outro lado, antes de mais, é importante acrescentar que, muito embora a experiência inglesa mais a frente seja destacada como marco inicial do chamado *movimento cooperativo moderno*, já que somente depois dela é que o cooperativismo passou, como marco fundamental, efetivamente, a fazer parte do processo *econômico-social*¹⁰¹¹, o certo é que, desde o início do século XVIII, já há relatos de experiências nos moldes cooperativos, principalmente no que se refere às pesquisas do americano Jack Shaffer, referindo-se aos movimentos nacionais individuais desde o nascimento até a sua estabilização, mas concentrando atenção nos eventos que ocorreram na perspectiva de um crescente movimento internacional. Assim, como será pormenorizado a seguir, de acordo com Shaffer, já em 1750, na França, surge a primeira reunião de produtores de laticínios da região da *Franche-Comté* em França; e em Londres foi fundada uma companhia de seguros mútuos; a primeira cooperativa no Reino Unido. Benjamin Franklin e outros formaram uma companhia de seguro de incêndio, na Filadélfia; logo se tornou o

⁸ FABBRI, 2011, p.19, citando R. Owen. ...Robert Owen supôs, desde 1815, que a difusão geral das manufaturas em todo o país gerou uma característica entre seus habitantes. (tradução livre)

⁹ Ibidem, p. 20... a transformação mais fundamental da vida humana ao longo da história universal passada de documentos escritos (tradução livre)

¹⁰ Um aspecto peculiar que de fato contribuiu para a construção do perfil institucional das primeiras organizações cooperativas foi o fato delas terem sido, em alguns casos, o desdobramento das atividades das antigas corporações de ofício como as guildas e os trade clubs, que além do caráter profissional estavam revestidas de propósitos mutualistas ao manterem fundos comuns de solidariedade para atender a emergências como doenças e óbitos, tendo, assim, facilidade para criar outros fundos destinados a compras em comum ou mesmo aquisição dos meios de produção. (HARDER, 2005, p. 115).

¹¹ MENZANI, 2009, p. 20.

Philadelphia Contributionship for the Insurance of House from the Loss of Fire (que ainda existe). Essa é considerada a primeira cooperativa nos Estados Unidos da América. Prado^{12 13} destaca que, em 1760, os empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham”, Inglaterra, fundaram moinhos de cereais para não serem obrigados a arcar com os altos preços cobrados pelos moleiros, que detinham o monopólio local. Voltando novamente às atenções aos escritos de Shaffer, observa-se que na Grécia, em 1780, sua primeira cooperativa, a *Red Tarn Cooperative*, foi formada em Ambelakia, na região da Tessália. Foi fundada em 1794 uma associação comercial de Viena, de relojoeiros. Em 1809, em Luxemburgo foram formadas várias sociedades de jardineiros e agricultores, que criaram as primeiras cooperativas agrícolas da era moderna e as primeiras em Luxemburgo. Data-se, também, por pesquisas realizadas por Shaffer que em 1828 surgiu a primeira cooperativa de consumo no Reino Unido, o *Trading Association Cooperative*, foi organizada em *Brighton* por *William King*, o qual fundou também um jornal cooperativo, *The Cooperator*¹⁴, em atividades por somente dois anos, quando em 1830, em Londres, foi estabelecida a primeira fábrica de cooperativa no Reino Unido e, em 1831, Paris teve a primeira cooperativa de trabalhadores franceses. O primeiro congresso britânico foi realizado em *Manchester*, sendo que foi a primeira vez que os representantes de todo um movimento cooperativo nacional se conheceram em um congresso nacional.

Ao contrário, portanto, do que por vezes fora afirmado em diversas obras, desde o primeiro período da segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha e no resto da Europa já havia se passado quase uma centena de anos de experimentação do modelo cooperativo. Historiadores, assim, em particular, remontam o nascimento da primeira cooperativa de consumo digna do nome para 1844, na cidade industrial de *Rochdale*, perto de *Manchester*, a capital da indústria do algodão, em que, com o objetivo de fortalecer-se diante da Revolução Industrial e após um ano de reuniões e debates para encontrar uma maneira de melhorar sua precária situação econômica, e com a contribuição financeira mensal de todos¹⁵,

¹² PRADO, 2004, p. 40 apud SINGER, 1999, p. 90-91.

¹³ Dentre as demais cooperativas que foram surgindo ainda no século XVIII, destacam-se duas cooperativas de consumo, ambas escocesas: a dos tecelões de Fenwick, datada de 1769 e uma chamada de Govan Victualling Society, datada de 1777. (Ibidem, p. 90-91).

¹⁴ SHAFFER, 1999, p. 199.

¹⁵ MAUAD, 2001, p. 27.

vinte e oito tecelões da indústria têxtil criaram a primeira verdadeira cooperativa de consumo (materializado num armazém cooperativo alimentar), cuja finalidade era fornecer aos participantes com necessidades básicas preços não onerados por especulação. Ao abrirem o armazém de consumo cooperativo em *Toad Lane* em 21 de dezembro de 1844, esses pioneiros britânicos constituíram o *terminus a quo* da moderna cooperação, um símbolo de toda uma época.¹⁶

Mesmo com limitados recursos, os planos da, à época, jovem cooperativa, divulgados com seus estatutos sociais, eram grandiosos e incluíam, além de abrir o armazém para venda de gêneros alimentícios e vestuário, também adquirir ou construir casas para os membros que desejassem ajudar-se mutuamente, proporcionar a fabricação de determinados artigos para auxiliar na renda dos membros que não possuíssem empregos ou que seu salário não fosse suficiente, realizar a organização da produção, da distribuição e da educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos, auxiliando, inclusive, as demais pessoas que se interessassem em unir-se em sociedades cooperativas. A ideia da cooperativa era promover uma ampla mudança estrutural que pudesse resultar em melhores condições de trabalho para os proletários. Só restava a eles o emprego nas indústrias, no comércio e na agricultura, sob condições sub-humanas de trabalho, com jornadas de até dezessete horas diárias e remuneração não condizente. Todavia, conforme destaca Vella,

[...] La Rochdale Society [...] fu dunque il risultato per il soddisfacimento dei bisogni di mercato piuttosto che una esperienza originale, che nasceva dalla necessità di risolvere i problemi della classe operaia, ossia con l'obiettivo di difendere il valore reale dei salari e di migliorare le condizioni economiche e sociali dei lavoratori. La scuola di pensiero inglese vedeva, quindi, nella cooperazione e nelle cooperative un complemento all'impresa di tipo capitalistico e quindi un ulteriore segmento produttivo ed un potenziale strumento dicompensazione del più competitivo mercato dei capitali.¹⁷

¹⁶ Autores como: Shaffer, Bonfante, Namorado, Vella, Zamagni, entre outros.

¹⁷ VELLA, 2010, p. 30... A Sociedade de Rochdale [...] foi, assim, o resultado para satisfazer as necessidades do mercado, em vez de uma experiência original, que nasceu da necessidade de resolver os problemas da classe operária, isto é, com o objetivo de defender o valor real dos salários, e melhorar condições econômicas e sociais dos trabalhadores. A escola de pensamento inglês pensou ter visto, portanto, na cooperação e nas cooperativas um complemento à empresa de tipo capitalista e, em seguida, mais um segmento da produção e um potencial instrumento de compensação do mais competitivo mercado de capitais (tradução livre)

Por Fabri verificou-se que, por longo tempo, a Inglaterra constituiu sozinha o ponto de referência clássico para a história do movimento cooperativo ainda que pela simples constatação de que aquele país foi responsável pelo evento que marcou o início real do *movimento cooperativo moderno*¹⁸, elaborado e constituído o estatuto da primeira moderna cooperativa de consumo e cujos princípios inspirados serviram de modelo a todo o mundo.

Segundo Frau,¹⁹ os sócios fundadores da cooperativa histórica são lembrados como *pioneiros probos de Rochdale* e seu principal mérito está em terem introduzido um verdadeiro e próprio *modelo* de referência na forma de agir e operar sociedade cooperativa: vendas de produtos já não a preço de custo, mas a preço de mercado, compreendendo, assim, uma parte das vendas líquidas, a ser distribuído entre os acionistas no final do ano, em proporção às compras realizadas por cada um deles na cooperativa. A cooperativa é concebida como uma associação de cidadãos-usuários e, ao mesmo empreendimento, um negócio para fornecer um serviço aos sócios em condições mais favoráveis do que o mercado. Já os *princípios de Rochdale*, segundo Vella e Frau²⁰, constituem, posteriormente, o *ponto de referência da economia cooperativa*, resultando em um grande movimento que faz parte da liberdade de associação, o que representou uma das conquistas fundamentais do século XIX por parte das classes trabalhadoras e subordinados. Para Veras Neto,

[...] as cooperativas, historicamente, possuem como causa social a forte carestia que atingia a classe dos trabalhadores, em face das crises cíclicas advindas de períodos de extrema transformação social, propiciados por grandes mudanças provocadas pela revolução industrial e pelas guerras europeias, com suas desastrosas consequências sobre a economia e a força de trabalho.²¹

Por fim, resta observar que o sucessivo desenvolvimento do movimento operário inglês sempre manteve vivo e reivindicado o legado às antigas formas de associações de sindicalismo e cooperativismo.²² Diversamente do que ocorreu com

¹⁸ Ibidem, p. 25-27.

¹⁹ FRAU, 2010, p. 45.

²⁰ VELLA, 2010, p. 68; FRAU, 2010, p. 45.

²¹ VERAS NETO, 2003, p. 50.

²² FABBRI, 2011, p. 21. Fabri (2011) fala também de cartismo, fazendo referência ao primeiro movimento popular social inglês, iniciando por volta de 1838, em razão de uma carta (Carta do Povo)

outros países europeus com a rígida matriz de classe, segundo os princípios de *socialismo científico*,²³ conotaram os esquemas de construções de partidos operários e organizações políticas prevalecendo sempre sobre as sindicais do movimento operário. No entanto, determinou-se a produção em alguns países, inclusive na Itália, de um retardo nas descobertas dos valores como o associativismo e da sociabilidade como tal que, nessa perspectiva, refletiram muito pouco sobre a oportunidade de explorar as motivações que provocaram o afloramento das cooperativas, muito antes dos sindicatos ou partidos políticos.

Tal modelo de trabalho cooperativo criado em *Rochdale* foi surpreendente e sua disseminação muito rápida. O crescimento da cooperativa se deu em vários aspectos, não só proporcionando melhoria econômica a seus associados, como também educacional e cultural²⁴. O sucesso inglês foi tanto que, ao final do primeiro ano de atividades, a cooperativa de Rochdale aumentou de 28 para 180 libras o seu capital integralizado e 11 anos depois, possuía 1.400 associados (inicialmente eram 28). Esse progresso foi responsável pela rápida expansão do cooperativismo de consumo: em 1881, já existiam mil cooperativas desse tipo, contando com aproximadamente 550 mil cooperados. Em 1852, surge a primeira lei regulamentando o funcionamento das Cooperativas, "*The Industrial and Provident Societies Act*", com uma emenda elaborada dez anos mais tarde, que assegurou à cooperativa a responsabilidade limitada e o direito a se federarem, legislação essa que foi utilizada como modelo para a regulamentação das cooperativas em outros países.²⁵

O foco constitutivo e distintivo da primeira cooperativa de consumo era que sua atividade fosse destinada a *fornecer aos seus sócios serviços e produtos em condições mais favoráveis* do que os preços de mercado, de modo a fazer também uma ação pacificadora entre preços e consumidor.²⁶ Além disso, os membros, no caso em que a cooperativa, no fechamento do balanço financeiro anual, registrasse

escrita por Willian Lovett, enviada ao Parlamento inglês fazendo várias exigências para melhoria da vida da população e dos trabalhadores.

²³ Socialismo científico, também chamado de socialismo marxista ou simplesmente de marxismo. Esse termo foi utilizado, inicialmente, por Marx e Engels no livro "A ideologia alemã", não se referindo ao cooperativismo que surgia, mas associado a alguns pensadores do século XIX. (HARDER, 2005 p. 65). Sobre o tema, verificar: BURBER, 1986.

²⁴ BENATO, 1995, p. 8.

²⁵ FURQUIM, 2001, p. 25.

²⁶ FRAU, 2010, p. 16.

um superávit operacional (lucro), distribuiria aos seus membros (*sobra*) uma participação na mesma proporção para as compras feitas no curso do ano nas saídas da própria cooperativa. Era, portanto, a ausência de qualquer atividade especulativa.²⁷ É mister recordar a importância irrecusável da atitude dos pioneiros de *Rochdale*, visto que suas atitudes foram um despertar consciente para a organização de uma prática social²⁸, pois as experiências cooperativas anteriores, marcadas pela grande precariedade, foram, na verdade, várias tentativas sem sucesso, mas que auxiliaram na compreensão do ocorrido na Inglaterra posteriormente.

Destacado o papel da Inglaterra no movimento cooperativista, na sequência, serão brevemente abordados alguns aspectos dos países que, juntamente com a Itália (essa em item separado), experimentaram, cada um de sua forma diversa e na medida de sua intensidade, o movimento no mundo: França, Alemanha e Espanha. Para tanto, tomou-se por base as obras de três autores de diferentes nacionalidades, o italiano Guido Bonfante, o americano Jack Shaffer e o português Rui Namorado, os quais, com histórias de vidas e experiências com o cooperativismo diversas, apresentaram impressões similares dos fatos relacionados aos países a seguir descritos.

Assim, com relação à França²⁹, no contexto do movimento operário “[...] a evolução cooperativa [...] até ao desencadear da primeira guerra mundial, pode encarar-se com autêntico laboratório político- social, especialmente adequado para explicar o conteúdo e sentido da tensão vivida pela prática cooperativa no seio do movimento operário”³⁰. Ideologicamente citando, vertentes do socialismo utópico foram predominantes (não hegemônicas) na França, mas não a única corrente de pensamento. No plano sindical, essa multiplicidade de correntes auxiliou na hegemonia do sindicalismo revolucionário³¹, o qual foi responsável por muitos

²⁷ Frau, um crítico italiano das cooperativas, alerta ainda que, atualmente, nas modernas cooperativas a *sobra* é um instituto obsoleto, produtos e serviços são prestados em condições de mercado e nem sempre os preços das Cooperativas são mais baixos do que os cobrados por marcas concorrentes e as cadeias de distribuição. Também os lucros das demonstrações financeiras serão executados pela Cooperativa para aumentar seus ativos (patrimônio) e sua própria capitalização.

²⁸ NAMORADO, 1995, p. 8.

²⁹ SHAFFER, 1999, p. 95.

³⁰ NAMORADO, 2013, p. 91

³¹ *Ibidem*, p. 91.

conflitos sociais e políticos, entre eles a Revolução Francesa³² e a Comuna de Paris. Assim, tem-se que o nascimento do movimento remonta aos meados do século XVIII, mais especificamente ao ano de 1750, quando as primeiras cooperativas do setor de laticínio, começaram a se formar na região de *Franche-Comté*³³. No entanto, para além dos primeiros grandes teóricos do princípio cooperativo, como *Charles Fourier*³⁴, *Buche* e *Louis Philippe Blanc*, a organização ativa das cooperativas em todo o país começou a partir de 1830, quando começaram a proliferar várias facetas do movimento e foram fundadas as primeiras cooperativas agrícolas de consumidores e de produção. Esses últimos, chamados à época de *associações operárias*, sob a orientação de *Buche* e *Blanc*, foram os mais importantes e numerosos dos anos a seguir (“[...] *entre a instauração da monarquia liberal em 1830 e a revolução de 1848*”³⁵, a qual destituiu a monarquia e instalou a república). A primeira cooperativa de consumo foi fundada em 1863, focando suas atividades na assistência aos grupos de trabalhadores; em 1884, a Confederação Geral dos Trabalhadores de produção tornou-se uma realidade. Em 1865, a primeira proposta de uma lei cooperativa foi avançada e dois anos depois foi posto em prática. Durante esse período, foram estabelecidos contatos com cooperativas particularmente no Reino Unido e outros países europeus, e os membros das cooperativas francesas propuseram a elaboração de um *Congresso Internacional das Cooperativas* em conjunto com a Exposição Universal de Paris, em 1867. Para Namorado, “[...] *firmava-se o conceito de cooperação, como reflexo da experiência de Rochdale, passando a distinguir-se claramente associação e cooperação*”.³⁶ O movimento continuou a crescer por meio da produção de novas organizações e uma nova geração de teóricos, entre eles: *Edouard de Boyve*, *Auguste Fabre*, *Charles Gide*³⁷, os quais passaram a produziram uma série de escritos sobre a cooperação,

³² A população foi fundamental para a Revolução Francesa, já que a burguesia aliou-se ao povo para vencer uma aristocracia sem compromissos. Isso marcou o nascimento de sociedade moderna, burguesa e capitalista na história da França. (Ibidem, p. 92).

³³ SHAFFER, 1999, p. 232.

³⁴ Muitos autores como Madenatz, Totomianz e Lambert, citados por Namorado consideram o socialista utópico Fourier como o precursor do cooperativismo francês. (NAMORADO, 2013, p. 94).

³⁵ Ibidem, p. 93.

³⁶ Ibidem, p. 96.

³⁷ Ibidem, p.101. “[...] o papel central de C. Gide na doutrina cooperativa e nas vicissitudes por que passou o movimento cooperativo francês justifica a tentativa de clarificar melhor a sua atitude perante o socialismo. Nas suas palavras: O que rompeu o vínculo fraternal entre a cooperação e o socialismo foi o fato de um belo dia, há dez anos atrás, os operários de (sic) França acreditarem ter descoberto que para a emancipação da classe operaria, havia um meio mais expedito e mais seguro do que a

muitos dos quais foram publicados por editoras cooperativas de propriedade dos operários. Por outro lado, alguns como Jules Guide citado por Namorado, tratou as cooperativas como “*via enganadora da cooperação*”, dizendo “[...] *todas as sociedades cooperativas empilhadas sobre todas as câmaras sindicais serão impotentes para dar aos trabalhadores a posse desse capital que lhes falta*”.³⁸ A dramatização dos conflitos sociais tendia a concretar energias nas buscas do poder político. A luta política passou ser essencial.

Passado o Congresso de Marselha em 1879, guiado por ideias contrárias ao movimento e o separando das posições socialistas³⁹, o novo século viu um crescimento vigoroso do movimento cooperativo na França e uma participação ativa na ACI, que acabava de ser fundada, realizando em Paris seu segundo e quarto, respectivamente, Congresso nos anos de 1896 e 1900. As cooperativas educacionais tornaram-se questão de debate e nasceu também a primeira companhia de seguros mútuos. As várias organizações se dirigiram lentamente unindo-se em federações regionais e depois nacionais, em seguida, em especial no que diz respeito às cooperativas de consumo, de crédito agrícola e imobiliário.

Depois de uma rápida recuperação dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, as cooperativas francesas moveram-se para um novo período de crescimento. Foi aprovada uma nova legislação; assim, nasceu a primeira cooperativa de pescadores e começaram a ser publicadas as *Revue des études coopératives*, foi fundada a *Crédit Agricole* e a *Central Organization of People's banks*. O aumento no número de sócios foi uma consequência e muitos líderes de cooperativas francesas assumiram papéis importantes no cenário internacional, dentre os quais Shaffer destaca, especialmente, Albert Thomas, que se tornou o primeiro diretor da OIT. A Segunda Guerra Mundial e a ocupação alemã criaram estragos e foram, muitas vezes, fatais para certas instalações e organizações cooperativas, o que perdurou até seu término. Após tal conflito bélico, o movimento cooperativo foi capaz de se reativar e em especial no que tange às cooperativas de consumo, as quais organizaram suas atividades em estruturas maiores e complexas para fornecer uma ampla gama de serviços aos usuários. A proposta de nacionalizar todos os bancos

cooperação: a saber, a revolução social. O povo deixou de ter fé na cooperação, desde que passou a ter fé na revolução.” (SHAFFER, 1999, p. 230).

³⁸ NAMORADO, 2013, p. 99.

³⁹ Ibidem, p. 103.

franceses, em 1980, logo teve um impacto decisivo sobre a estrutura das cooperativas de crédito, mas, em seguida, o governo francês reconsiderou a questão, fazendo com que essas estruturas de força relevante, as cooperativas na França, na Europa, permanecessem no cenário internacional. O *Groupement National de la Cooperation*, fundado em 1968 como uma nova organização vértice das cooperativas francesas, juntamente com a OIT e a União Europeia, em 1990, destacaram um total de 24.425 cooperativas com um total de 16.228.755 membros, isto é, 28,5% da população francesa. Já em 1996, um relatório estatístico da ACI destacou a existência de 17.485.573 membros cooperados, sendo 30,1% da população, divididos em vários setores.⁴⁰

Por outro lado, quanto se trata do cooperativismo na Alemanha, tem-se que ele iniciou-se cerca de quase *um século mais tardio* do que na França, e como nela, foi o período anterior à Primeira guerra, o mais marcante⁴¹. Para Namorado, “A especificidade alemã é o relevo das áreas cooperativas exteriores (mas conexas) ao movimento operário, bem como sua autonomia doutrinária”.⁴² 1845 foi o ano que marcou suas primeiras atividades com uma sociedade em *Chemnitz*. Porém, como não se poderia deixar de citar que, em 1847, Marx foi encarregado pela Liga dos Justos (mais tarde Liga dos Comunistas) a, juntamente com Engels, redigir um documento, publicado um ano depois chamado de “*Manifesto Comunista*”, documento histórico que buscava um suporte social para uma classe operária ainda inexistente na Alemanha. Com isso, iniciou-se um processo de diferenciação (sem deixar a aproximação) das práticas políticas, sindicais e cooperativas.⁴³

Concomitantemente, *Frederich Wilhelm Raiffeisen* começou o seu trabalho em prol do movimento, seguido em 1849 pela fundação, por *Herman Schulze-Delitzsch*, uma cooperativa de sapateiros e carpinteiros. Os próximos trinta anos da história do movimento cooperativo na Alemanha foram marcadas principalmente por esses dois homens e seus colaboradores.⁴⁴ Namorado destaca ainda que “[...] na Alemanha foi a cooperação radicadas nas ideias H. Schulze – Delitzsch e nas de W. Raiffeisen, que, mais amplamente se projetou [...] marginal, em face do movimento

⁴⁰ SHAFFER, 1999. p. 228-231.

⁴¹ NAMORADO, 2013, p. 124

⁴² Ibidem, p. 124.

⁴³ Ibidem, p. 126

⁴⁴ SHAFFER, 1999, p. 236.

*operário, os seus maiores expoentes estavam longe de qualquer ideário socialista*⁴⁵. *Raiffeisen*⁴⁶ foi a causa de uma rede de crédito rural e da agricultura com base em fortes unidades locais, federadas regionalmente e nacionalmente unificadas em um banco cooperativo central. *Schulze-Delitzsch*⁴⁷ trabalhou, em vez disso, no contexto urbano, desenvolvimento de linhas de crédito para artesãos e donos de pequenos negócios. Em 1864, havia quatrocentos grupos locais deste tipo. No ano seguinte, foi fundada em *Weimar* um banco central cooperativo. Dois anos depois, *Schulze-Delitzsch*, agora, membro do parlamento prussiano, levou à aprovação da primeira lei cooperativa alemã.

Nos anos seguintes, até a Primeira Guerra Mundial, foi estabelecida a cooperação de consumo, com a fundação de uma organização nacional para grandes varejistas em 1897 e uma União Nacional das Cooperativas de Consumo em 1903, liderada por *Heinrich Kaufmann*. O aumento considerável das cooperativas de consumo “[...] *viria a suscitar a hostilidade dos comerciantes, potenciando uma atitude agressiva perante o movimento operário e o socialismo difundida entre as classes médias*”⁴⁸. Assim, as cooperativas passaram cada vez mais a serem vistas como uma “*terceira coluna*” do movimento, juntamente com partidos políticos e sindicatos. A organização de cooperativas de habitação começou em 1889 e no ano seguinte com a morte de *Engels*, *Bernstein* instalou a histórica polêmica do revisionismo, “[...] *pretendendo reavaliar o pensamento marxista, confrontando-o com a prática social e com a própria experiência partidária*”⁴⁹. Para o cooperativismo, *Bernstein* passou a valorizar as cooperativas de consumo como *elemento de transformação social*, já que considerava as cooperativas de produção insipientes. Com as cooperativas de habitação, nasceu também uma união nacional de cooperativas agrícolas alternativas a *Hesse*, fundada por *Wilhelm Haas*, que mais tarde viria a ser combinado com aquela de *Raiffeisen*. O Banco Central Cooperativo da Prússia, mais tarde *Deutsche Genossenschaftskasse (DG Bank)*, foi fundado em 1895.

⁴⁵ NAMORADO, 2013, p. 125.

⁴⁶ Ibidem, p. 127; SHAFFER, 1999, p. 236.

⁴⁷ NAMORADO, 2013, p. 127; SHAFFER, 1999, p. 237.

⁴⁸ NAMORADO, 2013, p. 132.

⁴⁹ Ibidem, p. 133.

Ainda, segundo Shaffer⁵⁰, no início da Primeira Guerra Mundial, estavam presentes na Alemanha mais de trinta mil cooperativas com um número de membros próximo aos seis milhões. Durante a guerra, a associação nacional alemã formou a *Freier Ausschuss der Deutschen Genossenschaftsverbände* (Comitê Livre de Associações Cooperativas alemã), que ainda existe como uma confederação nacional. O pós-guerra foi um período de crescimento e desenvolvimento, surgiu a rivalidade entre as associações e se estabeleceram as organizações centrais de negócios para assumir funções especializadas nos vários setores ou para todo o movimento. No final de 1943, o número de cooperativas alcançou um pico de 53.348 com um número de membros que atingiram quase nove milhões. Tudo estava prestes a mudar drasticamente com a ascensão ao governo do Partido Nacional Socialista, que era hostil a independência e democracia de cooperativas e que ele achou particularmente ofensivos a orientação socialista da cooperação de consumo.

Cooperatives in Germany were liquidated, with ownership passing into private hands. With the emergence of the Third Reich, cooperatives faced persecution for their democratic character even more than this economic action. Cooperative officers were seized and leaders in the movement arrested.⁵¹

Segundo Shaffer, a estrutura organizacional das cooperativas de consumo foi imediatamente abolida e o controle foi tomado pelos nazistas na *Deutsche Arbeitsfront* (Força de Trabalho Alemã), já que todas as organizações em outros setores foram colocadas sob o controle e supervisão do governo altamente centralizado. Essa fase decadente foi concluída com a liquidação de todas as organizações centrais no final da guerra, em 1945. A reconstrução do movimento cooperativo, no entanto, foi rápida e em todas as quatro zonas de ocupação após a guerra, houve novas estruturas cooperativas. Em 1948, foram reestabelecidas as federações de cooperativas de consumo e a sociedade de *Raiffeisen*. O crescimento e elaboração dos diversos setores das cooperativas continuou e logo elas se estabilizaram como *elementos-chave* da economia da nação. As cooperativas foram financiadas, a fim de se tornar a principal estrutura econômica no setor de consumo

⁵⁰ SHAFFER, 1999, p. 236.

⁵¹ Ibidem, p. 122....Cooperativas na Alemanha foram extintas, passando a propriedade para mãos privadas. Com o surgimento do Terceiro Reich, cooperativas enfrentaram a perseguição por seu caráter democrático até mesmo mais do que esta ação econômica. Oficiais das cooperativas foram apreendidos e os líderes do movimento presos. (tradução livre)

e o *Verband der Konsumgenossenschaften der DDR*, fundado em 1945, foi reconhecido como um veículo para a implementação do sistema de cooperativas de produção e distribuição em todo o país. Pouco antes do colapso da Alemanha Oriental, em 1989-90, o ACI relatou um número de membros igual a 4.600.000 (28,3% da população) em 198 cooperativas de consumo. Com a unificação do país, tais valores estatísticos foram mantidos, somando 22.322.050 membros (27,9% da população), gerando (auto) empregos a 502.700 pessoas em 1996 (em comparação com 487.300 em 1994), e no mesmo período, as cooperativas do Reino Unido geraram 113.400 empregos a tempo integral e 71.600 empregos a tempo parcial.⁵²

Apoiar o desenvolvimento de cooperação internacional tem sido sempre parte das atividades das cooperativas alemãs. Desde a guerra, esse apoio tem se manifestado de várias formas. Em 1968, veio a *International Raiffeisen Union*, que uniu as áreas de movimentos cooperativos em outros países que compartilhavam da mesma *orientação*. Os fundadores das modernas políticas alemãs, *Konrad Adenauer*, *Friedrich Ebert* e *Friedrich Neumann*, incluíram em seus programas a assistência às cooperativas nos países em desenvolvimento e as universidades alemãs têm formado uma rede de instituições cooperativas, que têm estudado e apresentado em conferências internacionais a condição atual e as possibilidades futuras de cooperativas em todo o mundo.

Ainda mais recente que o cooperativismo alemão é o espanhol, embora a primeira cooperativa espanhola de criadores de gado foi fundada em 1838⁵³ e foram, igualmente, os setores de *produção* e de *consumo* a constituírem as principais estruturas do movimento cooperativo emergente na Espanha. Todas as primeiras associações tiveram uma forte orientação socialista. A primeira legislação cooperativa veio em 1885, quando foi introduzida uma seção especial do Código Comercial apenas para atender às necessidades das cooperativas emergentes. O primeiro Congresso Nacional de Cooperativas teve lugar em 1913 e refletiu sobre o crescimento do movimento nacional. As deliberações ocorridas no evento chamaram à atenção do público para as diferenças políticas, regionais e setoriais das diferentes estruturas cooperativas. Em 1928, foi formada a Federação Cooperativa Nacional, que representou a Espanha na ACI até a época da Revolução Civil.

⁵² PEREIRA, 2001, p. 33; SHAFFER, 1999, p. 438.

⁵³ Ibidem, p. 370.

Após a vitória de Franco, em 1942, a Federação Nacional foi substituída por uma nova estrutura governamental. O novo governo também a declarou ilegal e rejeitou as cooperativas regionais e federações de indústria existente, que, no momento, correspondiam a 2.200 sociedades cooperativas. Apesar de estar sob coação política (muitos presidentes de cooperativas deixaram o país porque temiam por suas vidas), as cooperativas em Espanha continuaram a crescer e diversificar sob o regime de Franco. Um relatório da OIT, de 1972, revelou a existência em 1971 de 14.984 sociedades com mais de 2,6 milhões de membros (cerca de 8,5% da população). Com a morte de Franco, em 1975, a ditadura acabou e com ele, como resultado, a estrutura cooperativa imposta pelo governo. Conforme destaca Pereira, “[...] *Entre 1975 e 1985 na Espanha, durante o mesmo período e aplicando os mesmos princípios, se constituíram pelo menos 1.300 sociedades com cerca de 50.000 empregos*”⁵⁴. As federações regionais multi-setoriais ressurgiram como elementos importantes do movimento cooperativo. Esses foram acompanhados pelas novas federações nacionais de setores que representavam cooperativas nos seguintes setores: agricultura, consumo, crédito, pesca, habitação e trabalho de produção. Mais recentemente, foi fundada a Confederação Espanhola de Cooperativas, que é o vértice da organização cooperativa nacional.

Por fim, sem dúvida, vale a pena mencionar ainda um elemento distintivo e especial da cooperativa na Espanha: o caso de Mondragón, um grupo de cooperativas que produz bens e serviços, bem adaptado às condições do mercado local e internacional e atuante em ramos industriais tão diversos como instalações elétricas e robótica.⁵⁵ Vella⁵⁶ confirma o papel de destaque e distintivo pela sua unicidade do setor cooperativo espanhol (contribuindo, inclusive para o desenvolvimento do próprio país), qual seja a singularidade e complexidade das cooperativas Mondragón (*Mondragón Corporacion Cooperativa, MCC*) presentes na região basca, sendo composta por uma rede extensa e dinâmica de mais de trezentas empresas (de capital e cooperativas)⁵⁷, essas de produção e de trabalho.

⁵⁴ PEREIRA, 2001, p. 32.

⁵⁵ Ibidem, p. 33.

⁵⁶ VELLA, 2010, p. 52.

⁵⁷ Ainda, segundo as pesquisas efetivadas por Vella, “[...] O grupo Mondragón em 2003 compreendia um total de mais de 150 empresas, que por sua vez controlavam o mesmo número de empresas presentes em todas as regiões da Espanha, assim como em outros 15 países ao redor do mundo, empregando aproximadamente 66.000 funcionários em 57 fábricas no exterior. Opera ainda nos

Fundada em 1956, ou seja, no auge da *ditadura de Franco*, alguns jovens técnicos desempregados (oriundos de escolas profissionais), sob a orientação do padre *Don José M. Arizmendiarieta*, deram início a uma fábrica – cooperativa para a produção de eletrodomésticos (a *Ulgor*). O sucesso foi tanto que, encorajados pelos resultados obtidos, os cooperados, expandindo suas atividades, passaram a autofinanciar as iniciativas de produção e subsequentemente, iniciando com a primeira instituição de crédito no grupo para permitir o financiamento de novos investimentos na fábrica com as economias dos próprios sócios

Percebe-se, outrossim, atualmente que, de um *ponto de vista estrutural*, *Mondragón* pode ser considerado uma rede multinacional de empresas de produção e também um centro de pesquisa tecnológica e de formação. De um *ponto de vista de gestão*, *Mondragón* contribui para os objetivos específicos dessa organização nos mercados internacionais, haja vista que a gestão baseia-se em princípios democráticos e é orientada para a criação de postos de trabalho, com o compromisso para o desenvolvimento sustentável do ambiente no qual opera. A complexidade do grupo (a natureza cooperativa, mas integrada, em muitos aspectos, às sociedades de capitais) criou, mesmo em teoria, uma série de dúvidas sobre a possibilidade de conciliar os reais interesses em prática.⁵⁸

Diante de toda essa expressão logística e a expansão territorial, há muitas questões e dúvidas sobre a real classificação de *Mondragón*, embora ainda ninguém tenha sido capaz de dar respostas claras sobre essa experiência. O certo é que, independentemente da alegada distorção dos princípios cooperativos, permanece a originalidade do modelo dual e a experiência do grupo *Mondragón* continua a ser única e não replicável, mais corretamente equiparada a um "*distretto produttivo cooperativo*", porque cria obrigações típicas de uma rede industrial, de uma maneira única no mundo, com o melhor exemplo de expansão territorial internacional na rede de uma cooperativa.

O que se observa, a seguir, como fundamentos teóricos, são as premissas do movimento cooperativista na Itália, desde seu surgimento, passando pelas duas

principais setores de manufatura, distribuição comercial e serviços financeiros, continuando a ter como principal objetivo a pesquisa, inovação tecnológica e formação a todos os níveis", (VELLA, 2010, p. 54).

⁵⁸ Ibidem, p. 52-55.

grandes guerras mundiais, até a sociedade atual com a continuidade e importância característica do movimento naquele país.

1.2 PREMISSAS DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA NA ITÁLIA

1.2.1 Da sua origem à emancipação: até o início do *Novecentto*

A partir da fecunda experiência ocorrida poucos anos antes em *Rochdale*, o modelo cooperativista começa a se difundir em toda a Europa, inclusive na Itália, destacando-se, nesse país, especialmente, algumas peculiares que o distingue de outros países europeus. De início, Vera Zamagni⁵⁹ elenca basicamente três características fundamentais do movimento cooperativista na Itália. *In primo luogo*, diferentemente do proposto pelos princípios da Aliança Cooperativa Internacional⁶⁰, em que deveriam ser evitadas discriminações e perseguições, nesse país não foi um movimento neutro, apolítico ou areligioso. Na Itália, havia a propensão ao cooperativismo em grande parte da população, multiplicando a inspiração ideal do movimento e cobrindo-o com um aspecto político, de tal modo a impedir que o próprio fascismo⁶¹ terminasse com a cooperação.

Uma segunda característica originária do movimento na Itália seria uma consequência da *multiplicidade de inspirações ideológicas*, em razão de um vasto enraizamento no território do país, devido a riqueza de propostas e de práticas que o movimento podia oferecer. Existiam, e ainda permanecem, os mais diversos tipos de cooperativas no país, umas, por óbvio, mais fortes que as outras, dependendo, sobretudo, da diversa capacidade empreendedora do contexto e das diversas oportunidades. Zamagni lembra que nesse país não existe nada comparado à experiência de Mondragón, uma área incrustada do território espanhol, na qual toda a atividade econômica do local é cooperativa⁶².

Por fim, *la terza* característica diz respeito à forma coesa como se relacionam as centrais cooperativas na Itália⁶³, as quais agrupam as sociedades com as

⁵⁹ ZAMAGNI, 2006, p. 1.

⁶⁰ Sobre o papel e a função da Aliança Cooperativa Internacional, verificar item a seguir.

⁶¹ Movimento político italiano fondato nel 1919 da B. Mussolini, giunto al potere nel 1922 e rimasto al governo dell'Italia fino al 1943 (Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/fascismo/>). Mais especificamente sobre a relação entre o Cooperativismo e o Fascismo, verificar Item 2.1.1 desta tese.

⁶² ZAMAGNI, 2006, p. 3.

⁶³ Atualmente são 4 as centrais cooperativas em ação na Itália, a saber: ver www.movimentocooperativo.it.

1) LEGACOOOP (Lega Nazionale delle Cooperative): Fondata a Milano nel 1886 con il nome di Federazione fra le Cooperative Italiane, riunì in prima battuta cento delegati di 248 sodalizi, che associavano circa 70.000 soci. Inizialmente era un'organizzazione sostanzialmente priva di una chiara

mesmas inspirações e ideais. Com isso se deriva a capacidade de fusão, que levou ao crescimento das cooperativas e a uma propensão para a identificação e fortalecimento das cadeias de abastecimento, a fim de produzir energias capazes de aumentar a produtividade e competitividade no mercado. É em função dessas três características que, nestes últimos 30 anos, Vera Zamagni descreve que “[...] si è fatta largo sulla scena economica italiana con una forza inaspettata”⁶⁴, tendo ela atravessado várias fases alternadas, mas sem nunca desaparecerem na totalidade.

Dessa feita, percorrer qualquer fase no movimento cooperativo na Itália é verificar a passagem de uma cooperação reativa a uma interatividade nacional, diversas respostas aditivas a dinâmica dos mercados, o papel do Estado e dos participantes políticos na origem e desenvolvimento de seu movimento. Já na primeira metade do século XIX, o movimento operário se organizou na forma de associações de cooperação, colocando-se no terreno do empreendimento comercial, da concorrência e do mercado e a coletividade aceitou em participar do risco e das regras, iniciando um intenso debate no interior das associações sobre a

identità politica, in cui erano confluite le varie anime dell'agire cooperativo, ognuna con i suoi modelli, i suoi valori, le sue proposte. Vi erano rappresentanti di orientamento liberale, democratico, repubblicano, radicale e socialista; sostenitori della destra e della sinistra storica, così come interpreti della cultura cattolica che di lì a poco – dalla Rerum Novarum del 1891 – avrebbe avuto un ruolo molto più forte in ambito sociale e cooperativo. A gennaio 2011, Legacoop, insieme ad AGCI e Confcooperative, ha dato vita all'Alleanza delle Cooperative Italiane, un coordinamento stabile delle maggiori organizzazioni cooperative del Paese che, attraverso una rappresentanza unitaria, ha l'obiettivo di rafforzare e qualificare la capacità di interlocuzione dell'impresa cooperativa nei confronti delle istituzioni e del mondo politico. (Disponível em: <http://www.legacoop.coop/associazione/legacoop-nazionale/>).

2) CONFCOOPERATIVE (Confederazione Cooperative Italiane): L'Opera dei Congressi e, soprattutto, l'enciclica Rerum Novarum emanata da Papa Leone XIII nel 1891, costituirono fondamenti autorevoli di una profonda maturazione della problematica sociale e dello stesso impegno dei cattolici ad una più attiva presenza anche nel settore della cooperazione. Il 14 maggio 1919, nasce la Confederazione Cooperativa Italiana i cui scopi vengono così delineati: esprimere la rappresentanza collettiva di tutte le forze cooperative aderenti; promuovere la riforma della legislazione cooperativa; preparare la classe lavoratrice alla progressiva conquista di mezzi ed organismi di produzione e scambio nell'organizzazione cooperativa; curare la formazione della coscienza cooperativa nel Paese. (Disponível em <http://www.confcooperative.it/>).

3) A.G.C.I. (Associazione Generale delle Cooperative Italiane) - È frutto dell'iniziativa di un gruppo di sodalizi di ispirazione repubblicana, liberale e socialdemocratica, che si distacca dalla Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue, per dar vita, così come era precedentemente avvenuto per i operatori cattolici, ad una nuova Centrale cooperativa e Nasce a Roma nell'ottobre 1952 ed ottiene, ai sensi e per gli effetti del D.L.C.P.S. n. 1577 del 14/12/1947, ufficiale riconoscimento giuridico con Decreto del Ministro per il Lavoro e la Previdenza sociale del 14/12/1961, pubblicato sulla Gazzetta Ufficiale del 22 febbraio 1962, n. 48. L'AGCI.) (Disponível em: <http://www.agci.it/>).

4) U.N.C.I. (Unione Nazionale Cooperative Italiane) L'U.N.C.I., Unione Nazionale Cooperative Italiane, è una delle quattro Associazioni Nazionali di rappresentanza, tutela, assistenza e revisione del movimento cooperativo. (Disponível em: <http://www.unci.org/>).

⁶⁴ Ibidem, p. 2. ... Ela fez o seu caminho no cenário econômico italiano com uma força inesperada. (tradução livre)

admissibilidade de tais estruturas do tipo cooperativo. Assim, nesse período, o movimento cooperativo italiano vê a *luz* para um desastre social e econômico para as classes populares. As primeiras cooperativas, surgem como ferramentas de autodefesa, não só contra os empregadores, mas também para negar o processo emigratório. O movimento cooperativo estava entrelaçado com as experiências das sociedades de socorros mútuos, produção e de crédito, buscando incorporar os trabalhadores, especialmente no momento do consumo. Observa-se, outrossim, que algumas dessas cooperativas, em particular, as de produção, foram decorrentes de greves de trabalhadores, para evitar que outros pequenos agricultores ficassem nas mãos de agiotas, mas sem esquecer das promessas de setores importantes da burguesia italiana.⁶⁵

Mais pontualmente, com relação ao primeiro núcleo cooperativo italiano, há uma certa divergência da sua exatidão, mas todos datados muito próximos, o que se observa que, muito provavelmente, as iniciativas ocorreram de forma simultânea. Observa-se, entretanto, que desde o início, e pelo menos até a segunda guerra mundial, o movimento cooperativo italiano mantém juntos diferentes ânimos políticos, fator que auxiliou no seu surgimento, no desenvolvimento e na manutenção em seu território. Por esse motivo, Zamagni⁶⁶ assevera que a primeira experiência nos moldes cooperativistas ocorreu a partir da segunda metade do século XIX em uma *Società di Mutuo Soccorso*, prevalentemente de inspiração laico-liberal, com forte influência do pensamento de Giuseppe Mazzini. Para essa pensadora, as cooperativas eram uma forma de desenvolver uma *societade de produtores livres*, superando, assim, as contradições entre capital e trabalho e a cooperação era um princípio geral de organização social a ser desenvolvido em “*un’unica mano*”⁶⁷. Para a mesma autora, há ainda um segundo núcleo ligado ao desenvolvimento do socialismo, comunismo e também do catolicismo no campo social, já que a grande tradição de inspiração católica é baseada em uma forte solidariedade social. Sacchetto e Semenzin⁶⁸, por sua vez, dividem esse segundo núcleo em duas orientações: uma de caráter socialista, a qual via nas cooperativas uma ferramenta para defender e organizar a classe trabalhadora, sem olvidar aqui

⁶⁵ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 46.

⁶⁶ ZAMAGNI, 2006, p. 1.

⁶⁷ FRAU, 2010, p. 11.

⁶⁸ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 46.

da tentativa de apoio dada parte da burguesia liberal, a fim de reafirmar sua hegemonia na sociedade italiana. E a outra orientação seria a advinda dos católicos, especialmente depois da publicação, em 1891, pela Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, considerado texto fundador da doutrina católica moderna da Igreja.⁶⁹

A difusão da ideia do movimento cooperativo italiano contou com o apoio de expoentes de prestígio como o acima citado *Giuseppe Mazzini*, mas também por expoentes do socialismo como Andrea Costa, o qual tendia, ao invés, a inserir a cooperação num contexto mais geral de movimento político e sindical de emancipação dos trabalhadores. Um liberal giolittiano⁷⁰ como Luigi Luzzatti, considerado por muitos o pai da cooperação italiana, considerava-a com uma forma de inserção não conflitual das classes subalternas em nível de desenvolvimento econômico.

Já de acordo com Frau⁷¹, tem-se que a primeira instituição nos moldes cooperativistas ocorreu com o *Magazino di Previdenza di Torino*, em 1854, pela iniciativa da Associação Geral dos Operários (*Associazione Generale degli Operai*), que mais tarde assumiria a denominação de Aliança Cooperativa Torinense (*Alleanza Cooperativa Torinese*). Ela foi criada para dar resposta, com base no princípio de solidariedade, ao problema imediato e particular do desemprego e do aumento do custo de vida. Benato⁷², por seu turno, destaca que a partir de 1864, surgiram as cooperativas de crédito, sendo que, dessas, a primeira se chamou de Banco Popular Luzzatti. Seu fundador, Luigi Luzzatti⁷³, que aceitara a ajuda estatal, descendia de uma rica família israelita, tinha como lema: “*Ajuda-te, Deus e o Estado*

⁶⁹ Ibidem, p. 46.

⁷⁰ Giolitti era un liberale democratico e anche un riformista, appartiene alla Sinistra del partito liberale. Secondo lui la novità del secolo è «il moto ascendente delle masse popolari». Questa frase sta ad indicare la crescita economica e sociale delle masse popolari e i principali aspetti della politica giolittiana furono:

– ampliamento della legislazione sociale, – miglioramento del sistema economico, – opere pubbliche, – Suffragio universale (l'ampliamento del diritto di voto a tutti i cittadini maschi). Giolitti aveva lo scopo di allargare le basi della classe politica italiana e cercò l'appoggio dei socialisti e dei cattolici, cioè delle due forze che non erano fino ad allora identificate con il sistema parlamentare. (Disponível em: http://www.atuttascuola.it/siti/luca/eta_giolittiana.htm). In: FRAU, 2010, p. 14-16.

⁷¹ Ibidem, p. 14-16; FABBRI, 2011, p. 25.

⁷² BENATO, 1995, p. 8.

⁷³ Luigi Luzzatti foi, por muitos autores, considerado o pai da cooperação italiana no século XIX, e por ocasião do VII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional delineando a especificidade do caso italiano, que mais do cooperativismo de consumo e de produção artesanal, as sociedades de trabalhadores e bancas populares, propunha uma locação coletiva, crédito agrário, consórcios agrários e caixas populares, uma vez que a assistência e tutela dos estratos menos ricos, nas cidades e zonas periféricas industriais, estavam em crise ou a margem. (In: BRAGADIN, 2005, p. 3, citando Guido Bonfante).

te ajudarão”.

Essas pluralidades conceituais serviram para dar ao movimento cooperativo italiano a correspondente inspiração política e ideológica, como dito acima, o que ficou claramente demonstrado no outono de 1886, quando 100 representantes de 248 sociedades cooperativas e de setenta mil sócios se reuniram num Congresso em Milão, de 10 a 13 de outubro, para dar vida à Federação Nacional das Cooperativas, sete anos mais tarde, transformada em Liga das Cooperativas (Legacoop), existente até hoje.⁷⁴ Frau⁷⁵ defende; porém, que, com o passar dos anos, os princípios iniciais de inspiração foram se dissolvendo, seja em razão da atuação hegemônica de dois partidos históricos de esquerda, o PCI (Partido Comunista Italiano)⁷⁶ e o PSI (Partido Socialista Italiano),⁷⁷ seja pelo desenvolvimento de cooperativas sempre maiores e governadas pela restrita casta

⁷⁴ FABBRI, 2001, p. 44.

⁷⁵ FRAU, 2010, p. 17.

⁷⁶ Il Partito comunista italiano (PCI): Fondato a Livorno nel gennaio 1921 nel corso del XVII° Congresso del PSI, per iniziativa della corrente di sinistra del partito guidata da A. Bordiga e A. Gramsci; assunse la denominazione di Partito comunista d'Italia - sezione italiana dell'Internazionale comunista, che sarebbe stata mantenuta fino al giugno 1943, quando fu modificata in Partito comunista italiano. I primi anni furono caratterizzati da una parte dalla sconfitta del movimento operaio e dalla reazione statuale e fascista, dall'altro dal rapido spostarsi del gruppo dirigente, guidato da Bordiga, sulle posizioni dell'ala sinistra dell'Internazionale. Il partito tornò sulla scena politica nazionale nel 1943, svolgendo un ruolo importante nella lotta contro il nazifascismo. La ridefinizione della linea del partito ebbe luogo a partire dal ritorno di Togliatti in Italia (marzo 1944): messa provvisoriamente da parte la pregiudiziale repubblicana, Togliatti indicò al partito l'unità antifascista come premessa di un radicamento nella società che sarebbe scaturita dalla liberazione. Escluso dal governo, insieme con il PSI, nel 1947, il PCI costituì da allora la maggiore forza politica di opposizione. La fase di "solidarietà nazionale" ebbe termine nel 1979 con la decisione comunista di uscire dalla maggioranza, mentre iniziava un trend elettorale negativo. Anche in seguito al crollo del comunismo nei paesi dell'Est europeo il PCI, sotto la guida di A. Occhetto avviò una profonda fase di trasformazione, culminata nel 1991 nello scioglimento del partito e nella contestuale costituzione del Partito democratico della sinistra. L'ala più intransigente, contraria al cambiamento, diede vita al Partito della rifondazione comunista. (<http://www.treccani.it/enciclopedia/partito-comunista-italiano/>).

⁷⁷ Il Partito Socialista Italiano (PSI): Nato nel 1892 a Genova, è un partito organizzato tra lavoratori e contadini soprattutto nel centro-nord. Ha un programma di impronta reformista e Marxista, nel senso che voleva costruire una società senza differenze sociali, dove lo stato è il centro motore. Lo strumento è la rivoluzione per creare una nuova società. Il PSI è suddiviso in due anime: a) la parte radicale, massimalista che non è disponibile a nessuna collaborazione con il governo liberale e borghese; b) la parte riformista, che sono reazionari, vogliono la rivoluzione, ma vogliono aspettare che la società maturi e che il proletariato cresca. Dopo la sconfitta elettorale del 1948, la lista del Fronte Democratico Popolare non verrà più riproposta, ma il PSI resta alleato col PCI, all'opposizione, per ancora molti anni. Nel 1963 il PSI entra definitivamente al Governo, con l'esecutivo guidato da Aldo Moro, dando avvio alla stagione del "centrosinistra". Dopo lo squilibrio elettorale alle amministrative del 1972 tra PCI e PSI, nel 1985, il PSI rimuove la falce e il martello dal proprio simbolo per rimarcare la sua intenzione di costruire una sinistra alternativa e profondamente riformista guidata dal PSI e non più egemonizzata dal PCI. Con le elezioni del 24 febbraio 2013 il Psi, componente della coalizione Italia Bene Comune, torna ad essere rappresentato in parlamento, eleggendo 4 deputati e 3 senatori. (Disponível em : <http://www.partitosocialista.it/index.php/il-psi/la-storia>).

oligárquica política, buscando o lucro a todo custo nos vários ramos da economia. São nesses anos que aparecem, além do primeiro hipermercado, financeirização de todo o sistema Unipol de Seguro, Unipol Banco e outros instrumentos similares.

Por outro lado, Bragadin⁷⁸ posiciona-se afirmando que somente depois do nascimento do Partido Socialista Italiano em 1892 e a inclusão da coletividade de inspiração católica no processo de resistência social e na vida política do país, o movimento cooperativo adquiriu uma característica de massa. Não obstante, no início do século XX, da construção do Instituto de Crédito das Cooperativas, organismo de ainda influência regional (com sede em Milão), e em 1913 do Instituto Nacional de Crédito, a sociedade cooperativa não consegue superar a forte setorialização e isolamento vertical e horizontal, demonstrando sua pouca, quando não inexistente capacidade de influir na dinâmica dos mercados que alcançou.

A Lei nº 6216, de 11 de julho de 1889 (sobre a contabilidade geral do Estado italiano) no seu artigo 4 remete pela primeira vez às cooperativas de produção e de trabalho, num contexto de forte crise ocupacional, em um mercado de trabalho urbano chocado com a onda de trabalhadores desocupados, o então Ministro do Tesouro *Giolitti*, motivando a escolha do governo assim se expressava:

[...] le cooperative possono avere un grande avvenire perche tendono a ottenere un equo riparto degli utili dal lavoro, a togliere in molti casi la lotta fra il capitale e la manodopera e a condurre gradatamente l'operaio al possesso di quel capitale che gli è necessario per rendere più produttiva l'opera sua.⁷⁹

Uma acentuada legalização do movimento não fez mais do que o crescimento da quantidade dos trabalhos, só no ano da transformação liberal giolittiana, quando tal norma se mostra em um terrenos de encontro e composição entre governo, administração local e movimento social reformista (associação ou cooperativa). Assim, de um relato cronológico⁸⁰, tem-se ainda que, muito pouco tempo depois das primeiras iniciativas cooperativas italianas, em outubro de 1903, foi realizado em Gênova o XIII Congresso de Cooperados italianos momento em que, pela primeira vez, foram finalmente lançados, em folhetos e gráficos, os dados das primeiras estatísticas das cooperativas italianas (2199 empresas, mais 560.000 membros, um

⁷⁸ BRAGADIN, 2005, p. 49.

⁷⁹ BONFANTE; CIUFFOLETTI; SAPELL, 1981, p. 32.

⁸⁰ FABBRI, 2011.

montante de mais de 577 milhões de negócios por ano), mostrando a força do incipiente e inexperiente cooperativismo do país.

1.2.2 Desenvolvimento e ideologia do movimento: das guerras aos anos Oitenta

Os primeiros anos do século XX e até a Primeira Guerra Mundial marcaram o renascimento do movimento cooperativo italiano, graças às mudanças políticas que visavam devolver processos constitucionais do proletariado e democratizar as estruturas de poder político italiano. As tensões relacionadas a conflitos militares, de guerras coloniais e, em particular, pela agressão contra a Líbia em 1911, mudaram a atitude do movimento cooperativo de uma posição neutra para uma colaboração aberta com as forças do governo, desejando intervir na Guerra Mundial. O movimento cooperativo tem, portanto, o consentimento dos sindicatos e partidos políticos e podem contar com empréstimos a bancos e algum apoio do governo nacional.⁸¹

Por outro lado, no mesmo período, com o advento de um forte dirigismo estatal e durante o primeiro conflito mundial superada a fase liberal burguesa, dá um novo vigor ao setor de aquisição e serviços públicos e em 15 de agosto de 1915 é constituída na Itália a *Comissão Nacional das Cooperativas de Trabalho*, em torno da qual, em 1917, foi criada a *Federação Nacional das Cooperativas de Produção e de Trabalho*, com sede em Roma, na tentativa de integrar a agregação já existente e lembrar não tanto ao poder político, quanto a uma administração e aos ministérios.⁸² No final da Primeira Guerra Mundial, as lutas operárias que se desenvolveram, em particular nos anos chamados de biênio vermelho (1919-1920), assustaram os líderes do movimento cooperativo que preferiram manter uma linha de colaboração entre capital e trabalho e com as feridas sociais profundas produzidas por este período, tal foi o sucesso do verbo cooperativo, para coincidir com as principais reivindicações dos trabalhadores e camponeses, que, no final de 1920, havia mais de quinze mil cooperativas: oito mil aderentes à Lega, cinco mil da Confederação e outras de 2.000 de classe rural.⁸³ A partir de 1922, a expansão dos *esquadrões fascistas ofensivos*, apoiada por proprietários de terras, afetam particularmente as

⁸¹ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 47.

⁸² BRAGADIN, 2005, p. 57.

⁸³ Dados obtidos de FABBRI, 2011, p. 10.

cooperativas de esquerda. Seu objetivo não era, no entanto, a aniquilação, mas um controle do movimento cooperativo para ser capaz de transformá-lo no sentido corporativo, como atesta a criação do *Ente Nazionale Fascista della Cooperazione*, em 1926. O fascismo tenta expulsar os traços de cooperação socialista e católico sociais da cooperação, ao passo que alguns dos líderes das mais prestigiadas cooperativas oferecem imediatamente à ditadura sua própria experiência de "técnico". O fascismo passa a usar, então, o instrumento associado edificando "[...] *una continuità ideologica con la passata cooperazione*"⁸⁴ e valorizando as orientações que visam a manter unidos os interesses dos trabalhadores e dos empregadores. A estabilidade de uma parte da liderança das cooperativas durante o fascismo, favorece uma rápida reorganização do movimento no *secondo dopoguerra*.

No capítulo conturbado e contraditório das relações com o regime fascista entre 1925 e 1945⁸⁵, mesmo sendo as cooperativas controladas pelos Entes Nacionais Fascistas, o movimento não entrou em colapso e, em alguns casos, de acordo com Fabbri, até mesmo floresceu, como por exemplo, os bancos rurais. Foi contínua a obra de reconstrução, de organização, de reestruturação do tecido cooperativo, a qual foi concluída durante a reconstrução do país, entre 1945 e os 1965. Na mesma linha de raciocínio, para Vera Zamagni⁸⁶, o período fascista não produziu descontinuidade excessiva nas cooperativas com a criação em 1926 do Ente Nacional Fascista de Cooperação (*Ente Nazionale Fascista della Cooperazione*). Não há dúvida; porém, que também favoreceu o crescimento do movimento em determinados setores, enquanto que muitas vezes confiou a gestão das cooperativas para representantes do Partido fascista, nem sempre qualificados para gerenciá-los de forma eficiente. Com a queda do fascismo, por volta de 1945 e com término da segunda grande guerra, o movimento cooperativo passa a ser constituído por um enorme aparato variadamente articulado no território italiano, também porque, durante a *Guerra Nacional de Libertação*, parte das cooperativas formaram uma base para o movimento guerrilheiro italiano. É nesse período que o movimento cooperativo acentua suas visões ideológicas, como queriam os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) e o partido católico, os quais, da sua forma,

⁸⁴ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 47.

⁸⁵ FABBRI, 2011, p. 10.

⁸⁶ ZAMAGNI, 2006, p. 3.

procuravam controlá-lo e enquadrá-lo politicamente. Disso e a frente de uma profunda e radical transformação na sociedade italiana, na direção de uma maior inclusão democrática e do nascimento de uma pluralidade de partidos políticos de vários modos, para articular e agregar interesses, resultou frustrada a tentativa de unificação das duas Centrais Cooperativas e em 1945 são reconstruídos a Liga Nacional de Cooperativas e mútuos (*Lega nazionale delle Cooperative e mutue*), mais rebatizada como *Legacoop*, de inspiração socialista e comunista e a Confederação Cooperativa Italiana (*Confederazione Cooperativa italiana - CCI*), então *Confcoop*, ligado ao movimento católico. Os partidos políticos concederam ao movimento cooperativo o compromisso de serem uma ligação das suas ideias para com a sociedade em geral. Em um clima de euforia floresceram novas cooperativas e começaram a se instaurar parcerias entre cooperativas em todo o país por meio de uma reorganização interna vertical para setores produtivos que visam a aproximação entre a dimensão econômica e social.⁸⁷

Já em setembro de 1945, quando ocorreu o primeiro congresso da *Liga Nacional das Cooperativas* depois da guerra, os elementos de orientação liberal haviam sumido, fundando a *União Italiana da Livre Cooperação* (UILC). A democracia cristã tinha abertamente convidado o movimento cooperativo de inspiração católica para a Confederação Cooperativa Italiana (CCI). A continuidade e fatores econômicos do segundo “*doppoguerra*” e a construção, sobretudo no *Mezzogiorno*⁸⁸ aceleraram a reconstrução dos sujeitos econômicos cooperativos. Nos anos de reconstrução pós-bélica, confirmada a estrutura do ordenamento criada pelo Estado Liberal, retirada a parte de clara inspiração fascista, vêm inseridos explicitamente referências à cooperação no direito constitucional e dentro de uma norma específica, a *Legge Basevi* (DLG 1577/47)⁸⁹, em que se introduzem controle

⁸⁷ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48.

⁸⁸ O mezzogiorno indica, para fins sociais, econômicos e políticos, os estados do sul da Itália.

⁸⁹ Legge Basevi (DLG 1577/47) Decreto legislativo (DLGS) Cooperative Sociali Il Decreto Legislativo del Capo Provvisorio dello Stato 14 dicembre 1947, n. 1577 (più noto come "LeggeBasevi", dal nome di Alberto Basevi, figura storica del movimento cooperativo che si adoperò per il riconoscimento giuridico e costituzionale della cooperazione) è la legge che definisce (art. 26) la tipologia di società cooperativa rispondente al riconoscimento della "funzione sociale della cooperazione a carattere di mutualità e senza fini di speculazione privata", contenuto nell'art. 45 della Costituzione. Da sottolineare la sostanziale coincidenza fra l'ispirazione della "Basevi" e quella dell'art. 45, elaborati nello stesso arco di tempo. La "Legge Basevi", tuttavia, pur dettando una serie di norme per le società cooperative, tanto da essere considerata una legge basilare per la stessa cooperazione, non affronta il problema di una definizione nuova e univoca della società cooperativa sul terreno civilistico. I

e garantias em um sistema misto de Estado e associações de categorias reconhecidas como o cooperativismo de cunho social com o “[...] *riconoscimento della funzione sociale della cooperazione avente carattere di mutualità e senza finalità di speculazione privata*”⁹⁰, para os serviços sócio-sanitários, de educação e inserimento no mercado de trabalho para pessoas em desvantagem, tudo isso em perfeita harmonia com o disposto no recente texto constitucional italiano. Nos anos 50, com uma maciça intervenção dos partidos políticos e do Estado republicano na gestão e organização do país, ao nascimento e desenvolvimento de numerosos institutos colaterais (também no campo econômico), a Itália passou a viver um processo de progressivo “*enfeudamento político*” das cooperativas (e também do Instituto Nacional de Crédito das Cooperativas), ao invés do reconhecimento da sua função de tutela da comunidade particular e de interesses. Somente mais para o final dessa década é que as cooperativas começaram a se liberar gradualmente do associativismo operário fundado na contraposição de um sistema de empresa capitalista em favor de uma visão que visa a uma maior eficiência econômica. O objetivo dos dirigentes do Partido Comunista era promover a cooperação como “*terceiro setor*” da economia italiana, após as empresas públicas e privadas, passarem por processos de reorganização. As *societades cooperative*, assim, tornam-se maiores e mais eficiente e algumas dessas “[...] *possono essere annoverate tra le maggiori imprese a livello nazionale, pur provocando non pochi problemi di coerenza rispetto all’originale scopo cooperativistico*.”⁹¹

O período após a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos setenta é um momento de êxtase seja porque o desenvolvimento econômico italiano ocorre em produções e setores de alta intensidade de capitais, seja porque as cooperativas permanecem ancoradas numa visão de defesa das classes trabalhadoras, enquanto são atormentados por uma escassez de instrumentos financeiros. A crise política desse período propõe a um papel de composição do conflito cooperativo (chegando

"requisiti mutualistici" definiti dall'art. 26, infatti, sono prescritti solo "agli effetti tributari". (<http://www.uil.it/cooperazione/Legge%20Basevi.pdf>).

⁹⁰ ... reconhecimento da função social da cooperação sobre o caráter de reciprocidade e sem fins de exploração privada (tradução livre)

⁹¹ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48. Eles podem ser contados entre as principais empresas a nível nacional, causando muitos problemas de coerência em comparação ao propósito original (tradução livre)

quase a atribuir um status de ator político ao movimento)⁹². Com um patrimônio de cerca de doze mil cooperativas e três milhões de sócios, o movimento cooperativo durante a reconstrução do pós-guerra⁹³ tinha realmente que estabelecer as novas bases, também porque o contexto econômico tinha mudado e o mercado italiano foi inserido no circuito mundial, as cooperativas passaram a se agrupar em centrais cooperativas e passaram a operar e ser administradas eficazmente quase como se empresas fossem.

A recém-promulgada Constituição italiana, elaborada em 1947, a qual entrou em vigor em 01 de janeiro de 1948, passou a reconhecer explicitamente a cooperação como digna de atenção especial no art. 45⁹⁴, dando origem a uma série de leis que concretizou esse determinismo, tanto no âmbito administrativo quanto fiscal. O principal problema ilustrado nesse período foi o desenvolvimento da cooperação pós-guerra e o fato de que as conclusões do Ministério do Trabalho apenas consideraram o número de cooperativas ativas, sendo inexistentes dados sobre as cooperativas inativas ou irregulares, fato que leva a uma conclusão irreal do movimento. A razão desse foco exclusivo no número de cooperativas foi dada por um subdesenvolvimento geral das estatísticas nos anos imediatamente pós-guerra, mas também pelo fato de que nenhuma cooperativa tinha dimensão suficiente para sugerir diferentes atenções.⁹⁵ Outrossim, até o censo de 1971, a cobertura das cooperativas por parte do Istat (*Istituto nazionale di statistica*)⁹⁶ é definitivamente insuficiente, fornecendo um total de empresas ainda menor do que o relatado pelas centrais cooperativas. Da mesma forma, as estatísticas fornecidas pelas Centrais, que excluem as cooperativas não filiadas, começam a ter alguma confiabilidade e

⁹² Ibidem, p. 48.

⁹³ ZAMAGNI, 2006, p. 3.

⁹⁴ Art. 45 La Repubblica riconosce la funzione sociale della cooperazione a carattere di mutualità e senza fini di speculazione privata. La legge ne promuove e favorisce l'incremento con i mezzi più idonei e ne assicura, con gli opportuni controlli, il carattere e le finalità. La legge provvede alla tutela e allo sviluppo dell'artigianato.

⁹⁵ Ibidem, p. 4.

⁹⁶ L'Istituto nazionale di statistica è un ente di ricerca pubblico. Presente nel Paese dal 1926, è il principale produttore di statistica ufficiale a supporto dei cittadini e dei decisori pubblici. Opera in piena autonomia e in continua interazione con il mondo accademico e scientifico. Dal 1989 l'Istat svolge un ruolo di indirizzo, coordinamento, assistenza tecnica e formazione all'interno del Sistema statistico nazionale (Sistan). Il Sistema è stato istituito con il d. lgs. 322/1989 come modificato dal dpr 166/2010 per razionalizzare la produzione e diffusione delle informazioni e ottimizzare le risorse destinate alla statistica ufficiale. Del Sistan fanno parte l'Istat, gli uffici di statistica centrali e periferici delle amministrazioni dello Stato, degli enti locali e territoriali, delle Camere di Commercio, di altri enti e amministrazioni pubbliche, e altri enti e organismi pubblici di informazione statistica. (<http://www.istat.it/it/istituto-nazionale-di-statistica>)

significado somente a partir do final de 1970. Eles fornecem, além do número de cooperativas, o número de sócios, o faturamento e o patrimônio. Zamagni⁹⁷ destaca que mesmo esses números, no entanto, são dispersos e pouco está sendo feito para melhor processá-los, até que, em 2000, a Unioncamere (*Camere di Commercio d'Italia*) começou a oferecer uma melhor análise dos dados.

Para Sacchetto⁹⁸ as lutas dos trabalhadores dos anos sessenta e setenta contrastam as formas cooperativas amplamente acusadas de praticar uma mera exploração da força de trabalho, enquanto que a afirmação parlamentar dos partidos de esquerda garantira ao movimento cooperativo a consolidação a um nível político. A derrota dos trabalhadores no final dos anos setenta modifica com profundidade o sistema das cooperativas, que visa a enfrentar o mercado e abrir-se para a meritocracia para usar “vestes” novas, a fim de não serem penalizadas e deixar o campo livre à iniciativa privada.

Destaca-se que as duas décadas (meados dos anos sessenta até meados dos anos oitenta) marcaram a *transformação final do perfil da sociedade cooperativa italiana*, sem abandonar as formas de solidariedade inicialmente propostas. Para Fabbri⁹⁹, a *competência profissional qualificada, a entrega no prazo, a hegemonia indiscutível* em determinados setores de produção, a prevalência competitiva nas principais áreas de emprego dos jovens, determinaram o sucesso de mercado das cooperativas e, sem emenda, registrou-se um aumento do número de parceiros e funcionários, um volume de negócios a aumentar a coerência e os ativos da sociedade.

Por fim, por Sacchetto¹⁰⁰ observa-se que durante os anos 80 a expansão do movimento cooperativo italiano ocupou grande lugar no setor de consumo, confirmando a lógica do *menor preço*. O mecanismo de contratação favorece a expansão dimensional, mas ao mesmo tempo causa um aumento no volume de negócios das cooperativas que se revezam nos serviços, a fim de acelerar o seu desenvolvimento, entre sócios e gerentes de cooperativas, as relações sociais mais rígidas marcadas pelo cumprimento de metas de produção. Enquanto isso, a reorganização do movimento cooperativo ocorre por meio de três processos: 1)

⁹⁷ ZAMAGNI, 2006, p. 5.

⁹⁸ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48.

⁹⁹ FABBRI, 2011, p. 12.

¹⁰⁰ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48-49.

formação e autoformação dos gestores por meio de cursos especiais que acompanham sua experiência diária de campo; 2) a entrada de profissionais específicos que podem compensar a falta de *know-how* interno; 3) uso de consultores externos para identificar e otimizar os mecanismos de negócios na direção de uma maior eficiência. O cooperativismo tornou-se, então, peculiar componente de desenvolvimento econômico na Itália, em aspiração a emancipação econômica de estratos sociais à margem do desenvolvimento.

1.2.3 Sociedade, política e cooperação na Itália atual

Difícil pensar ou conhecer a Itália sem lembrar ou viver alguma experiência com o seu vivo e atuante cooperativismo, até porque esse país vê na cooperação *uma inspiração e um valor cívico de emancipação e rebelião*. Por outro lado, mesmo atualmente, a teoria econômica cooperativa mostra, todavia, *insegurança técnica*, sendo uma forma comum e imperfeita de livre concorrência. Stefano Bragadin¹⁰¹ defende que, na verdade, o princípio econômico cooperativo não é autônomo e alternativo, mas complementar ao mercado e mesmo quando há uma diferenciação no preço dos produtos vendidos na cooperativa de consumo, há, desse modo, um regime de livre concorrência. Para o autor, “[...] *le cooperative, quando hanno raggiunto il loro pieno sviluppo, diventano onopoli... organismi economici chiusi che riserbano a sé medesimi i benefizi di cui sono fecondi*”.¹⁰²

Desde o início dos anos noventa, o papel da chamada “*cinghia di trasmissione*”¹⁰³ que os partidos políticos atribuíram às cooperativas é menor e as novas orientações políticas permitem ao movimento cooperativo o início de um processo, aparentemente irrefreável, de crescimento do pondo de vista patrimonial e dimensional. Saindo um pouco da teoria e, especialmente na Itália, se afirmando como sociedades reais¹⁰⁴, eles começam a formar sociedades anônimas e no

¹⁰¹ BRAGADIN, 2005, p. 23.

¹⁰² BRAGADIN, 2005, p. 24.

¹⁰³ Tradução livre como “correia de transmissão”. Expressão usada por SACCHETTO; SEMENZIN, 2014.

¹⁰⁴ Sim. O que se percebe na Itália, como no Brasil, é a utilização do termo “cooperativas” para sociedades, que na realidade são grandes empresas de capitais ou por vezes até sociedades anônimas. Sobre isso ver as críticas de Frau às alegadas falsas cooperativas no sistema econômico italiano. O direito das sociedades em vigor na Itália divide cooperativas em dois tipos: aqueles com a mutualidade “prevalente”, que geram a maioria das vendas no intercâmbio com os seus membros, e

mercado de ações, na linha de uma nova estratégia de negócios. A transformação política das cooperativas é exemplificada pelas declarações de Giancarlo Pasquini, então presidente da Legacoop:

Basta con le ideologie. Mazzini nel secolo scorso sosteneva che lavoro e capitale devono stare nelle stesse mani. Ci consideri su quella linea. Il movimento cooperativo predilige quindi un'impostazione liberale, secondo la quale i vantaggi della cooperativa possono essere goduti anche dal non socio. Questo concetto di mutualità esterna, già presente in passato, viene così ritualizzato e rinvigorito.¹⁰⁵

Nesse mesmo período, foi realizada uma transformação importante da estrutura organizacional, produtiva e financeira da *Legacoop*, tentando respeitar os princípios fundadores da participação econômica e do controle democrático dos membros. Entre 1991-2001, os benefícios fiscais e uma certa aprovação dos

as outras, sem a exigência da palavra "prevalência, que realizarem o seu volume de negócios operam no mercado como qualquer outra empresa. Para Frau, a função social da cooperação de natureza mutualista e sem fins de exploração privada, é reconhecido no artigo 45 da Constituição italiana, que estabelece que "a lei promove e incentiva o desenvolvimento da cooperação com os meios apropriados e garante, com controles adequados, seu caráter e propósitos". Por outro lado, o mesmo autor destaca que a anomalia do sistema cooperativo italiano reside no fato de que o referido texto legal "[...] reconhece a função social e característica de mutualidade e sem fim de especulação privada, concedendo-lhes benefícios fiscais substanciais". Ocorre que, a maior parte das grandes cooperativas italianas como a Unipol, Aurora (empresas de seguros), Coop e Conad (empresas de distribuição), nos setores de habitação e imobiliário, nada possuem de mutualístico ou de função social, prejudicando diretamente a economia do país. Para esse crítico italiano, os sócios, são mais sócios dependentes do que consumidores, já que não possuem mais do benefícios com escopo mutualístico. Particularmente no setor de varejo de grande distribuição em que operam os vários membros das Cooperativas de consumo, os socios não desfrutam de vantagens significativas para os clientes de outras redes de varejo. A única vantagem aparente são as iniciativas de alguns descontos apenas para os membros. Mas isso também ocorre com outras grandes cadeias de concorrentes que oferecem produtos a preços promocionais para os clientes leais com "cartão de fidelidade. Estas políticas comerciais abrangem as práticas chamadas de "marketing social" destinado a fidelização do cliente. O mesmo autor acrescenta ainda que as cooperativas são uma espécie de "organismos geneticamente modificados", que, apreciando muitos privilégios, criam uma distorção do mercado em detrimento da concorrência com outros tipos de empresa que não estão sujeitos à tributação normal dos lucros. Para não falar das posições monopolistas que são titulares em muitas áreas e em regiões importantes de nosso país, com graves prejuízos para os mesmos socios e os consumidores em termos de conveniência. (FRAU, 2010, p. 439-445).

¹⁰⁵ SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 49. Ainda: "La Legge 59/1992 introduce due nuovi strumenti di finanziamento: 1) il socio sovventore che partecipa al rischio di impresa, ma non allo scambio mutualistico, con l'obiettivo di vedersi remunerato il capitale investito; 2) le azioni di partecipazione cooperativa al portatore, liberamente cedibili, acquistabili dagli stessi soci seguendo modalità di remunerazione privilegiate anche se vincolate. Inoltre questa legge istituisce i fondi mutualistici." ... Chega de ideologias. Mazzini, no século passado sustentou que o trabalho e o capital deviam estar nas mesmas mãos. Consideramos nessa linha. O movimento cooperativo assim prefere a abordagem liberal, segundo a qual as vantagens da cooperativa podem ser apreciadas até mesmo por não-sócios. Este conceito de mutualidade externa, já está presente no passado, vem agora reutilizado e renovado. (tradução livre)

sindicatos permitiram uma expansão do movimento cooperativo: o número de cooperativas aumentou cerca de 50%, enquanto o emprego aumentou 41% em comparação com uma média de 7,8% geral da Itália. Em 2001, as cooperativas eram 1,2% das empresas ativas e empregavam 5% dos empregados¹⁰⁶. A expansão do tamanho das cooperativas católicas e de esquerda modifica também as relações com os partidos políticos e os sindicatos de referência, que, desde então, atravessavam uma grande crise. As relações entre sindicato, movimento cooperativo e partidos políticos nunca foram lineares nem pacíficas. Se até os anos setenta o movimento cooperativo *suportou* a pressão vinda dos partidos, a fim de obter uma legislação favorável, nesse período sucessivo a relação de interdependência e condicionamento mútuo tornou-se restrita aos líderes das principais funções.¹⁰⁷

A leitura que se faz é que contrariando a estagnação da economia italiana, a criação de novas cooperativas parece em níveis incomparáveis já que entre 2001 e 2011 o número de cooperativas aumentou em mais de 14%, chegando ao final do período em quase oitenta mil unidades, assegurando a manutenção dos níveis de emprego, já que se observa que no mesmo período, a força de trabalho ocupada nas cooperativas, incluindo os não sócios, era de 1,3 milhões de pessoas, o que representa 7,2% de todos os empregados totais na Itália.¹⁰⁸ Conforme Sacchetto e Semenzin, “[...] *L'imprenditorializzazione delle cooperative garantisce il loro sviluppo, che coincide con il passaggio dalla piccola alla media-grande dimensione [...]*”¹⁰⁹. Na organização do movimento cooperativo, começa a assumir uma importância crescente na forma de “*grupo cooperativo*”, que inclui a participação mista de cooperativas e empresas tradicionais.

Em 2011, após um longo período de uma espécie de “divisão” no movimento cooperativo no país, as três centrais do movimento, a *Legacoop*, de inspiração sócio-comunista, a *Confcooperative*, de derivação católica e a *Agci*, de ideais liberais e republicanos, se reuniram na Aliança das Cooperativas italianas (*Alleanza delle Cooperative Italiane*), uma vez que registros mostram que no ano de 2010 faturaram

¹⁰⁶ Ibidem, p. 50.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 50.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 51; CENSIS (ed), Primo rapporto sulla cooperazione in Italia, p. 7-9.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 50; CENSIS (ed), Primo rapporto sulla cooperazione in Italia, Roma, Censis, 2012, p.11.... O empreendedorismo das cooperativas garante o seu desenvolvimento, o que coincide com a transição de pequeno a médio- grande porte (tradução livre)

cerca de 140 bilhões de euros.¹¹⁰

De acordo com Fabbri e Sacchetto, hoje as sociedades cooperativas representam cerca de 7% do PIB italiano. Ademais, são mais de um milhão e cem mil funcionários, doze milhões de membros e em posições de excelência em vários setores da economia nacional. No entanto, olhar para o passado, para as suas raízes, com os ideais de uma época cooperativa, não deve ser um mero exercício filosófico ou comercial.

A leitura de sua história deve desempenhar principalmente como uma oportunidade para melhorar o momento mais feliz da sociabilidade, de orgulho no seu trabalho, autonomia e democracia econômica: basta pensar que hoje, na Itália, mais de duzentas são cooperativas nascidas há mais de um século, mas ainda em funcionamento.

O mérito dos resultados, com o tempo, leva ao compromisso de gerações de membros e trabalhadores que dedicaram sua inteligência e suas habilidades na construção de uma ferramenta disponível a todos aqueles que necessitam e mantêm com uma assunção de responsabilidade e compromisso compartilhado¹¹¹. O governo do país, por seu turno, tem fomentado o desenvolvimento de cooperativas financeiras que, por sua vez, investem em novas cooperativas de trabalhadores, já que a contribuição estatal consiste em pagar subvenções médias de desemprego às pessoas interessadas durante um período de três anos.

Outrossim o que se observou ainda foi que a estrutura do movimento cooperativo italiano não só parece enfrentar a crise econômica internacional, mas também colher os benefícios. A partir desse ponto de vista, Giuliano Poletti, então presidente da Legacoop e atual ministro do Trabalho, afirmou que a cooperação “[...] *rappresenta una risorsa per uscire dalla crisi e un modello di impresa sul quale puntare per un rilancio dell’economia del paese*”¹¹². A capacidade de expansão do movimento cooperativo no decorrer dos últimos anos está relacionada a vários fatores, incluindo, sem dúvida, algumas medidas legislativas e a capacidade de comprimir suas condições de trabalho¹¹³.

¹¹⁰ Ibidem, p. 52.

¹¹¹ FABBRI, 2011, p. 13.

¹¹² Poletti citado por SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 49.... Representa um recurso para sair da crise e um modelo de negócio no qual aponta para uma revitalização da economia do país. (tradução livre)

¹¹³ Ibidem, p. 49.

Dada a sequência determinante para o desenvolvimento lógico deste trabalho, na sequência serão apresentados, dentre vários deles, um dos produtos do movimento cooperativo em si, as sociedades cooperativas, mas em caráter especial as principais diferenças entre seus tipos possíveis, inclusive pontuando em que momento das suas atividades o elemento da cooperação parece estar mais evidente. Esta análise também ocorrerá quando nos referirmos à relação do cooperativismo (e da própria cooperação) com as entidades internacionais descritas.

CAPÍTULO 2

UM DOS PRODUTOS DO COOPERATIVISMO: AS SOCIEDADES COOPERATIVAS

As cooperativas estão longe de ser somente um fenômeno
circunstancial historicamente datado e passageiro.

(Rui Namorado)

Partindo dos elementos internacionais caracterizadores da introdução do movimento cooperativista moderno na economia mundial, demonstrando o papel fundamental da Europa neste panorama, de relevância e ligação com o elemento de controle do problema e dos marcos teóricos, o segundo capítulo aborda inicial e não exaustivamente uma das razões da existência do movimento: as sociedades cooperativas e suas mais variadas espécies, justificando, em especial, dada suas atividades e características a verificação mais destacada da cooperação e solidariedade entre seus sócios. Esse item justifica-se, uma vez que, dada as características de cada tipo de cooperativa, as de cunho tradicional ou popular, sua relação com os sócios e com a sociedade (macro) serão diversas, ressaltando suas características quando da análise das experiências concretas da cooperação contemporânea vivida.

Ademais, diretamente ligadas aos aspectos da cooperação, do cooperativismo e das sociedades cooperativas, algumas instituições de direito internacional público, como Organização das Nações Unidas e Organização Internacional do Trabalho, e de direito internacional privado, como a Aliança Cooperativa Internacional, serão o escopo deste item. Nesta mesma linha de raciocínio e com o objetivo de contextualizar a intenção internacional de apoio e práticas institucionais sobre a necessária cooperação entre os seres humanos e de incentivo às sociedades cooperativas (sejam elas de modelo clássico ou não), será abordado o que é chamado de “direito de integração” na América do Sul e na União Europeia, inclusive demonstrando que, dado um modelo de legislação proposta, tanto na nesta como naquela, objetiva-se a harmonização legislativa e o incentivo à políticas públicas na área.

2.1 COOPERATIVAS E COOPERADOS: CONTORNOS INICIAIS E HOMOLOGATÓRIOS

2.1.1 A união de pessoas com objetivos e finalidades comuns- as sociedades cooperativas e sua diversidade

A cooperação, como fundamento teórico- principiológico, existe desde muito cedo na história do homem, relacionando-se diretamente com a busca da qualidade de vida, seja no aspecto econômico, seja no aspecto social da vida dos cidadãos. Com o advento da revolução tecnológica no mundo contemporâneo e industrializado, a diminuição dos postos de trabalho ocasionou desequilíbrio na vida social, precariedade do mercado de trabalho e aumento da exclusão social, cabendo, então, às pessoas buscarem “[...] *formas alternativas de autopreservação, numa ação organizada e cada vez mais consciente*”¹¹⁴. Para tanto, o caminho apontado para buscar formas de superação do desemprego e da precarização do trabalho seria o crescimento econômico, em que os desempregados deveriam se qualificar ou requalificar para que pudessem ser inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho.¹¹⁵

Passadas as premissas iniciais para o desenvolvimento lógico da presente tese, é mister aqui partir da cooperação para o seu produto: as sociedades cooperativas e os seus cooperados. Ocorre que, antes mesmo de abordar o tema mais específico sobre o paradigma da cooperação, objeto principal deste estudo, é imperiosa a necessidade de alguns esclarecimentos e definições pontuais sobre as cooperativas, as quais, no ordenamento pátrio, diferem-se das sociedades empresariais, uma vez que são sociedade simples (art. 982 do CC). Elas são constituídas em razão de características pessoais dos cooperados e para atender às suas necessidades, os quais se unem para, com objetivo econômico comum, juntar esforços para a concretização de determinado fim. Na sociedade empresarial, por seu turno, seu objeto é definido e dirigido para o mercado de consumo com o intuito de obter lucro, e posterior repartição deste com seus sócios ou acionistas, de acordo com a participação societária de cada um deles.

¹¹⁴ JUSTINO, 2002, p. 12.

¹¹⁵ OLIVEIRA, L., 2005, p. 104.

Atualmente, haja vista todas as transformações que vêm passando o mundo globalizado, frente ao capitalismo e suas exigências, as sociedades cooperativas são vistas como um meio, uma alternativa para que seus sócios possam alcançar objetivos/ necessidades econômicas e sociais comuns. E é justamente esse o ponto de intersecção, de ligação entre o objeto desse item com as lições do Prof. Raffaele De Giorgi, principalmente com relação ao papel e às consequências do risco na sociedade contemporânea, a sociedade de risco.

É importante destacar nesse momento, antes de mais, um conceito essencial para descrição e compreensão da atual sociedade: o risco, sendo ele ilimitado de uma imprevisibilidade dos efeitos de uma decisão assumida e em razão da própria improbabilidade característica da própria modernidade, haja vista o grande número de possibilidades para qualquer escolha. Raffaele destaca que não nos é permitido prever inteiramente o futuro, já que esse é melhor apresentado como a expressão de um processo. “[...] *segurança é um conceito ilusório que mascara o problema real. Não há segurança que esteja livre do risco*”.¹¹⁶

Os dados relativos ao movimento cooperativistas do passado passam a não mais servir somente ao futuro, até porque não é mais possível planejá-lo, sendo muito difícil saber, previamente, quais serão todos os resultados de uma decisão tomada no presente, apesar de todos os esforços de planejamento, já que, como ensina Raffaele De Giorgi, “[...] *esses futuros não podem ser construídos racionalmente, assim como a sociedade contemporânea não é o resultado de uma construção racional, mas o resultado de si mesma*”.¹¹⁷

Mais especificamente sobre o risco em si mesmo, tem-se que ele é uma forma específica de *relação com o futuro, não sendo* ele um dado existencial e muito menos uma evidência da sociedade contemporânea¹¹⁸, configurando-se um produto de uma relação de incerteza e indeterminabilidade. Hammerschmidt, citando Beck¹¹⁹, destaca que a sociedade atual (essa no aspecto macro) caracteriza-se pela existência de riscos, os quais são diferentes dos perigos, uma vez que estes são desastres naturais ou pragas de outras épocas, pois que são *artificiais*, no sentido de que são produzidos pela atividade do homem e vinculados a uma decisão deste.

¹¹⁶ DE GIORGI, 1998, p. 220.

¹¹⁷ DE GIORGI, 2008, p 23.

¹¹⁸ Ibidem, p. 23.

¹¹⁹ HAMMERSCHMIDT, D. apud BECK, 1998, p.120.

Por sua vez, perigos são as circunstâncias fáticas, naturais ou não, que sempre ameaçaram as sociedades humanas.

Ademais, ligadas às características dos riscos a que estão expostas a atual sociedade, incluindo-se aí, de forma micro as próprias sociedades cooperativas, outro fator a que estão expostas é em função de decisões políticas muitas vezes tomadas à sua revelia, priorizando os requerimentos dos mercados já que quando se fala de risco, refere-se à produção de danos, as quais são consequências de decisões (ações ou omissões) humanas.

Ainda, o Prof. Raffaele destaca que desde o momento em que a sociedade moderna começou a considerar-se moderna, sua característica principal é a mudança contínua, já que a ela falta identidade com o passado. O mundo expande-se com a expansão da sociedade. O risco, então, é uma característica estrutural da complexidade da sociedade moderna, não tendo relação o com perigo dos antigos. Para o referido professor,

O risco dos modernos expande o potencial para as decisões, duplica a possibilidade de escolha, racionaliza a incerteza (no sentido que permite ativar mecanismos de sua absorção), bifurca os caminhos do agir possível e duplica suas bifurcações. As alternativas multiplicam-se e, em relação ao futuro, esta multiplicação é racional.¹²⁰

Poucos economistas e estudiosos em direito das sociedades podem dar uma definição exata dos requisitos essenciais que devem possuir uma sociedade cooperativa e quais são os principais elementos que a diferenciam de outras formas de sociedades. Para Frau, *“La specificità delle cooperative è racchiuso nel fatto che esse sono associazioni di persone e nello stesso tempo sono anche delle vere e proprie imprese”*.¹²¹ Os membros de uma cooperativa se unem para construir e gerir uma atividade econômica, a qual, de forma unitária ou individual, por si só não seria capaz de atuar de forma rentável.

No entanto, no capítulo anterior fez-se referência a apenas a alguns países com vertentes diversas sobre o cooperativismo, porque, ao oferecer um conceito de cooperativa, depara-se também com determinantes geográficas. É verdade que os princípios cooperativos têm a intenção de destacar uma certa *coincidência substancial* do fenômeno cooperativo, independentemente do território onde ele

¹²⁰ DE GIORGI, 1998, p. 391.

¹²¹ FRAU, 2010, p. 273.

ocorre (ou seja, quando há o objetivo de satisfazer as necessidades por meio de uma sociedade de propriedade conjunta e com gestão e democrática). A verdade é que o papel das cooperativas está longe de ser somente uma coincidência, já que, por exemplo, nos países menos desenvolvidos, a cooperativa destina-se, em muitos casos, ser uma possível correção marginal do desequilíbrio do sistema, enquanto que em países europeus, incluindo suas funções originais, têm-se muito presente o fortalecimento e a articulação adequada do fenômeno da cooperativa, destinado não a alterar o sistema ou substituí-lo, de acordo com algumas concepções utópicas de cooperação econômica, mas de confiar um papel integrador nele mesmo.¹²²

Cooperativas, como outras sociedades, atuam ou podem atuar no mercado para cumprir seus propósitos. Nesse sentido, podemos dizer que isso não é necessariamente uma sociedade exclusivamente mutualística (no sentido de ser incapaz de executar serviços em relação com o objeto social mais do que entre os sócios e sociedade), mas para um tipo societário de configuração diversa que opera, como os outros, para beneficiar seus próprios sócios¹²³, devendo-se, portanto, ser verificada a máxima utilidade das estruturas organizacionais da entidade, a fim de possibilitar que cooperativas realizem transações com terceiros, podendo, no entanto, excepcionalmente, que haja um limitador do volume dessas operações.

Da mesma forma, é possível verificar que, diversamente do que ocorre em uma sociedade empresarial, na cooperativa a pessoa do cooperado é a sua própria razão de existir e sua vontade de atuar em comum é denominada como *affectio societatis*, pois, conforme Miranda, “[...] a consciência dos sócios em agir como membros da coletividade social, aderindo uns aos outros, marchando juntos para a finalidade social e expostos a uma álea comum”.¹²⁴ Não é apenas a afeição entre os sócios, mas entre eles e a própria sociedade.¹²⁵

Para Perius, nas sociedades mercantis, a *affectio societatis* existe em função do ânimo de lucro e elas somente sobrevivem se o obtiverem (são formadas para isso), ao passo que nas cooperativas predomina a intenção de cooperação e colaboração entre seus membros, a promoção do trabalho dos seus sócios, efetivando-se pela contribuição e colaboração mútua de todos os seus sócios

¹²² VERRUCOLI, 1958, p. 102.

¹²³ Ibidem, p. 104.

¹²⁴ MIRANDA, 1973, p. 430.

¹²⁵ LOPES, 2011, p. 118.

cooperados.¹²⁶ Essa característica da organização cooperativa faz com que os cooperados assumam, sempre, uma dupla posição jurídica: eles são, ao mesmo tempo, sócios e destinatários da atividade societária. Ou melhor, a sua condição de sócios atribui-lhes o direito de se beneficiarem, diretamente, do funcionamento da sociedade.

Ocorre que, o que por vezes é verificado na prática tanto brasileira como internacional, a exemplo do que já dito sobre a Itália, é que existem muitas sociedades constituídas na forma de cooperativas, mas que na realidade agem em todos os sentidos como se fossem uma empresa normal, uma sociedade empresarial, buscando um lucro, mas, ao mesmo tempo, beneficiando-se de algumas pequenas vantagens que somente as cooperativas poderiam usufruir. Por isso, o que se pretende aqui é realizar uma análise baseando-se em experiências relacionadas às cooperativas reais e não em empresas *nas vestes* daquelas.

Assim, como dito acima, as diferenças são significativas e separam os dois tipos de organizações: as sociedades cooperativas das sociedades empresariais.

Ademais, ao tratar exclusivamente das sociedades cooperativas, mesmo dentro desse panorama, existem diferenciações a serem observadas, especialmente no que tange às cooperativas tradicionais, ou, paradoxalmente também chamadas de cooperativas empresariais, entre as cooperativas populares, conhecidas como uma nova forma cooperativismo, “[...] *compostas por setores sociais marginalizados e organizados num campo oposto à lógica predominante do capital*”, com forte apoio dos sindicatos e entidades progressistas, mais particularmente, das universidades públicas”¹²⁷ e entre as cooperativas sociais. Conforme destaca Afanio,

As cooperativas populares, além de estarem diretamente ligadas aos princípios basilares e históricos do cooperativismo mundial, aproximam-se de sobremaneira das camadas mais populares da sociedade, buscando espaços para atuarem num exercício de cooperação e de solidariedade. Elas estão sendo construídas de tal

¹²⁶ PERIUS, 2001, p. 69.

¹²⁷ JUSTINO, 2002, p. 19. Ainda, Segundo HARDER, além das universidades brasileiras organizadas em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, o cooperativismo de perfil popular é também fomentado a partir da iniciativa de movimentos sociais, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), de cooperativas de crédito vinculadas ao Sistema CRESOL e organizações como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a Fundação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), entre outros. (HARDER, 2005, p. 71).

forma, que confundem-se, em grande medida com o próprio movimento popular.¹²⁸

Gilvano S. Rios¹²⁹ refere-se ao termo *cooperativismo popular, de base popular ou solidário*, por colocar de maneira explícita uma perspectiva oposta ao, na sua visão, *cooperativismo de negócios ou empresarial*. Para ele, o cooperativismo solidário se diferencia do cooperativismo tradicional em pelo menos dois aspectos: o primeiro, no que diz respeito à configuração dos associados, e o segundo, no que se refere aos mediadores. E se para as cooperativas tradicionais e para as pequenas empresas em geral a competição no mercado é árdua, para as cooperativas populares o desafio é imensuravelmente maior. Nessa perspectiva, destacam-se as palavras de Gediel:

O trabalho com as cooperativas e com o cooperativismo popular, radicalmente genuíno, traz para o cerne das relações econômicas a ética da solidariedade, apontando para interesses gerais também presentes nas relações econômicas [...]. A revalorização desses princípios constitucionais afetados pela economia do mercado e pelas distorções da cultura política brasileira encontra nas cooperativas populares espaço de exercício pedagógico da cidadania, pois o cooperativismo valoriza e aplica, efetivamente, a democracia, que resiste e gera tensões diante de decisões políticas que atendam a outros interesses que não sejam os interesses públicos e gerais da população.¹³⁰

Para Oliveira¹³¹, as cooperativas populares passam a exercer um novo papel na sociedade, apresentando um desenho estrutural e gerencial que as qualifica como novos atores sociais. A cooperação e solidariedade almejada por eles, são elementos que privilegiam a autogestão, a democracia e a distribuição coletiva dos resultados.

¹²⁸ AFANIO, 2006, p. 70.

¹²⁹ RIOS, s/d, p. 10. Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo informal, 'sem lei e sem documento', não financiado e nem mesmo reprimido. [...] Por isso mesmo ele costuma também ser apresentado como uma 'terceira via' entre o capitalismo e o socialismo. Mas não existe 'terceira via', ou o cooperativismo se subordina ao capital e seus interesses, ou o cooperativismo é um instrumento e função de um projeto socialista." (RIOS, 1987, p. 65).

¹³⁰ GEDIEL, 2001, p. 94.

¹³¹ OLIVEIRA, 2004, p. 4.

É necessário fazer um destaque merecido para o ano de 1995, o qual culminou com a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares¹³², pela COPPE-UFRJ, como resultado das reflexões provocadas pelo quadro de crise social no país, fixando-se como marco da história do Cooperativismo Popular no Brasil, dialogando com os princípios do cooperativismo e buscando uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo para a difusão e o fortalecimento do movimento no país. Esse modelo de Incubadoras¹³³ foi reproduzido para quase todos os Estados do Brasil e, em 17 de novembro de 2010, o então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva promulgou o Decreto n 7.357/2010, cujo objetivo principal era institucionalizar e regulamentar como um *efetivo* programa do governo federal o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), isso porque, na verdade, essa iniciativa já existia desde 1998, quando algumas entidades não governamentais, a exemplo da Fundação Banco do Brasil e alguns órgãos públicos, externaram apoio às ações das incubadoras nas universidades. O programa surgiu e quase desapareceu no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, por falta de verbas, ressurgindo em 2003, sob a coordenação da SENAES, mas tornando-se legalmente reconhecido somente em 2010 com o decreto supramencionado.

Singer destaca que

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 102 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária, vinculadas às instituições de ensino superior e tecnológico, foram

¹³² As universidades auxiliam, por meio de assessoria treinada, a constituição de cooperativas, tendo como meta promover a inserção no mercado formal de trabalho de segmentos sociais economicamente marginalizados. Seu público-alvo é o contingente de trabalhadores desempregados ou vinculados ao plano da economia informal." A metodologia de incubação pretende, além de fortalecer a cidadania de todos os envolvidos, organizar grupos interessados em criar cooperativas, transmitir os princípios do cooperativismo por meio de cursos de formação, desenvolver assessoria especializada durante o processo de estruturação legal das cooperativas incubadas, investigar atividades viáveis, buscar treinamento da mão-de-obra, e principalmente, dar suporte e assistência administrativa, jurídica e contábil às cooperativas incubadas. Em 22 de março de 1999, com a presença de pesquisadores representantes de incubadoras de diversas universidades brasileiras, sindicatos e movimentos sociais, foi lançado na Universidade Federal do Paraná o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares." (POPP, 2002, p. 28.)

¹³³ "As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) constaram e apontaram, de forma unânime, que o conteúdo da Lei nº 5.764/71 é insuficiente e inadequado para atender as necessidades das cooperativas populares urbanas e rurais, principalmente, porque o texto normativo destina-se, prioritariamente, às sociedades agrícolas, estruturadas em uma visão empresarial e agro-exportadora da política ocidental da década de 60, que resultou na obstrução do cooperativismo agrícola popular e da reforma agrária." (SILVA, 2006, p. 8,1 citando GEDIEL, José Antônio Peres)

apoiadas e fortalecidas para a incubação de 650 empreendimentos econômicos solidários em todo o país, conforme previsto no Decreto nº 7.357/2010 que instituiu o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc).¹³⁴

O cooperativismo popular, propugna, então, pelo trabalho autogestionário, pela democracia econômica e pela inclusão socioeconômica. Tal modelo está inserido em uma estrutura social complexa, contraditória, que a sociedade brasileira representa no capitalismo atual. Além do mais, possui uma carga histórica de um cooperativismo nacional imbuído de interesses elitista agrário coerente com os interesses do capitalismo internacional, que não enfrentou a propriedade privada da terra.¹³⁵

Outrossim, cabe ainda trazer à discussão as lições de Singer¹³⁶, contempladas por Josviak¹³⁷, no que tange à autogestão, uma das principais diferenças entre as cooperativas populares e da economia capitalista tradicional. A empresa capitalista utiliza a heterogestão, havendo a nítida administração hierárquica, em que o fluxo de informações e consultas flui de baixo para cima e o contrário ocorre com as ordens e instruções, exigindo-se cooperação para que o trabalho flua da melhor forma, representando a competição existente no mundo do trabalho capitalista. Por outro lado, na empresa solidária necessita de administração democrática, as decisões devem ser tomadas em assembleias, com a participação dos sócios ou de delegados por seções ou departamentos (sistema horizontal de gestão).

Ao lado das cooperativas populares encontram-se as cooperativas sociais, as quais merecem atenção, já que suas primeiras iniciativas surgiram na Europa entre as décadas de 1970 e 1980, visando ao inserimento social e econômico de cidadãos em desvantagem. Dentre as experiências europeias, a Itália encontra posição de destaque já que inaugura o marco legal em nível mundial, com a Lei nº 381 de 1991, ratificando uma situação dinâmica existente desde os anos 70, período esse de muitas conquistas civis, a saber: a escola pública italiana começa a receber pessoas

¹³⁴ ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS DESAFIOS DA SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. Paul Singer, Roberto Marinho A. da Silva e Valmor Schiochet. p. 15 (http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/Livro/artigo_15.pdf.pagespeed.ce.Zci-9LUVcU.pdf).

¹³⁵ AFANIO, 2006, p.78.

¹³⁶ SINGER, 2002, p. 17.

¹³⁷ JOSVIK, 2007, p.98.

com necessidades especiais, nasce o Serviço de Saúde Nacional, cada cidadão italiano pode usufruir de um serviço público de saúde, são fechados os manicômios e uma lei confere direitos aos doentes mentais. Para a referida lei, existem dois tipos de cooperativas sociais, uma conhecida como Tipo A, que tem por objetivo a promoção de assistência social às pessoas em considerada desvantagem econômica e social, com maior cuidado com as pessoas portadoras de alguma deficiência, com os idosos, com os jovens em risco social e recém saídos do sistema prisional. Já as cooperativas sociais italianas de Tipo B tratam de realizar a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, encarregando-se, também, da sua reinserção social.

No Brasil, por sua vez, o cooperativismo social foi regulamentado pela Lei nº 9867/1999¹³⁸ e tem por objetivo o cooperativismo Tipo B italiano, ou seja, *a inserção as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos.*

Por fim, longe de se pretender ainda apresentar uma outra simples diferenciação dentro da classificação das sociedades cooperativas e tampouco com o objetivo de demonstrar um rol taxativo e limitado, haja vista que os cooperados

¹³⁸ Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica:

Art. 1º As Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e incluem entre suas atividades:

I – a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; e

II – o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

Art. 2º Na denominação e razão social das entidades a que se refere o artigo anterior, é obrigatório o uso da expressão "Cooperativa Social", aplicando-se-lhes todas as normas relativas ao setor em que operarem, desde que compatíveis com os objetivos desta Lei.

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei: I – os deficientes físicos e sensoriais; II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos; III – os dependentes químicos; IV – os egressos de prisões; VI – os condenados a penas alternativas à detenção; VII – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

§ 2º As Cooperativas Sociais organizarão seu trabalho, especialmente no que diz respeito a instalações, horários e jornadas, de maneira a levar em conta e minimizar as dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem que nelas trabalharem, e desenvolverão e executarão programas especiais de treinamento com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica e social.

§ 3º A condição de pessoa em desvantagem deve ser atestada por documentação proveniente de órgãos da administração pública, ressalvando-se o direito à privacidade.

Art. 4º O estatuto da Cooperativa Social poderá prever uma ou mais categorias de sócios voluntários, que lhe prestem serviços gratuitamente, e não estejam incluídos na definição de pessoas em desvantagem.

têm ampla flexibilidade na criação de sua cooperativa, bastando, para tanto, que a sociedade atenda, além das necessidades pessoais dos sócios, à atividade econômica que se proponha, trar-se-ão outras conceituações dentro do ramo das cooperativas tradicionais, ou como dito acima, cooperativas vistas como empresariais. Essa tipologia é necessária já que a natureza orgânica e a finalidade desse tipo societário estão diretamente relacionadas aos objetivos e às necessidades advindas antes da sua constituição, possibilitando, dessa forma, “[...] reconhecer também os elementos que sustentam essas propostas de ação política”¹³⁹.

É oportuno destacar, por outro lado, o pensamento de Perius sobre eventual separação das cooperativas em ramos. Tal autor é enfático negando essa possibilidade, já que, para ele, uma definição rígida de ramos seria um resquício de uma visão equivocada de um cooperativismo classista do Decreto-Lei nº 22.239/32, em que estabeleceu-se elevada estratificação das cooperativas. “A tipologia liga-se à classe de sócios, e esta se vincula à luta de classes, quer perpassou os ideólogos do sistema na sua fase embrionária”¹⁴⁰. E sua afirmação está baseada em dois fundamentos: o primeiro diz respeito ao disposto no artigo 5 da Lei nº 5.764/71¹⁴¹, uma vez que, superando um cooperativismo de classes, as sociedades cooperativas poderiam, adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, independente da qualidade dos sócios. O segundo fundamento está diretamente relacionado a um princípio chamado pelo autor de “*princípio da integração cooperativista*”, o qual universaliza a cooperativa para todas as classes sociais sem que haja distinções entre elas e que, em havendo, deve-se buscar a integração por meio de associação, federalização, fusão ou incorporação.

Destaca-se ainda que a própria atual legislação cooperativista prevê sim modalidades de cooperativas baseadas no grau de organização da sociedade, uma vez que, se constituídas por pessoas físicas, são consideradas cooperativas singulares ou de primeiro grau; se constituídas por outras cooperativas, são

¹³⁹ PONTES, 2004, p.143.

¹⁴⁰ PERIUS, 2001, p. 64 e sss.

¹⁴¹ Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

cooperativas centrais/federação ou de segundo grau, e, por fim, se constituídas por confederações, são consideradas de terceiro grau.

Assim, respeitada a salutar opinião do autor supramencionado¹⁴², e muito embora a lei de fato não trate de *ramos* de sociedades cooperativas tampouco *ramos* relacionados às qualidades dos sócios, didática e axiologicamente faz-se necessária uma separação para uma melhor compreensão, levando-se em consideração o objeto de constituição das mesmas e verificação de suas peculiaridades.

Dessa forma, muito embora hajam diversas classificações, não se optou pela utilização de somente uma delas, mas sim da reunião que pudesse abranger a maior quantidade de tipos relacionados ao seu objeto de constituição. Assim, antes de mais nada, é importante destacar a configuração das cooperativas chamadas de *multiativas* (contrapondo-se às cooperativas designadas como especializadas em determinada área ou *uniativas*, como ocorre no caso da legislação nacional), as quais têm relação direta com a redes de cooperação a seguir descritas.

O que se observa é que, além de quase inexistente acervo bibliográfico nacional sobre o tema, poucas são as efetivas experiências mundiais com relação às cooperativas multiativas, a exemplo do que ocorre em Portugal e na Colômbia, ou do caso mais próximo do Brasil, no Paraguai. Como o próprio nome já induz sobre sua natureza jurídica, as multiativas podem ser também conhecidas como cooperativas multifuncionais ou polivalentes e são caracterizadas pela multiplicidade simultânea de seu objeto social, para atender às várias necessidades dos seus sócios, com a realização de vários serviços (dois ou mais) em uma só entidade jurídica e em qualquer ramo de atuação das cooperativas (produção, consumo, distribuição, finanças, trabalho, entre outras). Para Álvarez Rodrigues, “[...] *las cooperativas multiactivas generan externalidades positivas hacia grupos de familiares, trabajadores, colaboradores y la sociedad en general*, dado el amplio rango de beneficiarios que de sus actividades se pueden generar”.¹⁴³

¹⁴² Segundo PERIUS, “Descabe qualquer fixação de ramos cooperativos ou modalidade de graus cooperativos, por falta de respaldo legal. A ramificação, além de ferir o princípio da integração cooperativa, não traz vantagem para um salutar desenvolvimento das sociedades cooperativas.” (PERIUS, 2001, p. 65).

¹⁴³ ÁLVAREZ RODRIGUEZ, 2008, p. 78-82; CRUZ, 2009, p. 109-112.

Portanto, essas são cooperativas que visam a satisfazer, simultaneamente, mais de uma atividade para obter bens e ou prestação de serviços. Claro, muitas delas desenvolvem-se como um objeto principal, a prestação de serviço, geralmente com as quais a sociedade é instituída e, com o decurso do tempo e as demandas de seus próprios membros, passam a acrescentar a prestação de outros serviços, como atividades acessórias, complementares ou auxiliares. Por outro lado, destaca-se que não existe um marco regulatório específico, mas, de acordo com Álvarez, esse tipo de sociedade cooperativa passou a ser mais frequente na Colômbia na década de 30, inicialmente com cooperativas de consumo, serviço de crédito e atividades educacionais, difundindo-se a partir de então.¹⁴⁴

Elas são organismos complexos, a depender da natureza do grupo social que agrupa. Muitos são também os interesses, os conflitos e os objetivos envolvidos e quanto maior o nível de democracia e participação na gestão, maior a chance de sucesso da realidade posta para a sociedade proposta. Nelas há somente uma matriz unificadora e um capital, mas ao mesmo tempo ocorrem administrações independentes para atender aos vários setores contemplados, como acontece, por exemplo, com uma cooperativa de crédito, de consumo e de previdência social.

O maior problema com esse tipo de sociedade cooperativa está relacionado à sua gestão, já que necessitam de uma administração com maiores níveis de qualificação nas variadas atividades a serem desenvolvidas pela entidade e também a imperiosa necessidade de atuação em rede de trabalho e de cooperação, com foco no atendimento e no aprimoramento dos interesses e necessidades dos sócios. Cada coletivo (serviço/ramo/micro-necessidade) pode possuir uma estrutura própria, interligando-se apenas para fins específicos, como se fossem microssistemas.

Outrossim, muito embora as cooperativas multiativas e as redes de cooperação pareçam pertencer a realidades diversas, as primeiras, além de sua complexidade, prezam pela sua unicidade final, pois dependem de uma pluralidade (coletivo do coletivo). Ou seja, elas, efetivamente, possuem pontos convergentes, já que são empreendimentos econômicos que competem em condições, pelo menos aparentemente, mais frágeis do que uma empresa convencional. As cooperativas multiativas, dessa forma, constituem *redes de cooperação integradas em uma mesma sociedade*.

¹⁴⁴ ÁLVAREZ RODRIGUEZ, 2008, p. 21.

Não se deve olvidar sobre o problema da multiatividade oculta e do necessário distanciamento com as cooperativas integrais ou mistas. Nessas, a grande diferença reside no fato de que, nas multiativas, os sócios obrigatoriamente são usuários de todos os serviços prestados pela sociedade, já que foi por este motivo que ela foi instituída. Nas mistas, haverá membros usuários dos serviços e que membros que trabalham nas atividades produtivas da cooperativa, a exemplo do que ocorre em um cooperativa de consumo e distribuição de produtos.¹⁴⁵

Feita a necessária verificação e caracterização das sociedades cooperativas multiativas ou polivalentes, passar-se-á a uma análise mais pormenorizada das sociedades cooperativas especializadas em determinada área específica, ou também possivelmente chamadas de uniativas. As primeiras são as chamadas cooperativas de produção, pois produzem um ou mais produtos em série, colocando-se no mercado para circulação e utilizando-se em comum de toda a infraestrutura e instalações. É o exercício coletivo do trabalho, com recursos monetários dos próprios cooperados. Elas podem se apresentar tanto no setor agrícola quanto no setor industrial. Nessa espécie, os bens de consumo e os meios de produção podem ser da sociedade jurídica ou dos próprios cooperados, os quais pertencem ao quadro técnico, operacional e de direção dessa.

No que tange às cooperativas industriais, Carvalhosa¹⁴⁶ as divide em “*cooperativas de produção ou de beneficiamento industrial, dependendo das atividades a serem desenvolvidas por elas*”. É oportuno, nesse momento, trazer à tona lição de Gilvando S. Rios:

O cooperativismo de produção demonstra que o patronato, isto é, a presença à frente das empresas de um representante do capital é indispensável; que os trabalhadores são bem capazes, quando dispõem de liberdade e de responsabilidade, de organizar seu trabalho, de aceitar a disciplina necessária, de compreender os problemas, mesmo financeiros de uma empresa. Ele demonstra como a abolição do assalariado é não apenas possível, mas também fecunda do ponto de vista da eficiência e da realização humana. O cooperativismo de produção não pode ter a força, por seu próprio desenvolvimento de transformar toda a economia capitalista. Entretanto, no contexto de uma economia planejada, os

¹⁴⁵ ÁLVAREZ RODRIGUEZ, 2008, p. 26.

¹⁴⁶ CARVALHOSA, 2003, p. 402.

trabalhadores poderiam assumir a responsabilidade da organização de seu próprio trabalho.¹⁴⁷

Já as cooperativas do setor agrícola surgiram no cenário brasileiro no século XX e não apenas se mostraram (como ainda são) como as mais importantes em termos de volume de negócios e geração de empregos, mas também foram as expoentes na difusão do cooperativismo no país, já que a própria estrutura econômica brasileira era agrícola. Seu início se deu principalmente no sul do país, por influência italiana e alemã, servindo, atualmente, como unidades de conservação e comercialização de produtos dos associados, revenda de insumos e assistência técnica. Segundo Rios, as cooperativas do setor agrícola englobam tanto só produtores rurais do setor agrícola quanto os do setor pecuário¹⁴⁸.

As cooperativas agrícolas¹⁴⁹ se dividem de acordo com o tipo de produtos com os quais trabalham, podendo ainda ser qualificadas como mistas, de compras em comum, para compra de insumos, de maquinário, de instrumentos agrícolas ou de venda em comum, quando vendem produtos aos cooperados.

Para Carvalhosa¹⁵⁰, as cooperativas de compra e de venda em comum “[...] são tipos autônomos de sociedades haja vista poderem ser tanto agropecuárias quanto urbanas”. As de compra em comum têm por finalidade a aquisição de implementos e matérias-primas para serem utilizados pelos cooperados, valendo-se dos recursos de todos eles, podendo com essa união de esforços obterem melhor preço de compra. Já as cooperativas de venda em comum destinam-se unicamente a comercializar os produtos recebidos dos sócios, buscando melhores preço na venda a terceiros.

Há autores, como Almeida¹⁵¹, que inserem as cooperativas agropecuárias como se elas fossem uma “*bifurcação das cooperativas de produção agrícola*”, de vez que elas produzem trabalho agrário, de culturas ou de criação, com recursos dos próprios cooperados, ou de crédito obtido pela sociedade, em terras próprias ou arrendadas, concorrendo cada um com trabalho e recurso.

¹⁴⁷ RIOS, 1987, p. 31.

¹⁴⁸ IBIDEM, p. 32.

¹⁴⁹ Ainda sobre o tema, é importante destacar a análise de Lawrence Estivalet de Mello (2015, p. 179 e ss), seguindo o raciocínio de Luciana Araújo (2014, p. 28 e ss).

¹⁵⁰ CARVALHOSA, 2003, p. 403.

¹⁵¹ ALMEIDA, 2004, p. 65.

Já o cooperativismo de consumo foi o modelo clássico e consagrado pela Cooperativa de *Rochdale*, em 1844, na Inglaterra. São cooperativas que, eliminado os intermediários, proporcionam bens e serviços de uso pessoal, do lar e familiar aos seus cooperados como destinatários finais, obtendo melhores condições de preço e de qualidade, convertendo-se em economias os eventuais resultados líquidos verificados em balanço. Tem-se, ainda, que as cooperativas de consumo devem, precipuamente, atender aos interesses de seus associados, mas se optarem, podem atender a outros consumidores também. Consta notícia de que primeira cooperativa de consumo do Brasil foi constituída em 1891, “*na cidade de Limeira – SP por empregados da Companhia Telefônica, para o provimento de bens*”¹⁵².

Com relação ao cooperativismo de consumo na Itália, o crítico daquele país, Mario Frau, destaca que setor no varejo de grande distribuição, os sócios, na verdade, não desfrutam de vantagens significativas se comparados aos clientes de outras redes de varejo. A única vantagem aparente são as iniciativas de alguns descontos apenas para os membros, como ocorre com outras empresas concorrentes que oferecem produtos a preços promocionais para os clientes com uma espécie de “*cartão de fidelidade*”. Essas políticas comerciais abrangem as práticas chamadas de “*marketing social*” destinado a fidelização do cliente. O mesmo autor acrescenta ainda que as cooperativas são uma espécie de “*organismos geneticamente modificados*”, que, apreciando muitos privilégios, criam uma distorção do mercado em detrimento da concorrência com outros tipos de empresa que não estão sujeitos à tributação normal dos lucros.¹⁵³

Uma outra espécie de cooperativa, controversa e complexa desde seu surgimento, é a cooperativa de trabalho, a qual muito recentemente teve sua regulamentação por meio da Lei nº 12.690/20112, cujo objetivo principal foi a tentativa de definição e conceituação jurídica das cooperativas de trabalho, concedendo segurança jurídica, definindo a sua forma de organização e assegurando aos seus cooperados direitos básicos dos trabalhadores que garantam condições de trabalho decente.

¹⁵² BENATO, 2002, p. 40.

¹⁵³ FRAU, 2010, p. 449.

Ocorre que, na tentativa de evitar que sociedades cooperativas fossem usadas para burlar a legislação trabalhista, a lei supracitada é alvo de muitas críticas e de efeito contrário perante as cooperativas já constituídas e de desencorajamento para novas iniciativas. Isso porque, segundo Gonçalves¹⁵⁴, em sua recente dissertação de mestrado sobre a regulamentação das cooperativas de trabalho¹⁵⁵, do Projeto de Lei nº 7009/2006 até a sua aprovação convertida na Lei nº 12690/2012 muitas alterações ocorreram, inclusive com a exclusão de uma série de cooperativas da aplicação da lei e a extensão dos direitos sociais do trabalho aos cooperados¹⁵⁶, devendo os mesmos serem garantidos e pagos pela cooperativa: retiradas não inferiores ao piso da categoria ou na sua ausência, do salário mínimo, duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias ou 44 horas semanais, valor do salário noturno maior que o diurno, adicional de insalubridade e periculosidade, repouso semanal e anual remunerado, dentre outros as serem estabelecidos em estatuto. Essa característica, por seu turno, desde a tramitação do Projeto de Lei, já era apontada por alguns estudiosos como responsável, na verdade, por inviabilizar empreendimentos ligados à economia solidária.

¹⁵⁴ GONÇALVES, 2015, p. 84 e ss.

¹⁵⁵ Lei nº 12.690/2012 - Art. 1º A Cooperativa de Trabalho é regulada por esta Lei e, no que com ela não colidir, pelas Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Parágrafo único. Estão excluídas do âmbito desta Lei:

I - as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar;
II - as cooperativas que atuam no setor de transporte regulamentado pelo poder público e que detenham, por si ou por seus sócios, a qualquer título, os meios de trabalho;
III - as cooperativas de profissionais liberais cujos sócios exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos; e
IV - as cooperativas de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento.

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

¹⁵⁶ Art. 7º A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
IV - repouso anual remunerado;
V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;
VII - seguro de acidente de trabalho.

Segundo o artigo 2 dessa lei, fica definido como “*cooperativa de trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho*”, sendo vedada a sua utilização para intermediação de mão de obra subordinada (artigo 5). A lei claramente, assim, tenta evitar combater cooperativas criadas, antigamente, simplesmente para burlar a legislação trabalhista. Ocorre que, podendo ser as cooperativas de trabalho de produção ou de prestação de serviço (artigo 4 da Lei¹⁵⁷), Gonçalves destaca uma complexidade na omissão de quais tipos de serviços elas poderiam prestar, já que a lei silencia, bastando, para tanto, a inexistência de intermediação de mão de obra. Outra dificuldade estrutural apontada é justamente a definição do que seria dessa intermediação.¹⁵⁸ Segundo Gonçalves,

A lei estabelece que as cooperativas devam garantir direitos sociais aos cooperados, para que não seja economicamente vantajosa a sua utilização como subterfúgio à legislação trabalhista. Contudo, mantém desonerada a empresa tomadora de serviços da cooperativa, que é responsável solidariamente apenas pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.¹⁵⁹

Assim, em uma breve e perfunctória verificação das recentes normas relativas às cooperativas de trabalho, mais especificamente no que tange à obrigatoriedade que passa a ter a sociedade no pagamento de direitos trabalhistas, verifica-se que essas são contrárias à lógica desse tipo societário, indo na contra-mão do desenvolvimento social atual.

Outrossim, no que tange ao cooperativismo de crédito, tem-se que por influência do padre jesuíta Theodor Amstadt, em 1902, foram criadas as primeiras cooperativas de crédito no sul do país, “*mais precisamente no Rio Grande do sul,*

¹⁵⁷ Art. 4º A Cooperativa de Trabalho pode ser:

I - de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e

II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

¹⁵⁸ Art. 17.

§ 2º Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no § 6º do art. 7º desta Lei. (GONÇALVES, 2015, p. 84 e ss).

¹⁵⁹ Ibidem, p. 87.

*baseadas nas alemães Caixas Raiffeisen*¹⁶⁰, a exemplo do que já ocorria na Alemanha, como verificado em capítulo anterior. Elas são sociedades que *“destinam-se a organizar um fundo formado pelos sócios, a ser destinado a empréstimos pecuniários aos próprios cooperados ou a outras cooperativas”*, com remuneração de capital mais favorável do que os valores oferecidos pelo mercado financeiro em geral.¹⁶¹ Tais cooperativas sujeitam-se a normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, que por meio da Resolução nº 2.771, de 06 de setembro de 2000, regulou sua constituição, dependendo de autorização do Banco Central do Brasil, o seu funcionamento.

No ano de 2009, pela Lei Complementar nº 130, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, o cooperativismo de crédito teve seu perfil alterado, uma vez que as sociedades passaram a ser equiparadas às instituições financeiras, devendo, ainda, seu funcionamento ser autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil.

Já as cooperativas de seguro têm por objetivo o atendimento de seus próprios sócios, mantendo carteiras de seguros agrícolas, de saúde e de acidentes de trabalho sob o regime de mutualidade. Elas estão sujeitas à fiscalização da Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP, criada pelo Decreto-Lei nº. 73 de 21 de novembro de 1996 e, como as sociedades cooperativas de crédito, dependem de autorização concedida por meio de Portaria do Ministro da Indústria e do Comércio, nos termos do artigo 74 do Decreto –Lei nº. 73/1966.

De acordo com Benatto¹⁶², esse segmento do cooperativismo de habitação surgiu com o “[...] extinto BNH- Banco Nacional de Habitação e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo no ano de 1964 e tinha por objetivo coordenar a ação de órgãos públicos privados” no estímulo à construção de habitações de interesse social com o financiamento para a casa própria, basicamente para a população de média e baixa renda. Atualmente, são compostas por cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais.

Por fim, as sociedades cooperativas educacionais se subdividem naquelas formada por alunos, naquelas formadas pelos pais dos alunos, pais e alunos ou ainda, no concurso desses com seus tutores. No primeiro caso, as sociedades estão

¹⁶⁰ BENATO, 2002, p. 42.

¹⁶¹ CARVALHOSA, 2003, p. 403-404.

¹⁶² BENATO, 2002, p. 44.

sob a responsabilidade dos próprios alunos, normalmente de escolas técnicas, que exercem atividade agropecuária, vendendo a produção para a sua manutenção.¹⁶³ Já para Almeida¹⁶⁴, as “[...] *cooperativas educacionais ou escolares podem ser constituídas por estabelecimentos públicos ou privados, de ensino fundamental, médio, superior, técnico ou profissional*” e se destinam a introduzir nos estudantes a ideia do cooperativismo, ensinando-os sobre a organização e funcionamento de determinada modalidade cooperativa, demonstrando-lhes, também, as vantagens econômicas de referida modalidade. Já a formada pelos pais dos alunos, são eles que constroem ou arrendam uma escola, administrando-a para dar formação escolar para seus filhos. As cooperativas culturais são organizadas para fornecer mais opções no plano cultural aos cooperados, seja pela implantação de bibliotecas, exposição artística, apresentação de palestras ou simpósios, dentre inúmeras outras atividades relacionadas à cultura.

Outrossim¹⁶⁵, está presente também a proposta de enquadramento das sociedades cooperativas conforme tipologia elaborada por Pontes¹⁶⁶. Para a autora, de acordo com a finalidade, as cooperativas podem ser identificadas e divididas da seguinte forma: cooperativas de produção de bens e/ou serviços; cooperativas de consumo e; cooperativas de crédito.

¹⁶³ IBIDEM, p. 43.

¹⁶⁴ ALMEIDA, 2004, p. 369.

¹⁶⁵ Oportuno, ainda, trazer as conceituações das sociedades cooperativas dispostas na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13/11/2009 - DOU DE 17/11/2009, Seção I- Dos Conceitos

Art. 208. Cooperativa, urbana ou rural, é a sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços a seus associados na forma da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Art. 209. Cooperativa de trabalho, espécie de cooperativa também denominada cooperativa de mão-de-obra, é a sociedade formada por operários, artífices, ou pessoas da mesma profissão ou ofício ou de vários ofícios de uma mesma classe, que, na qualidade de associados, prestam serviços a terceiros por seu intermédio.

Parágrafo único. A cooperativa de trabalho intermedeia a prestação de serviços de seus cooperados, expressos em forma de tarefa, obra ou serviço, com os seus contratantes, pessoas físicas ou jurídicas, não produzindo bens ou serviços próprios.

Art. 210. Cooperativa de produção, espécie de cooperativa, é a sociedade que, por qualquer forma, detém os meios de produção e seus associados contribuem com serviços laborativos ou profissionais para a produção em comum de bens.

Parágrafo único. Enquadram-se no conceito de cooperativa de produção as cooperativas que detenham os meios de produção, oferecendo um produto final e não intermediando prestação de serviços de seus cooperados, tais como as de ensino.

Art. 211. Cooperativa de produtores rurais, espécie de cooperativa organizada por pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas com o objetivo de comercializar, ou de industrializar ou de comercializar e industrializar a produção rural de seus cooperados. (Nova redação dada pela IN RFB nº 1.453/2014)

¹⁶⁶ PONTES, 2004, p.144.

Ainda, segundo a natureza orgânica, a classificação estaria centrada na observação de três aspectos, quais sejam: do processo de trabalho; da organização do trabalho e; das relações de trabalho e partindo desses critérios, estabelecer-se-ia a classificação segunda a natureza orgânica das cooperativas, a saber: cooperativas sob o comando dos produtores diretos; cooperativas sob o comando do capital e; cooperativas sob o comando do trabalho precarizado, dividindo-se esta última em: cooperativas de trabalho (mão de obra) e cooperativas de trabalho precarizado “*ad hoc*” (fraudulentas).

Para Pontes¹⁶⁷, as cooperativas sob o comando dos produtores diretos, os trabalhadores se associam com o intuito de produzir bens ou serviços, formando, dessa forma, cooperativas de trabalhadores associados. A organização e as relações de trabalho nessas cooperativas apresentam três aspectos relevantes à sua conformação: gestão democrática; controle do processo de produção pelos trabalhadores e distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado. De acordo com Pontes,

Os detentores do controle sobre o processo de produção, neste caso, são os próprios trabalhadores, sendo que este controle se exerce sobre a concepção do produto, seja este, bem ou serviço, e compreende todas as fases de execução até a realização do seu valor, na forma de produto.¹⁶⁸

Já nas cooperativas sob o comando do capital, apesar da contradição relativa ao próprio conceito de cooperativa, uma parte das cooperativas brasileiras de produção assumiu forma análoga à das empresas capitalistas tradicionais. Significa dizer que o processo, a organização e as relações de trabalho nessas cooperativas são tipicamente capitalistas.

Nelas, conforme a autora em pauta,

O processo de trabalho considerado em sua forma capitalista é absolutamente reproduzido. Os produtores diretos dessas cooperativas são trabalhadores assalariados. Os cooperados compram a força de trabalho desses trabalhadores, que exercem suas atividades sob o controle direto ou indireto dos cooperados, sob as condições estabelecidas na venda da força de trabalho. A

¹⁶⁷ IBIDEM, p.144

¹⁶⁸ IBIDEM, p.153.

definição sobre qual finalidade deve orientar a produção dos trabalhadores é dada pelos cooperados.¹⁶⁹

Tem-se ainda que todos os meios de produção utilizados pelos trabalhadores e o resultado desse trabalho são de propriedade dos cooperados, os quais se apresentam como empregadores

E, por fim, a força de trabalho dos produtores diretos é consumida como mercadoria [...]. Portanto, assumem às mesmas condições e características do capitalista de um empreendimento tradicionalmente orientado pelo comando do capital. [...] Significa dizer que, o que diferencia essas “cooperativas” das empresas capitalistas tradicionais é a relação que existe entre os cooperados e a cooperativa. O que significa dizer, que relativamente à legislação vigente, essa organização é considerada como cooperativa, porque cumpre os requisitos legais estabelecidos na legislação. Inclusive, porque a legislação cooperativista prevê a contratação de trabalhadores assalariados, para a realização das atividades meio e das atividades fim.¹⁷⁰

Destacadas e diferenciadas, assim, as sociedades cooperativas, passar-se-á neste momento, para a verificação e problematização de algumas instituições de direito internacional tanto público como privado, relacionadas diretamente às entidades acima citadas, em especial, a representação do cooperativismo tradicional e do popular, bem como o direito de integração sobre a cooperação, cooperativismo e sociedades cooperativas na América Latina e na União Europeia.

¹⁶⁹ PONTES, 2004, p.154.

¹⁷⁰ IBIDEM, p.155.

2.2 A COOPERAÇÃO, O COOPERATIVISMO E AS SOCIEDADES COOPERATIVAS PERANTE AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS RELACIONADAS

2.2.1 ONU, OIT, ACI e a Representação das Cooperativas Populares

O cooperativismo parece surgir como instrumento chave do fortalecimento econômico e, desde princípio, é importante ressaltar que “[...] *o equilíbrio entre interesses opostos e a regulamentação da justiça que o direito se propõe realizar podem, em direitos diferentes, ser obtidos por vias diversas*”¹⁷¹. Dessa estrutura ressalta, como situação peculiar à sua tipicidade, a sua estreita e respeitosa relação com organismos de direito internacional público, sem olvidar, no entanto da sua existência entre entidades privadas, na sua maioria.

Ao comparar legislações, temos nas lições de *David* que

[...] ele pode ser utilizado nas investigações relativas à história filosofia ou à teoria geral do direito, tendo ele reconhecido sua importância no século XIX, com Montesquieu [...] servindo, principalmente, para que se conheça melhor o próprio direito nacional e seu aperfeiçoamento.¹⁷²

Especificamente sobre as cooperativas, é mister também a verificação do movimento no nível do próprio direito internacional, uma vez que, dados os motivos de seu surgimento e as características apontadas, organismos de estrangeiros passaram a se pronunciar e promover o incentivo, assim como se verá a seguir. Assim, pontuou-se, inicialmente, como objeto, neste momento de análise das relações das sociedades cooperativas com a Organização das Nações Unidas, com a Organização Internacional do Trabalho, Aliança Cooperativa Internacional e alguns aspectos do direito de integração da América Latina e da União Europeia.

Assim, a primeira delas, então, a *Organização das Nações Unidas* (ONU), é formada por um grupo de cento e noventa e três países voluntários que trabalham em prol da paz (*latu sensu*) e do desenvolvimento mundial, discutindo assuntos sobre os direitos humanos, segurança internacional, desenvolvimento e progresso econômico e social. A necessidade de sua criação se deu com o resultado

¹⁷¹ DAVID, 1998, p. 22.

¹⁷² Ibidem, p. 22.

catastrófico da II Guerra Mundial, uma vez que muitos países e vidas foram devastados e a paz urgia. Então, com a ratificação da Carta das Nações pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido, a ex-União Soviética e alguns outros signatários, em 24 de outubro de 1945, a ONU passou a existir oficialmente¹⁷³, com a sede destinada e mantida até a atualidade nos Estados Unidos. Com vinte e seis programas, fundos e agências vinculados a ela por meio de acordos internacionais de diversas formas e com próprios orçamentos, regras, sedes e funcionários, tem sua atuação e assistência técnica e humanitária nas mais diversas áreas, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Tribunal Internacional de Justiça, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Pois bem, ao analisar alguns documentos emitidos pela ONU relacionados às sociedades cooperativas, é latente sua preocupação com o desenvolvimento social, auxiliados por essas. Dessa forma, a Organização das Nações Unidas proclamou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas (AIC) em 18 de dezembro de 2009, durante a sua 64ª Sessão da Assembleia Geral. O ano foi proclamado na Resolução nº 64/136, intitulado: "*As Cooperativas no Desenvolvimento Social*". Ainda, é importante destacar que no organograma dessa organização existe a Divisão de Política e Desenvolvimento Social, a qual faz parte do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, do Secretariado das Nações Unidas. Ela busca fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento social, especialmente nas áreas de erradicação da pobreza, emprego produtivo e trabalho decente e a inclusão social das pessoas idosas, jovens, famílias, pessoas com deficiência, povos indígenas, pessoas em situações de conflito e de outros grupos ou pessoas marginalizadas da sociedade e do desenvolvimento.

Ademais, ao tratar especificamente sobre as cooperativas, a ONU valoriza o importante papel dessas no desenvolvimento social e econômico, tendo a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, em 1995, reconhecido sua importância na abordagem centrada nas pessoas para o desenvolvimento. Nesse evento, os integrantes concordaram em "[...] *utilizar e desenvolver plenamente o potencial e a contribuição das cooperativas para a*

¹⁷³ Muito embora, destaque-se, que já no ano de 1942 o então presidente Americano Roosevelt já havia lhe atribuído essa denominação.

consecução das metas de desenvolvimento social, em particular a erradicação da pobreza, a geração de emprego pleno e produtivo e do reforço da integração social."¹⁷⁴

a) Aprovechando y desarrollando plenamente las posibilidades que tienen las cooperativas de contribuir a la consecución de los objetivos Del desarrollo social, sobre todo la erradicación de la pobreza, la generación de empleo permanente y produtivo y el aumento de la integración social; (General Assembly- Resolution 51/58- Compromisso 2A).¹⁷⁵

A ONU ainda assevera a importância das Cooperativas com a redução da pobreza, já que elas são consideradas organizações de autoajuda, contribuem para a erradicação da pobreza por meio do progresso econômico e social de seus membros e colaboradores, estimulando as economias e melhorar o tecido social das comunidades em que atuam. Sobre seu papel na geração de empregos, as cooperativas ajudam a criar, melhorar e proteger a renda e oportunidades de emprego dos seus membros, reunindo os recursos individuais limitado de membros para criar empresas que lhes permitam participar na produção, participação nos lucros, redução de custos ou atividades de risco. Segundo as normativas da ONU, com relação à integração social, as cooperativas seriam capazes de promover a integração e coesão social em face das desigualdades nas capacidades sociais, capacitando e dando voz aos pobres, assim como os grupos marginalizados e promovendo a organização das federações e alianças.

Tantas atribuições são absolutamente questionáveis, inclusive porque segundo essa entidade o cooperativismo seria também capaz de promover da construção da paz entre os povos, comunidades e nações. Sobre a globalização, as cooperativas trabalham para uma *globalização justa* - que é fundamentalmente inclusiva, sustentável e centrada nas pessoas – por meio da criação de entidades empresariais que promovam a solidariedade entre os povos, uma maior responsabilização, as parcerias mais profundas e regras e normas mais justas, que oferece oportunidades iguais para todos.¹⁷⁶

Por fim, a ONU ao relacionar as cooperativas com crises “*pós- conflitos*”,

¹⁷⁴ Resolução nº 64/136 da ONU, p. 2.

¹⁷⁵ Resolução nº 64/136 da ONU, p. 2.

¹⁷⁶ Resolução nº 64/136 da ONU, p. 3.

reconstrução e reintegração em áreas de desastres disse que elas através de seu modelo econômico que enfatiza a autoajuda e ajuda mútua, promove o desenvolvimento econômico e social local. Cooperativas também ajudam a facilitar a reconciliação política e social e proporcionar o acesso a serviços financeiros e estimular o emprego, como exemplificado no seu papel valioso na reabilitação sobreviventes do tsunami da Ásia Oriental. Tem-se, ainda, que o Secretariado das Nações Unidas designou a Divisão de Política Social e Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais para monitorar a promoção e desenvolvimento de cooperativas a nível nacional e internacional. Tal divisão atua como ponto focal em cooperativas e trabalha em colaboração com a Comissão para a Promoção e Progresso das Cooperativas na organização de reuniões de grupos de peritos.

A Resolução nº 64/136, de 18 de dezembro de 2009, documento mais recente sobre as sociedades cooperativas emitido pela ONU, enfatiza, como dito acima, o papel essencial (e porque não dizer de sobrepeso) dessas, nas suas mais diversas formas, no desenvolvimento econômico e social, incluindo diversas classes de pessoas, tais como jovens, idosos, deficientes, índios e rurais, contribuindo para a erradicação da pobreza.

Por outro lado, talvez por um *lapso* de compreensão da diferenciação entre cooperativas populares (fruto do real espírito e sentido dos ideais cooperativistas atuais) e das cooperativas empresariais (também chamado de cooperativismo tradicional), as quais são formadas como aquelas, mas que na verdade são empresas, o Item 4 da Resolução chama a atenção para que os Estados Membros promovam o crescimento das cooperativas “*como empresas comerciais*”, desvirtuando, assim, a própria razão de existir destas organizações, as quais não podem ser consideradas ou geridas como se fossem empresas, haja vista que o que dispõe na Lei nº 5764/71, norma que rege este tipo societário no país.

Da mesma forma, o Item 6, letras A e D, da referida Resolução atribui responsabilidade de sobrepeso às sociedades cooperativas, haja vista o próprio desenvolvimento do fenômeno da globalização, consubstanciada na geração de mais empregos, empregos plenos e produtivos à toda a população.

Na sequência, o organismo internacional vinculado à ONU, a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) tem datada sua criação anteriormente àquela, já que durante a Conferência de Paz ainda no ano de 1919, logo após a Primeira Guerra

Mundial, foi instituída sob a convicção de que a paz universal e permanente deve estar baseada na justiça social. Como uma das agências da ONU, sua estrutura é diversa, pois é formada por representantes dos empregados, dos governos, das organizações de seus Estados- Membros integrantes (cento e oitenta no total), os quais agem em situação de igualdade nas suas diversas instâncias. Dentre suas atribuições, a OIT é o órgão responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho, sejam elas recomendações ou convenções, tendo durante seus primeiros quarenta anos de existência, priorizado a maior parte de suas atividades com o objetivo de *desenvolver* e garantir a aplicação de normas internacionais do trabalho, totalizando, atualmente, cento e oitenta e oito Convenções Internacionais de Trabalho e duzentas Recomendações.

Considerando algumas dificuldades decorrentes da globalização e da falta de políticas públicas no que tange ao crescimento de postos de trabalho e emprego, a OIT instituiu como objetivo central de todas as suas atuais políticas e programas o “Trabalho Decente”, o qual prevê a estimulação de oportunidades para que a população mundial consiga um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido com segurança, equidade e em condições de garantia de uma vida digna.

177

Ao tratar das relações de trabalho e emprego, parece lógico crer, que muito mais do que a própria ONU, a OIT teve e mantém uma maior preocupação na regulamentação das práticas das sociedades cooperativas e principalmente sua relação com os trabalhadores envolvidos. Assim, desde a sua criação, ela reconhece a importância das cooperativas e de acordo com o artigo 12 da sua Constituição “[...] *pode tomar as providências necessárias para as consultas que considerar desejáveis junto às organizações internacionais não- governamentais de patrões, trabalhadores, agricultores e cooperativas*”¹⁷⁸ e já em 1920 criou o Serviço Técnico Cooperativo da OIT, existente até hoje, respondendo por uma consideração proporção de atividades de cooperação técnica da ONU e OIT.

Uma obra publicada pela OIT de autoria de Armand F. Pereira, chamada “*Cooperativas: Mudanças, Oportunidades e Desafios*” destaca, outrossim, que desde muito cedo, bem antes da criação da ONU, inclusive, a OIT já demonstrava

¹⁷⁷ Informações disponíveis em <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-no-brasil>.

¹⁷⁸ OIT. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho** (OIT) e seu anexo. Montreal, 1946.

preocupação com o papel e funcionamento das cooperativas e em 1966, elaborou a *Recomendação n° 127* referente ao *papel* das cooperativas no Desenvolvimento Econômico e Social nos países em Desenvolvimento. É certo que como essa Recomendação somente tratou sobre os países em desenvolvimento na época de sua elaboração, mais tarde precisou de uma reformulação, um Projeto de Revisão, o qual ocorreu entre os anos de 2000 e 2001, por ocasião da 89° Sessão de Conferência Internacional do Trabalho (CIT), consubstanciada no Relatório da OIT para a Promoção das Cooperativas. O referido relatório (p. 19) analisa a diversidade do cooperativismo, a sua importância e as repercussões para a atividade econômica, emprego e renda. Analisa ainda as principais mudanças que têm direta ou indiretamente afetado o desenvolvimento e as oportunidades das cooperativas e demonstra a mudança técnica e normativa da OIT e dos Estados perante o movimento.

Outrossim, a Recomendação n° 193, fruto da 90° Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em 20 de junho de 2002, repetindo parte do conteúdo da Conferência anterior, também tratou de promover as cooperativas.

Reconociendo que las cooperativas, en sus diversas formas, promueven la más completa participación de toda la población en el desarrollo económico y social;

Reconociendo que la mundialización ha creado presiones, problemas, retos y oportunidades nuevos y diferentes para las cooperativas; y que se precisan formas más enérgicas de solidaridad humana en el plano nacional e internacional para facilitar una distribución más equitativa de los beneficios de la globalización;

Nesse documento, o qual pode ser aplicado a todos os tipos e formas de cooperativa e deve servir de incentivo e promoção do papel das cooperativas em todos os países, se reconhece que as cooperativas operam em todos os setores da economia, definindo e designando as cooperativas como: “[...] *una asociación autónoma de personas unidas voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales en común a través de una empresa de propiedad conjunta, y de gestión democrática.*”

Aliando-se aos preceitos descritos pela Aliança Cooperativa Internacional, essas deveriam se basear nos valores cooperativos de autoajuda, de responsabilidade pessoal, de democracia, de igualdade, de equidade, de solidariedade e de uma ética fundada na honestidade, na transparência,

responsabilidade social e no interesse pelos demais. Como elemento político e papel dos governos (Item 6 da Recomendação), destacam-se o estabelecimento de um marco institucional para proceder o registro das cooperativas de maneira mais rápida, econômica e eficaz possível, com a adoção de medidas de supervisão das entidades de acordo com sua natureza e função, conforme legislação e práticas nacionais e principalmente “[...] *cooperativa*” *designa una asociación autónoma de personas unidas voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales en común a través de una empresa de propiedad conjunta, y de gestión democrática*”.

Incrível perceber que, tanto nas disposições da ONU como a OIT, as mulheres possuem destaque especial, haja vista que sua participação é incentivada e deve ser promovida com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento econômico e social dos países.

Aliando também ao que já foi mencionado sobre a ONU, equivoca-se a OIT ao mesclar as *atividades cooperativistas* às atividades de *empresas convencionais*. Aquelas não são empresas, são entidades diversas com finalidade e objetivos distintos, especificamente, por exemplo, do lucro. Se algum excedente vier a sobrar na atividade da sociedade cooperativa, ela não será tratada como lucro nos termos do que disciplina a Lei nº 5764 de 16 de dezembro de 1971. Com as recomendações ainda os Estados Membros deveriam adotar legislações e regulamentações específicas em matéria de cooperativas, inspiradas nos valores e princípios enunciados acima. Da mesma forma, deveriam consultar as organizações cooperativas e de empregados e empregadores interessados na formulação e revisão da legislação, das políticas e das regulamentações das cooperativas.

Especificamente com relação ao Brasil, com a promulgação da Lei nº 5764 de 16 de dezembro de 1971, iniciou-se um período de renovação e fixação da doutrina cooperativista no país, baseada principalmente na diminuição da intervenção estatal. Tal período de renovação e fixação da doutrina cooperativista durou até o advento da Constituição Federal de 1988, a qual marcou o período de liberalização das cooperativas (artigo 5º, inciso XVIII e artigo 174, parágrafos 2º, 3º e 4º), em que coube ao Estado o apoio ao desenvolvimento do cooperativismo, isentando as sociedades da autorização prévia, dispondo sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, às cooperativas de garimpeiros e de crédito

Por fim, com relação ao papel das organizações de empregadores e

trabalhadores, o documento destaca:

Las organizaciones de empleadores y de trabajadores, reconociendo la importancia de las cooperativas para el logro de los objetivos de un desarrollo durable, deberían proponerse, junto con las organizaciones cooperativas, vías y medios de promoción de las cooperativas. Cuando proceda, las organizaciones de empleadores deberían considerar la posibilidad de admitir como miembros a las cooperativas que deseen unirse a ellas y ofrecerles servicios de apoyo apropiados con las mismas condiciones y cláusulas aplicables a sus demás miembros.¹⁷⁹

Incentivando sempre a cooperação internacional, a OIT recomenda o intercâmbio de informações sobre políticas e programas eficazes na criação de empregos e ingresso de sócios nas cooperativas, bem como o fornecimento de materiais didáticos e de investigação, metodologia e estabelecimento de alianças e acordos internacionais. Observa-se, entretanto, que muito embora sejam estas as recomendações da OIT sobre as cooperativas, elas, no cenário mundial, não são mais percebidas de forma tão positiva assim, haja vista que, especificamente com relação ao Brasil, a economia tem passado nos últimos anos por uma conjuntura desfavorável de baixo crescimento, até porque a globalização não promove cooperativas, mas sim concorrência.

Segundo Pereira e a própria OIT, os países de economia de mercado têm hoje uma parte significativa dos associados e dos empregos assalariados que se têm criado em todo o mundo graças às cooperativas.

Nos países em desenvolvimento, o impacto das cooperativas no emprego tem sido também muito significativo. Na Índia, se calcula que as cooperativas têm criado mais de 13,8 milhões de empregos. As cooperativas de trabalhadores de produção têm predominado sobretudo na China e na Índia (25 milhões de sócios, responsáveis por cerca 25 por cento da produção nacional de cereais, 65 por cento de açúcar e 58 por cento dos têxteis manuais).¹⁸⁰

Ocorre que, por outro lado, na maioria dos países da África e da Ásia, há, entretanto, um número relativamente pequeno de cooperativas e isso se dá em parte por insuficiência e deficiência de apoio do Estado.

¹⁷⁹ Recomendação n° 193 da OIT (item 14).

¹⁸⁰ PEREIRA, 2001, p. 33.

No que tange às entidades de direito internacional privado, destaca-se, a princípio, a *Aliança Cooperativa Internacional* – ACI, instituto atuante até hoje, mais especificamente relacionado às cooperativas tradicionais (empresariais), o qual tem registrada como a data da sua fundação em 19 agosto de 1895, durante o 1º Congresso das Cooperativas em Londres: “[..] *nell’Agosto del 1895 fu tenuto a Londra un Congresso Cooperativo Internazionale che aveva come unico e chiaro obiettivo l’internazionalizzazione del movimento cooperativo.*”¹⁸¹ Nesse evento estiveram presentes representantes de cooperativas de treze países (Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda, Índia, Itália, Suíça e Sérvia). Além da sua, em tese, neutralidade e imparcialidade premente, seus objetivos iniciais eram definir e defender os princípios núcleo da identidade cooperativa, dando continuidade aos ideais de *Rochdale* e aprimorar o desenvolvimento do comércio internacional. Foi referida cooperativa estabelecida no ano de 1844 que celebrou e tornou efetivos os princípios cooperativistas, visto que, em seus estatutos, seus pioneiros apresentaram grande preocupação quanto ao funcionamento da sociedade cooperativa, quanto à articulação e seus órgãos, à administração democrática, à educação e à informação de seus sócios, tudo isso frente à grande sensibilidade dos problemas econômicos que enfrentavam.

A ACI sobreviveu às duas guerras mundiais, mesmo tendo que superar todas as diferenças políticas entre seus membros, manteve-se comprometida com a paz, a democracia, e permanecendo politicamente neutra. Atualmente, ela reúne as associações cooperativas de diversos países, englobando atualmente cerca de 705 milhões de cooperados pelo mundo. Nesse sentido, a ACI “[...] *prossegue com toda a independência e por seus próprios meios, a substituição do regime atual de competição, organizado no interesse de toda a comunidade, pelo próprio esforço e ajuda mútua dos cooperados associados*”¹⁸². Para realizar seus fins, a ACI criou organismos especializados tais como o Comitê Internacional Bancário Cooperativo, criado em Paris, em 1922, o Comitê de Seguros de Bruxelas etc.

¹⁸¹ _____. *Alleanza Cooperativa Internazionale (ACI) e il Consiglio Mondiale delle Banche di Credito Cooperativo*, 2009, p. 3.

¹⁸² Artigo 1º do Estatuto da ACI

De acordo com a narração de Rui NAMORADO¹⁸³, já em 1919, a ACI iniciou a tratativa para “[...] *fixação de um conjunto de princípios com validade universal partindo das regras de Rochdale*” e em 1930, no Congresso de Viena, a ACI procurou estabelecer uma lista exata sobre os princípios rochdalianos e entender se a interpretação atual dada aos referidos princípios é a mesma da época de quando eles foram concebidos.

No final dos anos 20, vários membros da ACI começaram a salientar que os princípios cooperativos estavam ultrapassados por causa das mudanças drásticas no mundo econômico, mas durante o Congresso de Viena, em 1930, após análise de comissão especial, os mesmos foram revistos e se mantiveram imutáveis por mais de 90 anos. A crise econômica de 1929 começou um período de hostilidade com os sindicatos por comerciantes e industriais privados e “[...] *molti governi dovettero aumentare le tasse o includere delle cooperative irregolari commerciali che difendevano gli interessi dei grandi capitalisti. [...] Sempre in questo período, in vari paesi i regimi totalitari stavano drasticamente riducendo la libertà delle cooperative*”¹⁸⁴. A resolução sobre o papel das cooperativas nas diferentes economias, aprovada no Congresso de Paris, foi significativo porque representava a posição da ACI imediatamente antes da Guerra, tendo sido a última definição oficial antes da Segunda Guerra Mundial, a qual dizia:

La Cooperazione, come forma di espressione nella sua specifica attività sociale, è possibile e necessaria in tutti i sistemi politici ed economici, anche se i suoi obiettivi e la sua importanza variano nei diversi sistemi, principalmente in dipendenza del tipo di gruppi sociali che sono andati al potere. Il movimento cooperativo in tutti i sistemi economici richiede completa autonomia dell'attività sulla base dei suoi propri principi e respinge tutti i tentativi di controllo politico della sua attività. Il movimento cooperativo, nel caso in cui si trovi ad operare all'interno di un'economia regolata, respinge tutte le misure che tendono ad indebolire lo sviluppo nazionale e internazionale delle sue attività, così come rifiuta qualsiasi tentativo di concentrare in un sistema economico socialista l'intera attività economica nelle mani di enti pubblici.¹⁸⁵

¹⁸³ NAMORADO, 1995, p. 10.

¹⁸⁴ _____. Alleanza Cooperativa Internazionale (ACI) e il Consiglio Mondiale delle Banche di Credito Cooperativo, 2009, p. 10.... muitos governos tiveram de aumentar os impostos ou incluir cooperativas comerciais irregulares que defendiam os interesses dos grandes capitalistas. [...] Também durante este período, em vários países regimes totalitários foram reduzindo drasticamente a liberdade das cooperativas (tradução livre)

¹⁸⁵ _____. Alleanza Cooperativa Internazionale (ACI) e il Consiglio Mondiale delle Banche di Credito Cooperativo, 2009, p. 12....Cooperação, como uma forma de expressão em suas atividades sociais

Logo em seguida, no ano de 1934, em um Congresso em Londres, a comissão da ACI apresentou um relatório identificando sete princípios, quatro obrigatórios (livre adesão, controle democrático, retorno com base nas compras e juro limitado ao capital) e três pretendidos como métodos de ação e de organização das sociedades cooperativas (neutralidade política e religiosa, venda a pronto pagamento e desenvolvimento da educação).¹⁸⁶ Neste Congresso não houve consenso sobre esta separação dos princípios. Ao contrário do ocorrido em 1934, no Congresso de Paris no ano de 1937, o elenco de princípios anteriormente apresentado foi aprovado. “[...] *Nonostante tutto, durante la prima guerra mondiale l’Alleanza rimase attiva su linee nazionali [...] che cercò presto di nazionalizzare l’industria e di posizionare le cooperative nel contesto del socialismo e dell’economia centralmente pianificata*”.¹⁸⁷

De acordo com Vella, é uma entidade que visa a promover a colaboração internacional e intercooperativo e poder organizar um fórum para discutir as questões de maior interesse para cada movimento cooperativo territorial. Está presente em noventa e dois países e inclui duzentas e dezenove organizações nacionais e internacionais de cooperação, um internacional (ONU) e sete membros associados. É estruturada em nove organizações setoriais que operam em todos os setores de atividade econômica (agricultura, pescas, saúde, indústria, turismo, habitação, consumo, banca e seguros) e quatro Comitês Temáticos. É, portanto, uma organização complexa e difícil de gerir, não só por causa da vastidão em que opera, mas “[...] *per le evidenti differenze (antropologiche) che spiegano le ragioni di*

específicas, é possível e necessária em todos os sistemas políticos e econômicos, embora seus objetivos e sua importância variem em sistemas diferentes, dependendo principalmente do tipo de grupos sociais que têm estado no poder. O movimento cooperativo em todos os sistemas econômicos exige a independência completa da base de seus próprios princípios e rejeita todas as tentativas de controle político de suas atividades. O movimento cooperativo, se ele está operando em uma economia regulada, rejeita todas as medidas que tendem a enfraquecer o desenvolvimento nacional e internacional de suas atividades, assim como rejeita qualquer tentativa de se concentrar em um sistema econômico socialista toda a atividade econômica nas mãos de organismos públicos (tradução livre)

¹⁸⁶ NAMORADO, 1995, p. 12.

¹⁸⁷ _____. Alleanza Cooperativa Internazionale (ACI) e il Consiglio Mondiale delle Banche di Credito Cooperativo, 2009, p. 06.... Apesar de tudo, durante a Primeira Guerra Mundial, a Aliança permaneceu ativa em linhas nacionais [...] que logo tentaram nacionalizar a indústria e para colocar cooperativas no contexto do socialismo e economia centralmente planificada (tradução livre)

una così laboriosa gestazione della definizione della forma e dei principi della cooperazione".¹⁸⁸

Vella¹⁸⁹ destaca ainda que o objetivo primordial da ACI é promover as cooperativas em todo o mundo, por meio de atividades institucionais e projetos divulgados em diversos níveis, tais como regional, nacional, e internacional, para a obtenção dos seguintes objetivos: a) manter um alto nível de atenção sobre a realidade cooperativa, ajudando os indivíduos, governos locais e instituições internacionais a compreender o modelo cooperativo de empresa; b) contribuir para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento dessas sociedades, com um quadro regulamentar e administrativo, que respeite os princípios e valores do modelo cooperativo, fornecendo, assim, assistência política e técnica, para que as cooperativas possam competir nos mercados nacionais e internacionais; c) fornecer suas publicações, organizar reuniões e *workshops* sobre temas relevantes para o movimento cooperativo, facilitar a discussão e compartilhamento de informações entre os colaboradores ao redor do mundo. Por meio de toda a sua estrutura e logística global, regional e setorial e há mais de 40 anos, a ACI está comprometida, em especial, nos projetos de cooperação para o desenvolvimento para o fortalecimento das cooperativas na África, Ásia e América Latina.

Iniciou-se a Segunda Guerra mundial e a *guerra fria* tomou força na década de 50. Assim, em 1963 quando a ACI reuniu-se no Congresso de Bournemouth, o mundo estava diferente e existia grande pressão sobre a realidade dos princípios cooperativistas. Nessa oportunidade, formou-se uma comissão que teve como tarefa de estudar a fundo e reformular, se fosse o caso, todos os princípios até então existentes. Recorda-se que, mais tarde, em setembro de 1966, o Congresso de Viena, a Aliança Cooperativa Internacional reafirmou em sua essência o espírito e os objetivos dos famosos *Equitable Pioneers*. Naquela época, a Comissão preparou algumas mudanças importantes, mas não substancial, de modo que eles foram reafirmados os primeiros quatro princípios básicos: a livre e voluntária (*porta aberta*); a administração democrática (*uma pessoa, um voto*); interesse limitado ao capital social; a distribuição e destino dos resíduos (sobras) de acordo com as decisões dos sócios, a fim de impedir qualquer um deles vai ganhar à custa de outros. Depois de

¹⁸⁸ VELLA, 2010, p. 67. ... pelas diferenças óbvias (antropológicas) que explicam as razões para uma gestação tão laboriosa da definição de formas e princípios de cooperação (tradução livre)

¹⁸⁹ Ibidem, p. 66.

mais de um século do nascimento da primeira moderna cooperativa de consumo na Inglaterra (*Rochdale*, 1844), certos princípios constituintes arriscaram ser anacrônicos. O da venda de dinheiro, por exemplo, foi praticamente abolido, estando estreitamente relacionado com as condições reais e concretas de cada país e de cada cooperativa. O princípio indicativo do desenvolvimento da educação foi feita em vez mais desafiador no sentido de que todas as sociedades têm de financiar o ensino dos princípios e métodos de cooperação dela (no plano econômico e democrático) para os seus sócios, gerentes, aos empregados e ao público em geral. O princípio da "neutralidade política e religiosa" finalmente foi atualizado: no sentido de que, se hoje você não pode falar de neutralidade (em qualquer regime econômico ou social não pode ser politicamente neutro), a cooperação deve ainda ser independente de partidos políticos, sindicatos e governos, sem abrir mão de reivindicação de um sistema econômico mais democrático, a nova legislação e medidas em seu favor.

Um dos problemas mais complexos enfrentados pela ACI foi, na verdade, dar uma definição de cooperativa que pudesse conciliar as diferentes experiências que se desenvolveram no mundo, especialmente abarcando os mais diversos tipos de cooperativas. Assim, no Congresso de Manchester, no ano de 1996, chegou-se à seguinte definição: “[...] *un’associazione autonoma di persone che si riuniscono volontariamente per soddisfare i propri bisogni economici, sociali e culturali e le proprie aspirazioni attraverso la creazione di un’impresa a proprietà comune, controllata democraticamente*”¹⁹⁰. Com essa definição, se reconhece e identifica, em nível internacional, a *sociedade cooperativa como uma forma legal que existe para o desenvolvimento econômico, constituída por um grupo de pessoas* (porque democraticamente conduzida por pessoas), já que uma sociedade “não” cooperativa é uma associação de capitais (porque controlada por investidores).

Igualmente, diante da realização de vários congressos da ACI, é possível verificar que os princípios atualmente aceitos como princípios cooperativos no mundo todo, estão longe de ser somente uma reprodução estática do conjunto de regras fixadas em Rochdale no século XIX. Eles foram repensados e atualizados para a atual realidade mundial. Se algo ainda existe, tal como em Rochdale, é

¹⁹⁰ VELLA, 2010, p. 67.... uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer seus direitos econômicos, sociais e culturais e aspirações através da criação de uma entidade de propriedade conjunta, democraticamente controlada (tradução livre)

porque seu conteúdo foi considerado atual, haja vista que o Congresso de Manchester em 1995, para a comemoração do centenário da ACI, reafirmou os princípios estabelecidos em 1966 em Viena.

O elenco do que a ACI considera serem os princípios cooperativos está hoje bem determinado. No entanto, não há um verdadeiro consenso universal, “[...] quer quanto à sua força normativa, quer quanto ao seu verdadeiro sentido”.¹⁹¹

Ainda, verifica-se que a cooperação também é considerada o resultado da satisfação de uma ampla gama de necessidades coletivas que não são adequadamente refletidas na operação da economia clássica (lucro) e, por sua natureza, as possíveis aplicações desse modelo são variadas e extremamente extensa e diversificada. Por exemplo, basta considerar a aplicação, no âmbito mundial, um dos princípios da forma cooperativa, que é o governo *democrático* da empresa: a complexidade e as diversas aplicações do conceito de democracia em diferentes mercados deixa adivinhar facilmente a extrema articulação, e às vezes a divergência compreensível das respostas operacionais que este princípio pode dar em diferentes contextos.

No que tange à legislação brasileira, os princípios estabelecidos em 1995, por ocasião do Congresso da ACI em Manchester, estão dispostos no artigo 1094 do Código Civil e na Lei 5764, de 16 de dezembro de 1971, os quais, inclusive, constituem a base do cooperativismo praticado no país. São eles: a) Da livre e aberta adesão dos sócios;¹⁹² ¹⁹³ b) Gestão e controle democrático dos sócios (cada

¹⁹¹ NAMORADO, 1995, p. 16.

¹⁹² A adesão a uma cooperativa deve ser voluntária, aberta a todas as pessoas, de forma ilimitada, interessadas em utilizar seus serviços, sem qualquer tipo de restrição por razão social, política, sexual ou religiosa, e dispostas a aceitar as responsabilidades da sociedade. Desta forma, a cooperativa, igualmente, não está obrigada a aceitar pessoas que não possam desenvolver a atividade na sua área de atuação. Este princípio consta, também, no artigo 5º, inciso XX da Constituição Federal. Muitos autores dizem que esse princípio é o desdobramento do aspecto da voluntariedade e da “porta aberta”. Com relação à gestão e controle democrático dos sócios, esta característica é vista na preponderância essencial da pessoa do sócio sobre o percentual do capital por ele integralizado. Observa-se, assim, que as cooperativas são organizações democráticas, controladas e administradas por seus sócios, que participam ativamente nas tomadas de decisões. Qualquer cooperado quando assume como representante eleito, responde pela associação, e para a eleição, em todas as cooperativas os sócios têm direitos iguais de voto, em face ao princípio universal “um homem, um voto”, independentemente da sua participação no capital social. Sobre a participação econômica do sócio, essa ocorre quando os sócios contribuem equitativamente para o capital de sua cooperativa, afastando qualquer sentido lucrativo. Ao menos parte desse capital é, geralmente, de propriedade comum da cooperativa. Os cooperados, normalmente, recebem benefícios limitados pelo capital subscrito, quando houver, como condição de associação. Em havendo sobras, de acordo com a determinação dos cooperados, eles podem fazer a retirada da sua cota-parte ou destiná-la para desenvolver sua cooperativa, possibilitando a formação de reservas, onde, ao menos, parte das quais

cooperado: um voto); c) Participação econômica do sócio (distribuição pro rata das transações dos membros; d) Autonomia e independência; e) Educação, treinamento e informação; f) Intercooperação; g) Interesse pela comunidade. Em essência, todos os princípios podem ser considerados como um código de ética com base nos valores de autoajuda, de democracia, de igualdade, de equidade e de solidariedade que é de qualidade ideológica, por sua vez, são com base nos valores mais gerais de honestidade, responsabilidade social e atenção aos outros.

Com relação à Itália, Frau¹⁹⁴ defende que, muito embora que princípios e propósitos estabelecidos acima referem-se àqueles que foram a base da constituição de *Rochdale*, eles, no entanto, não podem ser encontrados em qualquer parte do modo de ser e de trabalho das grandes cooperativas italianas. E a razão é muito simples: se esses princípios fossem respeitados, menores seriam as condições que lhes permitiriam crescer e se desenvolver exponencialmente como tem acontecido nas últimas duas décadas. O equilíbrio, pedra angular das primeiras cooperativas, consistia na necessidade de oferecer as vantagens típicas de reciprocidade aos seus membros (o fornecimento de bens e serviços fornecidos mais favorável do que o mercado oferece, sem a sobrecarga da especulação privada) e a necessidade urgente de acumulação (condição essencial para a sobrevivência de qualquer forma de empreendimento) essencial para o seu desenvolvimento e durabilidade. Quando esse último propósito, ou seja, a acumulação, tornou-se predominante, o equilíbrio se rompeu e com ele, no caso italiano, muitos dos princípios fundadores. Frau ainda destaca o fato de que, muito

sejam indivisíveis; beneficiar os associados na proporção de suas transações com a cooperativa; e sustentar outras atividades aprovadas pela sociedade (associação). Importante dizer que a retirada dessas sobras não significa retirada de lucro como em uma sociedade empresarial, diferenciação esta que será objeto de tópico específico. Outrossim, as cooperativas são autônomas, organizações de ajuda mútua, controladas por seus membros. Nas relações com outras organizações, inclusive com entidades governamentais, ou quando obtêm capital de fontes externas, fazem-no de modo que garantam o controle democrático pelos seus associados e mantenham a autonomia da cooperativa. Da mesma forma, fornecem educação e treinamento a seus cooperados, aos representantes eleitos, aos administradores e empregados, para que eles possam contribuir efetivamente ao seu desenvolvimento particular e ao desenvolvimento da sua cooperativa. Eles informam ao público em geral sobre a natureza e os benefícios da cooperação. Por fim, no que tange à intercooperação, tal característica demonstra que as cooperativas servem diretamente aos seus associados e buscam fortalecer o movimento cooperativista, trabalhando juntas, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, trabalhando para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus associados.

¹⁹³ Entre eles: BULGARELLI (1998, p. 13), Modesto PONTES (2003, p. 409), Maria Cecília de Araújo FURQUIM (2001, p. 42) e Rui NAMORADO (1995, p. 53).

¹⁹⁴ FRAU, 2010, p. 456.

embora as cooperativas façam parte do cotidiano e da economia na Itália, seus princípios primogênitos foram perdidos em função das modernas cooperativas de consumo e à luz das mudanças econômico- sociais, acabaram por abandonar o espírito mutualístico e solidário para se unir ao mercado e ao lucro, criando empresas mais engajadas no acúmulo de capitais. Não existe mais um equilíbrio entre a obrigação de assegurar as vantagens da mutualidade aos sócios e a exigência de capitalização para garantir o crescimento da cooperativa, sendo este último o único objetivo a perseguir. *“A ben vedere, dei principi mutualistici e solidaristici che furono il pilastro della Cooperativa di Rochadale, nelle moderne coop di consumo che operano in Italia vi è rimasto ben poco”*.¹⁹⁵

É importante destatar neste momento que a ACI é a entidade que representa as cooperativas no mundo, mas está muito mais relacionada ao cooperativismo tradicional (empresarial), muito embora também represente as cooperativas ditas populares. E isso ocorre devido ao fato que além de serem ainda muito recentes, por vezes irregulares, ou sem um registro ou cadastro que seja hábil na sua contabilização, internacionalmente, na falta da constituição de outro órgão de representação, quem as representa é a ACI.

Nacionalmente, por seu turno, as cooperativas tradicionais são representadas pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), e as cooperativas populares pela UNICOPAS (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias), criada em 2004 com o objetivo de fortalecer o cooperativismo e a economia solidária e facilitar o diálogo com o poder público. É formada pela união de três relevantes entidades nacionais: UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), a CONCRAB (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) e a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

Feitas as devidas diferenciações e problematizações, vê-se, portanto, que uma vez que a cooperativa é organizada para atender às necessidades de seus sócios, vislumbra-se o fator internacional de sua promoção e existência, uma vez que, além de milhares de entidades privadas, muitos organismos de direito público protegem e preocupam-se com o efetivo desenvolvimento do cooperativismo pelo mundo. Ademais, outra ressalva que se faz é justamente o caráter por demais

¹⁹⁵ Ibidem, 456-458.

esperançoso que entidades como ONU e OIT despejam sobre as sociedades cooperativas, atribuindo a elas créditos para a criação de empregos, para a erradicação da pobreza, para a diminuição das desigualdades sociais e para o desenvolvimento econômico e social. Não parece mais salutar prever que sociedades cooperativas, surgidas de necessidade de cooperação mútua, para diminuir os desgastes do capitalismo, possam ser tão fortes o suficiente para enfrentar, por exemplo, os efeitos da globalização e da falta de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico de parcela da população.

Outrossim, diante deste panorama mundial, as normas internacionais da OIT que tratam direta ou indiretamente das cooperativas têm priorizado o papel dos governos no desenvolvimento cooperativo, deixando até para um segundo plano o caráter autônomo da própria identidade do movimento.

2.2.2 O direito de integração da América Latina e da União europeia

Faz-se necessário, neste momento, diferenciar a ordem jurídica comunitária internacional (União Europeia) da ordem jurídica internacional clássica (Mercosul). Aquela advém de tratados internacionais que ocasionaram subordinação do direito interno ao direito comunitário, havendo total primazia do direito comunitário sobre o direito interno, pois é objeto de um processo real de integração, no qual os Estados-Partes têm sua soberania limitada e partilhada. São relações verticais.¹⁹⁶ Na clássica, predomina uma relação horizontal de soberanias e um sistema de cooperação entre os Estados.

Assim, no que se refere ao direito de integração da América Latina, a primeira ressalva a ser realizada é que ele está em franca e contínua formação, não, por sua vez, com a mesma concretude e eficiência como ocorre na Europa. Por outro lado, em razão dos contornos constitucionais, políticos e econômicos do século XX, é sim possível a observância de uma interação desses países com a comunidade internacional, principalmente sobre assuntos relacionados à proteção dos direitos humanos. Foi somente durante o século XX que organizações formadas por países exclusivamente da América Latina foram criadas, muito mais voltadas, à época, para questões que envolviam o comércio internacional, guiadas por ideais

¹⁹⁶ MARTINS, 2004, p. 4.

estadunidenses, país que possui a liderança em projetos de integração regional. O papel e o objetivo político da integração latino americana só tornaram-se visíveis no pós Segunda Guerra Mundial, em razão de um clima de cooperação internacional, o que levou, inclusive, à criação da Organização das Nações Unidas.

O ano de 1960 inaugurou o período de criação de organismos entre países integrantes da América Latina, a iniciar pelo Tratado de Montevideu, assinado por Brasil, Paraguai, Argentina, Chile, Peru, México e Uruguai, o que culminou com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), posteriormente transformada em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), cujo objetivo principal era implementar a economia e o desenvolvimento social da região, por meio da criação do mercado comum latino-americano, especialmente fazendo referências às bases tarifárias e à limitação de algumas restrições. Tal tratado foi incorporado ao ordenamento jurídico pátrio pelo Decreto-Legislativo nº 66, de 16/11/1981. Poucos anos mais tarde, em 1969, o Pacto Andino foi criado pela Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Chile, o qual teve seu nome alterado para Comunidade Andina de Nações (CAN) e seu número reduzido para quatro com a saída do Peru. Mais recentemente, no ano de 1985, dando continuidade no processo de integração econômica, foi assinado pelos presidentes do Brasil e Argentina o chamado “*Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil*”, fato que seis anos mais tarde culminou com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) pelos dois primeiros signatários, acrescidos de Paraguai e Uruguai, por meio do Tratado de Assunção, objetivando promover a circulação de bens, pessoas e capital, com a redução de barreiras tarifárias.

O Tratado de Assunção, datado de março de 1991, fixou um período de transição de três anos para que as políticas públicas estabelecidas entre seus signatários pudessem ser implementadas. Mais especificamente com relação ao Brasil, tal tratado foi ratificado pelo Congresso Nacional mediante o Decreto Legislativo nº 197, de 25.09.91 e promulgado pelo Decreto nº 350, de 21.11.91. Destaca-se, ainda, que o Tratado de Assunção foi aditado por três Protocolos adicionais, quais sejam o Protocolo de Brasília, assinado em 17.12.91 e internalizado no país pelo Decreto Legislativo nº 88, de 01.12.92, e Decreto nº 922, de 10.09.93; Protocolo de Ouro Preto, assinado em 17.12.94 e internalizado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 188, de 16.12.95, e Decreto nº 1.901, de 09.05.96

e Protocolo de Olivos, assinado em e internalizado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 712, de 15.10.2003, e Decreto nº 4.982, de 09.02.2004. De todos esses, o mais importante é o Protocolo de Ouro Preto, pois estabeleceu uma nova estrutura institucional para o Mercosul, ampliou a participação dos parlamentos nacionais e da sociedade civil, mas principalmente porque foi o instrumento que dotou o Mercosul com personalidade jurídica de direito internacional, possibilitando sua relação como bloco com outros países, blocos econômicos e organismos internacionais.

Sobre a relação do cooperativismo e a integração latino americana, destaca-se que, em 1999, o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul elaborou uma recomendação ao seu órgão decisório executivo chamado de “Grupo Mercado Comum” (GMC), propondo a criação de um grupo especializado para tratar sobre as cooperativas, alegando que elas realizam um importante contributo para o desenvolvimento sustentável dos países e regiões sendo importantes dinamizadoras da economia local, nacional e regional.¹⁹⁷ Ainda, o GMC, em razão de suas atribuições constantes no Protocolo de Ouro Preto, em 2001, elaborou a Resolução No. 35/2001, criando uma “Reunião Especializada em Cooperativas (RECM), composto por representantes dos governos dos quatro países membros, agindo em coordenação com entidades nacionais representativas do setor cooperativo de cada um dos países

con la finalidad de analizar y desarrollar proyectos en esta área, especialmente en lo referente a la armonización de aspectos legislativos; la complementación de actividades productivas y/o de servicios; la armonización de políticas públicas del Sector Cooperativo, y la promoción de la libertad de circulación e instalación de las Cooperativas en la región. (art. 1 da MERCOSUR/GMC/RES. N° 35/01).

Desde a sua criação, o RECM tem trabalhado intensamente na realização de objetivos de harmonização legislativa e de políticas públicas na área, para além da promoção da liberdade de criação de cooperativas, para a qual constituiu uma Comissão Jurídica especialmente para essas tarefas, onde sua primeira ação foi verificar o estado da legislação sobre as cooperativas na região, a fim de determinar claramente as semelhanças e assimetrias entre países. No início de 2006, o RECM emitiu a Comunicação n ° 02/06 sobre políticas públicas sobre as cooperativas na qual expressou a necessidade de esforços para alcançar "que cada país adote

¹⁹⁷ Recomendación N°5/99 MERCOSUR/FCES/XIII.

medidas concretas para contribuir e estimular a constituição de cooperativas transfronteiriças e regionais e facilitar o reconhecimento legal cooperativas de outros países do Mercosul " (Mercosur/rme/ccr/crcet/n02/06).

E seguindo o exemplo da União Europeia, a qual também tratou de referir-se às sociedades cooperativas e a seu incentivo para a concretização de seus objetivos perante a sua vasta comunidade, por meio do Regulamento (CE) nº 1435/2003, o qual instituiu o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE), documento que, além de conceituar o que seria efetivamente uma cooperativa, passou a determinar todos os passos de desenvolvimento e constituição válidos dessa sociedade perante da comunidade europeia, o Parlamento do Mercosul, em 2009, aprovou o Estatuto das Cooperativas do Mercosul (MERCOSUR/PM/SO/ANT.NORMA 01/2009).

Após os estudos e consultas realizadas, concluiu-se que a maneira prática para determinar os regulamentos para esta classe especial das cooperativas seria incorporar, dentro das leis de cada Estados Partes, um capítulo especial dedicado à sua internacionalização, buscando uma uniformidade no tratamento das Cooperativas do Mercosul por todos os países. Assim, depois de completar o processo de preparação e consulta no âmbito do Comité Técnico e da RECM, o projeto foi levado ao Grupo Mercado Comum”, e após ao Parlamento do Mercosul, o qual aprovou por unanimidade o Estatuto das Cooperativas do Mercosul em sua reunião realizada 28.04.09 em Assunção. Dada a sua recém aprovação, o Estatuto deve agora ser incorporado nas leis nacionais dos Estados Partes, o que de fato ainda não ocorreu no Brasil.

La previsión de la existencia de estas cooperativas transfronterizas no excluye la posibilidad de encarar otras formas jurídicas de integración que se hallen previstas en la legislación común, particularmente referidas a las sociedades comerciales, y otros tipos de alianzas estratégicas orientadas a consolidar el movimiento cooperativo en la esfera de la integración regional. (Fundamentacion-MERCOSUR/PM/SO/ANT.NORMA 01/2009)

E ainda:

Artículo 1. Son “Cooperativas del MERCOSUR” las que admiten asociados domiciliados en el país y en otro u otros Estados Partes del MERCOSUR. Los asociados domiciliados en el país deben representar más del cincuenta por ciento del total de asociados y del capital social suscrito. Cuando dejen de contar con ese porcentaje durante un período superior a seis meses deberán comunicarlo a

la autoridad encargada del Registro de Cooperativas y perderán la condición de “Cooperativas del MERCOSUR.”

Por fim, importante destaque merece a “Ley Marco para as cooperativas da América Latina”, uma espécie de marco regulatório, a qual após a conclusão de um processo de pesquisas e consultas e com a submissão ao Conselho Consultivo da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em reunião em San José das Costa Rica, em julho de 2008, aprovou a forma e as condições nelas existentes. Ela foi um dos motivos que levaram o Mercosul a estabelecer o Estatuto supramencionado. Tal marco regulatório não se destina a ser copiado pelos diferentes legisladores dos países membros. Muito pelo contrário, sua finalidade é fornecer informações sobre as diretrizes fundamentais sobre a legislação cooperativista a partir de estudos em direito comparado. Esta é uma lei geral relativa a todos os tipos de cooperativas composta por 102 artigos, subdividida doze capítulos, cada um tratando de um aspecto particular, *“Objetivo de la ley Artículo 1. El objetivo de la presente ley es dotar a las cooperativas y al sector cooperativo en general de un marco jurídico para su organización, funcionamiento y regulación”*.

Ela, em termos de direito de integração da América Latina, constitui um contributo significativo para o progresso da legislação cooperativa continental baseada em princípios universais de cooperação, experiência e direito comparado. É razoável verificar sua influência sobre a legislação recente na região e certamente essa influência aumentará, uma vez, depois de passar por um exame aprofundado pelas comissões competentes que foi aprovada pelo Parlamento Latino Americano na sua sessão plenária de dezembro de 2012, demonstrando novamente a força do movimento cooperativo no mundo.

A *União Europeia*, da ordem jurídica comunitária internacional¹⁹⁸ por seu turno, também tratou de referir-se às sociedades cooperativas e a seu incentivo para a concretização de seus objetivos perante a sua vasta comunidade. As relações entre os estados Tem-se, inicialmente, que a Comunidade Europeia foi instituída em Roma por um tratado datado de 25 de março de 1957 e, desde então, não tem medido esforços para a perfeita harmonização dos povos, bem como, em

¹⁹⁸ Advinda de tratados internacionais que ocasionaram subordinação do direito interno ao direito comunitário, havendo total primazia do direito comunitário sobre o direito interno, pois é objeto de um processo real de integração, no qual os Estados-Partes têm sua soberania limitada e partilhada. São relações verticais

observância às determinações de seu Comitê Econômico e Social, tem, desde 1983, tratado especificamente sobre as sociedades cooperativas. Nesse sentido,

Em 13 de Abril de 1983, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução sobre as cooperativas na Comunidade Europeia, em 9 de Julho de 1987, uma sobre a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento regional, em 26 de Maio de 1989, uma sobre o papel das mulheres nas cooperativas e as iniciativas locais em matéria de emprego, em 11 de Fevereiro de 1994, uma sobre a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento regional e em 8 de Julho de 1998, uma sobre o papel das cooperativas no crescimento do emprego das mulheres.¹⁹⁹

Na mesma linha de raciocínio do que já foi disposto com relação à ONU ou à OIT, a *União Europeia* promove o incentivo desse tipo societário, facilitando, inclusive, que ela seja criada em um país, transferido a outro, com suas atividades em um terceiro, mas, mesmo assim, protegida pelo Direito da EU. Assim, por fim, merecida atenção é devida às décadas de 70 e 80, momento histórico em houve a implementação de alguns tipos de cooperativas (trabalhadores e produção), as quais uniram-se para formar o *Comitê Europeu de Trabalhadores de Cooperativas* (CECOP), representando “[...]uma plataforma privilegiada para o grupo de “economia social” do Parlamento Europeu, com boas relações com a Comissão Europeia”.²⁰⁰

Outrossim, importante destacar o papel do *Regulamento* (CE) n° 1435/2003, o qual instituiu o Estatuto de uma espécie societária que passou a se chamar Sociedade Cooperativa Europeia (SCE), documento esse que, além de conceituar o que seria efetivamente uma cooperativa, passou a determinar todos os passos de desenvolvimento e constituição válidos dessa sociedade perante da comunidade europeia.

Dessa forma, observa-se as seguintes considerações:

- (7) As cooperativas são, antes de mais, agrupamentos de pessoas ou entidades jurídicas que obedecem a princípios de funcionamento específicos, diferentes dos outros operadores económicos. Esses princípios incluem o princípio da estrutura e controlo democráticos e a distribuição do lucro líquido do exercício numa base equitativa.
- (10) A Sociedade Cooperativa Europeia (adiante designada por

¹⁹⁹ UE. Regulamento (CE) n° 1435/2003 do Conselho, de 22 de julho de 2003 relativo ao Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE). In Jornal Oficial da União Europeia, de 18.08.2003. Item 1.

²⁰⁰ PEREIRA, 2001, p. 31.

«SCE») deve ter como objectivo principal a satisfação das necessidades dos seus membros e/ou o desenvolvimento das suas actividades económicas e sociais, na observância dos princípios. (Redação como o documento original).²⁰¹

Com relação aos objetivos desse Estatuto, verifica-se a questão de transnacionalidade:

(13) O objectivo essencial do presente regulamento é permitir o estabelecimento de uma SCE por pessoas singulares residentes em diferentes Estados-Membros ou entidades jurídicas estabelecidas ao abrigo das legislações de diferentes Estados-Membros. O presente regulamento também possibilitará o estabelecimento de uma SCE através da fusão de duas cooperativas nacionais existentes ou da transformação de uma cooperativa nacional sem passar pela sua dissolução, nos casos em que essa cooperativa tenha a sua sede e a sua administração central num Estado-Membro e um estabelecimento ou uma filial noutro Estado-Membro. (Redação como o documento original).²⁰²

Após cerca de 20 (vinte) considerações, inicia-se o texto do regulamento propriamente dito, esclarecendo que no território da Comunidade Europeia poderão ser constituídas sociedades cooperativas na forma de *Sociedade Cooperativa Europeia* (SCE) de acordo com as normas previstas no regulamento. Salienta-se, ainda, que é lógico que cada país pertencente à EU pode ter também sua regulamentação acerca daquele tipo societário, o qual se aplicará somente internamente. Com relação, especificamente, ao objetivo da SCE, destaca-se como sendo

a satisfação das necessidades e/ou o desenvolvimento das actividades económicas e/ou sociais dos seus membros, nomeadamente através da celebração de acordos com estes com vista ao fornecimento de bens ou serviços ou à execução de trabalhos no âmbito da atividade que a SCE exerce ou faz exercer. A SCE também pode ter por objeto a satisfação das necessidades dos seus membros através da promoção da sua participação em actividades económicas, da maneira supramencionada, em uma ou mais SCE e/ou cooperativas nacionais.²⁰³

Configurando-se como um dos mais significativos documentos na EU sobre

²⁰¹ UE. **Regulamento (CE)** n° 1435/2003 do Conselho, de 22 de julho de 2003 relativo ao Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE). In Jornal Oficial da União Europeia, de 18.08.2003. Item 1.

²⁰² UE. **Regulamento (CE)** n° 1435/2003 do Conselho, de 22 de julho de 2003 relativo ao Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE). In Jornal Oficial da União Europeia, de 18.08.2003. Item 1.

²⁰³ Ibidem.

cooperativas, o Regulamento acima exposto, por meio do Jornal Oficial da União Europeia publicou, na mesma data de 22 de julho de 2003, uma *Directiva* (2003/72/CE), a qual completa o estatuto da sociedade cooperativa europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores. Com 23 (vinte e três) considerações, as quais na maioria preveem a garantia dos direitos adquiridos dos trabalhadores quanto ao seu envolvimento nas decisões das sociedades e a possibilidade ampla de negociações, a *Directiva* delimita e protege a participação dos trabalhadores nas SCE.

À guisa da conclusão, observa-se que sendo a sociedade cooperativa organizada para atender às necessidades de seus sócios, seja para a produção, compra ou venda de bens ou prestação de algum tipo de serviço a eles, percebe-se a existência de relações jurídicas diferenciadas entre os cooperados e entre esses e a sociedade. Dessa peculiar característica, destaca-se o fator internacional de sua promoção e existência, uma vez que, além de milhares de entidades privadas, muitos organismos de direito público protegem e preocupam-se com o efetivo desenvolvimento do cooperativismo pelo mundo. Com relação às entidades analisadas neste item, muito embora o cooperativismo tenha um papel importante na economia mundial, enquanto não for capaz de substituir o assalariamento, não terá maiores forças para implementar as políticas preconizadas pela ONU e OIT.

Não parece mais salutar prever que sociedades cooperativas, surgidas de necessidade de cooperação mútua, para diminuir os desgastes do capitalismo, possam ser tão fortes o suficiente para enfrentar, por exemplo, os efeitos da globalização e da falta de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico de parcela da população. Atualmente, as cooperativas já não mais consideradas como instrumentos governamentais, mas sim um meio para que seus sócios possam alcançar objetivos econômicos e sociais comuns. É importante, por fim, ilustrar que o direito de integração latino americano, ainda muito insipiente, baseado precipuamente por questões comerciais, mesmo no que se refere ao cooperativismo nunca pareceu impulsionar os países mais pobres da região. A diferença na tarifação ou livre circulação de bens ou pessoas parece não cumprir com a expectativa de integração ou desenvolvimento regional. E muito embora tal situação, dada a representatividade tanto interna quanto internacional do cooperativismo, seja como movimento ou como sociedades (micro), um longo caminho há a percorrer ainda. Isso porque, dadas das necessidades sociais e econômicas da

contemporaneidade, as relações precisam ser reinventadas. Princípios, antes incipientes como a cooperação e a solidariedade, precisam ser retomados.

O que se observará na sequência é a possibilidade de retomada do axioma da cooperação como paradigma possível, frente às necessidades do século XXI, novas referências teóricas, centradas ainda em aspectos internacionais constitucionais, direcionando a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade para a concretude da vida atual.

CAPÍTULO 3

DELINEANDO ASPECTOS FUNDANTES DA COOPERAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Un tempo si poteva scrivere della cooperazione come sistema organizzativo di unità economiche al crocevia di mercato politico e mercato economico. Oggi è più appropriato parlare di interconnessione tra sistemi di solidarietà e/o subcultura politica e mercato economico. (Sapelli)

Da necessária cooperação partiu-se para o movimento cooperativista.

Dele, para as sociedades cooperativas e seus incentivos internacionais.

Dos aspectos contemporâneos do movimento, observa-se que há sinais da necessária retomada de postulados e princípios fundamentais para as relações sociais, políticas e econômicas, mas especificamente no que se refere à cooperação. Neste capítulo, assim, serão introduzidos e problematizados aspectos constitucionais relacionados diretamente à cooperação contemporânea, iniciando por uma proposta de Estado Constitucional *Cooperativo* realizada pelo alemão Peter Haberle, considerando, especialmente, uma certa unicidade nas legislações modernas tratando e buscando a *cooperação, a exemplo do que ocorreu com a promulgação e entrada em vigor do novo Código de Processo Civil* brasileiro no início do ano de 2016.

Na mesma linha de raciocínio, tratar-se-á sobre fundamentos éticos e culturais da cooperação em si, inovando com a Teoria da cooperação, ao estabelecer certos princípios explicativos de comportamentos cooperados, bem como aspectos do estudo de uma “cooperação cooperativa” e da justificável “teoria política da cooperação.

Ao final do capítulo, ainda sobre o viés do tema da cooperação, será realizado um estudo comparativo sobre os aspectos constitucionais sobre o referido tema na nas Constituições Federais do Brasil e da Itália, demonstrando que os legisladores parecem traçar um esboço de definição de um fenômeno que já existe, mas que que, no atual contexto constitucional, é necessário para garantir a *função social* sob seus mais variados aspectos.

A cooperação, por seu turno, conforme visto, passa a ter valor fundamental para as Constituições brasileira e italiana, seguindo uma linha de outros países do mundo, mas terá seu ápice de atuação e de ingerência manifestadamente na ordem econômica. A dignidade da pessoa humana, por seu turno, permanece, por fim, como um valor universal, como o centro das opções para a regulamentação das relações sociais, políticas e econômicas

3.1 A PROPOSTA DE UM ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO A PARTIR DAS LIÇÕES DE PETER HABERLE

Em busca de bases jurídicas para a análise e discussão atual em grande parte das legislações e com o propósito de implementar os estudos sobre o cooperativismo, dada a própria trajetória da presente tese e da história relacionada ao Estado, as mudanças sociais ocorridas nos últimos 30 (trinta) anos, as lições do jurista alemão Peter Haberle e suas noções sobre o Estado Constitucional Cooperativo são a linha mestra do presente item.

O referido jurista, no final da década de 70, ao analisar as transformações ocorridas no pós-guerra e o impacto ocorrido nas relações do Estado, Direito²⁰⁴ e especialmente na soberania, percebendo as mudanças sociais estabelecidas e suas implicações na formação estatal, passou a introduzir um novo elemento no já

²⁰⁴ O início do ano de 2016 foi marcado , em especial, pela entrada em vigor do novo Código de Processo Civil. Um projeto antigo que, buscando melhor satisfazer as realidades do processo civil atual, inovou destacando notadamente como traços novos e marcantes, os princípios e garantias fundamentais do processo, em especial a observância da cooperação entre todos os envolvidos. É o reconhecimento, mesmo em posições contrárias (partes) e distintas (advogado e juiz), de que todos os sujeitos do processo estão inseridos dentro de uma mesma relação jurídica, devendo colaborar entre si para que a dinâmica da relação, desenvolva-se razoavelmente até a final prestação jurisdicional. Essa cooperação à que se refere o CPC diz respeito às relações da mesma relação jurídica internamente, mas também da cooperação jurídica nacional e internacional, conforme se observa por alguns exemplos:

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015, que estabelece o Código de Processo Civil:

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem **cooperar** entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva

Art. 67. Aos órgãos do Poder Judiciário, estadual ou federal, especializado ou comum, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive aos tribunais superiores, **incumbe o dever de recíproca cooperação**, por meio de seus magistrados e servidores.

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

§ 3º Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que **o saneamento seja feito em cooperação com as partes**, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações. (grifo nosso)

consagrado Estado Constitucional: *a necessária cooperação e entrelaçamento das relações internacionais*. Ademais, aliado à melhor compreensão do estudo acima elencado, em razão da relativização de fronteiras nacionais, de políticas de valorização e respeito aos direitos humanos estaria presente o princípio da vedação do retrocesso legal das conquistas sociais já alcançadas.

De qualidades e de direitos, o Estado Constitucional foi o caracterizador do que se chamou de *Estado Democrático de Direito*, um estado regido por normas democráticas, com eleições livres, respeito os direitos e garantias fundamentais com e legitimação e limitação do poder. Cita-se, neste momento, por exemplo, o disposto no parágrafo único do artigo. 1º da Constituição Federal do Brasil com relação à aplicação do princípio democrático e no artigo. 14 sobre o exercício da soberania por meio do voto popular.²⁰⁵

Superado esse estágio da história, surge no final do século XIX e início do século XX uma consciência pelos direitos humanos sociais. Assim, conforme bem visualiza Holthe:

As Constituições, que até, então se limitavam a estruturar o Estado e a declarar direitos individuais de liberdade (simplesmente ignorando as relações sociais) viram-se obrigadas a estabelecer planos de governo de forma a atender as demandas por direitos relativos ao trabalho, à previdência, à cultura, saúde, educação, etc.; enfim, trazendo a sociedade para dentro do texto constitucional.²⁰⁶

A grande crítica que se faz a esse atual período estatal é justamente o encontro de mecanismos de concretização dos valores constitucionais e garantia de condições dignas mínimas, uma vez que tais valores poderão entrar em choque de forma *específica* (por exemplo a liberdade de informação e de expressão e a intimidade) ou de modo *geral*, relativamente *ao próprio papel da Constituição*.

Por fim, há doutrinadores, inclusive, que, tendo em vista algumas das críticas acima demonstradas, defendem a ideia de que mesmo o Estado Constitucional está em crise, em razão dos novos contornos do poder dos últimos 30 anos, urgindo a necessidade de novos vieses do Estado. Assim, no final da década de 70, mais precisamente entre os anos de 1977 e 1978, o jurista alemão Peter Haberle, por ocasião de um ensaio acadêmico, antecipou a essência das transformações

²⁰⁵ Artigos 1º e 14 da Constituição Federal do Brasil.

²⁰⁶ HOLTHE, 2009, p. 361.

ocorridas no pós-guerra e seu impacto sobre o Estado, o Direito e sobre o conceito de soberania, introduzindo lições do, a partir de então, chamado Estado Constitucional Cooperativo (ECC), inédito na conformação histórica, confirmando a noção e necessidade universal e irredutível da cooperação, termo já explorado em item anterior.

É importante destacar desde já que a referida obra de Haberle foi voltada à defesa da tolerância, da aceitação do outro e principalmente da proteção dos direitos fundamentais diante da complexa realidade mundial.

Do clássico conceito de Estado de Direito dos sécs. XIX e XVIII, facilmente passou-se ao Estado Constitucional, no século XX. Mais adiante, já na sequência da Segunda Guerra Mundial, os Estados nacionais passaram a vivenciar uma outra perspectiva, a existência de blocos e comunidades transnacionais, buscando maior força nas alianças econômicas, políticas e culturais.²⁰⁷ Não há dúvidas que o referido Estado Constitucional tem suas raízes da própria Revolução Francesa e, para justificar o ECC, Peter Haberle propõe três teses sobre o ano de 1789: como princípio da esperança, como irrenunciabilidade do passado e como princípio de responsabilidade.

Comparato relata que

As lutas sociais que envolveram a Revolução Francesa foram as responsáveis, também, pelo desencadeamento da supressão das desigualdades entre indivíduos e grupos sociais, em curto espaço de tempo, de uma forma que a humanidade nunca tinha experimentado. Logo, foi percebido que o espírito da Revolução era muito mais a supressão das desigualdades entre castas ou grupos sociais do que a consagração das liberdades individuais para todos.²⁰⁸

Tal data representa “[...] *uma garantia constitucional de manutenção de alguns conteúdos irrenunciáveis para o Estado Constitucional [...] elencados na Declaração dos Direitos do Homem de 1789*”²⁰⁹, pois, conforme Haberle,

Los derechos del hombre y su fundamento, a dignidade humana (desde Kant y Schiller), la separación de poderes (Locke y Montesquieu), así como la democracia (gracias a Rousseau y al Federalista) conforman barreras culturales que no permiten el paso

²⁰⁷ SILVA, C., s/d, p. 3.

²⁰⁸ COMPARATO, 2007, p. 136.

²⁰⁹ SILVA, B., 2011, p. 31.

atrás y fundam elementos básicos de cualquier avance constitucional hacia el futuro.²¹⁰

Para o mesmo autor, o Estado contemporâneo exige uma relação de complementariedade, de coordenação e de cooperação entre normas de Direito Internacional e normas internas, nas mais variadas áreas. Segundo ele, “[...] O *Estado Constitucional e o Direito Internacional transformam-se em conjunto. O Direito Constitucional não começa onde cessa o Direito Internacional*” e esse “*não termina onde começa aquele*.”²¹¹ Passaria, então, a não existir a primazia somente do Direito Constitucional ou Internacional, mas um efeito recíproco entre as relações externas e internas e esse passaria a ter não mais a função de disciplinar a coexistência dos Estados, transformando-o em um direito vinculante, responsável por buscar a paz mundial.

Os Estados Constitucionais passariam a ser os protagonistas do surgimento de um processo que poderia ser chamado de Direito Comum ou de Direito de *cooperação*, agregando a abertura, cooperação e integração, as quais descaracterizariam o tradicional Estado fechado e centrado na soberania nacional.

É importante destacar desde início que o ECC [...] “*é um Estado que justamente encontra a sua identidade também no Direito Internacional, no entrelaçamento das relações internacionais e supranacionais, na percepção da cooperação e responsabilidade internacional, assim como no campo da solidariedade*.”²¹²

A grande e principal diferença proposta entre o Estado Democrático de Direito com o Estado Constitucional Cooperativo reside no fato de que esse estaria, então, “[...] *inserido em uma comunidade universal de Estados Constitucionais*”²¹³, na qual os Estados não existiram mais para si mesmos, *mas passariam a ser referências para outros Estados membros de uma comunidade*, em projeção ampla e universal. Tais conceitos levam ao raciocínio da transposição do Estado Moderno e também na reformulação do paradigma da soberania como princípio absoluto, uma vez que com o término das grandes guerras mundiais e diante da necessidade de cooperação e

²¹⁰ HABERLE, 1998, p. 88.

²¹¹ HABERLE, 2007, p.11.

²¹² Ibidem, p. 4.

²¹³ HABERLE, 2007, p. 75-77.

aproximação entre diversos Estados ²¹⁴ , suas fronteiras nacionais foram relativizadas, abalando, naquela ocasião, a noção de soberania e do próprio Estado.

Nessa perspectiva, os *Estados urgiram em adaptar-se às particularidades contemporâneas e aos liames da globalização econômica*. Para Haberle, o termo *cooperação* passa a fazer parte da identidade do Estado Constitucional, no interesse da transparência, sendo expressão, pressuposto e consequência do Estado. Seriam, dessa forma, os próprios elementos norteadores do Estado Constitucional os indicadores para a forma de cooperação internacional, busca meios para a concretização da democracia, independência da jurisdição constitucional, mas principalmente, mecanismos para a defesa interna e externa dos direitos humanos, ligados essa à própria essência do pensamento de Haberle sobre ECC, sendo esses no Brasil critérios normativos de abertura do texto constitucional à cooperação internacional.

Para Silva²¹⁵, “o ECC vive de redes de cooperação social, humanitária e antropológica, de forma que há necessidade de desenvolvimento de uma cultura e consciência de cooperação (no sentido de internacionalização da sociedade”. A ordem internacional influenciaria de forma direta a soberania do Estado nacional, o qual por essa influência, deixa de ser soberano, nos moldes clássicos, para ser cooperativo. ²¹⁶ E Lopes²¹⁷, citando Haberle, defende a ideia de que, muito embora haja controvérsias doutrinárias, o Estado Constitucional Cooperativo é uma realidade e justifica-se sendo “*uma resposta jurídico- constitucional à mudança do [...] direito de coexistência para o direito de cooperação na comunidade de Estados, cada vez mais imbricada a constituída [...] como um direito comum de cooperação*”. Dessa feita, passa a ocorrer um enfraquecimento dos limites entre o interno e o externo.

Diante de todo esse novo enfrentamento, Haberle também defende a ideia de alteração das próprias fontes do Direito, devendo-se romper com o monopólio das fontes jurídicas estatais, nascendo um “*direito comum de cooperação*”, o que permite a abertura para entendimentos e leituras internacionais, principalmente por meio da realização coletiva dos direitos fundamentais.

²¹⁴ Principalmente por motivos econômicos e militares.

²¹⁵ SILVA, C., s/d, p. 7.

²¹⁶ HABERLE, 2007, p. 75.

²¹⁷ LOPES, 2009, p. 109.

Passariam os direitos fundamentais ao papel de ponto de contato e integração entre os diversos estados.

Outrossim, na busca pelo enquadramento eficaz dos direitos fundamentais frente à ideia de Estado Constitucional Cooperativo, verifica-se que o princípio da vedação ao retrocesso social se apresenta como um denominador a salvaguardar o núcleo essencial dos direitos fundamentais já conquistados, pois, *"[...] servindo como um garantidor do progresso adquirido pela sociedade durante os períodos de mudanças e transformações"*.²¹⁸

Vê-se, portanto, que a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 inseriu extraordinária inovação no que concerne ao catálogo dos direitos sociais, revelando-se como a mais importante fonte destes direitos que vêm consagrados nas Constituições contemporâneas. Silva, nesse contexto, argumenta que,

Os direitos sociais, como direitos humanos, encontram-se no mesmo nível de valorização moral das liberdades individuais. Foram sendo incorporados em diversos pactos, como o da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1966, que adotou dois pactos internacionais: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.²¹⁹

Paulatinamente, os direitos sociais foram sendo incorporados às Constituições hodiernas, visto que hoje há um consenso quanto à necessidade de garantir a efetividade desses direitos por meio de uma atividade positiva por parte do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e adentrando na análise da Constituição Federal de 1988, em que os direitos sociais, *"[...] pela primeira vez na história constitucional brasileira, vieram elencados no capítulo destinado aos Direitos e Garantias Fundamentais, reconhecendo-os como tais, com o intuito de promover a igualdade material"*.²²⁰

No dizer de Silva, *"[...] os direitos fundamentais sociais correspondem a uma posição ativa do Estado, que se obriga a determinadas prestações, a fim de diminuir as desigualdades sociais, promovendo, dessa forma, a justiça social"*.²²¹ De tudo o dito acima é que se justifica a análise, por oportuno, do princípio da vedação do

²¹⁸ CEZAR, 2011, p. 2.

²¹⁹ SILVA, B., 2011, p. 35.

²²⁰ SILVA, B., 2011, p. 43.

²²¹ Ibidem, p. 28.

retrocesso social. Tem-se que, na visão de Maciel, em uma concepção contemporânea, os objetivos desse princípio no catálogo dos direitos sociais:

A vedação de retrocesso social na ordem democrática, especialmente em matéria de direitos fundamentais sociais, pretende evitar que o legislador infraconstitucional venha a negar (no todo ou em parte essencial) a essência da norma constitucional, que buscou tutelar e concretizar um direito social resguardado em seu texto. A inclusão de tal proibição na ordem jurídica deu-se para impedir a violação do núcleo essencial do Texto Magno, e, por consequência, a supressão de normas de justiça social.²²²

Dentro desse contexto, significa dizer que uma vez concretizado o direito, ele não poderá ser diminuído ou esvaziado. Esse princípio vem difundido na doutrina de Canotilho, que assim define:

O princípio da democracia económica e social aponta para a proibição do retrocesso social. A ideia aqui expressa também tem sido designada como proibição de 'contrarrevolução social' ou da 'evolução reacionária'. Com isso quer dizer-se que os direitos sociais e económicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), uma vez alcançados ou conquistados, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo²²³.

Nesse passo, explica Canotilho que quaisquer medidas tendentes à anulação, à revogação ou à aniquilação do núcleo essencial dos direitos sociais, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, são flagrantemente inconstitucionais, posto que atentam contra a dignidade da pessoa humana e à segurança jurídica.

Em outras palavras significa

[...] o princípio da proibição do retrocesso social confere aos direitos fundamentais, em especial aos sociais, estabilidade nas conquistas dispostas na Constituição Federal, proibindo o Estado de alterar, quer seja por mera liberalidade, ou como escusa de realização dos direitos sociais. A estabilidade a qual nos referimos, não pretende tornar a Constituição e as normas infraconstitucionais imutáveis, mas dar segurança jurídica e assegurar que se um direito for alterado, que passe por um longo processo de análise para que venha beneficiar seus destinatários.²²⁴

²²² MACIEL, 2008, p. 4

²²³ CANOTILHO, 1993, p. 468.

²²⁴ CEZAR, 2011, p. 2.

Visualizando a aplicação desse princípio, ainda, pontua a autora que:

Considerando que vivemos num Estado onde segurança jurídica quase que se limita às relações contratuais, devemos ter em mente que a segurança é uma medida contra ações retrocessivas do Estado, ignorando os direitos adquiridos, deveríamos entender os direitos sociais como irredutíveis, passíveis somente de modificações que aumentassem seu alcance.²²⁵

Jaz aí uma problemática acerca da relativização desse princípio no âmbito dos direitos sociais, cujo entendimento se coaduna com o da autora Brasil:

Isto remonta a ideia da amplitude da proibição do retrocesso social visto que a proteção não pode assumir caráter absoluto. Algumas posições defendem a relatividade de tal princípio. Para Vieira Andrade, não é regra geral para não ferir a autonomia legiferante, pois se fosse absoluto os direitos sociais poderiam ferir o direito de defesa que podem ser restritos pelo legislador. Para Canotilho, a proibição só encontra limitação no núcleo já realizado, em direitos sociais impostos. Desta monta, a relativização do princípio limitar-se-ia a dignidade da pessoa humana, por ser este pressuposto básico das elementares regras de direito fundamental, ou seja, a supressão dos direitos fundamentais, quando invadem a essência primordial da pessoa humana como núcleo essencial dos direitos sociais (violação do mínimo existente social) encontrará óbice na proibição do retrocesso e neste contexto não se pode falar em relativização do princípio.²²⁶

Tem-se o motivo pelo qual a vedação de retrocesso acaba assumindo tipo de verdadeiro princípio constitucional implícito, que pode ser reconduzido tanto ao princípio do Estado de Direito (no âmbito da proteção da confiança e da estabilidade das relações jurídicas), quanto ao princípio do Estado Social, na condição de garantia da manutenção dos graus mínimos de segurança social alcançados²²⁷.

Nota-se, por fim, que, muito embora da ideia de Estado Constitucional Cooperativo, se extraia um novo patamar para o já consagrado Estado Constitucional. Como se percebe, Peter Haberle não aborda tais noções de forma ampla e geral, mas sim excepcionalmente, carecendo ainda de estudos sobre sua viabilidade jurídico-constitucional e aplicabilidade concreta, uma vez que ele não é um objetivo plenamente alcançado, estando, entretanto, a caminho e que o princípio da vedação ao retrocesso social está intimamente ligado à segurança jurídica, pois

²²⁵ Ibidem, p. 4.

²²⁶ BRASIL, F., 2007, p. 3.

²²⁷ SARLET, 2007, p. 371.

ela foca na proteção dos direitos fundamentais da pessoa contra medidas jurídicas, legislativas e administrativas que retrocedam as garantias sociais progressivas. Ademais, pelo critério da confiança, os direitos sociais terão eficácia assegurados pela essencialidade da dignidade da pessoa humana.

Assim, Haberle defende a ideia de que o Estado Constitucional contemporâneo é também um ente cooperativo, tendo com fundamento teórico a cooperação internacional, democracia e solidariedade, com limites enfraquecidos, não mais voltado para si mesmo, disponibilizando como referência aos demais estado, membros de uma comunidade, destacando-se, em especial, os direitos humanos e fundamentais.

Outrossim, interliga-se e justifica-se com a proposta de ECC, na sequência, alguns aspectos éticos e culturais da cooperação como marco fundamental para o desenvolvimento deste estudo, aliando-se ao fato de que as experiências de cooperação contemporâneas baseiam-se, inclusive, em elementos principiológicos e éticos da cooperação.

3.2 FUNDAMENTOS ÉTICOS E CULTURAIS DA COOPERAÇÃO

3.2.1 A Teoria da Cooperação: da cooperação cooperativa à teoria política da cooperação

Voltar-se a uma análise mais axiológica e sociológica da própria *cooperação* em si, concepção tratada atualmente por diversas vertentes inclusive sob o viés político- internacional²²⁸, é o escopo após estudos e aprofundamentos teóricos sobre o cooperativismo e seu movimento, o chamado *espírito cooperativista* e sobre sócios e as sociedades cooperativas, vislumbrando, por ora, que, coadunando-se com Namorado²²⁹, tais termos são permeados de *mistério*, impossíveis de serem desvendados pela simplista descrição de fatos e eventos relacionados à sociedade cooperativa. Para ele, “[...] *não se pode deixar de analisar o sentido do movimento cooperativo, o que implica necessariamente encará-lo como um afloramento moderno da cooperação, enraizado num movimento social mais amplo, o movimento operário*”.²³⁰ Ela é a própria raiz do fenômeno cooperativo.

A evidência história cooperativa se iniciou e teve sua disseminação em um tempo relativamente recente, ao se comparar com a própria cooperação, já até que por motivo de sobrevivência, desde primórdios da evolução social, os seres humanos cooperavam ao se agruparem para suprir suas necessidades básicas, principalmente no que diz respeito à alimentação, à defesa e à perpetuação das espécies, mas também na reciprocidade de seu trabalho e no esforço conjunto de que suas ações pudessem realizar e concretizar seus propósitos e objetivos²³¹. Eram as mais variadas formas de entreajuda voluntária, de forças e de relações de produção. A cooperação primitiva estava muito mais relacionada a um meio

²²⁸ “L’esperienza attuale della cooperazione su scala internazionale è in fase di transizione, impegnata nella riclassificazione del patrimonio delle sue risorse. [...] Un primo effetto di ciò è stata la cristallizzazione dell’orientamento alla rapida crescita quantitative a scapito del controllo qualitativo delle opportunità e delle opzioni di sviluppo. [...] Un secondo effetto è stato quello di concepire la partecipazione alla gestione più come una predominanza politica che come una necessità aziendale di maggior efficacia del sistema informativo e decisionale: efficacia nella partecipazione possibile e che la cooperazione può raggiungere proprio perché non sussistono in essa i conflitti sociali di natura proprietaria presenti nell’impresa capitalista. [...] Un terzo effetto è stato quello di far prevalere un ruolo del sistema di rappresentanza sproporzionato alla nuova fase che si è aperta dopo il periodo di rapida crescita e di legittimazione politica del movimento cooperativo” (SAPELLI, 2006, p. 66- 67).

²²⁹ NAMORADO, 2013, p. 7.

²³⁰ IBIDEM, p. 7.

²³¹ BENATO, 2002, p. 01.

socialmente mais igualitário, ligados à *sobrevivência e subsistência coletiva*²³², implicando, assim, inicialmente na ausência de uma classe dominante. Por óbvio, claro, com o passar do tempo, a dinâmica social fez com que a própria cooperação também passasse por um processo de hierarquização e definição de poderes ou dominações, exprimindo a emergência de desigualdade social “[...] *viabilizada e materializada pela apropriação privada sobre o produto social gerado pelo trabalho coletivo*”²³³. Para Marx,

A cooperação, tal como a encontramos na origem da civilização humana, entre os povos caçadores, na agricultura das comunidades indianas, etc., baseia-se na propriedade em comum das condições de produção e no fato de que cada indivíduo adere ainda à sua tribo ou à comunidade tão fortemente como a abelha ao seu enxame.²³⁴

Dada a sua importância, tem-se que a cooperação é o próprio tecido aglutinador de uma sociedade e o ato de cooperar por si, o qual por óbvio não é um ato novo ou específico, possui sua emergente centralidade decorrente do lugar (social ou econômico) em que é desempenhado. Ela que, aparentemente, teria somente um caráter ético ou moral, passa a demonstrar, daí a importância desse item, também seu papel político ao lado do mercado subsidiando características de economicidade.

Em razão da importância reconhecida da cooperação, o ganhador do prêmio Nobel de Literatura, Rabindranath Tagore²³⁵, desenvolveu e aplicou o que ele chamou de “*princípio da cooperação*”, concebendo-o com parâmetros universais, proclamando a cooperação como a única forma de salvar da miséria e do atraso seu país, a Índia do início do século passado. Em sua obra, ele descreve o que acabou considerando de *princípio ativo libertador*, de colaboração de trabalho, destacando

²³² NAMORADO (2013) destaca que com a instituição de sociedades de exploração, a cooperação foi gradativamente se transformando em um espécie de “colaboração forçada”, ou também podendo se clarificada como uma entreajuda funcionalmente conjugada com processos coativos hierarquicamente estruturados. Em nome da sobrevivência ou subsistência, por vezes a coação era utilizada. A cooperação era gradativamente substituída pela colaboração, uma espécie de cooperação forçada. Destacada fica a diferença, neste momento, entre a cooperação, onde o êxito de cooperar se traduzia num acréscimo das oportunidades de sobrevivência de todos os cooperados, e a cooperação forçada, cujo êxito nos resultados seria um acréscimo da desvantagem relativa da grande maioria dos agentes da cooperação, em face dos proprietários dos meios de produção. (NAMORADO, 2013, p. 22-24).

²³³ IBIDEM, p. 21.

²³⁴ MARX, 1988, p. 248.

²³⁵ NAMORADO, 2013, p. 15.

que o mesmo já era conhecido e aplicado na Europa sob o nome de *sistema cooperativo*. “[...] *La cooperazione è quindi speranza solidade, ricostruzione di una comunità operosa*”²³⁶. Para Namorado,

Os oprimidos devem dizer para si próprios: É a nossa força dispersa pelos poderosos que é a origem da sua força [...] É preciso procurar unir toda a nossa força de trabalho e conseguir assim as vantagens econômicas que todos poderão partilhar [...] eis o princípio da cooperação [...] onde está ausente este princípio encontra-se o sofrimento, a maldade, a falsidade, a barbárie e a luta.²³⁷

Sob o ponto de vista sociológico, a cooperação seria uma ação conjunta em que pessoas se unem para alcançar o mesmo objetivo, sendo ela, então, uma forma de processo social de ajuda mútua para obtenção do mesmo fim. E sob esse aspecto, nas sociedades cooperativas a cooperação passa a existir quando essa ajuda mútua é previamente organizada segundo estatutos anteriormente estabelecidos. A cooperação, assim, dá sinais de ser uma utopia possível, bastando persegui-la como um novo paradigma, desde o início das discussões sobre economia solidária ocorridas há mais de dezesseis anos, como se verá em capítulo a seguir.

No mesmo viés, o sociólogo americano Robert A. Nisbet descreveu cinco tipos de “*social interaction*”, na qual a cooperação é a primeira e principal delas, seguida do conflito, das trocas ou das mudanças sociais, da coerção e da conformação.²³⁸ Para ele, “[...] *cooperation is a joint or collaborative behavior that is directed toward some goal and in which there is common interest or hope of reward*”²³⁹. Nessa união de esforços destacados pelo autor, a cooperação deve ser considerada como norma ética, processo social e também característica estrutural de instituições não só de caráter econômico (como as sociedades), mas também de caráter religioso e político. Dentro desta classificação, o autor elenca cinco tipos de cooperação, as quais dificilmente na atualidade poderão ser encontradas de forma isolada. “[...] *Rarely if ever, does anyone of them exist in isolation:*” São elas: a cooperação automática (é fundamentalmente intuitiva e resulta de comportamento

²³⁶ SAPELLI, 2006, p. 62... A cooperação é, portanto, esperança solidária, a reconstrução de uma comunidade laboriosa (tradução livre)

²³⁷ NAMORADO, 2013, citando TAGORE (1986, p. 310).

²³⁸ Tradução livre para “1. Cooperation 2. Conflict 3. Social Exchange 4. Coercion 5. Conformity.”

²³⁹ NISBET, 1968, p. 384.

não planejados); a tradicional (são destacadas como as normas sociais tradicionais); a contratual (é relacionada com um acordo de vontade entre os participantes); a dirigida (ocorre quando a colaboração subordina-se a objetivos não estabelecidos pelos participantes) e a espontânea (a tradução natural da proximidade e cordialidade entre as pessoas).²⁴⁰

Ainda, segundo Nisbet, em um sentido amplo, toda a vida social é baseada na cooperação, já que as pessoas se reúnem em grupos e sociedades para se adaptar ao ambiente e para atender às ameaças ambientais, como inundações, fome e peste; trabalhando juntos para atender às necessidades individuais e para obter proteção contra ameaças de outras sociedades. A sociedade seria impossível sem um mínimo de esforço cooperativo. Ele destaca ainda que a cooperação que tem mantido as sociedades unidas ao longo da história pode ter se originado de uma forma espontânea, mas por meio da repetição tem se tornado costume estabelecido e tradição passada de uma geração para geração, a exemplo do que o autor chamou de cooperação tradicional.

Por outro lado, nas sociedades modernas, a cooperação tradicional passa a ser substituída por uma cooperação dirigida por um terceiro que detém uma posição de autoridade, um empregador, um professor, por exemplo. É o que Nisbet chamou de cooperação contratual, quando os grupos ou indivíduos concordam em cooperar em determinadas maneiras explícitas. A cooperação, assim, não serve para tentar escamotear a realidade posta, mas sim mantê-la.

Assim, ao se estudar as noções de cooperação, é importante destacar ainda o entendimento do americano Olsen (ex- Secretário Executivo da *Washington State Council of Farmer Cooperatives Seattle*, Washington), sobre o tema, uma vez que “[...] *el de cooperación es un vocablo de muchos significados*”. Significa um “[...] *trabajo conjunto hacia una meta común. Pero la gente trabaja reunida hacia una meta común em muchas formas. Es una práctica corriente que los vecinos*

²⁴⁰ “Within a social science context, five types of cooperation can be discerned: automatic, traditional, contractual, directed, and spontaneous. The distinguishing features of each type are as follows. Automatic is instinctual and arises, in part, from perceived threats to mutual security. Automatic cooperation is therefore ecologically based. Traditional is neither instinctual, volitional, nor ecological but rather regulated by social norms. Contractual is a type of cooperation that is specific, conditional, and legalistic. Directed cooperation arises by way of command, i.e., any large organized project or enterprise. Spontaneous cooperation is unprescribed by tradition, contract, or command. It arises clearly when there is a prior basis for amity.” (NISBET, 1968, p. 385-386).

*cooperaren ayudándose los unos a los otros*²⁴¹. Para o português Costa,

A consolidação de um sector cooperativo devidamente inserido na economia social passa pelo reconhecimento de que as diversas formas de propriedade social existentes, fazem parte de um mesmo processo de emancipação popular face ao poder central.²⁴²

Em patamares mais amplos, Torres y Torres, por sua vez, falava sobre a existência de uma *ciência da cooperação*, sendo fática, normativa, humana e bidimensional, cujo seu objeto essencial de estudo seria a cooperativa, daí porque chamada de *Cooperação cooperativa*. Considera-se que essa *ciência* é fática porque tem como fontes os *feitos*; é considerada normativa e humana uma vez que visa a guiar uma *conduta humana* para uma finalidade relacionada à justiça social e é, por fim, bidimensional, pois interliga a facticidade à normatividade. Assim, a *cooperação cooperativa* traduziria o *movimento cooperativo contemporâneo*, pois possui como elemento centralizador uma *ação cooperativa*, voluntária, realizada por, no mínimo duas pessoas, com direitos iguais e na busca dos mesmos benefícios, diverso do lucro, no qual mais tarde foi chamado de “ato cooperativo”. O autor destaca ainda que somente com o próprio esforço científico de estudo objetivo de como funciona a cooperação, poderia ser possível a compreensão da ciência, e do todo o fenómeno cooperativo tal como se manifesta “[...] a cooperativa, o ato cooperativo, o sector cooperativo e a ideologia”²⁴³. Assim, quando essa ciência presenciar o conhecimento da realidade, seria possível o desenvolvimento de melhores técnicas e mecanismos de aperfeiçoamento das cooperativas e do cooperativismo em si. Para Blanco, “[...] el fracaso de muchos programas cooperativos se ha producido por aplicar sin adaptación técnicas de empresa privada o pública. Hay que partir de conocer el objeto [...] la cooperación”.²⁴⁴

Uma ciência da cooperação pretende, segundo Torres y Torres, estabelecer certos princípios explicativos de comportamentos cooperados. O problema é que, dada a própria juventude do termo, estudiosos seguem tratando o cooperativismo

²⁴¹ OLSEN, 1966, p. 5.

²⁴² COSTA, F., 1986, p. 127.

²⁴³ TORRES Y TORRES LARA, 1983, p. 47.

²⁴⁴ BLANCO, 1990, p 73 citando TORRES Y TORRES LARA (1983).

como uma ideologia²⁴⁵, somente recentemente tendo iniciado estudos universitários sobre a ciência. Assim, tem-se que preocupação doutrinária sobre a *ciência da cooperação* é recente, uma vez que no início do século passado, autores como Totomianz e Ramirez já demonstravam preocupação ao assunto referindo-se à *moderna ciência cooperativa*, a qual ocupava-se não somente com o bem-estar dos indivíduos, mas também com bem-estar dos aglomerados deles. Tempo depois, Namorado relata a realização de Congressos de Ciências Cooperativas e da criação, em 1981 do CIUDEC (Centro de Apoyo a las Investigaciones Universitarias en Ciencias de la Cooperación), oportunidade em que um “[...] grupo de universitários europeus e americanos apelou ao esforço das Universidades para o desenvolvimento desta ciência”²⁴⁶, reforçando a de ideia de que de fato existe uma ciência da cooperação.

Ao tratar da cooperação, fazendo-a incluir como uma nova ciência, Ramirez a destaca como sendo um elemento das formas associativas existentes em todos os grupos humanos, assim um fato real e passível de conhecimento. Ocorre que essas formas de associação, especialmente as cooperativas, sempre e somente foram objeto de estudos minimalistas em outras ciências, como ocorre no direito, na economia, administração de empresas, sociologia, a partir da ótica destas ciências e de forma vertical. De acordo com o autor, “[...] Isso teve como consequência que a cooperação tratada desta forma, sem conservar uma unidade conceitual, estilhou-se em múltiplas perspectivas que lhe fizeram perder a sua unidade como entidade”.²⁴⁷

Outrossim, muito embora o termo *cooperação cooperativa* possa parecer um mero pleonismo, uma repetição despropositada, percorrendo o raciocínio de Ramirez, percebe-se o contrário, já que parte-se de um conceito amplo de cooperação, onde é possível “qualquer coordenação de ações de vários indivíduos

²⁴⁵ “Para Torres el problema radica en que por la gran carga ideológica que tiene el Cooperativismo, pues nació como reacción ante el modelo capitalista de producción, los más importantes tratadistas han orientado sus estudios en esta dirección dejando de lado el análisis del fenómeno cooperativo. Frente a este critica la posición inversa, sustentada para él sobre todo por la escuela alemana que pretende estudiar la Cooperación científicamente a partir de la forma en como operan las cooperativas. Pretenden obtener principios explicativos con la observación del comportamiento eficiente o ineficiente de las organizaciones, con total olvido de la doctrina.” (BLANCO, 1990, p. 73).

²⁴⁶ TOTOMIANZ, 1938, p. 30; RAMIREZ, 1989, p. 25.

²⁴⁷ Ibidem, p. 67. Tradução livre.

*para realizarem uma determinada atividade*²⁴⁸, para um aspecto mais limitado em que pessoas unem-se para a realização de objetivos comuns e específicos, objetivos que podem variar das mais diversas espécies tais como econômicos, sociais, culturais e até mesmo religiosos.

Como fundamento teórico, temos que a cooperação cooperativa, assim, é a manifestação do limiar, do aspecto econômico da cooperação, caracterizada pela *“[...] economicidade dos sujeitos que nela intervém, das atividades que a materializam e dos objetivos comuns, cujos benefícios valem pelo que representam para os próprios intervenientes”*, como pessoas e não como detentores de capital. É sob esse aspecto que essa cooperação se materializa, se torna factível, real marcando o próprio processo produtivo, a exemplo do que se verificará no capítulo 4 desta tese, com o exemplo das experiências concretas vividas na atualidade, como a economia colaborativa ou os hackerspaces. Para Ramirez, *“[...] É a atitude consciente que assumem as pessoas que constituem um grupo organizado para realizar uma atividade econômica em comum, com o fim de se beneficiarem a si próprias e à comunidade em geral”*²⁴⁹. Esse grupo organizado pode ser caracterizado de diversas formas, sendo a sociedade cooperativa, inicial e historicamente, seu paradigma mais marcante, podendo, por seu turno, também ser caracterizado por outras formas de organização semelhante, como ocorre com as associações, terceiro setor, mas também nas redes de cooperação e de economia solidária e nas diversas novas formas de economia.

Ainda sobre o tema, Marx escreveu que *“[...] o resultado do trabalho comum não poderia ser obtido pelo trabalho individual [...] Trata-se não apenas de aumentar as forças produtivas individuais, mas de criar através da cooperação uma força nova que apenas funcione como força coletiva”*²⁵⁰. E assim, para Marx, quando vários trabalhadores exercessem suas atividades em conjunto, com vistas a um objetivo comum no mesmo processo de produção ou em processos diferentes mas conexos, o seu trabalho assumiria a forma de cooperativa.

Ademais, observando a existência da cooperação em todos os tempos, é possível classificá-la ainda como informal ou formal. Aquela verifica-se, frequentemente, nas zonas rurais, quando os vizinhos se reúnem em mutirão para

²⁴⁸ Ibidem, p. 9. Tradução livre.

²⁴⁹ RAMIREZ, 1989, p. 22. Tradução livre.

²⁵⁰ MARX, 1988, p. 242.

preparar a terra, semear, colher, marcar o gado ou realizar outras atividades. O segundo caso aparece quando a entreatajuda obedece a estatutos previamente elaborados pelos membros cooperados.

Verifica-se, inclusive, que a cooperação presente e atuante desde o início da história social agiu e age decididamente nas capacidades da espécie humana, gerando uma espécie de energia cooperativa na evolução e também na produção do pensamento humano. O *princípio cooperativo*, por seu turno, imprimindo sua interferência em diversas especificidades locais e temporais, foi fundamental para o florescer do *movimento cooperativo moderno* já no início do século XIX.

Por outro lado, ocorre que, muito embora todo esse conjunto de conceitos ideais de cooperação e da própria existência de uma *ciência da cooperação*, demonstrou a existência de problemas e lacunas na sua idealização. Inicialmente, ressalta-se novamente que, além de características éticas e morais, a cooperação deve ter também um projeto, um papel político e econômico. Para tanto, o italiano Stefano Zamagni²⁵¹, além de levantar o questionamento, passa a antecipar a proposição de soluções para eventuais problemas de uma teoria da cooperação

Segundo o autor, em primeiro lugar, cada um dos participantes na ação conjunta/coletiva se assume como significativo e, portanto, digno de respeito de forma mútua, condição chamada de receptividade mútua (*mutual responsiveness*) para a qual não é o suficiente para que os sócios/envolvidos queiram realizar a mesma ação; eles devem querer fazê-la, juntos. Em segundo lugar, todos se envolvem e se comprometem em uma atividade conjunta - ainda que por razões e intensidade diferentes - e sabem que os outros pretendem fazer o mesmo. Por fim, todos têm o compromisso de ajudar os outros em seus esforços para que o resultado final possa ser melhor alcançado (*commitment to mutual support*), sendo, nesse momento, praticamente impossível quantificar a contribuição específica de cada um para o conjunto de produtos. Nota-se que a ajuda mútua é para ser revelada ao desenrolar da atividade conjunta, e não lateralmente, ou no final da ação. Esse compromisso não deve ser confundido com atitude de interesse próprio nem com altruísmo desinteressado. Sendo uma conexão de interesses, na prestação de ajuda aos outros que ele continua a perseguir seus próprios interesses. Em outras palavras, o sócio-cooperado, por causa da preocupação com seu bem-

²⁵¹ ZAMAGNI, 2002, p. 104.

estar, está preocupado também com o bem-estar dos outros sócios. Essa é a interpretação específica do *princípio de reciprocidade* em que atua a sociedade cooperativa.²⁵²

Assim, para que uma cooperativa (ou mesmo outra forma concreta a seguir demonstrada) atenda a essas condições, por um lado, deve tornar acessível a comunicação entre os sócios/interessados, adaptando a forma das decisões e deliberações; por outro lado, deve esforçar-se para praticar a justiça, evitando qualquer subjugação ou exploração²⁵³. De acordo com Joshua Cohen, a cooperação é baseada na “[...] *deliberazione focalizzata sul bene comune in cui chi vi partecipa si dichiara disponibile a mettere in gioco le proprie preferenze iniziali, perché le preferenze e le convinzioni rilevanti sono quelle che emergono da o sono confermate per mezzo della deliberazione*”²⁵⁴. Nesse sentido, a cooperativa pode ser vista como organização orientada para uma missão que vai buscar a sua força a partir das motivações intrínsecas dos agentes. Motivado é o agente que persegue um determinado fim, porque ele sabe que há um benefício intrínseco em concluir determinado ato ou se comportar de uma certa maneira.

Por fim, como dito no início do desenvolvimento desse item, a teoria da cooperação adquire um viés também político, conhecido como a teoria *política* da cooperação, defendida pelo italiano Michele Filippini²⁵⁵, o qual, ao realizar tal proposição, inicia a discussão demonstrando sobre a real possibilidade e necessidade dessa teoria. Assim, segundo o autor, na história das interpretações do fenômeno da cooperação dois caminhos específicos agiram predominante. O primeiro, destinou-se à pesquisa e à consolidação de uma teoria econômica de cooperação, ou seja, para mostrar como os seus benefícios sociais também poderiam produzir benefícios econômicos, seja em nível micro e macroeconômico. O segundo caminho, em vez disso, virou-se para a organização prática das cooperativas, identificando cada modelo de negócio e suas características específicas, ou seja, como um modelo de cooperação é mais benéfico não tanto e não apenas do ponto de vista econômico, mas também para a eficaz cooperação dos seus sócios. E é justamente no

²⁵² Para um aprofundamento ver ZAMAGNI (2002, p. 67).

²⁵³ VIOLA, 2004, p. 23.

²⁵⁴ COHEN, 1989, p. 69.

²⁵⁵ FILIPPINI, 2014, p. 3.

cruzamento dessas duas linhas que surge a possibilidade de identificar uma teoria *política* de cooperação.

Se até agora o modelo cooperativo foi investigado e promovido como um substituto útil em casos de *falha de mercado*²⁵⁶, como a minoria residual ou de outra forma de circuitos de produção e distribuição de bens e serviços, uma possível teoria *política de cooperação* deve então investigar a possibilidade de que esse modelo de negócio específico pode sugerir um modelo social diferente em geral. Se a teoria econômica tentou justificar a eficiência do modelo cooperativo, mesmo com a presença em seu interior daqueles que são avaliados como *deseconomias* (*diseconomie*)²⁵⁷, uma teoria política de cooperação deve buscar união com essas *deseconomias*, sendo capaz de lidar de forma diferente com os desafios colocados pela crise contemporânea. Assim, percebe-se como essas *deseconomias*, em face a regras econômicas que as criaram, são na realidade combustível para o cooperativismo, criando elementos de segurança que permitem uma melhor produção e estabilidade de bens e serviços, bem como renda individual.

No campo de estudos econômicos, uma primeira resposta é dada para o problema de uma eventual marginalização da cooperativa²⁵⁸. Não tem sido limitado, nesse esforço, enfatizar a eficiência econômica das cooperativas, mas foi mais longe, questionando os mesmos critérios de avaliação para a eficiência no mercado, enfatizando a distinção entre economia de mercado²⁵⁹ e da economia capitalista²⁶⁰, em que a primeira seria um conjunto maior que contém, sem esgotar, a segunda. Ao mesmo tempo, se a teoria econômica tem considerado muitas vezes, a cooperação

²⁵⁶ Isso de acordo com ZAMAGNI (2002, p. 88), sobre eventual substituto em caso de “falha de mercado”, indaga-se o papel do Estado perante uma “economia de mercado”, termo a ser complementado nas notas de rodapé do parágrafo seguinte.

²⁵⁷ Uma *deseconomia* ocorre quando há um efeito inverso a geração de ganhos. Ou seja, há o aumento nos fatores de produção (custos em geral como matéria prima, transporte, imperfeições no mercado), mas o resultado é um aumento menor (menos lucro) no produto ou resultado final.

²⁵⁸ SALANI (2008); SALANI (2006); ZUPPIROLI (2006).

²⁵⁹ Boaratti traz as contribuições de alguns intelectuais do pensamento econômico, dentre eles, por óbvio Adam Smith, o qual deu início ao que foi reconhecida como “Escola Clássica” e foi o primeiro a desenvolver, no século XVIII, o conceito de “economia de Mercado”. Segundo Smith, a economia de mercado resultava sempre em máxima eficiência e liberdade dos particulares e as funções do governo são restritas a determinadas áreas essenciais e onde existam as “falhas de mercado” (em que a economia de mercado falha). Para Boaratti, em uma economia de mercado é a força da oferta e da procura que determina a quantidade a ser produzida de cada bem e seu preço, sendo a administração dos bens econômicos feita de forma descentralizada. Seus principais elementos são: capital, propriedade privada dos bens de capital, trabalho assalariado e existência de moeda. Segundo ela ainda, a “economia de Mercado é um sistema econômico bem-sucedido” e o sistema econômico “em que vivemos é o sistema capitalista”. (BOARATI, 2006, p. 19-23).

²⁶⁰ BRAUDEL, 2006, p. 17.

em oposição à racionalidade individual do interesse próprio, outros estudos recentes têm colocado no centro de uma racionalidade que é individual, mas que melhora os aspectos da cooperação, o raciocínio em modelos diferentes em comparação com a da escolha racional feita com base do lucro individual²⁶¹. A motivação que determina a ação daqueles que se movem dentro de relação de grupo não é essencialmente instrumental: explica-se, em vez de uma lógica que dá lugar ao *sentimento de pertença*, o desejo de seguir as normas sociais, a dever, confiança ou reciprocidade.²⁶²

Além da medição correta da eficiência das cooperativas - tarefa de uma teoria econômica da cooperação -, existe também a possibilidade de outro tipo de medida, o da eficiência *social* de um sistema caracterizado pela cooperação como a interação privilegiada. A mudança para fazer, no âmbito teórico e de análise ao mesmo tempo, é que a partir de uma abordagem da procura, para o qual a cooperativa nasce como uma resposta à incapacidade das empresas para fornecer respostas a algumas necessidades sociais específicas, e com um papel residual, que centra-se em vez disso, na disposição das pessoas para fazer valer sua liberdade, para ter um controle sobre o propósito de seus esforços de trabalho, de participar na autorealização da própria personalidade, de contribuir socialmente para a criação de bens relacionados²⁶³. A teoria econômica que viu a firma individual, como o ponto de partida de construções teóricas e o ponto de recaída de todas as intervenções possíveis, parece cada vez mais contrariada pela visão típica do mundo cooperativo.

Ainda, segundo Filippini²⁶⁴, a segunda aquisição de uma teoria política de cooperação pode, portanto, ser uma possível mudança do núcleo teórico de análise. A erosão do capital social, por exemplo, não tem, nesse contexto, o resultado da tomada de organização da produção ineficiente, mas também a uma distribuição irracional dos recursos, mas na maior parte desiguais não funcionais para a produção social. Assim, a longa história do conceito de cooperação auxilia, em seguida, a encontrar um terceiro elemento. Cooperação significa, sobretudo,

²⁶¹ BRUNI, 2006, p. 9.

²⁶² BRUNI, 2006, p. 9. Mais especificamente sobre o termo “reciprocidade”, verificar em item posterior deste estudo.

²⁶³ ZAMAGNI, 2006, p. 10.

²⁶⁴ FILIPPINI, 2014, p. 6.

specializzazione e divisione, non omologazione, concordância nas diferentes funções. A cooperação não se situa, em seguida, no léxico da economia clássica, o polo oposto do interesse individual, *mas como fundamento último deste mesmo interesse*. Ela está presente, juntamente com a solidariedade, a democracia e a reciprocidade em práticas econômicas e sociais bem atuais, e quase que em sua maioria ausentes qualquer normatividade formal e adequada sobre o tema. Pode-se interpretar a relação entre cooperação e interesse individual, historicamente, bem como logicamente, como uma proporção de uma instituição em confronto com a outra.²⁶⁵ É a consciência coletiva sobre o individualismo.

O mundo da cooperação, assim, com seu conjunto de sentidos (moral, político e econômico), com um projeto de democratização das esferas, pode dar um notável contributo à superação de antinomias aparentemente irreduzíveis, tornando-o assim um fator de crescimento, ocasionado pela construção de uma boa sociedade para se viver.

Caselli²⁶⁶ crê, inclusive, em uma reconciliação entre a sociedade e a economia, superando a imposição segundo a qual a primeira é um custo, um vínculo a ser minimizado e a segunda, a única expressão da racionalidade empreendedora (claramente comprovada pelo desenvolvimento do capítulo 4). A reconciliação entre desenvolvimento da produtividade e possibilidade de crescimento ocupacional (como por exemplo a economia de comunhão) se torna alcançável por meio de uma distribuição diversa e significado do tempo de vida e do tempo de trabalho, por intermédio também do crescimento do gratuito e do voluntário, da mesma forma como ocorre com a reconciliação entre a flexibilização (a exemplo dos makerspace), fazendo frente à mudança e à promoção dos valores fundamentais das pessoas e das famílias, que não podem ser instrumentalizados ou precarizados. Para Salani, “[...] *Riconciliazione tra uguaglianza fondamentale dei soggetti e valorizzazione delle professionalità e delle responsabilità personali, in una prospettiva di arricchimento e di dialogo tra le differenze.*”²⁶⁷

²⁶⁵ FILIPPINI, 2014. p. 07.

²⁶⁶ CASELLI (apud SALANI, 2008, p. 68).

²⁶⁷ Ibidem, p. 68.

3.3 ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA COOPERAÇÃO EM SI

3.3.1 Função social da cooperação nas Constituições do Brasil e da Itália

Para uma compreensão de princípios constitucionais que guiaram os intérpretes constitucionais, é mister que seu estudo inicie a partir da verificação de problemas e da realidade econômica contemporânea coadunando-se com uma série de avaliações preliminares sobre o projeto que as Constituições brasileira (Constituição Federal de 1988) e italiana (Constituição Italiana de 1948) queriam promover. A verdade é que é difícil ignorar a realidade que esses projetos continham em seus princípios fundamentais, em que o foco na pessoa humana é consumido em conflitos (especialmente no caso italiano), na explosão do nacionalismo, nas atitudes de protecionismo econômico e social contra os mais fracos, na propagação do fenômeno da chamada *nova pobreza*²⁶⁸, *termo muito utilizado especialmente na Europa*.

A iniciar pela Constituição italiana, muito semelhante à brasileira (ou essa semelhante àquela, já que quarenta anos mais recente), parece inegável que transpire uma concepção da vida social em suas diversas formas e explicações, que vê seu centro a pessoa humana como fundação de foco individual e coletivo de uma série de direitos não existentes nas fórmulas codificadas, mas ligado ao desenrolar da vida cotidiana²⁶⁹. Essa concepção da vida social é arte explícita consagrada no artigo 2º da Constituição italiana (CI)²⁷⁰, regra essa que confirma a estreita correlação entre o gozo de direitos, definido inviolável, e o cumprimento de deveres, qualificado como obrigatório, econômico e social. Correlação reafirmada, entre outras coisas, pelo art. 4²⁷¹, no qual é combinado o reconhecimento do *direito ao trabalho* com um dever a cumprir de acordo com sua capacidade e escolha

²⁶⁸ BAGNOLI, 2011, p. 12; e por Nova pobreza: L'espressione "nuove povertà" gode oggi di un'ampia diffusione. La crisi economica, la disoccupazione, la precarizzazione delle situazioni di lavoro e la contrazione dei consumi, hanno esposto, infatti, sempre più individui ad una condizione di vulnerabilità e povertà. (in BADIALI, s/d, s/p.).

²⁶⁹ BAGNOLI, 2011, p. 20.

²⁷⁰ Art. 2 La Repubblica riconosce e garantisce i diritti inviolabili dell'uomo, sia come singolo sia nelle formazioni sociali ove si svolge la sua personalità, e richiede l'adempimento dei doveri inderogabili di solidarietà politica, economica e sociale.

²⁷¹ Art. 4 La Repubblica riconosce a tutti i cittadini il diritto al lavoro e promuove le condizioni che rendano effettivo questo diritto. Ogni cittadino ha il dovere di svolgere, secondo le proprie possibilità e la propria scelta, un'attività o una funzione che concorra al progresso materiale o spirituale della società.

individual, atividade que contribui para o progresso material e espiritual da sociedade. É o art. 3²⁷², também da Constituição italiana, que reafirma a dignidade social de cada pessoa humana, prenunciando uma sociedade na qual a estrutura social e institucional é marcada por valores personalistas e não economicistas, a subordinação da lógica econômica para a humanização social e participação efetiva dos trabalhadores na vida associada, a política, econômica e social, em todas as suas formas. Tanto é assim que a República, ou seja, a comunidade de cidadãos em todas as suas expressões, está empenhada em reestruturar as cooperativas, de modo a eliminar com precisão os obstáculos econômicos e sociais.

Embora muito semelhantes até o momento, destaca-se que a Constituição italiana, em seu art. 45²⁷³, expressamente reconheceu o instituto da função social da cooperação, sem, no entanto, fornecer uma definição explícita. Naquele país, a regra estabelece: "*A Repubblica riconosce la funzione sociale della cooperazione di natura mutualista e senza fini di speculazione privata*". Além disso, a Assembleia Constituinte na elaboração e discussão do artigo passou sem dificuldade pela primeira parte do primeiro parágrafo do art. 45, e ele permaneceu por um longo tempo, no entanto, na segunda parte, sobre a regulamentação dos controles sobre o caráter e o propósito das várias cooperativas. Com esse trabalho, o legislador constituinte implicitamente delegou à lei ordinária a tarefa de fornecer, por meio do instrumento de controle, e garantir a conformidade do fenômeno cooperativo de paradigma geral da *função social* e a ausência de efeitos da especulação privada.

274

E essa *função social constitucional da cooperação* é de fato tão presente na vida italiana que a própria Corte Constitucional Italiana, em vários dos seus acórdãos²⁷⁵, sublinha essa lógica, notando, em primeiro lugar, que "*l'obiettivo della*

²⁷² **Art. 3** Tutti i cittadini hanno pari dignità sociale e sono eguali davanti alla legge, senza distinzione di sesso, di razza, di lingua, di religione, di opinioni politiche, di condizioni personali e sociali. È compito della Repubblica rimuovere gli ostacoli di ordine economico e sociale, che, limitando di fatto la libertà e l'eguaglianza dei cittadini, impediscono il pieno sviluppo della persona umana e l'effettiva partecipazione di tutti i lavoratori all'organizzazione politica, economica e sociale del Paese.

²⁷³ Art. 45. La Repubblica riconosce la funzione sociale della cooperazione a carattere di mutualità e senza fini di speculazione privata. La legge ne promuove e favorisce l'incremento con i mezzi più idonei e ne assicura, con gli opportuni controlli, il carattere e le finalità. La legge provvede alla tutela e allo sviluppo dell'artigianato.

²⁷⁴ BAGNOLI, 2011, p. 22; e DI MARCO; DE PASCALE, 2013.

²⁷⁵ "[...]Viene così in emersione l'art. 36, ma è coinvolto anche l'art. 45 della Costituzione. A quest'ultimo proposito va osservato che, anche se alla protezione costituzionale della cooperazione si attribuisce una finalità che va oltre la generica tutela di categorie produttive deboli, in quanto si

promozione della cooperazione come strumento di democrazia economica e di sviluppo sociale”, garantendo que a proteção constitucional da cooperação é justificada pelas mais estreitas ligações da função social presentes nas organizações cooperativas com relação às outras formas de organização produtiva e, em particular, na realização conjunta de descentralização democrática do poder na organização e gestão de produção e distribuição mais ampla e mais equitativa do resultado útil da produção.

Por outro lado, há dúvida se a normativa do art. 45 parágrafo 1º da Constituição italiana contém uma noção unitária ou pluralista de cooperação, permanece. Em outras palavras, o referido texto constituintal não é claro se ele pede aceitação de um modelo de cooperação na forma típica, ou deixa espaço para formas *atípicas*, passíveis de recurso ao nível constitucional. Para tentar desenhar, pelo menos, o esboço de avaliação constitucional da matéria exposta, é mister também a análise dos arts. 2⁷⁶ e 18 do mesmo diploma, em que o primeiro

estende al riconoscimento e alla promozione di una forma di produzione alternativa a quella capitalistica, la giustificazione della protezione stessa è comunemente rinvenuta nella più stretta ineranza che la "funzione sociale" presenta nell'organizzazione cooperativistica rispetto a quella che la detta funzione riveste nelle altre forme di organizzazione produttiva. Funzione sociale che qui viene individuata nella congiunta realizzazione del decentramento democratico del potere di organizzazione e gestione della produzione e della maggiore diffusione e più equa distribuzione del risultato utile della produzione stessa (cfr., per particolari aspetti, gli artt. 43, 44, 46 e 47, ma, su un piano più generale, gli artt. 1, 2, 3 e 4 della Costituzione). (Sentenza 408/1989. GIUDIZIO DI LEGITTIMITÀ COSTITUZIONALE IN VIA INCIDENTALE. Presidente SAJA - Redattore. Camera di Consiglio del 12/04/1989. Decisione del 06/07/1989. Deposito del 18/07/1989. Pubblicazione in G. U. 26/07/1989 n. 29. Norme impugnate massime: 13546.) Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>

“[...] 1.4. — L'art. 4, comma 1, lettere n), o) e p), dello statuto della Regione Toscana stabilisce quali finalità prioritarie: «la promozione dello sviluppo economico e di un contesto favorevole alla competitività delle imprese, basato sull'innovazione, la ricerca e la formazione, nel rispetto dei principi di coesione sociale e di sostenibilità dell'ambiente» (lettera n); «la valorizzazione della libertà di iniziativa economica pubblica e privata, del ruolo e della responsabilità sociale delle imprese» (lettera o); «la promozione della cooperazione come strumento di democrazia economica e di sviluppo sociale, favorendone il potenziamento con i mezzi più idonei» (lettera p). [...] L'obiettivo della promozione della cooperazione come strumento di democrazia economica e di sviluppo sociale sarebbe, inoltre, coerente con i principi relativi ai rapporti economici fissati dall'art. 45 della Costituzione, e non violerebbe la competenza legislativa esclusiva dello Stato in materia di ordinamento civile, in quanto le leggi regionali possono perseguire le finalità indicate dalla norma statutaria nell'osservanza della disciplina civilistica e di quella comunque regolante le società cooperative contenuta nelle leggi dello Stato. (Sentenza 372/2004. GIUDIZIO DI LEGITTIMITÀ COSTITUZIONALE IN VIA PRINCIPALE. Presidente ONIDA - Redattore CAPOTOSTI. Udenza Pubblica del 16/11/2004. Decisione del 29/11/2004. Deposito del 02/12/2004. Pubblicazione in G. U. 09/12/2004 n. 0. Norme impugnate massime: 28884 28885 28886 28887 28888 28889 2889.) Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>

²⁷⁶ **Art. 18.** I cittadini hanno diritto di associarsi liberamente, senza autorizzazione, per fini che non sono vietati ai singoli dalla legge penale.

Sono proibite le associazioni segrete e quelle che perseguono, anche indirettamente, scopi politici mediante organizzazioni di carattere militare.

reconhece uma dignidade de *grupos sociais* como um lugar de explicação da personalidade humana e o outro pontua o reconhecimento fundamental de formações sociais, típica da liberdade sendo a única limitação, as contidas no direito penal.

Além disso, apenas o fenômeno cooperativo está contemplado dentro da chamada *constituição econômica*, isto é, no Título III da Parte I do texto constitucional, conjugando-se, como outras atividades econômicas, como a *função social* que o interesse prosseguido deve garantir. Nessa perspectiva, uma simples associação sem fins lucrativos provavelmente não poderia ser atribuída à categoria existente no art. 45 da CI, a menos que se destinasse a exercer uma atividade econômica. Basta pensar, para ver a importância desse pressuposto, na grande variedade de associações voluntárias e cooperativas, fenômeno novo no mundo das formações sociais, mas certamente não é estranho aos princípios e liberdades consagrados na CI.²⁷⁷ Uma outra consideração pode ser feita para salientar que a terminologia utilizada na CI tem um estilo técnico e jurídico bem definido, já que a própria Constituição é responsável por promover a coordenação das atividades econômicas privadas *para fins sociais*. Ao mesmo tempo, o texto do art. 46²⁷⁸ identifica uma reserva específica de lei para a regulamentação do direito dos trabalhadores de colaborar na gestão das empresas. Seria difícil perder nessas chamadas uma distinção implícita entre iniciativa econômica privada a ser coordenados em suas expressões individuais, até a institucionalização de cogestão, e a atividade particular, que faz a mutualidade sua própria razão de ser.

Num cenário diverso do que ocorreu com pós-guerra da elaboração da Constituição Federal Italiana, com a característica de ter tido início com o término de um período de ditadura militar, em 1º de fevereiro de 1987, sob a presidência do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Brasil, formada por vinte e quatro subcomissões, as quais foram incumbidas de dar início à elaboração da futura Constituição brasileira. Desde o início dos trabalhos, segundo Cunha,²⁷⁹

²⁷⁷ BAGNOLI, 2011, p. 89.

²⁷⁸ Art. 46. Ai fini della elevazione economica e sociale del lavoro in armonia con le esigenze della produzione, la Repubblica riconosce il diritto dei lavoratori a collaborare, nei modi e nei limiti stabiliti dalle leggi, alla gestione delle aziende.

²⁷⁹ CUNHA, 1990, p. 110.

verificou-se a impossibilidade da realização de trabalho constitucional enxuto, incisivo e objetivo, até porque, como se verá a seguir, inclusive no que tange ao próprio cooperativismo, inúmeros dispositivos ficaram dependendo de leis complementares e ordinárias, fazendo com que o novo texto constitucional ficasse sem imediata aplicação.

Após inúmeras emendas e alguns projetos substitutivos, em 05 de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada²⁸⁰ e, especificamente no que tange ao cooperativismo, a CF marcou o início de uma nova fase, a da liberalização, em que coube ao Estado o apoio ao desenvolvimento do cooperativismo, isentando as sociedades da autorização prévia, dispondo sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, às cooperativas de garimpeiros e às cooperativas de crédito. Assim, tem-se que, de forma muita enxuta, assemelhando-se do que ocorreu no texto italiano, a partir de 1988, as sociedades cooperativas gozam de plena liberdade no aspecto legislativo, bem como no que concerne ao seu regime jurídico²⁸¹, sendo a característica constante no XVIII do art. 5º (rol dos direitos e garantias fundamentais), um dos mais importantes elementos dispostos no texto da CF/88, vedando toda e qualquer forma de ingerência do Estado na organização das cooperativas, as quais podem existir independentemente de autorização prévia. O cooperativismo, nesse momento, passa a ser considerado cláusula pétrea, modificável somente por rigoroso processo de emenda constitucional²⁸², o que demonstra, inclusive o amadurecimento de toda a sociedade brasileira. Para Rossi,

²⁸⁰ A Constituição foi aprovada por meio de voto eletrônico de 474 votos a favor, 15 contra e 6 abstenções. Somente a título de curiosidade, o então deputado Luiz Inácio Lula da Silva foi o líder dos que votaram contrariamente ao texto, posteriormente justificando que sua bancada assim o fez porque não estava satisfeita com o resultado do trabalho da Constituinte em razão de ela ter deixado de analisar algumas reivindicações de seu partido (CUNHA, 2010, p. 120).

²⁸¹ Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

Art. 146. Cabe à lei complementar:

III- estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas

Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

²⁸² Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

Ao integrar o conteúdo da Constituição de 1988, o cooperativismo passa a fazer parte das diretrizes fundamentais que organizam e orientam o Estado, e dos princípios e valores que, ao se positivarem na Constituição, refletem a ideia de direito subjacente à sociedade.²⁸³

Ademais, é imprescindível ressaltar nesse momento que a CF instituiu como um dos seus princípios fundamentais a *construção de uma sociedade livre, justa e solidária*, de modo que, assim determinando, desde o início incluiu o cooperativismo como um dos instrumentos possíveis para tanto, já que a solidariedade é a sua própria essência e intenção.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Outrossim, com relação à função social da cooperação no caso constitucional brasileiro, o termo não foi utilizado de forma expressa, mas acreditamos que implicitamente. Juntamente com a função social da propriedade, o estímulo e incentivo ao cooperativismo também constam no *Título VII*, da chamada *Ordem Econômica e Financeira*, especificamente no que tange aos *Princípios gerais da atividade econômica*. Meinen²⁸⁴ destaca que o parágrafo 2º do artigo 174²⁸⁵ é o mais abrangente e significativo de todos os postulados constitucionais que prestigiam o

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV - os direitos e garantias individuais.

²⁸³ ROSSI, 2005, p. 129.

²⁸⁴ MEINEN; DOMINGUES; DOMINGUES, 2002, p. 37.

²⁸⁵ Art. 174- Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo;

§ 3º O Estado fornecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros;

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

cooperativismo. “É dizer que a lei (no seu sentido mais largo, como sinônimo de Estado) apoiará e estimulará o cooperativismo entre todos os aspectos constantes e descritos na Constituição Federal”. Assim, o direito de associar-se, com vista à defesa de interesses comuns, pode ser vislumbrado nas mais variadas formas, encontrando no “cooperativismo, em qualquer de seus ramos, umas das mais autênticas possibilidades de concretização”.²⁸⁶

Não é difícil imaginar como tal um quadro de valores constitucionais não podia deixar de traduzir bem um setor cada vez mais estratégico da economia. Além disso, nessa frente, é a Constituição o texto capaz de fornecer os critérios de orientação e compreensão da nova realidade. Os legisladores constituintes, especialmente os italianos, então, parecem traçar um esboço de definição que se refere a uma disciplina do fenômeno que já existe, o que, no novo contexto constitucional, é necessário para garantir a *função social*. Ao mesmo tempo, no entanto, esse adiamento conceitual demonstra que os textos constitucionais não conseguem distinguir com clareza suficiente os tipos de atividades de cooperação que possam ser abrangidos pela disposição da norma. É necessário recordar, de fato, que nem o Código Civil ou as leis especiais contêm uma definição da cooperação.

Na Itália, o artigo 2511 do Código Civil distingue a sociedade cooperativa pelo seu *objetivo comum* e não lucrativo, ou seja, como contido no Relatório ao Código Civil n° 1023, com a finalidade *predominantemente mutualístico*. Na Itália, a legislação especial em nada acrescenta à necessária definição legal.

No Brasil, com o advento da Lei das Cooperativas, Lei n°. 5.764/1971²⁸⁷, vigente até hoje, foi iniciado um processo de renovação das estruturas do cooperativismo, momento em que houve a mitigação da presença e intervenção estatal no setor²⁸⁸. A Lei n° 10.406 de 10 de janeiro de 2002, o atual Código Civil

²⁸⁶ MEINEN; DOMINGUES; DOMINGUES, 2002, p. 28.

²⁸⁷ “A constituição das cooperativas no Brasil está em geral permeada pela concepção da ACI/OCB que defendem aquilo que denominam como “doutrina cooperativista”. No entanto, a história das cooperativas demonstra, que as cooperativas se formam a partir de diferentes iniciativas e a motivação e a organização dos grupos que as constituem levam a conformação de naturezas diferentes. A legislação cooperativista, por sua vez, não reconhece essa diferença, por representar o pensamento hegemônico e doutrinário do “sistema único” do cooperativismo, que criou na década de 70, no início do período da Ditadura Militar, a OCB e toda a forma de organização desse sistema e normatizou a constituição das cooperativas.” (PONTES, 2004, p. 115).

²⁸⁸ De toda a reforma na legislação cooperativista pretendia-se, “a) possibilidade de as (sic) cooperativas operarem com terceiros, com limitação percentual a ser estabelecida, creditando os

Brasileiro, por seu turno, por ser um marco legal do direito privado nacional, tratou em um capítulo específico sobre as sociedades cooperativas, não sobre a cooperação ou sobre o cooperativismo em si, limitando-se, entretanto, a reproduzir os princípios a serem aplicados a esse tipo societário, não trazendo à discussão grandes novidades sobre o assunto. O texto civil²⁸⁹ poderia ter representado um instrumento de renovação e atualização das sociedades cooperativas e, apesar disso, modificou algumas poucas questões, acabou em um texto contraditório e pouco significativo de modificações e inovações para o tema. Ao esculpir o texto do Código Civil, o legislador, nas palavras de Krueger²⁹⁰, optou “*claramente por contemplar apenas soluções jurídicas sedimentadas e estáveis, evitando, no que tange às cooperativas, questões cujo debate resta aberto na sociedade*”.

Uma das soluções dadas pelo Código Civil brasileiro diz respeito à natureza jurídica da sociedade cooperativa. O artigo 4º da Lei nº 5.764/71 declara que as cooperativas têm forma e natureza jurídicas próprias e, em seguida, assevera que a sua natureza é civil, causando certa contradição sobre qual seria realmente sua natureza jurídica. O CC, por seu turno, no artigo 982²⁹¹, parágrafo único, estabeleceu que, independentemente de seu objeto, a sociedade cooperativa terá sempre natureza jurídica de sociedade simples.

Pelo inciso VII do artigo 1094 do CC, é previsto o princípio do retorno, o qual consiste na distribuição dos resultados aos cooperados, na proporção das operações por eles efetuadas, das sobras (e também prejuízos) dos recursos recebidos pela sociedade em razão do exercício de suas atividades, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado. A divisão de eventuais sobras não pode se

resultados positivos a fundos impartilháveis destinados a serviços assistenciais aos associados; b) conceituação exata do processo e cobertura das despesas operacionais das cooperativas, de forma a constar que tais sociedades não produzem renda e, conseqüentemente, não são sujeitas ao Imposto de Renda; c) liberdade de constituição e funcionamento imediato das sociedades cooperativas, eliminando-se a exigência de autorização prévia para seu funcionamento; d) fixação da área de admissão de associados e de operações, a inteiro critério do estatuto da cooperativa; e) participação das cooperativas em empresas não cooperativas; f) restabelecimento das atividades creditórias nas cooperativas mistas; g) permissão às cooperativas centrais para manterem associados individuais.” (BULGARELLI, 1998, p. 73-74.)

²⁸⁹ **Art. 1.093.** A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.

Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa: [...]

²⁹⁰ KRUEGER, 2002, p. 109.

²⁹¹ **Art. 982.** Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais. Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

confundir com a distribuição de *lucros* de uma sociedade empresarial, pois aquela divisão tem relação com as operações realizadas pelo associado e essa, eminentemente, com a participação do sócio no capital social. Em excelente evolução, “*digna de aplausos*”²⁹², o seu correspondente na lei especial, inciso VII do artigo 4º, foi parcialmente revogado, pois previa que a assembleia geral poderia decidir de outra forma sobre a distribuição dos resultados da cooperativa. Com essa previsão anterior era possível que a assembleia geral decidisse, por exemplo, que o retorno das sobras seria proporcional ao capital investido, e não às atividades, o que pode deveria desvirtuar o próprio espírito cooperativista.

Nesse contexto, o fenômeno cooperativo se implanta como o reconhecimento das formações sociais. No entanto, o mesmo fenômeno, considerado na sua totalidade, é adquirido ao assunto de outra disciplina constitucional contendo uma reserva de lei. À luz disso, é útil chamar a atenção para características específicas e inseparáveis do fenômeno cooperativo, a saber: 1) A Cooperação como um exercício coletivo de negócios em forma mútua e, portanto, como uma afirmação da socialização da produção e do poder empreendedor; 2) a característica de mutualidade, a essência do que é feito também consiste no modo democrático de gestão da sociedade; 3) A ausência de *propósito de especulação privada*, que diz respeito entidade cooperativa, que não pode, portanto, agir apenas em razão do objetivo de alcançar rentabilidade; 4) A *função social da cooperação*.²⁹³

A referência à função social, para além do debate complexo e literário, parece oferecer um reconhecimento a montante, de natureza estrutural da espécie jurídico-economia cooperativa adequado para a realização dos objetivos contidos na sociedade em si. A iniciativa privada e a propriedade privada não só podem ser realizadas em conflito com a utilidade social, mas, acima de tudo, devem ser abordadas com direito comum, isto é, o desempenho de um papel de natureza social que de outra forma não seria necessariamente perseguido.

²⁹² Nas exatas palavras de PRADO, 2004, p. 73.

²⁹³ BAGNOLI, 2011, p. 45.

Para a Cooperação, no entanto, a CI usa uma fórmula diferente: "*A República reconhece a função social*" e a CF: "*A política agrícola será planejada e executada [...] levando em conta, especialmente o cooperativismo*".²⁹⁴

A *função social*, em outras palavras, não é o objetivo do legislador, mas uma qualidade intrínseca do próprio fenômeno cooperativo. Nesse caso, portanto, há uma espécie de identificação pré-estabelecida, fisiológica, entre os objetivos prioritários e as características estruturais do fenômeno cooperativo. É importante notar que os mesmos termos são expressos em outras constituições mais recentes do que a italiana. Em particular, é possível recordar a Constituição Portuguesa, que, no art. 61, reconhece a todos, incluindo os direitos econômicos, "[...] o direito à liberdade de estabelecimento de cooperativas, desde que observados os princípios cooperativos", e identifica, como um perfil organizatório da economia, no art. 82, aquele do *setor cooperativo e social* sempre em *conformidade com os princípios de cooperação*, atribuindo ao Estado a responsabilidade de estimular e apoiar a criação e as atividades das cooperativas, em conformidade com o art. 86.

Esse esclarecimento é importante, todavia, para estabelecer um alinhamento da legislação nos países da União Europeia para a formação de um direito cooperativo comunitário, por meio do Tratado da União Europeia (TUE)²⁹⁵. Por óbvio que onde a *função social* é apresentada como uma característica intrínseca da própria atividade econômica, assim como ocorre com as cooperativas, o processo de harmonização comunitárias deve ser facilitado. Como foi análise mais pormenorizada em capítulo anterior, o projeto de lei da Sociedade Cooperativa Europeia, em 1989 e uma série de resoluções do Parlamento Europeu sobre o apoio do movimento cooperativo em nível comunitário, foram as premissas iniciais de uma série delas que ganharam nível continental (as quais, no entanto, ressalta-se ainda que não resultaram em medidas concretas). Nesse ponto do discurso, não parece supérfluo notar que a perspectiva de reconhecimento da *função social* da cooperação chama atenção do intérprete para uma dimensão de valor essencial para entender a extensão das pressões do processo de unificação europeia.

²⁹⁴ **Art. 187** - A política agrícola será planejada e executada, na forma da lei, com a participação efetiva de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

VI - o cooperativismo.

²⁹⁵ Mais sobre o assunto, verificar Item desta tese sobre a União Europeia.

Na conclusão dessas considerações gerais sobre a descrição do quadro constitucional do fenômeno cooperativo, deve-se recordar que profundas reflexões merecem não apenas poucas citações legislativas, mas uma investigação constitucional sobre o fenômeno cooperativo consiste em constatar ainda como uma *constituição econômica* não sendo estranho para o projeto de sociedade e do Estado contidas nos princípios fundamentais das Constituições por ora analisadas.²⁹⁶ A cooperação, por seu turno, conforme visto, passa a ter valor fundamental para as Constituições brasileira e italiana, seguindo uma linha de outros países do mundo, mas terá seu ápice de atuação e de ingerência manifestadamente na ordem econômica. A dignidade da pessoa humana, por seu turno, permanece, por fim, como um valor universal, como o centro das opções para a regulamentação das relações sociais, políticas e econômicas.

3.3.2 A Função econômica e um “*nonprofit sector*”

Tão antiga quanto a necessidade de se reconhecer a existência de regras de conduta norteadoras do convívio social entre os indivíduos – que mais tarde vieram a fundamentar a própria existência do Estado – é a impossibilidade de refutação do fato de que essa sociedade é também permeada por liames econômicos.

Assim, tem-se que a atual estrutura organizacional econômica e suas influências na sociedade têm ocupado o centro de discussões do meio jurídico, quase sempre voltadas para a análise de alternativas de reorganização que permitam a incursão de valores sociais nas forças indutoras dessa estrutura. Essas forças indutoras de natureza econômica foram base para o desenvolvimento de uma teoria denominada *análise econômica do Direito*, que propõe uma alternativa de análise das questões jurídicas, mediante a utilização de princípios econômicos. Uma dessas questões é justamente a proposição que parece melhor representar essa compatibilização entre valores econômicos e valores sociais: o cooperativismo e sua proposta de integração.²⁹⁷

É crível perceber que, mesmo após diversas fases de *altos e baixos*, o movimento cooperativo mundial continua crescendo em larga escala e seu peso tem

²⁹⁶ BAGNOLI, 2011, p. 47.

²⁹⁷ LEOPOLDINO, 2011, p. 180.

assumido cada vez mais posição como parte do tecido econômico e produtivo do mundo, apesar da crise econômica mais estrutural, em especial no Brasil e Itália (países com mais destaque neste estudo). Mas se antes se debatia sobre uma função *social* constitucional da cooperação, é absolutamente impossível a negação do seu papel frente a economia, ou seja, sua função econômica. Na realidade, é em razão *dessa função econômica* (razão e fundamento de existência) é que a cooperação/cooperativismo passou a ter reconhecimento e proteção constitucional.

O fenômeno da cooperação assume, como visto, uma característica fundamental (ou mais especificamente um *objetivo republicano fundamental*), essencial e absoluta para a Constituição Federal, marcando, entretanto, além da necessária cooperação internacional entre os povos (art. 4 da CF), interferência direta na ordem econômica nacional. Ademais, ainda há de se observar uma compatibilidade entre a cooperação e o fundamento da livre iniciativa, constante no art. 1, inciso IV da CF, demonstrando a existência de um Estado Democrático de Direito²⁹⁸ e uma ordem econômica e democrática. Outrossim, de nada serviria a busca para um desenvolvimento econômico, se não houver o atendimento ao social, com a efetiva proteção do desenvolvimento social e observância de preceitos constitucionais,

Mas não se olvida de toda a reflexão europeia que se desenvolveu a partir dos anos quarenta anos em torno da tradução da política econômica como ferramenta para a realização dos direitos humanos na sua dimensão social. É de 1942, por exemplo, o Relatório *Beveridge*, que, na Grã-Bretanha, constitui a base da inspiração do primeiro projeto de política social e de 1954 o estudo do italiano Luigi Einaudi sobre o *bom governo* como a capacidade de ativar um circuito econômico garantido em seu patrimônio pelas políticas redistributivas do Estado, implementando o projeto inspirado pela Constituição²⁹⁹. Também não é por acaso que a Constituição Italiana, chamada *Constituição econômica*, especialmente nos artigos 41 e 42, conjugou os motivos de lucro com os de uma *utilidade social* que, indo bem além da individualista utilidade da memória liberal, focou em elementos de igualdade, proteção de direitos, o respeito pela dignidade de cada pessoa humana.

²⁹⁸ Para maiores aprofundamento sobre a evolução do Estado Democrático de Direito e demais aspectos interligados entre Estado e Cooperação, observar Item 1.2.3.

²⁹⁹ BAGNOLI, 2011, p. 112.

Por outro lado, mesmo com a conexão constitucional, a economia, a proteção dos direitos e a solidariedade são diversos uns dos outros, cada um com campo de ação, interligado, mas diverso. Nesse quadro, a CI assegura aos cidadãos consistência como um profissional e como uma entidade política, o mercado não mostra-se simplesmente como um lugar de produção e de troca, mas como um momento de realização dos direitos invioláveis e deveres obrigatórios de solidariedade. As relações humanas são marcadas pela dignidade da pessoa humana e pelo respeito daqueles que vivem em situações existenciais condicionados por *obstáculos* ao pleno desenvolvimento da pessoa.

Ainda, conforme Massagli³⁰⁰, não é possível subestimar que a versão mais recente da posição liberal, como representado pelo modelo de *economia da oferta*, que a única maneira de acelerar o desenvolvimento é obter investimentos privados que ampliam a capacidade de produção, foi revista várias vezes de acordo com a sua reconciliação com uma política de justiça distributiva e social. Basta entender que para alcançar a eficiência do sistema de cooperativas é necessário que as próprias cooperativas constituam verdadeiras estruturas democráticas de participação igualitária na qual seus membros veem as suas necessidades satisfeitas e refletidas as suas opiniões.

Outrossim, ao tratar de economia, é importante destacar que os agentes tendem a realizar suas escolhas de modo racional, primando pelas alternativas que proporcionem o máximo de bem-estar ao menor custo possível e ao se aplicar tal lógica às relações de produção, verifica-se que o cenário tradicional da relação entre capital e trabalho parece não proporcionar a maximização das riquezas proposta nos tópicos anteriores. Não obstante as diversas incursões do Direito nessa seara, verifica-se que a atuação do indivíduo diante da estruturação dos mercados econômicos não parece assumir grande relevância, exceto quando considerado como consumidor.

Nesse âmbito, insere-se uma necessidade de analiticamente organizar, do ponto de vista econômico, as forças atuantes nessa relação. De um lado, temos o mercado econômico basicamente estruturado na forma de grandes produtores e de outros indivíduos e pequenos produtores. Os grandes produtores (como a posição dominante lhes pertence) tendem à inércia, salvo se uma melhor alternativa lhes for

³⁰⁰ MASSAGLI, 2012, p. 557.

proporcionada, enquanto que para os pequenos produtores e indivíduos, a situação atual lhes é fator de exclusão.

Da tensão entre esses dois grupos de agentes, podem-se extrair as seguintes alternativas³⁰¹:

a) Eliminação, por intermédio da atuação do Estado, da situação dominante dos grandes produtores do mercado, o que implicaria invariavelmente na mudança do paradigma capitalista. Concepção essa que, do ponto de vista da eficiência econômica, não parece prosperar, pois acarreta prejuízo a uma das partes da relação, sem que exista a possibilidade de medida compensatória;

b) Subordinação dos indivíduos e pequenos produtores às leis de mercado, que, em razão da posição dominante ocupada pelos grandes produtores, pode intensificar ainda mais o problema da participação desses agentes no mercado econômico;

c) Fortalecimento dos indivíduos e pequenos produtores por intermédio de incentivos instrumentalizados de modo a permitir uma maior autonomia desses agentes nas escolhas.

Diante desse cenário, parece razoável concluir que tal fortalecimento, desde que corretamente incentivado, tende a proporcionar uma melhor eficiência econômica, entendida como uma melhor distribuição da participação na relação de produção, ocasionando uma migração dos recursos (hoje praticamente concentrados nos grandes produtores) para os pequenos produtores e indivíduos que, diante dos incentivos, poderão proporcionar melhor alternativa de uso deles.

Dessa forma, a questão principal nesse cenário consiste em como organizar indivíduos e pequenos produtores de forma a: (i) tornarem-se alternativas viáveis de alocação de recursos; e (ii) adquirirem representatividade suficiente para reverter o cenário atual de exclusão.

É exatamente nesse contexto que o Cooperativismo parece surgir como instrumento chave desse fortalecimento.

E diante de todo esse panorama econômico de exclusão e da necessidade de representação e reversão, alocando e afirmando o papel do cooperativismo nacional, o que seria, então, o chamado “*nonprofit sector*” e de que maneira ele pode positivamente influenciar no cenário econômico contemporâneo?

³⁰¹ MASSAGLI, 2012, p. 557.

O terceiro setor, ou o “*nonprofit sector*”, em vários aspectos se difere do cooperativismo uma vez que são organizações e entidades sem fins lucrativos (primeira diferença), não ligadas ao governo e normalmente com o objetivo de gerar serviços de caráter público (segunda principal diferença). Assim, muito embora alguns autores até incluam as práticas das sociedades cooperativas no terceiro setor, a verdade é que duas são, precipuamente, as diferenciações básicas deste com aquele.

O termo *Terceiro Setor* começou a ser utilizado na década dos 70, nos Estados Unidos, para designar o conjunto das organizações que não visavam a lucros e eram voltadas para a produção ou para a distribuição de bens ou de serviços públicos. Depois de um certo *desuso* do nome na década de 80, por meio dos estudos do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, principal órgão de pesquisa sobre o assunto, a discussão voltou à tona e tomou novo fôlego na década passada. Assim, de acordo com Salamon e Anheier³⁰², o termo acima referido tem origem no conjunto das ideias da economia clássica, para a qual a sociedade é dividida em setores, diretamente relacionados com as finalidades econômicas de seus agentes sociais, se de natureza jurídica pública ou de natureza jurídica privada. Dessa forma, agentes de natureza privada que praticam ações com fins ou bens privados seriam considerados como do “primeiro setor”, correspondente ao mercado. Por outro lado, agentes de natureza pública que praticam ações que visam a bens ou fins públicos seriam considerados um “segundo setor”, o que corresponderia ao Estado. E, por fim, agentes de *natureza privada* que praticam ações *buscando fins públicos* seriam chamados de “terceiro setor”, o qual seria caracterizado pelas seguintes características segundo uma definição estrutural-operacional: a) institucionalização, seja pelo registro público de suas atividades ou por outras formas que comprovem e justifiquem a sua existência formal como reuniões regulares e representantes reconhecidos; b) natureza privada separadas do Estado; c) não distribuição de lucros, e em havendo, que seus excedentes somente possam ser revertidos para a própria atividade-fim; d) autogestão, capacidade de controlar a gestão de suas atividades; e e) participação voluntária

³⁰² SALAMON; ANHEIER, 1997, p. 11.

quer seja em suas atividades, em sua gestão ou em sua direção.³⁰³

Como há muito se reconheceu, os indivíduos e as comunidades escolhem para associar-se e satisfazer as suas necessidades de bens e serviços por vias diferentes dos estados, dos mercados ou das famílias. Isso, para o projeto *Johns Hopkins Comparative Non-profit Sector Project (JHCNSP)*, representa a tentativa mais abrangente por cientistas sociais para definir o "terceiro setor" como ocupando um espaço social distinto fora tanto do mercado (primeiro setor) e do Estado (segundo setor)³⁰⁴. Tal definição estrutural-operacional foi usada para mapear o setor sem fins lucrativos em uma variedade de nações com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, estruturas legais e experiências institucionais de provisão de bem-estar social e segundo os pesquisadores já citados, aplicando definições modernas é possível a percepção de novos *insights* sobre alguns dos pressupostos implícitos e como algumas definições podem ser contextualizadas de forma específica.

Definir um terceiro setor pode ser um exercício interessante, sendo útil categorizar três diferentes conjuntos de interesses associados a determinadas características funcionais das organizações do terceiro setor. Essas características implicam dizer que todas as organizações do terceiro setor podem cumprir papéis específicos para a sociedade que as tornam dignas de estudo numa base setorial. Dessa feita, a primeira vertente da literatura sugere que a função das organizações sem fins lucrativos é a produção de bens de tipo público, ou coletivos para a sociedade. O segundo elemento caracterizador sobre as funções das organizações do terceiro setor sugere que elas podem, em termos de eficiência e eficácia na entrega de bens e serviços, diferir das agências estatais, já que os pesquisadores acima citados sugerem que, mesmo sendo papel do Estado segundo a Escola Clássica da economia, as organizações do terceiro setor são melhores no fornecimento de bens e serviços aos consumidores em casos de *falha de mercado*, ocorridas em circunstâncias em que é difícil controlar a qualidade do produto ou serviço que está sendo produzido (terceiro elemento).³⁰⁵

³⁰³ O Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project ressalva, por outro lado, que os cinco critérios acima permitem que se incluam ou excluam organizações e deixam à margem outros arranjos societários que poderiam fazer parte do terceiro setor.

³⁰⁴ SALAMON; ANHEIER, 1997, p. 14.

³⁰⁵ SALAMON; ANHEIER, 1997, p. 14.

Outrossim, há de se levar em conta que uma definição de organizações sem fins lucrativos deve ser baseada também na maneira em que elas distribuem seus recursos financeiros, já que são impedidas de distribuição de *lucro líquido* (talvez resida aqui uma semelhança com o cooperativismo) e que a caracterização do que seriam esses lucros líquidos podem variar conforme o sistema legal e o país em que está empregado.

Com relação ao Brasil, é importante destacar as pioneiras publicações de Landim, pesquisadora também do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* e do Instituto de Estudos da Religião (ISER) sobre o tema. Na sua obra, “*Para Além do Mercado e do Estado?*”³⁰⁶, a pesquisadora apresenta o termo *terceiro setor* em uma das diversas denominações (*voluntary sector, third sector, charities, nongovernmental organizations, philanthropy, sociedade civil*) e do setor não-lucrativo (*nonprofit sector*), sendo esse utilizado como sinônimo de terceiro setor e com certa predominância.

Ademais, o conceito de *sem fins lucrativos* foi recentemente ganhando visibilidade no Brasil. A redefinição do papel do Estado, o avanço das políticas orientadas para o mercado, as questões de empoderamento político, a democracia participativa e institucional, pluralismo e identidade étnica e cultural são os temas centrais para a década de 1990. A fórmula *sem fins lucrativos* está no fermento dessas questões, e está ocupando um lugar nas várias posições dentro dos debates acadêmicos e políticos que estão em desenvolvimento no país. Esta fórmula está sendo evocada, como ela aponta³⁰⁷, para possibilidades especiais para o estabelecimento de fronteiras entre o público e o privado. Além de verificar a falta de uma certa “*densidade conceitual*” do termo Terceiro Setor, Landim critica a proliferação de termos no campo quando explica as transformações na relação entre Estado e Sociedade Civil.

De fato, frequentemente a categoria terceiro setor é utilizada, implícita ou explicitamente, para produzir a ideia equivocada de que o universo das organizações sem fins lucrativos é espécie de panaceia que substitui o Estado no enfrentamento de questões sociais — como a resolução do problema do emprego, por exemplo.³⁰⁸

³⁰⁶ LANDIM, 1993b, p. 5.

³⁰⁷ LANDIM, 1993b, p. 5.

³⁰⁸ LANDIM, 1993a, p. 324 e LANDIM, 1993b, p. 39.

Debates políticos centram-se principalmente sobre o papel das organizações sem fins lucrativos em comparação a outros setores da sociedade brasileira, especialmente o Estado, e em sua capacidade de resolver problemas sociais especialmente ligados à pobreza. Alguns dos temas debatidos incluem o papel das organizações sem fins lucrativos na mobilização de recursos materiais, as suas funções de agentes ou substitutos do Estado, a sua capacidade de influenciar as políticas públicas, a sua competência eficaz e seu potencial para aliviar a pobreza, a sua contribuição para a democratização, de manutenção e de manifestação da identidade étnica, culturas indígenas, solidariedade social, bem como suas relações com a religião organizada e partidos políticos.³⁰⁹ As questões são diversificadas, refletindo não apenas diferentes linhas de pensamento em debates políticos e sociológicos, mas, acima de tudo, uma diversidade interna do universo das chamadas organizações sem fins lucrativos.

Assim sendo, destaca-se que o terceiro setor brasileiro está muito relacionado à própria história de associações voluntárias do país, as quais ganharam merecido destaque até o final do século XIX. Seguindo o exemplo europeu, as primeiras sociedades de ajuda mútua foram inicialmente formadas pelos cidadãos de classe média, mas logo chegou aos grupos de baixa renda inclusive por influência de sindicatos. Na sequência, verifica-se que com o fim do regime militar, já no século XX, o Brasil assistiu a uma explosão de associações civis e as chamadas *organizações não governamentais* (ONG) formam uma categoria distinta e extremamente diversificada no universo brasileiro *sem fins lucrativos*. As áreas de suas atividades vão desde o movimento popular, para projetos relacionados à Aids, à proteção do ambiente, e para os problemas relativos às mulheres, às minorias étnicas, às crianças de rua, entre outros.³¹⁰ E assim, o que se observa, sem o intuito do exaurimento do tema, é que o universo *nonprofit* no Brasil é tão diverso quanto as forças religiosas, as sociais e as políticas que levaram à sua formação, bastando muito ainda para sua completa e total construção, entendimento e definição na sociedade brasileira como um todo.

³⁰⁹ LANDIM, 1993b, p. 6.

³¹⁰ LANDIM, 1993b, p. 33.

CAPÍTULO 4

EVIDÊNCIAS CONCRETAS DA COOPERAÇÃO COMO PARADIGMA POSSÍVEL

*Non si può neppure permettere il lusso di essere troppo poco cooperativo.
Nessuno sopravvive se rimane tutto solo nella savana o nella foresta;
inoltre, occorre cooperare per fare una coppia e
ancora di più per avviare i propri figli all'autonomia.* (Giovanni Jervis)

Com base no que se observou no desenrolar histórico da cooperação e do movimento cooperativo no mundo, suas vertentes e justificativas para a existência das sociedades cooperativas tais como prenunciavam desde suas origens, é correto afirmar que a vida social é, de fato, toda permeada pela cooperação, uma vez que as pessoas se organizam em grupos para se adaptar ao ambiente e atender às suas necessidades. Na mesma linha de raciocínio, afirma-se que a sociedade seria impossível sem um mínimo de esforço cooperativo, principalmente para mantê-la. Da mesma forma ocorre com a economia. Assim, para o fim de possibilitar e efetivar a proposição da retomada de um paradigma possível da cooperação, amplo e também ancorado não só num modelo de viável, mas estabelecido com propostas sociais e econômicas e amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos internacionais relevantes, este capítulo foi construído com o intuito de discorrer sobre os seus elementos constitutivos, justificando-os desde seu percurso histórico.

Assim, inicialmente, será realizada uma contextualização da cooperação, principalmente no se refere e se interliga com os demais itens já percorridos na presente tese. Aliada a esse propósito, aproveitou-se aqui do pensamento de Karl Polanyi e suas principais lições sobre a reciprocidade, já que ela é a base da cooperação. Logo após, em dois momentos distintos, para a caracterização desse viés contemporâneo da cooperação, além do papel irrefutável da reciprocidade, foram identificados outros elementos constitutivos, os quais serão relacionados inclusive sob a ótica da teoria da evolução de Robert Axelrod, com a divisão principiológica de Coraggio e apresentação das virtudes descritas por Agudo.

Por fim, ainda com o intuito de contribuir para o objetivo proposto, no final deste capítulo, serão verificadas experiências concretas contemporâneas da cooperação vivida, tais como as redes de cooperação e as redes de economia solidária, bem como as propostas de novas formas de economia como a economia de comunhão, colaborativa e compartilhada e, por fim e em especial, os espaços de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*, contendo importantes marcos teóricos como Singer e Lallement, aos descrever e contribuir para práxis experimental.

4.1 CONTEXTUALIZANDO A COOPERAÇÃO EM POLANYI E A RECIPROCIDADE

A cultura contemporânea criou uma forma original de organização cooperativa, tornando-a um movimento firme e social, justificado por fortes valores baseados na solidariedade. Instituto longe de ser considerado obsoleto, e, de fato, continuamente crescente, Zamagni não tem medo de dizer que "[...] *la cooperazione è il frutto maturo dell'economia capitalistica*"³¹¹, e não poderia ser realizado um capitalismo sem a afirmação legislativa e cultural da cooperação. Muitos, assim, por meio de estudos das causas da difícil situação econômica que atravessa o planeta, chegaram à conclusão de que *sem uma redescoberta dos valores que estão na base de toda a atividade econômica não será possível a superação da crise*.³¹²

E é justamente nesse momento em que o estudo mais detalhado da cooperação se justifica, uma vez, repetida, tentada e desafiada desde relações internacionais entre países e internamente nas mais variadas legislações, para temas como o cooperativismo e a economia solidária, essa redescoberta pode ser implementada e compreendida. A introdução da teoria da cooperação já foi alvo de análise em capítulo anterior, bem como alguns de seus desdobramentos políticos, restando, para tanto, neste momento, uma interligação entre os demais capítulos e os elementos constituidores da cooperação contemporânea.

Mesmo que eventualmente ela possa ser considerada uma utopia, é possível retomá-la como um novo paradigma, proposta principal deste estudo. A cooperação deixa de ser irrealizável, fantasia ou devaneio, passando a figurar como um lócus existente, uma outra forma possível de buscar superações nas mais variadas áreas

³¹¹ ZAMAGNI apud MASSAGLI, 2012, p. 556.

³¹² Ibidem, p. 557, tradução nossa.

em crise. As pessoas precisam reciprocamente cooperar. Isso porque, como se verá, existem estudos desde uma teoria evolucionista (por Axelrod) até sobre os aspectos sociais e econômicos, entregando à cooperação papel de destaque nas relações humanas. Marx já dizia que a “[...] *cooperação traz ao trabalho um novo potencial produtivo, pois não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva*”.³¹³

Seria uma perseguição utópica derivada de uma histórica interligação com o futuro? Para tanto, observa-se que essa mesma cooperação configura-se como uma vivência existente no cerne do cooperativismo, diretamente ligada à sua origem, à sua constituição como movimento social, mas mais ainda relacionada à sua durabilidade e à sua continuidade na importância econômica historicamente destacada. Ela não se dissolveu no tempo, sendo descrita por John Stuart Mill, inclusive como uma característica peculiar do ser humano civilizado, sendo capaz o incremento de sua utilização e da abrangência de ações.

Ainda sobre utopias, Habermas³¹⁴ já dizia que o *pensamento utópico*, em sua essência, parece ter a função de abrir possibilidades de ação e alternativas que se projetam sobre as continuidades históricas. Isso porque diretamente ligado a esse pensamento estava o pensamento histórico, consubstanciado em uma consciência sobre o tempo, onde o centro é a “[...] *necessidade de extrair princípios normativamente substantivos das próprias experiências e formas de vida modernas e não do passado exemplar*”.

Ainda no século XIX, a utopia passou a ser sinônimo de luta política, de todos contra todos. Robert Owen, Fourier, Saint Simon e Proudhon rejeitavam a violência, tendo ficado conhecidos como “socialistas utópicos” a partir de Marx e Engels, mas o certo é que somente no século passado é que termo foi redescoberto e esclarecido, tornando-o “[...] *insuspeito para o projeto de possibilidades alternativas de vida*”, majoradas no próprio processo histórico. “[...] *A perspectiva utópica inscreveu-se na própria consciência da história politicamente eficaz*”.³¹⁵

³¹³ MARX, 1988, p. 379. O certo é que o capitalismo já colaborou e criou o trabalho cooperado. O que temos agora é a utilização individual de objetivos e interesses. Verificar MARX. O capital no capítulo sobre o desenvolvimento das forças produtivas na percepção de apropriação por poucos.

³¹⁴ A verdade é nesse artigo Habermas trata sobre a perda de força persuasiva da utopia em uma sociedade do trabalho. HABERMAS, 1987, p. 104.

³¹⁵ Ibidem, p. 104.

Na mesma linha de raciocínio, demonstrando a viabilidade plausível de um discurso significativo sobre a cooperação, esse não pode colocar a sua base somente na função social, devendo, antes, procurar uma função civil da cooperação, ou seja, em sua capacidade de contribuir de forma decisiva para civilizar a economia de mercado. Tal ação implica a adoção do estudo sob a perspectiva da oferta e da procura. Ou seja, segundo esse último, as sociedades cooperativas foram fundadas em resposta à incapacidade das empresas, tanto as tradicionais quanto as públicas, para atender às necessidades sociais específicas ou para dar solução adequada para situações de crise. Na presença de fenômenos conhecidos de falhas desses entes, a criação de cooperativas é vista como um remédio durável. A ideia central é que o dia em que fosse possível eliminar ou pelo menos atenuar os efeitos negativos associados a situações de externalidades, assimetria de informações, contratos incompletos, entre outros, a necessidade de cooperação seria minimizada.

Partimos, assim, da premissa de que a ação econômica é sempre uma ação conjunta, uma ação que precisa ser realizada de forma intencional por duas ou mais pessoas. Nesse sentido, é possível afirmar que a economia de mercado baseada na divisão do trabalho é um mundo densamente povoado de ações conjuntas. E para que essas possam, dessa forma, serem caracterizadas, Zamagni passou a identificar seus três elementos, a saber: a) a ação não pode ser realizada sem que todos os participantes estejam cientes do que eles fazem e com que objetivo o fazem; b) cada participante na ação conjunta detém a titularidade e, portanto, a responsabilidade por aquilo que ele faz, diferenciando ação conjunta de ação coletiva, já que nesta a identidade e a responsabilidade pessoal do indivíduo desaparece; c) deve existir a unificação de esforços por parte dos participantes na ação conjunta para alcançar o mesmo objetivo, pois a interação de múltiplos sujeitos, em um determinado contexto ainda não é atividade comum, se eles têm objetivos diferentes ou conflitantes³¹⁶.

Em última análise, existe uma cooperativa quando as relações são produtos que se orientam reciprocamente a base de uma específica intenção e quando o "*comum*" da ação se estende ao fim proposto, o problema é resolvido na realização da cooperação.

³¹⁶ ZAMAGNI, V., 2006, s/p.

Nessa perspectiva, com base nas premissas descobertas com a teoria da cooperação já apresentada, inclusive sob seus contornos internacionais e constitucionais, faz-se mister, para o fim de possibilitar e efetivar a proposição de um paradigma possível da cooperação, amplo e também ancorado não só num modelo de viável, mas estabelecido com propostas sociais e econômicas e amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos internacionais relevantes, discorrer sobre os seus elementos constitutivos, justificando-os desde seu desenrolar histórico.

Ressalta-se que os três primeiros capítulos do presente estudo foram de muita relevância e estabeleceram os pilares para o desenvolvimento e aprofundamento da demonstração da presença desse paradigma possível, já que, como se observou, desde as primeiras movimentações do cooperativismo, a presença da cooperação, a qual inclusive ajudou a dar nome ao movimento e aos seus elementos, como a necessária reciprocidade e durabilidade para fixação e estabilidade de seus padrões determinantes.

Algumas vezes, a cooperação surge onde menos se espera, sendo tampouco necessária a amizade entre os envolvidos. Até mesmo pessoas em situações antagônicas podem cooperar. A operação cultural lançada pelos estudiosos do século XIX não foi, portanto, de pensar a cooperação como um grupo de sociedades em que se praticava a mutualidade em oposição ao motivo dominante e penetrante de lucro, mas de ler e interpretar a economia de mercado como um lugar de cooperação, mesmo diante de um conflito de interesses. Naquele momento, não havia mais certeza entre as mudanças sociais do futuro próximo de um crescimento progressivo do princípio e da prática da cooperação.

No início das relações humanas, a cooperação era desvinculada e livre, por questões de sobrevivência e como elemento nuclear do tecido social. Com o desenvolvimento da sociedade (*lato sensu*), ela passou a ser funcional, com base nos termos socialmente constituídos, muitas vezes limitada pela desigualdade, hierarquia e por questões políticas e religiosas. O movimento cooperativo moderno, por seu turno, fez com que a cooperação sobrevivesse como uma energia latente, dando-lhe a centralidade como o elemento que decisivamente as impulsionou,

mutualizando os interesses dos seus sócios e aprendendo a prosseguir-lo.³¹⁷

Assim, no século XVIII, com a Revolução Industrial, o Estado passou a controlar o avanço do capitalismo moderno, ocasião em que ocorreu um crescimento acirrado da classe proletária, sujeita ao controle e às condições de trabalho impostos pelos capitalistas. Os trabalhadores, por seu turno, passaram a se agrupar em prol da solidariedade e ajuda mútua e descobriram que, conservando a propriedade privada, sem intervenção direta do Estado na ordem econômica, seria possível obter melhores condições de vida econômica por meio da cooperação entre eles.

As primeiras iniciativas em cooperativas na Europa, mais especificamente, já demonstravam que a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação estabeleciam-se como idealizadores para a superação de efeitos devastadores da crise econômica, aumento de preços e diminuição de postos de trabalho. Foi exatamente isso o que ocorreu em 1760 quando empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra, fundaram moinhos de cereais para não serem obrigados a arcar com os altos preços cobrados pelos moleiros, que detinham o monopólio local e, em 1844, em Rochdale, quando alguns tecelões, uniram-se e criaram a primeira verdadeira cooperativa de consumo³¹⁸ moderna cuja finalidade era fornecer aos integrantes as necessidades básicas a preços não onerados, buscando melhorar sua precária situação econômica, com a contribuição financeira mensal de todos. Era a solidariedade sendo implementada no lugar no assistencialismo. A democracia e a autonomia servindo onde antes somente existia heteronomia.

Essa experiência cooperativa serviu como o marco do moderno cooperativismo, momento em que o movimento de fato passou a fazer parte e influenciar a economia mundial. As cooperativas surgiram nesse cenário muito antes do que os sindicatos e os partidos políticos. Ela ainda é, antes de qualquer caracterização diversa, uma sociedade de iguais, representada pela singularidade do voto, pela democracia nas suas assembleias e de fato, a raiz do fenômeno cooperativo está na cooperação, sendo perceptíveis ainda a presença de diversos dos seus elementos constitutivos e delineadores.

³¹⁷ NAMORADO, 2005, p. 5.

³¹⁸ Ressalte-se que, de acordo com explicações em capítulo anterior, é de se admitir que, muito embora Rochdale seja a referência mundial para o cooperativismo de consumo, haja vista os diversos serviços que prestava aos seus sócios, poderia ser considerada uma cooperativa multiativa.

No século XIX, por assim dizer, especialmente na França, já se escrevia sobre a cooperação e, em muitas vezes, tais estudos foram publicados, inclusive, por editoras cooperativas de propriedade dos operários. Na Alemanha desse período, a cooperação (por meio das cooperativas) estava ligada ao próprio movimento operário, formando uma tríade entre elas, os partidos políticos e os sindicatos, vistos como elementos de transformação social. Na Itália, diferentemente do que ocorreu com o restante da Europa, o movimento já nasceu com uma multiplicidade de inspirações ideológicas e com uma cooperação reativa, como uma espécie de autodefesa. As cooperativas eram uma forma de desenvolver uma *sociedade de produtores livres*, buscando superar, assim, as contradições entre capital e trabalho e a cooperação, um princípio geral de organização social a ser desenvolvido antes de qualquer outra iniciativa, o qual serviria para emancipação dos trabalhadores.

Destaca-se, outrossim, que no período fascista, mesmo com todas as suas contradições, não houve descontinuidade excessiva nas cooperativas e sua durabilidade foi essencial para manutenção e importância atual no movimento naquele país. Em 1948, a nova Constituição Italiana, inaugurando uma tendência de outros países mundo a fora, reconheceu a função social da cooperação, dando a ela seu merecido destaque em patamar constitucional. Ela foi e ainda é uma inspiração e um valor cívico de emancipação.

Ocorre que, antes mesmo de avançarmos ainda mais no raciocínio e desenvolvimento deste item, realizando reflexões e conexões com os demais elementos constituintes do paradigma da cooperação existentes no restante do trabalho, é imprescindível destacar e acentuar que, de acordo com Karl Polanyi, especialmente em sua obra “*A grande transformação*”, muito antes da caracterização de uma economia do mercado tal como descrito no surgimento do cooperativismo, havia outros elementos que antecederam historicamente a sua construção. Essa obra teve por objetivo reescrever uma parte da história, demonstrando a forma como o mercado de incipiente separou-se das demais instituições sociais e tornou-se, por volta do século XIX, autônomo, transformando o conjunto de terra, de trabalho e de dinheiro em mercadoria fictícia.

Isso porque, contrastando a Inglaterra na época da Revolução Industrial com algumas espécies de sociedades arcaicas ou primitivas, tem-se que até o final do século XVIII o sistema econômico era interligado, imerso no sistema social, o que

significa que nenhuma economia era controlada por mercados. Eles existiam, mas suas funções na vida econômica eram incidentes.³¹⁹ Ao estudar sistemas tribais primitivos, observou ainda que nem todas as sociedades humanas despendiam tempo e valores para alavancar a produção, e que na maior parte, a subsistência estava diretamente relacionada com estruturas ligadas à laços de parentesco ou religião. Vigia a regra do “*dar e tomar*” e a dádiva de hoje poderá ser recompensada amanhã. Eles não agiam dessa forma para salvaguardar bens individuais, mas para proteger a sua situação, as suas exigências e a situação social. Conforme Polanyi, “[...] *Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens*”.³²⁰

Já nessa época, entretanto, o autor verificou, em todas as sociedades que ele estudou, que comportamentos ligados à cooperação, tais como a reciprocidade e a redistribuição, funcionavam como garantidores da ordem da produção e da distribuição, mesmo nessas sociedades onde a ausência da motivação de lucro; a ausência de trabalhar por uma remuneração e a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas eram presentes. Fazendo referencia a vários exemplos de sociedades primitivas pelo mundo, Polanyi conclui que tais princípios socioeconômicos eram restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples.

Aliado aos princípios da reciprocidade (auxiliada por um padrão simétrico de organização) e da redistribuição (pela centralização), observa-se ainda a existência de um terceiro: da domesticidade, consistente na produção e armazenagem para satisfação própria ou dos membros do grupo a que pertenciam. Segundo o autor, “[...] *enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica autossuficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar*.”³²¹ Havia um quarto posterior princípio: o da permuta, o qual, diferentemente dos demais, dependa de um padrão de mercado para sua efetivação, mas igualmente pode ocupar um lugar subordinado na sociedade. Ela e a barganha podem ser capazes de criar um mercado.

Mais especificamente sobre a domesticidade e a ajuda familiar, tem-se que

³¹⁹ POLANYI, 2000, p. 59.

³²⁰ POLANYI, 2000, p. 65.

³²¹ Ibidem, p. 72.

essa era consubstanciada numa associação voluntária, na qual os membros estavam ligados por laços de consanguinidade, ajudando-se mutuamente no cumprimento das obrigações e reunindo-se frequentemente em ocasiões sociais. Portanto, a ajuda era recebida sempre, nas mais diversas necessidades, desde num momento de doença, morte ou perda monetária. Sobre a domesticidade, é importante observar que numa sociedade agrícola, por certo a terra ocupa uma posição central e a subsistência e a organização social (tribal ou familiar) estão relacionadas com esta estrutura agrícola. Assim, o padrão econômico presente nestas sociedades corresponde à domesticidade, sendo o movimento dos bens dirigido tanto para o trabalho como alimentação a ser consumida. Desse modo, as regras sobre a repartição e acumulação da riqueza nesse contexto garantiam que não surgisse uma fragmentação ou acumulação excessiva de propriedade e sobre a herança da terra, na verdade consistia meramente numa transferência de uso, não de propriedade.

Esse modelo tradicional de economia, em que há comportamentos competitivos visando ao lucro, não se aplica a todas as sociedades, levando o autor a se questionar sobre as principais diferenças entre as sociedades capitalistas e pré-capitalistas. Assim, sua principal contribuição nessa obra foi justamente a análise das dinâmicas do homem (enquanto ser social) dos sistemas econômicos pré-capitalistas. Polanyi chegou ao entendimento de que tanto a economia como seus derivados nunca foram definidores da vida social, mas o contrário. A manutenção da sociedade foi que levou os homens a se organizarem economicamente. O sistema econômico era sempre dirigido por motivações não econômicas, independentemente de como estava organizada a sociedade.

Para a manutenção dos laços sociais, a sociedade passava a se responsabilizar pela sobrevivência da coletividade. O sistema econômico estava em função da organização social, limitando as funções do mercado. Uma nova economia exigia um abandono do status social do ser humano e os homens precisaram redescobrir a sociedade.

A economia de mercado, marcada pela impessoalidade e pela troca/venda de bens e/ou serviços por moeda equivalente, referido autor considerou-a uma novidade histórica já que não existiu sociedade que tenha sido regulada e controlada pelos preços ou mesmo por mercados, não sofrendo interferência de outro fator externo. O ganho e o lucro não foram os impulsionadores da economia em

sociedades pré-capitalistas e novamente discordando de Adam Smith, Polanyi discordava de que a divisão do trabalho dependia da existência de um mercado, mas se origina de diferenças relacionadas com capacidades individuais, condições geográficas e sexo. Para o autor,

Uma economia, de mercado significa um sistema auto-regulável de Mercado [...] é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa. Essas condições preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana.³²²

Nessa obra, o referido autor tratou, a seu modo, não só de desenvolver uma explicação sobre a sociedade, mas também sobre a crise capitalista e sobre os processos históricos que se iniciaram com o liberalismo econômico no século XIX. Segundo ele, *“Admite-se que o liberalismo econômico apenas criou um mecanismo novo a partir de mercados mais ou menos desenvolvidos; ele unificou vários tipos de mercado já existentes e coordenou suas funções num único todo”*³²³. Outro ponto que merece destaque refere-se à demonstração da mudança da terra e do trabalho em mercadoria, contrariando a natureza do homem. A economia passa ser fator preponderante para a vida em sociedade, uma vez que as relações sociais passam, agora, a estarem inseridas no próprio sistema econômico, o qual inclusive, exigiu da sociedade uma divisão das esferas econômica e política. Polanyi assevera:

Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário.³²⁴

Uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade de mercado. Para Polanyi, o trabalho que visa exclusivamente ao lucro é antinatural, construído pelo mercado capitalista, já que o homem desenvolve diversos trabalhos que não visam ao lucro. Para ele, *“[...] o ganho e o lucro nunca foram os impulsionadores da economia nas sociedades”* que precederam historicamente o mundo capitalista. Os

³²² POLANYI, 2000, p. 62.

³²³ Ibidem, p. 237.

³²⁴ Ibidem, p. 162.

mercados existiam, mas “[...] *desempenhavam um papel incidental*”.³²⁵ “[...] *E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente*”.³²⁶ Em outras palavras, a economia e seus derivados, como a troca, nunca foram os determinantes da vida social, mas sim a necessidade de manter a sociedade enquanto tal que levou os homens a se organizarem, também, economicamente.

Independentemente da forma de organização da sociedade, o que se percebe é que o sistema econômico também será guiado por motivações não econômicas ou por sistemas de economia não monetária, referindo-se, mais especificamente, sobre a relação com o princípio da reciprocidade, objetivando a conservação dos laços sociais e não somente a circulação de bens ou serviços. Aqui estariam inseridas as práticas cooperativas e de economia solidária.

Sobre a divisão de trabalho, Polanyi defende ser “[...] *um fenômeno antigo que se origina de diferenças inerentes a sexo, condições geográficas e capacidades individuais e não dependia da existência do mercado*”³²⁷. Além disso, essas sociedades se responsabilizavam pela sobrevivência do conjunto dos seus membros, já que isto significava a manutenção dos laços sociais, os quais, em última instância, definiam- as enquanto coletividades. E em se tratando de pensar e agir em função do coletivo, as palavras-chave do momento são a cooperação, a colaboração e a parceria, as quais podem solucionar muitos problemas, sem sacrificar a liberdade individual. Para aprender sobre a cooperação do ponto de vista da organização e compreendê-la como uma contribuição conceitual para a dinâmica da sociedade cooperativa, convém colocá-la dentro do contexto de interação social. Nisbet, ao tratar sobre as interações sociais, alocando a cooperação ao lado do conflito, mudanças sociais, coerção e conformação, considera-a norma ética, processo social e característica estrutural de instituições de caráter econômico, religioso e político. Para Polanyi, em contrapartida,

Owen [...] acreditava que o homem continuaria a ser o seu próprio patrão, a despeito da máquina; o princípio da cooperação ou "sindicato" resolveria o problema da máquina sem sacrificar nem a liberdade individual nem a solidariedade social, nem a dignidade do homem ou a sua simpatia para com seus semelhantes.³²⁸

³²⁵ Ibidem, p. 62.

³²⁶ Ibidem, p. 75.

³²⁷ POLANYI, 2000, p. 62.

³²⁸ Ibidem, p. 203.

E seguindo essa linha de argumentação, a cooperação é uma ação coletiva desejada e proveitosa, expressão de um ambiente social criado, com interações naturais e frequentes entre membros de uma mesma comunidade e nesse sentido depende fortemente de um campo social de interação, imperativamente oportuno para que desta forma, efetivamente transforme a perseguida utopia da cooperação em um paradigma possível. *“A ligação entre notas de trabalho, auto-ajuda e cooperação é significativa”*.³²⁹

Introduzido o pensamento de Polanyi na GT, inclusive com a demonstração da presença marcante da cooperação desde as sociedades mais arcaicas e primitivas, faz-se mister agora verificar como se manifestam as formas de integração social da economia humana, ou seja, também considerados princípios de comportamento não associados exclusivamente à economia, assim, socioeconômico por ele consideradas, com exclusão da domesticidades, a saber : a) reciprocidade (que nos interessa diretamente para o presente estudo), b) redistribuição e c) a permuta, troca ou intercâmbio. Isso porque, ao sustentar o paradigma possível da cooperação enquanto recurso viável e perseguido para o cooperativismo, em especial ao cooperativismo popular, ela somente será efetivamente possível se, com seu papel econômico, ancorada com boas políticas públicas, também estiver amparada e compreendida juntamente com as mais diversas espécies de relações de reciprocidade, fazendo emergir ligações tão seguras capazes da formação das próprias redes de cooperação.

Destaca-se que tanto a reciprocidade como a redistribuição são, segundo referido autor, além de anteriores à domesticidade, capazes de manter o funcionamento de um sistema econômico, sem a existência de registros escritos ou de uma complexa administração. Isso é possível porque a organização das sociedades agia em padrões de simetria e centralidade³³⁰ e todos os sistemas econômicos já conhecidos, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram

³²⁹ POLANYI, 2000, p. 131.

³³⁰ Segundo Polanyi, a simetria nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes (se uma tribo ou uma aldeia é ou não simetricamente padronizada, isto não envolve qualquer instituição distinta). A centralidade, embora crie frequentemente instituições distintas, não implica motivação que particularizaria a instituição resultante para uma função específica única (o chefe de uma aldeia ou qualquer outra autoridade central pode assumir, por exemplo, uma série de funções política, militar, religiosa ou econômica, indiscriminadamente). Finalmente, a autarquia econômica (característica da domesticidade) é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente. (Ibidem, p. 77).

organizados segundo os princípios acima definidos de forma individual ou de alguma combinação conjunta.

Por outro lado, mesmo que a reciprocidade e a redistribuição possam ocorrer nos mesmos contextos sociais, a verdade é que suas organizações sociais são bastante diferentes, já que a aquela implica em uma relação entre duas partes, uma dualidade social ou “simetria, dois interesses socioeconômicos distintos. A redistribuição, por sua vez, está relacionada dentro de uma coletividade unificada; é um complemento da unidade social e, conforme Polanyi, envolve a “*centralidade*”, em que os bens são reunidos e as pessoas ou subgrupos estão cooperativamente relacionados. Ambas são possíveis em nível doméstico, mas também num nível mais abrangente de cooperação, como, por exemplo, em grandes grupos que desenvolvem alguma tarefa ou interesse em comum.

A seguir, é possível observar a Tabela (01) explicativa sobre as três formas de integração ou princípios socioeconômicos já apresentados, proposta por Nuno M. Machado com base nas lições de Karl Polanyi.³³¹

	Formas de Integração		
	Reciprocidade (Sociedades Primitivas)	Redistribuição (Sociedades Arcaicas)	Troca mercantil (Sociedades Modernas)
Princípio Institucional Subjacente	Simetria	Centralidade	Sistema de mercados formadores de preços
Tipos de Estrutura Social	Parentesco, vizinhança, comunidade (Ex., Ilhas Trobriand)	Governo ou Estado (Ex., Daomé do século XIX)	Mecanismo “automático” de mercado (Ex., sociedades Ocidentais séculos XIX-XXI)
Relação Social Subjacente	Amizade, consanguinidade, status, hierarquia	Afiliação política ou religiosa	Nenhuma
Formas de Comércio	Comércio de dádivas (parceiros, amigos, etc.)	Comércio administrado (preços fixos, equivalências)	Comércio mercantil (regateio, preços auto-regulados)
Usos do Dinheiro	Meio de pagamento (descarga de obrigações)	Padrão/ unidade de conta (equivalências em mercadorias-padrão [<i>staples</i>])	Meio de troca
Elementos de Mercado	Troca com taxas fixas	Troca com taxas fixas	Troca com taxas regateadas, oferta/procura

Assim, Polanyi sustenta que os princípios de reciprocidade e de redistribuição

³³¹ MACHADO, 2009, p. 100.

estiveram presentes mesmo em sociedades não democráticas, embora em graus e formas variadas, sendo aquela uma forma de integração superior em virtude da sua capacidade de empregar a redistribuição e o intercâmbio como métodos subordinados³³². Para Polanyi, “[...] dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento”³³³. A reciprocidade, assim, não envolve apenas a ideia de igualdade e justiça, mas significa que existe um fluxo de bens em dualidade de instituições ou “*simetria de estrutura, como base indispensável de obrigações recíprocas*”³³⁴, com os participantes da relação de reciprocidade provendo mutuamente suas necessidades, baseado em grupo unidos por objetivos comuns, daí porque sua estreita ligação com o estudo da cooperação e da confiança.

As relações de reciprocidade, assim, produzem valores humanos de confiança e solidariedade, cimentando as redes de cooperação, nas quais não apenas ocorrem relações econômicas de intercâmbio, mas também relações econômicas com base na reciprocidade.

O economista argentino J. Coraggio³³⁵ e estudioso da economia social e solidária, por sua vez, ao tratar sobre os princípios, instituições e práticas dos processos que envolvem a economia, propõe, a partir da obra de Polanyi, uma nova subdivisão de grupos de princípios de integração social, os quais estão presentes em diversas combinações nas sociedades contemporâneas. Assim, os dois grandes grupos de princípios são os éticos e os econômicos, interessando para nosso estudo as ramificações destes últimos. Polanyi, assim tratou da reciprocidade e da distribuição, e Coraggio, dado esse panorama já apresentado, o subdividiu entre os aspectos/ princípios éticos e econômicos.

Por princípios éticos entendem-se aqueles valores que guiam as práticas, devendo, outrossim, haver coerência total entre eles, os princípios econômicos, valores, instituições e práticas, devendo-se manter uma coesão entre eles.

Os princípios, organizados pelo referido autor como princípios econômicos, por sua vez, se subdividem em princípios de produção social, distribuição social,

³³² POLANYI, 2000, p. 37.

³³³ Ibidem, p. 75.

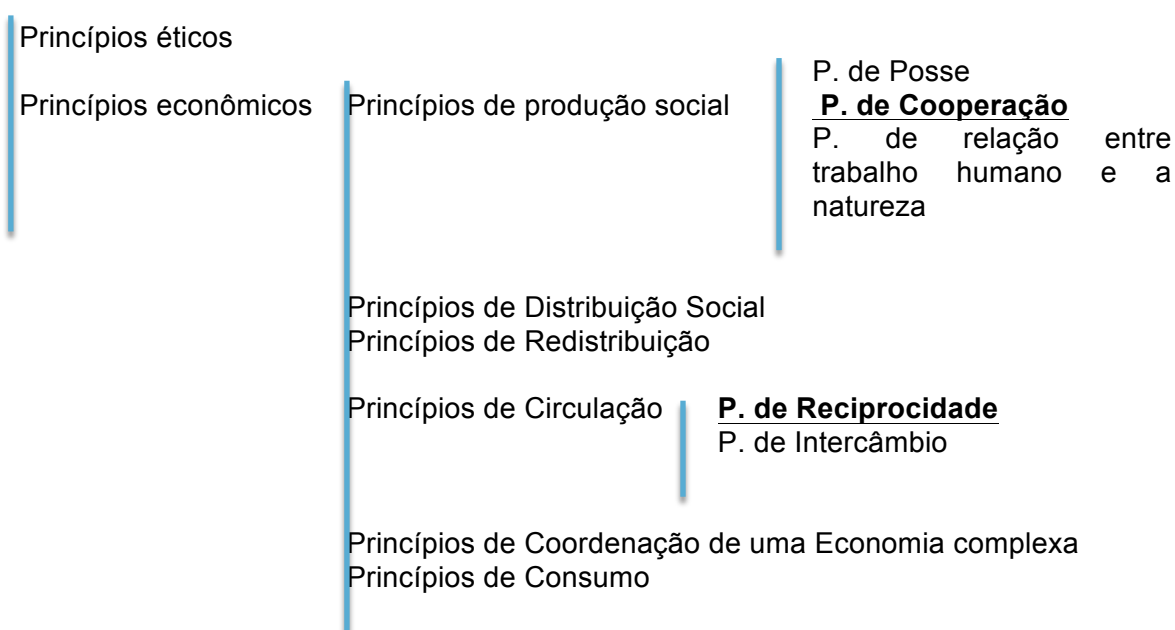
³³⁴ Ibidem, p. 312.

³³⁵ CORAGGIO, 2011, p. 352-354.

redistribuição, circulação, coordenação de uma empresa complexa e princípios de consumo. A cooperação e suas subdivisões estão inseridas nos princípios de produção social e a maior diferença que se projeta tem relação com os princípios da distribuição social e redistribuição, onde os primeiros seriam as formas sociais de apropriação primária da riqueza produzida previamente a redistribuição, como salário, rendas e juros. Já o princípio da redistribuição tem relação com a distribuição de bens em uma comunidade ou sociedade que distribui o que previamente recebeu dos membros individuais.

Relacionado ao princípio da circulação está o da reciprocidade, com a obrigação tripla de dar-receber-devolver, que pode estar relacionada com a ajuda mútua ou com o altruísmo individual. Por fim, estão os princípios da coordenação de uma economia complexa, o qual relaciona formas de integração dos acordos sociais relacionados à produção, à circulação e à distribuição das diversas formas de riqueza e os princípios finais do consumo.

Assim, pode-se esquematizar da seguinte forma:



De acordo com a proposta de Coraggio, o princípio da cooperação pode assumir dois tipos, a saber:

Princípio de cooperación voluntaria, derivada de la agregación familiar, comunitaria o libremente;

Princípio de cooperación heterónoma, impuesta por los propietarios de los medios de producción o de los trabajadores esclavos.

Na mesma linha de raciocínio encontra-se o princípio da reciprocidade, baseados aqui em uma tríplice obrigação solidária (dar-receber-devolver), conforme dito acima:

Princípio de solidaridad simétrica, basada en la acción colectiva de ayuda mutua o reivindicación de derechos;

Princípio de solidaridad filantrópica, basada en el altruismo individual, en el don unilateral.

E o que se destaca do estudo supracitado é justamente uma análise comparativa desse com a obra de Tesche³³⁶, o qual, analisando as relações de reciprocidade e redes de cooperação no âmbito da agricultura familiar de produtores de leite no Rio Grande do Sul, apresenta a reciprocidade sobre um viés duplo e não triplo. Coraggio pontua a obrigatoriedade de dar, receber e devolver. Já Tesche, baseado em Mauss e na “teoria da dádiva” ou “teoria das reciprocidades não-simétrica”, fundamenta o caráter voluntário, livre e gratuito do ato de receber e retribuir.

Isso porque, advindo a reciprocidade da dádiva, de um ato de dar sem esperar a retribuição, a qual poderá ocorrer de forma natural, esperando-se que quem recebe tende a retribuir. Aprofundando a “teoria da dádiva”, dois elementos poderiam ser destacados, então, nas relações de reciprocidade, quais sejam: o tempo e o poder, já que aquele será exercido e “[...] *decidido por aquele que retribuirá (quando) e o poder é adquirido por aquele que dá sobre o que recebe, deixando este constrangido com a obrigação de retribuir*”³³⁷. Para o autor, a dádiva ainda está muito presente nas relações sociais dos agricultores familiares, gerando e assegurando processos de cooperação e melhores condições socioeconômicas.

Além do *poder* e do *tempo*, nas relações de reciprocidade existe um terceiro elemento, qual seja, a *incerteza*, já que não se trata de uma obrigação, mas sim de uma livre relação de cooperação, baseada na confiança e na valoração simbólica, pois quem recebe pode ou não retribuir a depender da relação social estabelecida. Isso ocorrendo, “inverte-se o *poder* na relação, passando esse *poder* para aquele

³³⁶ TESCHE, 2007, p. 25.

³³⁷ Ibidem, p. 26.

que recebeu a dádiva, o qual assume a posição de decidir se retribui ou não e quando irá retribuir”.³³⁸

Para essa afirmação, Tesche, baseado em Caillé, reafirma que o ato de retribuição não existe por norma ou coerção, mas sim pelo valor simbólico que solidifica a relação, demonstrando solidariedade e confiança, construída no processo da relação social, das relações de parentesco, de amizade, de compadrio e de vizinhança, ocorrendo, por livre e espontânea vontade.

Não obstante, como, então, ocorre a reciprocidade? Sua demonstração ocorre nas formas de: *confiança, solidariedade, compartilhamento e redistribuição*, nas mais diversas relações sociais informais e domésticas mas também em relações sociais mais institucionalizadas, como as “[...] associações e cooperativas, sindicato, igreja, escola e a organização da comunidade rural, em que ocorrem os trabalhos coletivos”. E ao exemplificar e materializar a ocorrência das relações de reciprocidade, destacam-se, em especial, as seguintes formas de reciprocidade, aplicáveis às sociedades cooperativas, em especial ao cooperativismo popular e às cooperativas sociais³³⁹:

1) A ajuda mútua na produção e de organização local e interfamiliar. Esse tipo de reciprocidade aparece quando interessados realizam trocas de serviços (de todo o tipo desde o consolo ao ensino) e mutirões para implementação de obras ou serviços para a melhoria do grupo ou de sua comunidade;

2) O manejo compartilhado de recursos coletivos e uso/comercialização conjunta da produção: Essas duas formas de reciprocidade (e de confiança), muito típicas e características das sociedades cooperativas, ocorre quando as mesmas passam a adquirir e utilizar em conjunto equipamentos de consumo ou produção; bem como se unem para a comercialização conjunta dos bens produzidos, visando a obter maior valor por bem.

Observa-se, assim que, da frequência da mutualidade entre os agentes, ocorrerá uma integração recíproca em que a confiança e a cooperação passarão a ser permanentes. E quando se trata da confiança entre agentes como elemento da cooperação, dentro da dinâmica de interação social, destaca-se a relação de reciprocidade. Para Polanyi,

³³⁸ Ibidem, p. 25.

³³⁹ Sabourin, citado por TESCHE, 2007, p. 28.

O mesmo se aplica onde a reciprocidade é a regra: aqui, os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance que implicam aceitação e confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação.³⁴⁰

Da mesma forma, o que se percebe é que quanto maior for o elo entre os membros de uma mesma comunidade, haverá uma tendência generalizada para que eles desenvolvam mais atitudes “*reciprocativas*” no que se refere às relações específicas limitadas no espaço ou no tempo. Os laços de parentesco ou de vizinhança ligam grupos mais permanentes e compreensivos. Já no que se refere às associações voluntárias, vocacionais ou sociais, são criadas situações nas quais, mesmo que temporariamente, os grupos passam a ser uniformes e os membros praticam alguma forma de mutualidade.³⁴¹

Confiança, por fim, e já indicando o caminho para a exposição do próximo item, é uma atitude recíproca. Ela traduz uma forma de negociação, implícita ou explícita, desempenhando um papel regulador, permitindo espaços de liberdade de ação e garantindo o respeito pelo outro. Confiança, por fim, em termos institucionais, experimentam um processo de socialização baseado no jogo de interdependência. A ação de um coloca em consideração as possibilidades de reação do outro. Ao lado dela, no item seguinte, serão demonstrados, além das virtudes da cooperação, outros elementos que a compõe.

³⁴⁰ POLANYI, 2000, p. 82.

³⁴¹ MACHADO, 2009, p. 76.

4.2 AS VIRTUDES E A CONSTRUÇÃO DOS DEMAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PARADIGMA DA COOPERAÇÃO

Conforme verificado no item anterior, por meio de um sucinto recorte histórico desde o surgimento do movimento cooperativo e a apresentação inicial da teoria da cooperação, voltando-se para uma análise do pensamento de Karl Polanyi e do surgimento da economia de mercado, todas as mais diversas economias utilizaram algum tipo de recurso natural, de cooperação humana e de tecnologia, as quais, combinadas entre si (sejam por meio de regras sociais, econômicas ou políticas), podem ser chamadas de organização econômica.

A cooperação sempre presente seja nas relações sociais ou econômicas, assim, deixa de ser uma simples utopia, e estratificada com firmes pilares histórico-econômicos, passa a ser uma possibilidade viável, ancorada em boas políticas públicas, seguras e duráveis relações humanas. É como se as bases das relações das sociedades e economias primitivas, pré-capitalistas, voltassem ao mundo contemporâneo como alternativa para a superação da crise econômica e social pela qual passamos. Owen já acreditava que o *princípio da cooperação* poderia resolver o problema da “*máquina*”, preservando a dignidade do homem, sem sacrificar sua liberdade individual e nem a solidariedade social.³⁴²

Uma obra portuguesa e uma brasileira, ainda do início do século passado³⁴³, baseadas nos estudos de Charles Gide, ao tratarem da teoria e da prática da cooperação e dos “cooperadores”, defendem que, na verdade e em especial, a cooperação para ser defendida e eficazmente aplicada ao setor cooperativista necessita de uma conscientização de suas virtudes, as quais são listadas como dez, a saber: A primeira virtude anuncia que “*A cooperação faculta uma vida melhor*”, uma vez que quem já passou por algum estabelecimento cooperativista sabe que as pessoas envolvidas tornavam-se, no mínimo, providas do necessário mantimento, seja ele alimentar, de vestuário ou de serviços, além de inúmeras outras vantagens para si, sua família e comunidade em geral. Isso porque, antes de tudo, é preciso começar a viver e viver bem. Acrescenta-se, ainda, o fato de que a cooperação vivida, em especial, nas sociedades cooperativas, pode ir ainda mais longe quando

³⁴² POLANYI, 2000, p. 204.

³⁴³ AGUDO, 1930; RAPOSO, 1912.

*“[...] além da garantia da qualidade de produtos, da honestidade nos processos, do bem-estar, do conforto, ela pode beneficiá-los no crédito, transpõe, velhice [...], em tudo, pode dizer-se”.*³⁴⁴

A segunda virtude é sintetizada dessa forma: *“A cooperação simplifica a distribuição e defende o consumidor”*. Isso porque, ao vislumbrar a complexidade da vida e a multiplicidade de serviços, imediatamente questiona-se *qual a possibilidade de redução de custos, com comodidade, sossego de espírito e menor exploração em suas relações forçadas com os outros homens? As sociedades cooperativas, organizações econômicas seriam capazes de reduzir os efeitos disso tudo, evitando explorações e injustiças em volta do problema da distribuição ou venda ao consumidor dos gêneros indispensáveis à vida.*

Sobre a terceira virtude, *“A cooperação suprime a preocupação do lucro”*, tem-se que, muito mais do que a busca incansável unicamente pelo lucro, essa espécie de “vertigem” que tanto trai e atraí os homens, nas sociedades cooperativas ou em empreendimentos comunitários, passa a surgir uma consciência e uma preocupação coletivas ou com o coletivo, o que faz com que eventuais sobras devam e possam ser reutilizadas em prol do grupo. Essa é a essência da cooperação em contrapartida da sociedade empresarial capitalista. *“Não será isto um meio de evitar atritos, dificuldades, aborrecimentos e azedumes e outras manifestações mais, de sérias complicações sociais que se produzem em volta do capital e do trabalho?”*³⁴⁵

No que se refere à quarta virtude, ela é descrita como: *“A cooperação faculta a todos o acesso a propriedade”*. Tal afirmação poderia refletir a realidade buscada à época da publicação dessa obra, início do século XX. Após, houve um período de incessante busca pela propriedade individual e o que será possível verificar quando da análise das formas concretas e contemporâneas da cooperação vivida, uma espécie de propriedade compartilhada passa a existir no mercado. A ideia da época, num Estado social, não era suprimir a propriedade individual, mas torná-la acessível a todos, se não em forma de propriedade puramente individual, em forma pelo menos de copropriedade dos imóveis e móveis, fossem máquinas e instrumentos de produção ou também do crédito. Assim, se fosse possível num tipo de Estado em

³⁴⁴ AGUDO, 1930, p. 14.

³⁴⁵ AGUDO, 1930, p. 20.

que a cooperação fosse a única forma industrial, não poderiam haver desigualdades tão grandes como as atualmente conhecidas, pois nas sociedades cooperativas, os benefícios de sua atividade nunca são distribuídos em proporção com o capital, mas proporcionalmente ao trabalho ou ao consumo

A quinta virtude estabelece que, de uma forma bastante óbvia e democrática, *“A cooperação permite o trato de ideias e crenças as mais diversas”*. Diferentemente do que se verificou com o desenvolvimento do cooperativismo especialmente na Itália, no Brasil o movimento sempre buscou neutralidade e liberdade de expressão e de opiniões. A ideia para a cooperação era negar qualquer influência que pudesse dividir ou opor os sócios uns aos outros. Daí porque a adesão a um partido político, um sindicato ou religião, seria como permitir a exclusão dos demais membros não pertencentes ou mesmo forçar sua submissão.

Para a sexta virtude, *“A cooperação cria o verdadeiro preço justo”*, já que como conforme dito alhures, a cooperativa não persegue lucros e seu fim é subtrair os sócios à exploração desenfreada do produtor e do intermediário, fornecendo-lhes gêneros e produtos nas melhores condições de preço e qualidade, utilizando eventuais excedentes dos rendimentos em obras de cultura e assistência ao sócio, com o objetivo de melhorar a sua situação econômica e enriquecer o seu espírito. Esse preço será tanto mais justo quanto mais, na origem, a cooperativa for buscar os seus artigos para distribuir aos sócios. *“[...] Não é utópica a doutrina. Uma cooperativa a distribuir e a produzir é hoje corrente no mundo”*.³⁴⁶

Se faz um destaque, também, a retomada da época da publicação da obra, e longe de discursos desarrazoadamente feministas, a sétima virtude deixa de ser aplicável à sociedade contemporânea, que tem a mulher a força motriz para inúmeras atividades econômicas existentes no mercado. Ela afirmava que *“A cooperação interessa a mulher nas questões sociais”*. Isso porque a obra foi escrita quando as mulheres lutavam pelo seu direito à cidadania, seu direito ao voto e a ser votada, quando a presença delas no mercado de trabalho começava a ser mais presente e aceita pela sociedade em geral.

À guisa do término da exposição sobre as virtudes da cooperação descritas pela literatura analisada, elementos esses que, somados aos demais a serem desenvolvidos neste capítulo, reforçarão a possibilidade de um paradigma da

³⁴⁶ AGUDO, 1930, p. 28.

cooperação seja nas sociedades cooperativas seja nas demais possibilidade de economia compartilhada, em consonância o que previa a ACI, como um dos seus princípios, a oitava virtude afirma que “*A cooperação desenvolve a cultura permanente dos seus membros*”. É como se os sócios fossem ensinados a agir coletivamente e de forma cooperada, sendo, para tanto, comprovadas as vantagens para tal. Parte dos excedentes das sociedades cooperativas, devem, por lei, ser destinados à cultura, à informação e à educação de seus sócios.

A nona virtude é: “*A cooperação regula os preços e devolve ao Estado os seus problemas*”. Nos países de economia liberal ou capitalista, em que o produtor, o comerciante ou distribuidor de produtos buscam lucratividade, a cooperativa exerce uma ação de “vigilância” que é altamente benéfica aos que não têm possibilidades de defender-se de injustificados aumentos de preços. Afora o aspecto da regulação de preços em que a sua ação é sempre fecunda, há que se registrar ainda outro: o de uma honestidade e confiança existente na distribuição dos produtos ao consumidor.

Por fim, a décima virtude afirma que “*A cooperação cria a verdadeira solidariedade entre os homens e entre os povos*”. Essa solidariedade é definitivamente a base sólida para tudo o que vem sendo discutido desde o início desta tese. Vale destacar ainda que atualmente autores como Jüngen Habermas, Emmanuel Levinas, e Axel Honneth também vêm estudando o instituto ou princípio da “solidariedade”. Esse último, na verdade, defende uma estreita ligação entre a solidariedade de Levinas, conhecida como um efetivo instrumento para impossibilitar a efetivação de pensamentos de padrões totalitários, indiferentes ou autoritários e a solidariedade de Habermas utilizada como complemento à justiça formal, completando a base de uma cidadania plena do indivíduo. A solidariedade, para ele, portanto, estaria diretamente ligada à cooperação quando os indivíduos constituem sua responsabilidade pelo outro, com busca à felicidade, liberdade e respeito pela vida. Seria, inclusive, um princípio fundador da subjetividade.³⁴⁷

Outrossim, muito embora o discernimento e a forma atual como o assunto foi tratado, para a caracterização desse viés contemporâneo da cooperação, além do papel irrefutável da reciprocidade nas formas de integração social, foram ainda

³⁴⁷ HABERMAS, 1987, p. 113.

identificados outros elementos constitutivos, os quais, sem a intenção de esgotamento do rol exemplificativo, passaremos a discutir a seguir.

Antes de mais, uma vez que as relações de cooperação ocorrem nas mais diversas relações sociais, sejam elas antagônicas ou não, Axelrod, com base em suas pesquisas sobre a evolução da cooperação na sequência demonstradas, já definiu que a amizade não era essencial para que atos cooperativos ocorressem. Mas por outro lado, os *laços sociais* sim devem existir. Os interessados precisam ter em comum alguma situação ou interesse específico.

Os *Pioneiros de Rochdale*, como ficaram conhecidos mundialmente, “[...] *não inventaram os princípios fundamentais do cooperativismo, mas os celebrizaram e os tornaram efetivos*”³⁴⁸, e, desde o início de suas atividades, manifestaram sério objetivo de cuidar de seu aperfeiçoamento moral e intelectual. Eles simbolizaram a *solução pacífica das questões sociais*.

E esse desejo pela solução pacífica e harmoniosa é o que ocorre nas relações internacionais de cooperação, onde os Estados, com base em interesses comuns, seja pelas mais diversas áreas desde o meio ambiente até a questão armamentista, ajustam expectativas realizando acordo de cooperação sobre atividades e objetivos a serem alcançados e realizados. É a concretude da cooperação com as características da discricionariedade, pluralidade, especialidade e descentralidade. É discricionária porque os Estados interessados não são obrigados a cooperar e nem a oferecer os recursos necessários para tal. É uma relação plural, pois, por óbvio, envolve mais de um interessado ligado a assuntos específicos (especialidade), sem que haja um poder central ou superior que regule esta cooperação proposta.

A seletividade é outra característica da cooperação internacional, o que significa condicionar o fornecimento de cooperação à existência de *boas práticas políticas* nos Estados recebedores da cooperação, como, por exemplo, a política de evitar destinar recursos aos países que não respeitem, nem que forma mínima, os direitos humanos, o meio ambiente ou que possuam elevado grau de corrupção. Essa característica também pode estar presente, graças à discricionariedade, quando Estados estabelecem padrões de seletividade que atendam a seus próprios interesses, por exemplo no que se refere a tarifação ou ajustes de preços.

348 Mauad (2001, p. 26) citando Dias (1987, p. 117-118).

Por outro lado, o que se observa é que todas as características acima descritas para as relações de cooperação internacional (discricionariedade, pluralidade, especialidade, descentralidade e seletividade) também são perfeitamente aplicáveis à cooperação interna, em nível micro ou macro de relações sociais, entre grupos de pessoas ou sociedades cooperativas. O capítulo destinado a analisar as instituições internacionais relevantes ao cooperativismo e às sociedades cooperativas trouxe alguns elementos que expressam o paradigma da cooperação. Instituições como a Organização das Nações Unidas e Organização Internacional do Trabalho buscam, por meio de suas agências e secretarias, além de incentivar o cooperativismo no desenvolvimento social e econômico mundial, também buscam fortalecer a cooperação por meio das relações internacionais para o desenvolvimento social, para a proteção dos direitos humanos e para a dignidade da pessoa humana.

O direito de integração é um direito que envolve e integra diversos Estados pertencentes, seja à ordem jurídica comunitária internacional (União Europeia), seja à ordem jurídica internacional clássica (Mercosul). Dito de outro modo, é a junção de diversos interessados sobre legislações comuns a eles relacionadas. Em ambos os casos, o cooperativismo está muito bem representado já que nesse o Grupo de Mercado Comum, por meio da sua Reunião Especializada em Cooperativas, conseguiu, em 2009, que o Parlamento do Mercosul aprovasse o Estatuto das Cooperativas do Mercosul, buscando uma certa uniformidade no tratamento das sociedades cooperativas no Mercosul. Na União Europeia, antes disso, tratou-se de referir-se às sociedades cooperativas e a seu incentivo para a concretização de seus objetivos perante a sua vasta comunidade, por meio do Regulamento (CE) nº 1435/2003, o qual instituiu o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE), documento este que, além de conceituar o que seria efetivamente uma cooperativa, passou a determinar todos os passos de desenvolvimento e constituição válidos dessa sociedade perante da comunidade europeia.

No mesmo sentido, Peter Haberle, com base nas mudanças sociais ocorridas nas últimas três décadas, passou a introduzir um novo elemento no já consagrado Estado Constitucional: a necessária *cooperação* e entrelaçamento das relações internacionais. É a noção e a necessidade universal e irreduzível da cooperação, da coordenação e da complementariedade entre as normas internas e internacionais, o que faria com que passasse a existir um direito comum ou um direito de cooperação.

Ademais, ao tratarmos mais especificamente sobre as Constituições Federais do Brasil e da Itália, em ambas discorreu-se também sobre o papel fundamental da cooperação, sendo em ambas corolário para o desenvolvimento social e econômico eficaz, instrumento de democracia e desenvolvimento social. A proteção constitucional da cooperação é justificada pelas mais estreitas ligações da função social presentes nas organizações cooperativas com relação às outras formas de organização produtiva e, em particular, na realização conjunta de descentralização democrática do poder na organização e gestão de produção e distribuição equitativa do resultado da produção.

Além dos laços sociais e das questões econômicas descritas, o que também se constitui como elemento cooperação neles inseridas são questões relacionadas à questões políticas, morais e éticas. Um pacto social para a construção de um mundo melhor teria como pedra angular a busca do bem, o que deve ser, ou como deve ser o agir humano, na busca de felicidade de todos, assim como quer o cooperativismo, e não só de alguns. Em termos de ética, entendida como a teorização da conduta humana em vista do fim último do homem, esse, mesmo com seus condicionamentos, é livre, e quando opta pelo bem de todos, numa tarefa pelo coletivo, com sua consciência ética, faz distinguir o bem do mal³⁴⁹. Nessa união de esforços, a cooperação deve ser considerada como norma ética, processo social e também característica estrutural de instituições não só de caráter econômico (como as sociedades).

Mais especificamente no que se refere às sociedades cooperativas, importante lembrar que os princípios que as regem e que são estabelecidos inicialmente pela ACI, mas em sede nacional disciplinados pelo Código Civil, em essência, são princípios considerados como um código de ética com base nos valores de autoajuda, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. São a base dos valores mais gerais de honestidade, responsabilidade social e atenção aos outros.

E como valor em que as pessoas servem umas às outras, a cooperação tem que ser gratuita, uma vez que a servidão recíproca que há na cooperação realça a ausência de interesses patrimoniais (conteúdo econômico) opostos em suas operações ou na prática do negócio. É justamente a característica da gratuidade em

³⁴⁹ PERIUS, 2001, p. 278-279.

atitudes em cooperação que se diferenciam das operações de mercado, sendo referida ausência de interesses contrários seu próprio fundamento.

Ocorre que o paradigma da cooperação é antes de tudo uma questão de confiança, já que diversamente do que ocorre numa economia de mercado, onde as empresas competem, na economia associativa, elas cooperam. Assim, faz-se mister discorrer sobre o papel da confiança nas relações de cooperação, a qual possui papel de destaque no processo de assegurar interações, e de fortalecimento das redes sociais, a seguir descritas. Observou-se, por outro lado, que a literatura da ciência social tem dado pouca relevância teórica à confiança para explicar ou entender certos tipos de práticas sociais já que normalmente a questão da cooperação tem sido tratada sob a análise de dilemas sociais e, em menor medida, em relação à questão da confiança.

Além disso, procurou-se explicar o papel da confiança como um mecanismo de interação social, que detém o intercâmbio, quando os outros mecanismos aparecem como fracos ou débeis, no sentido de garantir e de orientar as práticas sociais. Confiança e cooperação são, aqui, portanto, termos utilizados continuamente para representar a síntese de emoção ou conhecimento que cada indivíduo se apropria a seu modo, já que ambos não se inserem no domínio da ficção e ilusão, mas na realidade. Ainda de acordo com Molina, a análise da confiança como base para uma cooperação nos dá um marco de compreensão, mesmo que na teoria, da garantia de trocas, a durabilidade das relações e a dimensão que assumem em um contexto particular: a sociedade cooperativa ³⁵⁰. Para Polanyi,

Dado um sistema inteiramente dependente das funções do mercado para a defesa das suas necessidades existenciais, a confiança voltar-se-á naturalmente para aquelas forças fora do sistema de mercado capazes de proteger os interesses comuns ameaçados por aquele sistema. ³⁵¹

Destaca-se, inicialmente, que os agentes envolvidos em uma relação de confiança não são completamente independentes, mesmo que as interações, preliminarmente improvisadas dêem origem a uma estrutura de interdependência posteriormente complexa. A verdade é que eles descobrem a existência de um campo livre de ação e de liberdade, procurando registrar uma parte de suas ações

³⁵⁰ MOLINA, 2009, p. 129/131.

³⁵¹ POLANYI, 2000, p. 221.

em comportamentos de interesses específicos. Acaba que no decorrer da relação, os agentes percebem que sozinhos e sem a cumplicidade de outros atores, os ganhos são mínimos, se comparados aos possíveis coletivos.

A confiança ainda pode ser entendida como expectativas confidenciais positivas para o comportamento de outra pessoa, enquanto a desconfiança reflete a expectativa confidencial negativa, adquirindo, dessa forma, um atributo pessoal, qualidade adequada para o indivíduo. O grau de confiança de uma pessoa é a sua vontade de agir com base em palavras, ações e decisões de outro.³⁵² Ela está diretamente relacionada à segurança, segurança confidencial sobre a integridade, honestidade ou a justiça de outro, como a garantia da credibilidade de uma pessoa ou outro. Como crença ou testemunho comportamental, a confiança pode também ser definida com base no que pode ser coerente e previsível em suas ações no curso de sua vida social, é uma valorização do exterior e até certificação pública de comportamento. E sobre um comportamento confiável, tem-se a observação em duas linhas de raciocínio: 1) A confiança experimentada em termos de conduta, de ações e de decisões é estabelecida com base na formação de uma pessoa e seu futuro a considerar as regras de comportamento social. Portanto, "[...] *a confiança é a expectativa de que uma pessoa ou uma entidade demonstra um comportamento justificado sob plano ético*". Esse comportamento envolve qualquer decisão e ação resultante da adesão a um conjunto de princípios, de regras de conduta.³⁵³

A outra linha de raciocínio relaciona a confiança à palavra dada, à credibilidade e ao compromisso. Ela se revela coerente entre dizer e fazer. A confiança deve ser sentida como um jogo pessoal e confidencial sobre as intenções de outra pessoa e sobre a sinceridade de suas palavras. Ela é uma garantia mútua.

Já tratamos sobre a transferência de situações de heteronomia para a autonomia, mas não devemos olvidar de destacar também outro elemento constitutivo da cooperação contemporânea, qual seja, não somente a democracia já presente no rol dos princípios cooperativos, mas uma democratização (ação direcionada a esse fim), com a participação consciente de todos (sinergia participativa), com o compartilhamento de informações. Isso porque uma soma de esforços cooperativos será capaz do comprometimento efetivo dos interessados, os

³⁵² MOLINA, 2009, p. 140, (tradução livre).

³⁵³ Derbel e Mamlouk citado por MOLINA, 2009, p. 132-134, (tradução livre).

quais, estando cientes da sua responsabilidade frente aos demais e frente à sociedade, terão forças perante a competitividade crescente. Eventual questionamento em relação à afirmação de que a “*aparente*” democracia nas sociedades cooperativas não combina com a eficácia não merece prosperar, haja visto que quanto mais democrático, mais eficaz o empreendimento³⁵⁴. E nesse ponto que a existência eficaz do compartilhamento das informações é essencial entre todos os envolvidos, não fazendo distinções ou assimetrias na capacidade de gestão entre dirigentes, técnicos e associados. O compartilhamento vai em direção contrária à monopolização das decisões e ao descompromisso com a sociedade. A democratização da cooperação enfatiza o desenvolvimento dos interesses e objetivos comuns, da organização social. Uma sociedade organizada é uma sociedade democrática, sendo correta também a afirmação de que uma sociedade democrática é uma sociedade mais desenvolvida.

Destaca-se neste momento um estudo de caso sobre a cooperação existente em empresas (não em sociedades cooperativas) realizado por SANTI³⁵⁵ na cidade de Apucarana - PR no setor produtivo de bonés. Segundo o autor, somente metade delas tiveram algum envolvimento com a cooperação formal ou informal no período delimitado da pesquisa, qual seja, o ano de 2010, mas, aquelas que o tiveram, destacaram em especial do papel da confiança e da reciprocidade.

O estudo demonstrou que ainda, de um total máximo de 5 (cinco) pontos atribuídos pelo método escolhido para a tabulação dos dados, como formas de cooperação, a compra de insumos e matérias-primas e o desenvolvimento de produtos e processos foram as duas opções mais lembradas pelos pesquisados, como visualizado abaixo:

³⁵⁴ O estudo da administração pública também está cada vez mais permeada pelas propostas de cooperação entre os cidadãos e os servidores públicos e, especialmente, entre os servidores. Os modelos burocráticos e gerencialista de administração pública defendem hierarquias e estabelecem uma divisão do trabalho entre competentes e incompetentes que é reconhecido pelo sistema de progressão na carreira, gerando forte competição entre os servidores públicos. Ao contrário, a proposta de administração pública deliberativa propõe que se substitua ao poucos, a autoridade pela confiança, e a concorrência entre os servidores pela cooperação, uma vez que a inteligência é coletiva e não individual. Todos podem aprender entre si. Do mesmo modo propõe a cooperação entre servidores e cidadãos na busca de solução para os problemas que afligem a cidadania. O que é subjacente a essa proposta? a existência de um objetivo comum entre os dois grupos. (Verificar mais BRUGUÉ, 2014 e CARLEIAL, 2014)

³⁵⁵ SANTI, 2012. p.07

Formas de cooperação	Média	Desvio-padrão
Compra de insumos e matérias-primas	4,41	0,66
Venda conjunta dos produtos	3,33	1,25
Desenvolvimento de produtos e processo	4,43	0,66
Design e estilo de produtos	4,34	0,64
Capacitação de recursos humanos	4,36	0,78
Obtenção de financiamento	4,39	0,65
Participação conjunta em feiras	3,95	0,96

Tabela 2 – Importância das formas de cooperação com outras empresas do APL

Todavia, mais especificamente coadunando-se com os objetivos propostos para este item da presente tese, a tabela a seguir demonstra os elementos da cooperação presentes na atividade laboral e mercantil das empresas pesquisas. A confiança e a reciprocidade foram os itens com maior destaque, seguidos de interação entre as áreas funcionais, integração entre as empresas do arranjo, compartilhamento de informações e objetivos e metas conjuntas.

Elementos de cooperação	Média	Desvio-padrão
Confiança	4,59	0,66
Reciprocidade	4,59	0,82
Compartilhamento de informações	4,11	0,84
Interação entre as áreas funcionais	4,20	0,76
Objetivos e metas conjuntas	3,95	1,41
Integração entre as empresas do arranjo	4,13	0,76

Tabela 3: SANTI (2012)

Por fim, não à guisa do término, já que o que se propôs aqui foi a indicação (e comprovação da existência e possibilidade) de alguns dos elementos constitutivos do paradigma da cooperação contemporânea, solidariedade, generosidade são também valores que a compõe, e lembram o papel das permutas modernas presentes em experiências de cooperação, dando suporte às relações sociais, intervindo na elaboração de normas e do comportamento dos interessados.

A cooperação é, assim, uma combinação de um utopismo ultrapassado com um pragmatismo real, de utilidade imediata e possível. É isso que deve mover, tornar real o desejo e busca constante de superação e realização de um paradigma. Isso é ter coragem de questionar e ousar o inexistente, mas possível.

4.3 OS ELEMENTOS DA COOPERAÇÃO DESCRITA POR ROBERT AXELROD: DURABILIDADE E PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO

O americano Robert Axelrod³⁵⁶, professor de ciências políticas, instigado com a indagação do motivo pela qual as pessoas cooperam e em que situações a cooperação pode se desenvolver, passou a estudar e desenvolver uma teoria (mais moderna e atual, se isso for possível) da evolução da cooperação, a qual muito relacionada ao problema de pesquisa desta tese, apresenta e confronta situações concretas de cooperação possível e contemporânea.

Assim, o estudo de Axelrod se baseia numa pesquisa de pessoas que procuravam seus próprios interesses sem o auxílio de uma autoridade central para obriga-los a cooperar entre si e é baseado em um jogo chamado “Dilema do prisioneiro”, em que há dois jogadores, cada um com duas escolhas, cooperar ou desertar. Cada um deve fazer sua escolha sem saber o que o outro fará, a comunicação somente ocorre após a sequência de seu próprio comportamento e como em grande parte das situações, os interessados nem sempre possuem os mesmos interesses. O “*Dilema do Prisioneiro*” capta a essência do problema e é a porta de entrada de muitos dos sistemas de modelagem e investigação da evolução da cooperação e altruísmo. “[...] *cooperation can get started, thrive, and prove stable*”.³⁵⁷

Para tanto, o autor convidou especialistas em Teoria dos Jogos das áreas de economia, sociologia, matemática, ciência política, entre outras, para enviar programas de computador para o torneio virtual sobre o Dilema do Prisioneiro, cada um com estratégias diferentes. O resultado foi surpreendente porque o mais simples dos programas enviados chamado de “Olho por olho” foi o vencedor de todas as rodadas do torneio virtual proposto por Axelrod. A estratégia era começar com a cooperação e depois fazer, reciprocamente, o que o outro fez na rodada anterior. A cooperação seria, assim, a melhor estratégia.

Contudo, qual a relação que esse jogo ou a teoria dos jogos tem com a cooperação ou, ainda, de modo mais específico, com o cooperativismo? A resposta individual a essa inquietação tem efeito fundamental sobre a maneira de pensar e de

³⁵⁶ As matrizes teóricas deste item da tese remetem à obra de Robert Axelrod.

³⁵⁷ AXELROD, Robert. 1984, p. 32.

agir nas relações sociais, políticas e econômicas e a resposta dos outros tem relação direta de como e se eles estão aptos a cooperar. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em diversas revistas científicas e demonstraram que as propriedades do programa vencedor funcionariam em um mundo no qual qualquer estratégia cooperativa fosse possível.

A cooperação, com base na reciprocidade e na importância dada ao futuro pode prosperar, mesmo num ambiente diversificado e independentemente do vínculo entre as partes, o que torna esta estratégia muito mais viável no mundo real. Para Axelrod,

We are used to thinking about competitions in which there is only one winner, competitions such as football or chess. But the world is rarely like that. In a vast range of situations mutual cooperation can be better for both sides than mutual defection. The key to doing well lies not in overcoming others, but in eliciting their cooperation.³⁵⁸

A cooperação mútua pode surgir de onde menos se espera, é a melhor solução e o segredo para o bom desempenho não reside na superação de outros, mas por suscitar sua cooperação. As escolhas não precisam ser racionais ou conscientes, mas podem somente refletir procedimentos de operação padrão, instintos ou retribuir um favor. Com base na reciprocidade, a cooperação pode florescer em ambientes em que muitos tipos diferentes de estratégias ou objetivos estão presentes e uma vez estabelecida com base na reciprocidade, pode se proteger da invasão de estratégias menos cooperativas. O desenvolvimento não pode ocorrer se for tentado apenas por indivíduos dispersos sem qualquer chance de interagir entre si. A cooperação pode evoluir a partir de pequenos grupos de indivíduos que adotam a *reciprocidade* como base para sua cooperação, podendo ela surgir sem previsão para tal, quando os participantes não estão relacionados ou quando são incapazes de avaliar as consequências do seu comportamento.³⁵⁹

Outras duas conclusões de Axelrod são que, primeiro, a amizade nem sempre é necessária para o surgimento da cooperação, tendo sido comprovado no sistema

³⁵⁸ AXELROD, 1984, p. 190.... Estamos acostumados a pensar em competições em que há apenas um vencedor, competições como futebol ou xadrez. Mas o mundo raramente é assim. Em uma vasta gama de situações de cooperação mútua pode ser melhor para ambos os lados do que a deserção mútua. A chave para fazer bem não reside em superar os outros, mas para provocar a sua cooperação. (Tradução livre)

³⁵⁹ AXELROD, 1984, p. 21. Tradução livre.

de “*viva e deixe viver*” nas trincheiras da primeira guerra mundial. Em meio a esse terrível conflito, os soldados do *front*, muitas vezes, desobedeciam às ordens de seus superiores e não atiravam para matar seus opositores (desde que os soldados do outro lado fizessem o mesmo). Era uma espécie de contenção mútua, por meio da cooperação tácita. Não havia amizade e nem conversa. Somente atos de reciprocidade. Nesse caso, a cooperação floresceu mesmo com os esforços dos superiores em reprimi-la e sua constatação foi possível graças à leitura dos diários, cartas e lembranças daquele período nas divisões britânicas, francesas e alemãs. O verdadeiro motivo para a quietude em algumas vezes e em alguns setores das linhas de frente era que nenhum lado tinha a intenção de avançar em direção alguma. Se os britânicos bombardeassem os alemães, eles revidariam e o dano era o mesmo. Essa era a estratégia do desgaste, pela qual o mesmo número de perdas de um lado representava os ganhos para o outro, porque mais cedo ou mais tarde a força da Alemanha se esgotaria em primeiro lugar.

Em âmbito local, ao longo da linha de frente, a restrição mútua era preferível à punição mútua. Nesse caso, os dois lados seguiam estratégias em que não seriam os primeiros a desertar; porém, seriam motivados a isso caso o outro desertasse. Os primeiros casos podem estar associados às refeições servidas praticamente nos mesmos horários para as duas tropas no território neutro. As tropas saíam das linhas de frente para buscá-las e, se o inimigo estivesse fazendo o mesmo, a situação era calma em algumas ocasiões. Ainda existiam restrições mútuas com relações às mudanças climáticas, por exemplo, quando chovia muito e um ataque importante era quase impossível. Por vezes, terminada a chuva, a restrição mútua continuava. Todas essas concessões eram altamente punidas pelos superiores e todos os batalhões foram punidos. Acordos verbais foram possíveis no início da guerra, depois fortemente impedidos e vários outros métodos foram usados, mas basicamente foi a constatação de que se um lado iria exercer um tipo especial de restrição, então o outro poderia ser recíproco.

Uma vez iniciada as estratégias baseadas na reciprocidade poderiam se propagar de muitas maneiras. Para o autor, “[...] *the development cannot take place*

if it is tried only by scattered individuals who have no chance to interact with each other".³⁶⁰ Ainda nas suas palavras,

Seria muito fácil bombardear a estrada atrás das trincheiras do inimigo, lotada com vagões e carros com rações e água, e transformá-la num deserto manchado de sangue. Mas, em geral, havia silêncio. Afinal, se o inimigo fosse impedido de retirar a ração, sua resposta era simples e ele também impediria o adversário de retirar a sua.³⁶¹

O que se verifica é que as condições para que a cooperação fossem constantes, segunda conclusão, eram tão importantes quanto seu início e, no caso da guerra, inúmeras vezes existiam exhibições de suas proezas, deixando claro que qualquer um deles poderia retaliar a qualquer hora. Para o autor, "*Once started, strategies based on reciprocity could spread in a variety of ways. [...] Just as important as getting cooperation started were the conditions that allowed it to be sustainable*". Assim, estratégias que sustentariam a cooperação mútua eram aquelas que poderiam ser motivadas.

Esse sistema de cooperação mútua e tácita baseado essencialmente na reciprocidade não conseguiu durar por muito tempo e o que o destruiu foi um tipo de ataque surpresa incessante contras as trincheiras inimigas. Após um ataque, nenhum inimigo conseguia prever o que viria e as unidades perderam sua liberdade de ação. Esse tipo de ataque foi essencial para que os quartéis pudessem monitorar os atos de seus soldados, já que eles se tornaram *experts* em burlar o sistema de monitoramento anteriormente estabelecido.³⁶²

A cooperação recíproca de restrição mútua fazia com que os dois lados se preocupassem com o bem-estar do outro e quando a cooperação mútua se deteriorava, surgia uma poderosa ética da vingança, fazer o que parecia moral de alguém com um companheiro morto. Ela é considerada, assim, adaptável e tem por base a reciprocidade. Uma comunidade que utiliza estratégias baseadas na reciprocidade consegue realmente se policiar e construir um relacionamento recompensador. A atitude significa muito mais que palavras. " [...] *A good way to do*

³⁶⁰ AXELROD, 1984, p. 76.... o desenvolvimento não pode ocorrer se for julgado apenas por pessoas que não têm oportunidade de interagir uns com os outros (tradução livre)

³⁶¹ Ibidem, p.74

³⁶² Ibidem, p. 81.

*it is to make it clear that you will reciprocate. Words can help here, but as everyone knows, actions speak louder than words".*³⁶³

Outro elemento de fundamental importância determinado por Axelrod está relacionado à estabilidade da cooperação baseada na reciprocidade. Para tanto, faz-se necessário que os mesmos indivíduos cooperantes voltem a se encontrar de forma contínua e sejam capazes de se reconhecer e de reconhecer seus atos. Além desde reencontro, aumentar e incentivar a importância do futuro em relação ao presente, pode transformar a cooperação em durável. Assim, preocupação com o futuro e durabilidade passam a ser os dois outros elementos constitutivos do paradigma da cooperação contemporânea.

Ademais, tem-se, ainda, o altruísmo, não como elemento essencial, mas a preocupação com o bem estar das outras pessoas, sendo essa também uma ótima maneira de promover a cooperação. Ensinar as pessoas um motivo para a ação, cuidar do bem-estar das outras.

Os principais resultados da Teoria da cooperação são encorajadores. Eles revelam que a cooperação pode ser iniciada até por um pequeno grupo de indivíduos que estejam preparados para retribuir a cooperação, mesmo em um ambiente em que ninguém mais iria cooperar. Os dois requisitos são essenciais para que a cooperação prospere, seja a cooperação com base na reciprocidade e que a importância do futuro seja muito relevante para tornar a reciprocidade estável. Uma vez estabelecida, ela consegue se proteger de invasões por estratégias não cooperativas.

It is encouraging to see that cooperation can get started, can thrive in a variegated environment, and can protect itself once established. [...] Likewise, there is no need to assume trust between the players: the use of reciprocity can be enough to make defection unproductive. Altruism is not needed: successful strategies can elicit cooperation even from an egoist. Finally, no central authority is needed: cooperation based on reciprocity can be self-policing.³⁶⁴

³⁶³ AXELROD, 1984, p.127.

³⁶⁴ AXELROD, 1984, p. 176.... É encorajador ver que a cooperação possa começar, pode prosperar em um ambiente diversificado, e pode proteger-se uma vez estabelecida. [...] Da mesma forma, não há necessidade de assumir confiança entre os jogadores: o uso da reciprocidade pode ser suficiente para fazer deserção improdutivo. O altruísmo não é necessário: estratégias de sucesso podem provocar a cooperação mesmo a partir de um egoísta. Finalmente, não é necessária nenhuma autoridade central: a cooperação com base na reciprocidade pode ser auto-policada. (tradução livre)

Observa-se, no final da citação acima, uma outra característica da cooperação descrita por Axelrod: ela é autopoliciadora, pois não se faz necessária a presença de nenhuma autoridade central. Muito pelo contrário, para ajudar a promover a cooperação, as relações devem ser estruturadas de modo que haja interações frequentes e duráveis entre os indivíduos específicos. O bom desempenho não reside na superação de outros, mas suscita a sua cooperação.

A cooperação, por fim, pode agora ser definida como um dos principais determinantes da sobrevivência e responsável pelo sucesso das suas relações, sejam sociais ou econômicas.

4.4 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA COOPERAÇÃO VIVIDA

Uma vez que a cooperação é objeto a ser compreendido e concretizado, é importante que se destaque neste momento que a doutrina atual, inclusive, divide o estudo da cooperação em cooperação socioeconômica e cooperação comercial, ambas servindo para o objetivo proposto e para o desenvolvimento sustentável.

Tem-se que a cooperação socioeconômica ocorre entre pessoas que objetivam a prestação de um serviço para elas, com o intuito de ajuda para melhorar sua qualidade de vida, fomentando a coesão social e tornando mais forte a capacidade de negociação dos setores mais frágeis da sociedade. Normalmente, segundo Armand³⁶⁵, ela é centrada nas fragilidades do subdesenvolvimento, buscando a maximização pelos setores sociais comunitários (ou mesmo serviços públicos) em que haja uma espécie de falha estatal. Essa espécie de cooperação subdivide-se em cooperação jurídica interna e internacional e cooperação administrativa, a qual está relacionada à colaboração entre autoridades administrativas em que não há a necessidade de pronunciamento do Poder Judiciário. Destaca-se ainda que essa expressão ainda pode ser relacionada com toda troca de informações, uso da tecnologia e de desenvolvimento de estratégias de atuação entre os envolvidos, bem como utilização de banco de dados e desenvolvimento entre os órgãos envolvidos.

Já a cooperação jurídica, em especial a internacional, pode ser compreendida como o complexo de normas internacionais que regula atos de colaboração entre

³⁶⁵ PEREIRA, 2001, p. 56.

países ou entre organismos internacionais com vistas a facilitar o acesso à justiça, demonstrando a busca de relações pacíficas entre países, em detrimento a um possível conflito. O sistema de cooperação internacional possui como características a discricionariedade e a pluralidade, uma vez que, além da existência de muitos agentes envolvidos, os países membros não são obrigados a cooperar, fazendo-o por opção. Ainda, as relações são especializadas e descentralizadas, já que os atos cooperantes dedicam-se a temas específicos e não existe um poder/liderança central que regule as atividades da cooperação jurídica internacional.

Relacionar ainda os agentes é tarefa necessária, pois, nessa seara, existe a sensível diferença entre a existência da obrigatória observância da cooperação ou não. Na cooperação denominada horizontal, da mesma forma como ocorre com a discricionariedade, as relações são baseadas no consenso e os Estados membros não estão obrigados a cooperar. Por outro lado, pela chamada cooperação vertical existe o caráter de observância cogente, pois ocorre entre os Estados, as organizações internacionais e os Tribunais.

Já a cooperação comercial ocorre entre pessoas envolvidas em questões negociais, empresariais³⁶⁶, sejam elas pequenas ou médias empresas, a exato e especial exemplo do que ocorre com agricultores com atividades acima do nível de subsistência (seja na propriedade individual ou familiar), ajudando-os a competir, render e salvaguardar sua independência. Normalmente se espera que a cooperação comercial comece pela consciência da sua necessidade em cooperar e ocorra entre empresas similares, para dar a força necessária e resposta ao desafio que pleiteiam os junto a mercados internos ou externos, na tentativa de reduzir fatores que impeçam seu desenvolvimento social e econômico.

No que se refere mais especificamente ao cooperativismo ou mesmo na sequência do desenvolvimento deste item sobre as experiências concretas de cooperação vivida, é necessário distinguir, pelo menos, outras duas vertentes da

³⁶⁶ Ressalte-se que muitas a concorrência pode virar cooperação. É o que se observa na cooperação empresarial. Quando a firma opta por construir uma rede de firmas ao invés de produzir todas as etapas da produção, flexibilizando o processo produtivo, a cooperação instala-se forma vigorosa entre as empresas. As razões são simples: se a firma é multinacional ela já tem uma rede internacional de fornecedores com os quais ela também precisa cooperar. Nesse caso não significa abrir mão do lucro mas escolher aonde vai se estabelecer a sua matriz de custos e a sua matriz de lucros. Qual o papel das Isos, por exemplo na indústria automobilística? Estabelecer regras que as fornecedoras precisam cumprir para atender bem as necessidades da grande empresa e portanto, cooperar com ela. A questão é qual potencial essa prática poderá ter no futuro. in CARLEIAL, L. (2001)

cooperação³⁶⁷: a cooperação multilateral, guiada e organizada por uma instituição representativa coletiva com autonomia decisória, a exemplo do que ocorre com os sindicatos, associações ou cooperativas, da cooperação bilateral, a qual existe para solucionar objetivos específicos, limitados e sem autonomia decisória independente da negociação e do objetivo das partes, a exatos moldes do que, contemporaneamente, está ocorrendo com as relações formais ou informais de troca de conhecimento ou espaços de trabalho. A modalidade multilateral requer a presença constante da reciprocidade e de alto nível de confiança entre os envolvidos.

Dessa forma, a confiança e a reciprocidade entre as pessoas, assim, funcionam como relações ou sistemas de cooperação. Essa confiança entre os agentes interligados, por fim, frise-se, não decorre de cláusulas contratuais e nem das obrigações legais, exigindo certo risco em acreditar que aquele outro com quem se relaciona não vai trair, mas fazer circular o bem recebido conforme uma nova rede social ou novo sistema.

4.4.1 Redes de cooperação e redes de economia solidária

Passando da teoria da cooperação em nível macro para atos de cooperação em nível mais específicos para a realidade brasileira, aos elementos da confiança e da reciprocidade, demonstrado está que suas conexões afunilam para a criação de um espaço plausível, que possibilita a articulação das sociedades cooperativas e de seus sócios, para que, não conseguindo substituir o assalariamento, pelo menos, se desenvolvam de forma digna e acreditando que é possível sim ser uma alternativa competitiva e vantajosa para os interessados.

Com isso, percorreremos o caminho das redes às redes de cooperação e, posteriormente, redes de economia solidária, configurando-se implícita ou expressamente, modos alternativos de coordenação das interações sociais.

As associações, sociedades cooperativas, até mesmo empresas de pequeno porte por vezes são vistas como incapazes ou pouco eficazes na medida em que possuem maior dificuldade para driblar os resultados da globalização, em especial os ocorridos nas últimas décadas do século XX. Isso porque, além de limitações

³⁶⁷ SANTI; GODOY; LEONELLO, 2012, p. 4.

financeiras, por muito tempo acreditou-se que elas atuariam no mercado de forma limitada, servindo de uma espécie de “amortecedor” para a informalidade e o desemprego. Ao possibilitar, com a consciência em cooperar, a união de esforços para a formação de redes organizacionais locais, aproximando objetivos e indivíduos, suas chances contra as incertezas aumentam exponencialmente, vislumbrando-se até seu caráter competitivo

Outrossim, o termo rede é utilizado tanto na linguagem corrente quanto no meio acadêmico. No meio acadêmico, diferentes são os sentidos e interpretações a depender de que área do conhecimento que se está a estudar. Seu conceito pode ser simplificado como um sistema composto por pessoas, grupos, ou organizações e pelas relações ou vínculos concretos estabelecidos entre eles e outras pessoas, grupos, ou organizações, formando redes ou teias de relacionamento. Por rede, entende-se como um “[...] conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”.³⁶⁸ Várias são as possíveis ações entre os autores de redes e os valores de que elas despertam, dentre as quais podemos citar, como na Tabela (04): o reconhecimento da existência do outro, aceitando-o; o conhecimento e interesse pela atividade realizada pelo outro, colaborando e exercendo a reciprocidade, a prática da cooperação e exercendo a solidariedade e o compartilhamento ações e projetos baseadas na confiança.

³⁶⁸ CAILLÉ citado por TESCHE, 2007, p. 32.

NÍVEL	AÇÕES	VALOR
5. Associar (acordo ou contrato de compartilhamento de recursos)	Compartilhar ações e projetos	Confiança
4. Cooperar (existe uma co-problematização e uma forma mais sistemática de ação)	Compartilhar atividades e/ou recursos	Solidariedade
3. Colaborar (no sentido de trabalhar com uma ajuda espontânea caracterizada pela falta de sistematicidade)	Prestar ajuda esporádica	Reciprocidade
2. Conhecer (interesse sobre o outro)	Conhecimento do que o outro faz	Interesse
1. Reconhecer (aceitação do outro, reconhecer que o outro existe e tem direito de existir)	Reconhecimento da existência do outro	Aceitação Texto

Fonte: CAMBIAGHI (2013, p. 9).

De acordo com Cambiaghi³⁶⁹, as redes podem ser descritas conforme: a) a sua constituição: compostas por sujeitos sociais advindos do mesmo segmento, como empresas, organizações da sociedade civil, cooperativas, movimentos sociais e universidades ou de organizações de diferentes segmentos; b) o seu tipo de relação entre os sujeitos: informal ou formal, permanente ou esporádica, forte ou fraca; e c) a sua esfera de atuação: econômica, política, social, cultural – que se relaciona diretamente à sua finalidade.

As redes também podem ser caracterizadas pela formação de parcerias entre governos das três esferas, universidades, organizações não governamentais,

³⁶⁹ CAMBIAGHI; PASSADOR, 2013, p. 267.

associações, movimentos sociais e comunidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de um território e a consequente melhoria das condições de vida da população. Diante desse contexto descrito e da realidade brasileira que exhibe um quadro esperançoso em termos de desenvolvimento da economia solidária, surge o interesse de identificar os principais agentes da rede de cooperação para o desenvolvimento em economia solidária³⁷⁰. Da perspectiva de sanar problemas complexos e multissetoriais, há a necessidade do fortalecimento de redes, sejam elas redes de mercado, de compromisso social ou redes de políticas públicas, a depender dos objetivos de sua criação.³⁷¹

Assim, no que tange às redes de compromisso/ relação social, importantes para este estudo e muito ligadas aos empreendimentos de economia social ou solidária, seu foco é a geração de trabalho e renda para pessoas desempregadas e marginalizadas do mercado formal de trabalho, sendo este um desequilíbrio da sociedade que demanda ações coletivas e solidárias. Além disso, elas são formadas a partir

[...] da articulação de atores da sociedade, mantendo-se a identidade original de cada um, e sua principal característica é a cooperação para alcance de um objetivo comum, normalmente, a intervenção sobre algum problema que afeta o equilíbrio ou desenvolvimento da sociedade.³⁷²

Outrossim, as chamadas redes sociais decorrem das conexões existentes entre os membros, unidos por estruturas informais das relações de reciprocidade, como o parentesco, o compadrio, a vizinhança e a amizade, ou por estruturas formais, como a igreja, os partidos políticos, o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros. Esse tipo de rede se baseia em noções de igualdade de classes, proporcionando a análise e a descrição de processos sociais das conexões que ultrapassam o limite de grupos e categorias, sendo indispensável essa análise na discussão referente a situações em que o indivíduo, por exemplo, está envolvido em relações pessoais que transpassam as fronteiras da sociedade cooperativa.

Tem-se, por fim, que o processo de adesão e de participação na rede está

³⁷⁰ A economia solidária (ES), fortalecida a partir da década de 1980, consiste na busca, por parte de trabalhadores desempregados e insatisfeitos com o sistema capitalista, por novas formas de organização do trabalho, em que princípios como o associativismo e a autonomia dos trabalhadores são mais importantes que o capital e o individualismo (SINGER, 2003).

³⁷¹ CAMBIAGHI; PASSADOR, 2013, p. 269.

³⁷² INOJOSA citado por CAMBIAGHI; PASSADOR, 2013, p. 273.

diretamente relacionado à complexidade formada por uma coletividade de entes que aderem de modo voluntário; buscam partilhar objetivos comuns e projetos, participam de uma comunidade de interesses; compartilham algum envolvimento afetivo e principalmente, estão conectados entre si e periodicamente buscam formas de interagir. Da mesma forma como ocorre nas sociedades cooperativas, a gestão da rede deve ser democrática e participativa (autogestão) e descentralizada (mais relação com o cooperativismo popular), já que a adesão e participação são absolutamente livres.

As relações de reciprocidade produzem valores humanos de confiança e solidariedade, da mesma forma como as práticas cooperativas, assim, constituem os pilares da reprodução social, sendo possível verificar uma multiplicidade de movimentos alternativos estruturados ao redor delas, capazes de cimentar redes de cooperação entre os interessados, nas quais não apenas concorrem nas relações econômicas de troca de bens ou serviços, mas também nas relações econômicas com base na reciprocidade.

Assim, mais especificamente sobre as redes de cooperação, elas são tipos de redes de compromisso/ relações sociais com variadas e complexas conexões que se formam nos grupos com objetivos comuns (particulares, econômicos ou sociais) institucionalizados ou não, a partir das relações de parentesco, de vizinhança, de compadrio ou de amizade. Percebe-se que essas redes de cooperação seriam, conforme Rambdosky,

Redes de relações sociais que combinaram, ao mesmo tempo, trabalho, produção e reciprocidade” em que “trabalho e produção seriam construções sociais históricas reguladas por instituições da vida coletiva e pelas regras de reciprocidade.³⁷³

As redes de cooperação, assim, formadas pela reciprocidade nos trazem novos elementos a fim de compreender a possibilidade de uma economia com base na reciprocidade, mas especificamente dos sócios cooperados, a qual não pode ser medida apenas pelos parâmetros da economia clássica das trocas com finalidades comerciais e monetários, influenciando de forma positiva toda uma realidade socioeconômica, contribuindo para que os cooperados possam não apenas

³⁷³ RAMDOSKY citado por TESCHE, 2007, p. 52.

sobreviver, mas obter melhores resultados econômicos e melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, elementos como *cooperação, confiança, reputação e credibilidade* se destacam no relacionamento entre redes, bem como entre os cooperados, cujas ações ao longo do tempo econômico buscam fontes de regularidade através da construção de laços de reciprocidade e confiança mútua. Percebe-se, então, que as relações sociais informais de reciprocidade influenciam de forma determinante as estruturas formais e suas normas e regras. Nota-se, também, que possivelmente a dinâmica das sociedades cooperativas será determinada pelas relações do dia a dia, em que a boa convivência e a confiança tornam-se mais importantes que as regras escritas, pois estas podem ser alteradas ou adaptadas no decorrer do processo associativo.

De maneira geral, conclui-se que a configuração em rede é uma forma bastante inovadora de tratar as questões sociais atuais, em específico, a economia solidária e o cooperativismo, que são fenômenos complexos e com diversos desafios. A rede é, também, uma tentativa de recuperação e reestabelecimento de uma cultura de cooperação na sociedade, em que as ações são pensadas em conjunto, as necessidades de todos são consideradas e as decisões são tomadas de forma democrática. Essa interação só fortalece o sentimento de confiança entre os indivíduos e contribui para recuperar o sentimento republicano e de protagonismo cidadão perdidos nas sociedades atuais.

Constata-se, assim, que as relações de reciprocidade são importantes na formação de redes de cooperação, uma vez que as cooperativas populares possuem uma prática maior em ações que refletem a reciprocidade e a confiança, mas, apesar de ser em menor grau, essas práticas também estão presentes entre as cooperativas tradicionais, mas em menor intensidade.

No que se refere mais especificamente à economia solidária, inicialmente, há o entendimento de autores como Jean-Loup Motchane e Genauto Carvalho de França³⁷⁴ de que se faz necessário estabelecer uma distinção entre economia social e economia solidária. Inicialmente, para eles, com a junção de conceitos baseados nas ideias de Karl Polanyi a economia solidária poderia ser definida como uma espécie inédita de economia plural, a união de três tipos de economia, a mercantil,

374 MOTCHANE, s/d, p. 3; FRANÇA FILHO, s/d, p. 3.

não mercantil e não monetária.³⁷⁵

O Ministério do Trabalho e Emprego, sugere que a economia solidária se refere às organizações coletivas de trabalhadores, autogeridas, realizando atividades que vão desde a produção de bens, serviços, até a circulação de bens, baseada na cooperação e na solidariedade, visando reunir crescimento econômico e desenvolvimento humano. Singer defende ser uma prática revolucionária, capaz de romper com as bases do capitalismo (um modo de produção alternativo a ele). Para Germer, por exemplo, seriam estratégias úteis na acomodação dos segmentos marginalizados nas sociedades, sem confrontar a lógica do sistema capitalista. Há ainda quem defenda uma posição intermediária, como Gaiger que entende que as iniciativas econômicas solidárias são pautadas por ideais de autogestão econômica, autonomia social e protagonismo político.³⁷⁶

Seguindo essa linha de raciocínio, Laville, citado por Leite³⁷⁷, como é possível visualizar na Figura abaixo, acrescenta ainda que a noção de economia solidária é a configuração da recomendação de mudança, a problematização da concretude social, baseado especialmente num projeto com duas concepções: a primeira está relacionada com a atividade econômica impulsionada pela reciprocidade no favorecimento de dinâmicas de socialização. E a segunda está relacionada com a “[...] formação de espaços públicos de proximidade”, configurados em espaços que permitam a discussão, decisão e palavra dando espaço a realização de projetos econômicos adaptados aos contextos nos quais emergem.³⁷⁸

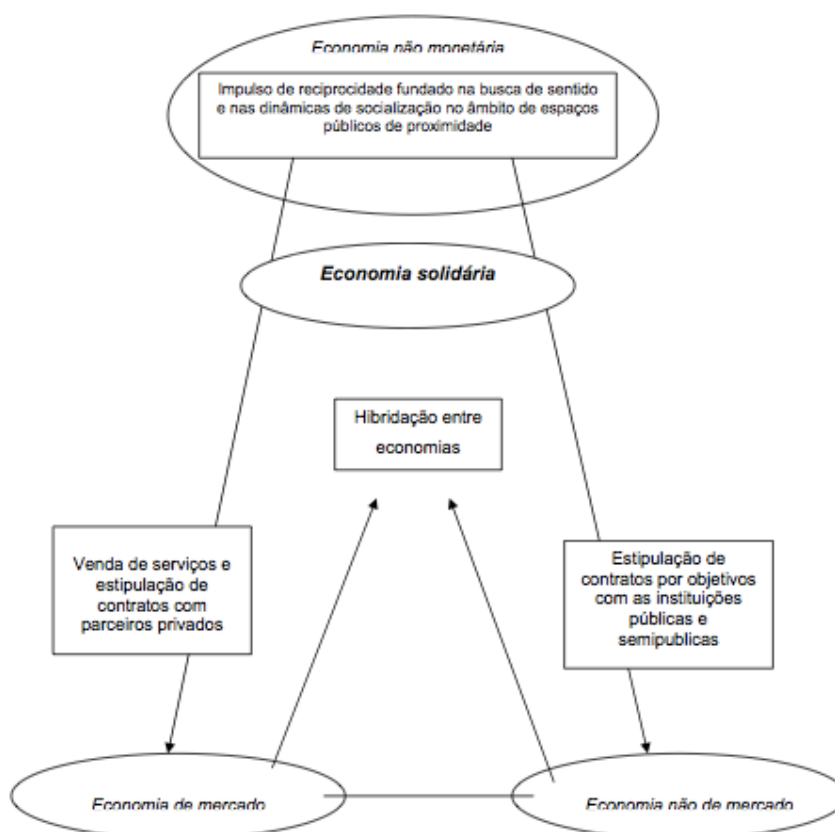
³⁷⁵ “a) Mercantil: referente à economia de mercado, marcada pela impessoalidade e pela troca/venda de bens e/ou serviços por moeda equivalente; b) Não mercantil: referente à redistribuição dos recursos por instituições públicas (Estado), verticalizando a relação de troca; c) Não monetária: referente às contribuições voluntárias fundadas no princípio da reciprocidade, em específico pela lógica da dívida, que objetiva a conservação dos laços sociais e não somente a circulação de bens e/ou serviços. (MOTCHANE, s/d, p. 3; FRANÇA FILHO, s/d, p. 3).

³⁷⁶ SINGER, 2003. GERMER, 2006. GAIGER, 2003.

³⁷⁷ LEITE, 2005, p. 133-134

³⁷⁸ LAVILLE, 1998, p. 67.

Esquema da Economia Solidária de Laville



Fonte: Leite (2005, p. 134).

Outrossim, no que tange à tarefa de diferenciação da economia social da economia solidária, ressalta-se que tal tarefa não é tão simples assim, considerando que, para essa questão, há diferente tratamento entre os diversos países. Observa-se, entretanto, que essa diferenciação³⁷⁹ tem relação direta com os variados contextos sociopolíticos em que emergem e sobre o papel que essas práticas desempenham na sociedade, mais especificamente, com o lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do Mercado.³⁸⁰ Para França Filho,

As noções de economia social e economia solidária são herdeiras de uma tradição histórica comum fundamental. Esta se relaciona com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular,

³⁷⁹ A diferenciação entre os termos economia social e economia solidária demanda maiores esclarecimentos, visto a amplitude da discussão. Outrossim, é importante destacar que esse temas já foram objetos de estudos por pesquisadores do **Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR**, como por exemplo: GEDIEL, 2005. GONÇALVES, 2015. HARDER, 2005. OLIVEIRA, 2005. OPUSKA, 2005. MELLO, 2015, entre outros.

³⁸⁰ FRANÇA FILHO, s/d, p. 4.

fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação. Isso, precisamente, em razão do fato de que a afirmação da utopia de um mercado auto-regulado nesse momento histórico gerou um debate político sobre a economia ou as condições do agir econômico.³⁸¹

Esse é um debate que fora particularmente incitado por essas iniciativas associativistas, que, ao recusarem a autonomia do aspecto econômico nas suas práticas, em face dos demais aspectos – social, político, cultural etc. – ficaram mais conhecidas sob a rubrica de economia social. Nesse sentido, para França Filho,

Se o termo economia solidária surge apenas recentemente, sua característica fundamental – a articulação entre as dimensões econômica, social e política – já se encontrava presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecida [...]. Isso nos leva a concluir que o projeto atual de uma economia solidária parece refletir uma espécie de reatualização do ideário original da economia social. Ela é, talvez, uma nova economia social. [...] A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social.³⁸²

Assim, atualmente na prática brasileira, entende-se que a forma de organização cooperativa³⁸³ está inserida nas práticas da economia solidária, a qual tem, entre outros, o objetivo de desenvolver possibilidades pessoais e sociais cujo Estado, economia, mercado e cultura satisfaçam às necessidades e desejos da sociedade. É ela um fundamento para o surgimento de políticas públicas diferenciadas - formas alternativas de inserção de trabalho no mercado e renda, buscando enfrentar a crise do emprego e a informalidade derivadas da crise geral do capitalismo no plano econômico-social.³⁸⁴

³⁸¹ FRANÇA FILHO, s/d, p. 5.

³⁸² IBIDEM, p. 5.

³⁸³ Por outro lado, assim defende Cruz: “Nem todas as cooperativas são consideradas “parte da economia solidária”, assim como está aqui compreendida. Aquelas em que o trabalho assalariado predomina nas atividades produtivas (seja na própria cooperativa ou em unidades produtivas dos associados), ou aquelas em que os associados não possuem canais efetivos de participação e de influência nas decisões do empreendimento (como exemplos), não são parte da economia solidária. Por outro lado, grande número de empreendimentos econômicos solidários não são cooperativas: há associações, grupos informais, empresas de companhia limitada ou de sociedade anônima em que os trabalhadores são os seus proprietários, clubes de troca, bancos comunitários, redes de empreendimentos etc., enfim, um conjunto variado de formas jurídicas e estruturas organizacionais que podem ser abarcadas neste conceito.” (CRUZ, 2009, p. 102).

³⁸⁴ PASSOS, 2005, p. 44.

Segundo Passos³⁸⁵, a economia solidária visa, também, a “combater à informalidade, fomentar a geração de emprego, ocupação e renda”, sendo essas premissas para construção de sociedade mais justa e solidária, fornecendo um caminho alternativo de mais auspiciosas condições de trabalho e de vida. Há autores ainda, como Oliveira³⁸⁶, para quem a “economia solidária é uma adaptação social eficaz que permite à sociedade capitalista amortecer os efeitos da globalização, desemprego e exclusão social”, para, gradativamente, superar as contradições e limitações do capitalismo.

Já para Singer^{387 388}, a economia solidária revela-se como uma concepção de socialismo na qual é possível criar “[...] *um novo ser humano a partir de um meio social em que a cooperação e a solidariedade sejam formas predominantes de atuação*” – uma transformação social, não somente, econômica. Nesse ambiente de economia solidária é que se insere o cooperativismo, baseando-se na solidariedade e opondo-se ao individualismo. Sem embargo, cumpre dizer, também, que o pensamento solidarista, calcado no princípio de ação cooperativa, somente adquire conteúdo normativo válido quando o empreendimento comum, a sociedade cooperativa, a qual servirá aos cooperados, faze-lo-á dentro de valores éticos, tanto nas relações com os próprios associados quanto nas relações externas com o mercado.³⁸⁹

Desse modo, tendo por base o contexto econômico contemporâneo, a persistência das crises recorrentes e precarização do trabalho, a economia solidária pode ser descrita como um novo paradigma social, fortalecido a partir da década de 80, por meio da resignificação do sistema econômico como um todo.

E isso se torna possível em especial com a concretização de redes de economia solidária (RES), por meio de projetos complexos de ação social que se destinam à conformação de coletivos econômicos, ou seja, associações/entidades das quais participam outras organizações associativas diversas, intensificadas pela solidariedade e intercooperação. Os desafios são muitos, o que muitas vezes faz

³⁸⁵ PASSOS, 2005, p. 45.

³⁸⁶ OLIVEIRA, L., 2005, p. 77.

³⁸⁷ SINGER, 2002, p. 133.

³⁸⁸ Paul SINGER é economista, foi professor titular da Universidade de São Paulo (USP), onde exerceu a coordenação acadêmica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Atualmente, é Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

³⁸⁹ FRANKE, 1973, p. 7.

com que seja necessário o envolvimento do Estado e até mesmo da Universidades, mas esta prática viabiliza a autogestão, convivência entre líderes, socialização de conhecimentos e tecnologias, fornecimento dos insumos das cadeias produtivas, prática da democracia participativa, problemas compartilhados e, principalmente, a busca de resultados econômicos para todos. Ousamos dizer que, dado a precarização da organização e manutenção dos postos de trabalho, essa prática privilegia os desempregados e sua colocação de forma competitiva no mercado.

Para Mance, o conceito, ainda novo e muito pouco discutido, de redes solidárias até muito mais relacionado às redes econômicas com um viés de colaboração solidária.³⁹⁰ Isso significa dar centralidade à solidariedade em torno do trabalho e do consumo como elemento norteador da articulação de pessoas e empreendimentos³⁹¹. Elas, por suas práticas sociais, possibilitam uma releitura do contexto atual do trabalho pelo impacto das experiências associativas e cooperativas na geração de trabalho e renda e nas relações sociais, de forma antagônica ao capitalismo puro. Para Mance,

O objetivo básico dessas redes é *remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas*: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem no mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista (...); (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.³⁹²

As RES são baseadas na solidariedade e na cooperação presente nos processos organizativo-comunitários, revelando-se como alternativa não só do ponto de vista da geração de trabalho e renda, mas pela tentativa de ressignificação da economia como um todo e da construção de uma subjetividade coletiva, sustentável e participativa. Cruz³⁹³ defende que essas espécies de experiências vêm se multiplicando e, assim, passa a identificar quatro ocorrências principais, a saber: as primeiras duas delas seriam as redes de economia solidária (RES) constituídas por

³⁹⁰. MANCE, 1999, p. 47.

³⁹¹ Ibidem, p. 87-88.

³⁹² Ibidem, p. 220- 221.

³⁹³ CRUZ, 2009, p. 113.

empreendimentos de economia solidária distintos. Uma com empreendimentos organizados verticalmente e em ordem de serviços dentro de uma mesma cadeia produtiva e a outra forma de rede para desenvolver uma atividade comum a todos, mas que nenhum detém a especialidade, como ocorre nas lojas da economia solidária. A terceira espécie de RES seria a formada por empreendimentos de economia solidária que realizam o mesmo tipo de atividade ou produzem os mesmos produtos. Elas se unem para se reforçarem mutuamente, como um “[...] *empreendimento coletivo formado por empreendimentos coletivos*”. Tem-se, por fim, a quarta espécie de RES, formada com o auxílio de uma *holding* associativa, ou seja, um empreendimento que serve de base, de origem para outros empreendimentos em razão de sua ação e seus projetos.

A verdade é que, muito embora pouco se fale sobre as RES, premissas desse ideário já existiam desde a entrada do movimento cooperativo oficialmente no cenário econômico mundial, pois nesse período já era possível perceber a ideia da inter-cooperação e inter-associação entre as várias sociedades cooperativas, principalmente as de crédito, incentivadas por Proudhon e pelos Pioneiros de Rochdale. Todos esses modelos – antigos ou contemporâneos- possuem a utopia, a solidariedade interna, forte identidade comunitária ou territorial e a participação ativa e consciente de seus atores como aspectos importantes e necessários para o sucesso e durabilidade da atividade em rede, especificamente de economia solidária.

4.4.2 Economia de comunhão, colaborativa e compartilhada

Com o objetivo proposto de concretizar algumas formas de cooperação contemporaneamente vividas, passamos, inicialmente, além de uma construção teórica sobre a cooperação e seus desdobramentos constitucionais, econômicos e políticos, até no item acima na égide da formação de uma consciência de rede, sejam elas redes de cooperação gerais a formas de redes de economia solidária. E ao relacionar a cooperação com economia e solidariedade, é inevitável que se apresente, mesmo que forma breve, alguns aspectos modernos de diferentes “economias”, destacando que, dada a novidade dos termos, são quase inexistentes estudos científicos, e, nesse sentido, a obra que delineou este item foi a tese de doutorado de Leite sobre a economia de comunhão.

Abramovay defende que o mundo atual requer a presença de outros paradigmas econômicos e a horizontalidade das relações humanas produtivas tem sido impulsionadas por meio das redes, sejam elas de pessoas, empresas ou mesmo relacionadas à tecnologia, formas digitais de comunicação.

Tem-se que os pontos fundamentais da chamada economia de comunhão (EdC) são a cooperação e a ajuda mútua, baseadas no “dar/doar”, no apoio aos projetos sociais integrando pessoas no sistema produtivo. Em contraponto com a economia tradicional- de consumo, a de comunhão visa a proporcionar o bem-estar de vida a todos, exportando para a teoria economia tradicional o senso de fraternidade. Um tanto inicialmente utópica, a comunhão (comum união) pode ser a ligação necessária para a solidificação de um novo jeito de perceber a economia, baseada especialmente na tríade: comunhão-cooperação-fraternidade.

Da mesma forma, o princípio da cooperação e da solidariedade passariam, com aspectos na macroeconomia, a buscar a justiça social, tendo como forma de atuação a participação por meio de redes (de pessoas ou organizações interligadas direta ou indiretamente), pondo a economia à serviço do atendimento aos mais pobres. O que se observa é que as pessoas estão cada vez mais distantes, existe uma desenfreada agressão ao meio ambiente e uma desenfreada busca pelo dinheiro, o incentivo do consumo sem limites e sem precedentes, além do desmoronamento de princípios básicos aliados ao crescimento das injustiças sociais e econômicas. É nesse sentido que a EdC efetivamente apresenta ações na tentativa de reverter esses efeitos negativos por meio da comunhão/união.

Tentativas de novos agrupamentos em favor de ações coletivas, cercadas de cooperação e união entre os membros, tem se destacado com mais frequência numa época em que os valores monetários têm se soerguido, sobremaneira, em relação aos valores éticos, morais e sociais.

A partir de ideia da italiana Chiara Lubich, fundadora do Movimento Focolares³⁹⁴, mas baseada na realidade brasileira, foi assim que em 1991 iniciaram-se as discussões sobre essa nova forma de economia. Impactada não com a pobreza, mas com uma das maiores desigualdades sociais e econômicas do mundo,

³⁹⁴ O movimento Focolares nasceu de uma iniciativa da Igreja Católica, unidos pelo ideal de fraternidade universal, além dos católicos, cristãos de várias denominações, fiéis das grandes religiões e pessoas que não professam uma fé religiosa, está presente em mais de 180 países, com cerca de 120 mil membros internos, e mais de dois milhões de aderentes e simpatizantes.

com as favelas ao lado dos grandes edifícios comerciais em São Paulo, ela passou a acreditar que somente com a comunhão de bens e dos lucros essa realidade mudaria. Surgiu nesse momento e passou a ser difundida no mundo todo a economia de comunhão.³⁹⁵

Para o professor italiano Luigino Bruni, da Faculdade de Economia da *Università di Milano-Bicocca*, na Itália, a empresa deve mudar, não unicamente preocupando-se com os pobres, mas em especial mudando suas estruturas econômicas não somente tendo o lucro como o único objetivo. A EdC ocupa-se da situação das “pessoas”, em especial das marginalizadas, mas também dos trabalhadores, não entrando em discussão sobre o sistema de produção ou sobre as relações econômicas do sistema capitalismo. Nesse ponto reside sua maior diferença com a proposta de economia solidária, muito embora Leite considere que as práticas ainda muito recentes e pouco disseminadas da EdC estão incluídas nas práticas daquela.

O princípio da reciprocidade, aliado ao agir econômico, têm demonstrado que é possível ser empreendedor e ter resultados positivos e aumentos da sua produtividade, objetivando a fraternidade. E isso se dá, sobretudo, dada a participação dos trabalhadores da empresa, os quais, utilizando-se da sua experiência e inovações, podem ajudar na condução benéfica dos negócios. Não existirá qualquer espécie de boicote por parte dos funcionários. Nelas “[...] *mesmo não explorando ninguém, mesmo não fazendo corrupção, têm resultados positivos, porque existe a compensação, por parte dos funcionários, que colaboram e, portanto, dão o melhor de si mesmos*”.³⁹⁶

A verdade é que a sociedade civil está se organizando e buscando novas formas de participação na vida social, econômica e política, tentando de várias formas entender e eliminar esse regime restrito de oportunidade de emprego. Ademais, dado os novos e necessários contornos que as empresas precisam ter, verdade é que as tipologias empresariais estão se multiplicando. Leite demonstra que a última delas, a chamada empresa social (“[...] *cooperatives, mutual societies, associations, social enterprises and organisations, foundations and other entities in each of the Member States*”) – em inglês, *social economy enterprise*, nasce na

³⁹⁵ LEITE, 2005, p. 245.

³⁹⁶ Ibidem, p. 330.

Europa da última década e é, pela primeira vez na história, referendada por uma Resolução do Parlamento Europeu no ano de 2009, com a justificativa de que não é mais possível continuar com as empresas somente de tipo capitalista. É preciso inovar, fortalecer a democracia econômica, dar força às empresas sociais, as quais não têm fins lucrativos, mas inúmeros outros a serem alcançados, conforme se observa em alguns trechos da Resolução de 19 de fevereiro de 2009 do Parlamento Europeu.³⁹⁷

2. Considers the social economy to be important, both symbolically and in terms of performance, for the purpose of strengthening industrial and economic democracy;
3. Recognises that the social economy can prosper and develop its full potential only if it is able to benefit from suitable political, legislative and operational conditions and prerequisites, taking due account of the wealth of diversity among social economy institutions and the specificities thereof;
4. Considers that social economy enterprises should not be subject to the same application of the competition rules as other undertakings and that they need a secure legal framework, based on recognition of their specific values, in order to be able to operate on a level playing field with such other undertakings³⁹⁸ (T6-0062/2009) European Parliament resolution of 19 February 2009 on Social Economy.

Nesse contexto, com o objetivo da realização de políticas de redistribuição de riqueza e de renda, o movimento da economia de comunhão pode ser posto ao lado assim chamado terceiro setor ou setor *non-profit*, atividades produtivas que nascem não em busca do lucro, mas por motivações éticas e ideais. É a proposta de uma prática econômica “especializada” e brasileira original, em que as empresas, quando da sua constituição, buscam a geração de emprego e renda, com distribuição e comunhão dos lucros, segundo três finalidades centrais. A primeira delas é “[...] *reinvestir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e a atividade econômica*,” a segunda tem por objetivo “[...] *investir na formação humana, de modo a fortalecer a base cultural que sustenta o projeto, ou*

³⁹⁷ LEITE, 2005, p. 188.

³⁹⁸ 2. Considera que a economia social é importante, tanto simbolicamente e em termos de desempenho, com o propósito de reforçar a democracia industrial e econômica; 3. Reconhece que a economia social pode prosperar e desenvolver todo o seu potencial somente se ele é capaz de beneficiar de condições e pré-requisitos políticas, legislativas e operacionais adequadas, tendo em conta a riqueza da diversidade das instituições da economia social e as especificidades dos mesmos; 4. Considera que as empresas de economia social não devem ser sujeitas à mesma aplicação das regras da concorrência a outras empresas e que necessitam de um quadro jurídico seguro, com base no reconhecimento de seus valores específicos, a fim de ser capaz de operar em condições equitativas a campos com os outros organismos. (tradução livre)

*seja, na difusão da cultura de comunhão”, e por fim, a terceira, com seu caráter originar, busca “[...] distribuir uma terça parte do lucro com pessoas em situação de pobreza, (enquanto não encontram trabalho ou o trabalho não é suficiente para garantir suas necessidades básicas)”.*³⁹⁹

É inevitável, nesse momento, traçar um paralelo sobre a “terça parte” proposta pela EdC e as sociedades cooperativas, as quais trabalham numa espécie de circuito fechado, em que os ganhos permanecem entre os produtores e ou cooperados. Naquela, em contraposição, há uma abertura à comunidade ao seu redor.

Uma das grandes e profundas contribuições da Economia de Comunhão é a tentativa de não mais separar o momento da produção da riqueza do momento da distribuição, fornecendo subsídios para alternância da profunda e complexa realidade das relações da sociedade, da economia, do Estado e do mercado. A EdC visa a uma atividade econômica permeada por outras dimensões, dando espaço em seu interior ao dom, à redistribuição e à troca, objetivando, não só a competição no mercado, mas sobretudo prevendo a doação de parte dos lucros e uma redistribuição (internacional) da riqueza.

Dessa forma, Leite destaca que a EdC vai para além da previsão de um sistema público de redistribuição pensado por Polanyi, baseados nos três princípios reguladores e autônomos da economia: o mercado, a reciprocidade e a redistribuição. Seria uma rearticulação do seu pensamento, já que o autor destaca que a economia de mercado, do Ocidente do século XIX, faz surgir formas de proteção social e defesa da sociedade. Para tanto, resta retomar o pensamento de Polanyi para destacar os quatro princípios de comportamentos econômicos, úteis para a compreensão da Economia Solidária, em especial da EdC. São eles: 1) Princípio da administração doméstica, baseado unicamente na produção para uso próprio; 2) Princípio da reciprocidade, já anteriormente bastante pormenorizada, mas que deve ser entendida sim como um fator social elementar, o qual estabelece uma sucessão de dons; 3) Princípio da Redistribuição, no qual a produção está em poder de uma autoridade central que tem a função de redistribuí-la; e 4) Princípio do mercado, lugar em que se encontram oferta e procura a depender da demanda com a finalidade de troca. Para Leite, “[...] Reciprocidade e redistribuição continuam a

³⁹⁹ Ibidem, p. 244.

*ser, ainda que não hegemônicas, formas de troca estruturadas sob lógicas distintas. Sendo assim, contribuem a necessidades diversas”.*⁴⁰⁰

A EdC, consubstanciada numa iniciativa econômica que envolve várias empresas pelo mundo adotando a ‘comunhão’ na concretude da vida econômica e civil, incorpora um pouco do pensamento de Polanyi, mas as empresas privadas colocam os lucros em comum segundo três critérios básicos: investir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e a atividade econômica; investir na formação cultural que sustenta o projeto, a chamada ‘cultura do dar’, ou da comunhão e, por fim, usar parte dos lucros para ajudar pessoas em necessidade econômica enquanto não conseguem se inserir no mercado de trabalho ou enquanto sua renda não é suficiente para sua sobrevivência.

Por fim, resta ainda o papel de destaque que a Igreja tem mantido com a EdC. Em maio de 1991, alguns anos antes de Lubich propor a nova dimensão da economia, com base na comunhão, o papa João Paulo II publicou a Encíclica *Centesimus Annus*, na qual destacou e convidou para a prática da solidariedade no sistema econômico vigente. Assim, o Papa determinou que:

A moderna *economia de empresa* comporta aspectos positivos, cuja raiz é a liberdade da pessoa, que se exprime no campo económico e em muitos outros campos. A economia, de facto, é apenas um sector da multiforme actividade humana, e nela, como em qualquer outro campo, vale o direito à liberdade, da mesma forma que o dever de a usar responsabilmente. [...] . Se outrora o factor decisivo da produção era *a terra* e mais tarde *o capital*, visto como o conjunto de maquinaria e de bens instrumentais, hoje o factor decisivo é cada vez mais **o próprio homem**, isto é, a sua capacidade de conhecimento que se revela no saber científico, a sua capacidade de organização solidária, a sua capacidade de intuir e satisfazer a necessidade do outro. (Grifos nossos).⁴⁰¹

O Papa diz ainda que

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma recta concepção da pessoa humana. [...] Outra tarefa do Estado é a de vigiar e orientar o exercício dos direitos humanos, no sector económico; neste campo, porém, a primeira responsabilidade não é do Estado, mas dos indivíduos e dos diversos grupos e associações em que se articula a sociedade. O Estado não poderia assegurar directamente o direito de todos os cidadãos ao trabalho, **sem uma excessiva estruturação da vida económica e restrição da livre iniciativa dos indivíduos**. [...].

⁴⁰⁰ LEITE, 2005, p. 83-89.

⁴⁰¹ Encíclica *Centesimus Annus*.

Pelo contrário, o Estado tem o dever de secundar a actividade das empresas, **criando as condições que garantam ocasiões de trabalho, estimulando-a onde for insuficiente e apoiando-a nos momentos de crise.** (Grifos nossos).

E por fim, com relação aos pobres, destaca:

Para o fazer, porém, o pobre — indivíduo ou Nação — tem necessidade que lhe sejam oferecidas condições realisticamente acessíveis. Criar essas ocasiões é a tarefa de uma *concertação mundial para o desenvolvimento*, que implica inclusive o sacrifício das situações de lucro e de poder, usufruídas pelas economias mais desenvolvidas.(grifos nossos)

Isso, por sua vez, torna ainda mais complexa a empreitada e luta pela EdC, uma vez que esses diferentes territórios produzem diferentes olhares e práticas sociais, coadunando-se com *la stessa* relação entre as questões de ética, de política e de economia.

Passadas as premissas da economia de comunhão, dado o limite de esgotamento do mercado e da natureza, e impulsionadas por algumas práticas catastróficas do capitalismo puro, algo definitivamente fez que com as relações econômicas mudassem e as lições sobre a economia colaborativa, e nela inserida as práticas da economia compartilhada, passam a ser recorrentes em nosso cotidiano. Novamente, veem-se presente o estudo das redes de cooperação.

Diferentemente do que ocorre com a economia de comunhão, a colaborativa depende de sobremaneira da internet e das plataformas digitais aprimoradas e desenvolvidas ou por corporações ou delas em conjunto com consumidores. Para os modelos de negócios tradicionais, isso é um desafio intransponível, principalmente no que tange ao compartilhamento de seus conteúdos na rede mundial. Outra questão inicial diz respeito justamente às corporações, pois normalmente tais práticas são “mediadas” por empresas, que funcionam a partir de sites e/ou aplicativos de celular e organizam as interações entre as pessoas, de modo a construir confiança entre desconhecidos e facilitar os intercâmbios.

Para o economista e professor da USP, Abramovay, a economia colaborativa contemporânea se apoia sobre dispositivos pertencentes a algumas das maiores corporações internacionais como *Google* e *Facebook*, os quais por óbvio estão faturando muito alto. É justamente nesse aspecto que a mercantilização dos

processos colaborativos, os quais deveriam unir pessoas para satisfação de necessidades com mínimo ou nenhum preço, preocupa de forma crescente pesquisadores e ativistas. A internet passa a ser um “sistema global de cooperação”, sendo “[...] *a mistura entre colaboração social e economia privada que forma a base da atual economia híbrida*”.⁴⁰²

A antiga fórmula de “preço, produto e promoção” deixa de existir, fazendo com que as empresas colaborativas passem a refazer seu modelo como fomentadora de mercado, prestadoras de serviços ou mesmo provedoras de plataformas. A ideia é colaborar, compartilhar e não centralizar e esse comportamento ocorrerá no relacionamento de pessoa – pessoas (*peer-to-peer ou P2P*). Desde alimentos divididos entre os vizinhos, veículos de transporte, turismo, serviços, moradia, tecnologia, entre outros bens, podem ser compartilhados. Sua forma abrangente, revolucionária e duradoura, fez com que grandes corporações, como Citibank ou Toyota, já aderissem a essa onda do mercado.

Muito mais do que a reciprocidade, na parceria em economia colaborativa, tem-se a imprescindível presença da cooperação e especialmente da confiança, pois os serviços prestados ou bens fornecidos são provenientes de pessoas completamente desconhecidas. Esse relacionamento com os clientes mudou; é necessária uma espécie de libertação. Dotto⁴⁰³ defende ainda que a opção por desenvolver atividades em parceria deve ser avaliada, considerando os objetivos e a importância que essa cooperação proporciona para os envolvidos, intensificando a interação e promovendo a redução de tempo e de espaço nas inter-relações. Nesse sentido, os principais objetivos de uma aliança são: a) Cooptação, qual seja a transformação de concorrentes em aliados que possibilitem a realização de novos negócios; b) Coespecialização, que é a combinação de recursos únicos e diferenciados, posições, habilidades e fontes de conhecimento anteriormente isolados; c) Aprendizagem e internalização, que é a criação de um ambiente propício para preencher suas lacunas de habilidades e para que os parceiros possam contribuir com competências singulares às suas.

Outrossim, é inegável que os processos de colaboração sempre existiram, fomentando a estrutura social, e contemporaneamente, esse processo cooperativo

⁴⁰² ABRAMOVAY, s/d, p. 4.

⁴⁰³ DOTTO, 2006, p. 55.

não tem mais reversão (o modelo atual não responde às nossas necessidades) e a internet tornou-se a primeira organização humana distribuída de forma não hierárquica, horizontal e descentralizada. Esse é basicamente a definição de uma economia colaborativa, uma rede de pessoas conectadas que satisfazem suas necessidades independentemente das instituições.

A economia colaborativa repensa a relação com os consumidores, e assim passa a sobreviver. Os atores criam soluções locais, conectam-se a outras pessoas para melhorar a qualidade e suas necessidades mais variadas desde emprestar alimentos dos vizinhos, ou pegar uma carona para outro ponto da cidade, conforme aplicativos desde tipo já disponíveis. Como exemplos vividos da economia colaborativa, Bezerra destaca que práticas bastantes usuais entre pessoas que já mantinham alguma espécie de relacionamento, como emprestar algo de parente ou vizinho, pedir caronas ou dinheiro emprestado, “[...] *dividir o espaço de trabalho com um colega, hospedar amigos, usar bibliotecas e o transporte coletivo*”, agora passam a ser concretizadas entre desconhecidos, requerendo confiança em estranhos e ganhando escala global por meio da internet. Outro exemplo da economia colaborativa citado por Costa é o financiamento coletivo (popularmente chamada de “vaquinha”), ou *crowdfunding*.⁴⁰⁴ Mas a *Uber*⁴⁰⁵ e *Airbnb* são as empresas mais bem – sucedidas em termos de economia colaborativa com lucro, são efetivadas por meio de aplicativos ou plataformas que permitem aos usuários a interação e a negociação de forma direta para serviços de hospedagem, transporte e financiamento.

O mesmo autor ainda conceitualiza a ideia de “economia colaborativa”, como a “[...] *horizontalização das relações humanas produtivas que tem sido impulsionada por meio de redes digitais de comunicação*”⁴⁰⁶. De acordo com esse trabalho, duas questões são centrais nesse fenômeno.

Por fim, é mister apresentar uma diferenciação ou aproximação das economias “colaborativa” e “solidária”. Ambas defendem a ética, a troca, a

⁴⁰⁴ Multidões digitais e anônimas viraram fonte de conteúdo e financiamento. Sites como a Wikipédia são *crowdsourced*: recebem conteúdo da multidão. Sites como o Catarse são plataformas de *crowdfunding*, o financiamento coletivo.

⁴⁰⁵ Mais especificamente com relação ao fenômeno internacional de colaboração e de faturamento da Uber, muitos autores como Abramovay e Mendes e revistas como a Galileu e Starup descrevem-no como sendo parte da economia compartilhada ou de compartilhamento. Entendemos que, como essa está inserida nas práticas da economia colaborativa, a descrevemos como participante desta.

⁴⁰⁶ COSTA, s/d, p. 7.

transparência, o respeito ao outro. Por outro lado, enquanto a economia solidária se apresenta como alternativa e complementar ao modo de produção capitalista e não busca o lucro, a economia colaborativa ocupa outro lugar, já que não visa a ser contrária e nem alternativa ao mercado. Naquela, o uso dos valores excedentes é decidido pelos trabalhadores. Nesta, podemos ter a presença do lucro. Ela se apresenta como uma nova forma de consumo, mais consciente e sustentável, substituindo o paradigma da posse. Para tanto, uma nova forma em interpretar a realidade posta urge.

Muito embora independente das trocas envolverem dinheiro, a confiança é sempre necessária⁴⁰⁷. Por outro lado, o encontro entre a confiança entre estranhos e as condições tecnológicas significa a possibilidade de um ambiente favorável à otimização dos recursos de colaboração, perfeito para transações entre interessados e os modelos de negócios caracterizadores da chamada economia colaborativa. Um dos desdobramentos da economia colaborativa é a atitude de compartilhamento, dando origem à economia compartilhada (*sharing economy* em inglês), a qual, a exemplo das outras formas acima demonstradas, carece de legislação específica e de decisões jurisprudenciais sobre o tema. É um novíssimo modelo de negócios que, por seu turno, veio para dismantelar o tradicional. O paralelo histórico que se faz foi o que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX quando os pequenos fazendeiros e artesãos se revoltaram contra a Revolução Industrial, não aceitando as novas proposições propostas para a economia. O mercado tradicional pode não aceitar, mas essa conquista prática é de recuo pouco provável.

Assim, tem-se que “economia compartilhada” é, por sua vez, uma espécie de sistema constituído com base na partilha de recursos humanos, serviços e produtos, bem como criação, produção e distribuição de bens e serviços por pessoas e negócios por meio de plataformas, sites e aplicativos. O compartilhamento e a divisão sempre existiram, mas o fator de inovação está relacionado ao desenvolvimento de implementação de sistemas tecnológicos que viabilizem trocas

⁴⁰⁷ “O papel da confiança nas relações econômicas pode ser notado na existência de diversos indicadores de confiança. Restringindo ao cenário brasileiro, alguns exemplos: Índice de Confiança da Indústria (ICI), Índice de Confiança do Consumidor (ICC), Índice de Confiança de Serviços (ICS), Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), entre vários outros. [...] no momento em que a confiança entre estranhos e as condições tecnológicas se “encontram” temos um ambiente favorável à otimização dos recursos, por meio do compartilhamento, assim como as transações entre pares e os modelos de negócios que caracterizam a chamada economia colaborativa.” in COSTA, s/d, p. 11/15.

de bens e serviços entre pessoas totalmente desconhecidas. Em muito se assemelha à economia acima descrita, já que o grande foco novamente são as pessoas, comunidades, organizações e associações, caracterizadas pelo compartilhamento e benefícios eficientes. Existe além do consumo colaborativo, a troca de experiências, a compra coletiva e a de propriedade compartilhada.

Nesse novo “sistema”, se assim é possível chamá-lo, ganha mais quem tem e demonstra mais confiabilidade. Quem é ranqueado pelos níveis de boa reputação demonstra aos clientes que, se negociarem com ele, seus riscos são menores. Quanto melhor for seu comportamento virtual e *in concreto*, mais chances haverá de ser escolhido para uma transação na cultura do compartilhamento. Isso, por óbvio, implica muitas mudanças na própria sociedade, nos modelos de emprego e renda, com a diminuição do consumo e variedade de produtos disponíveis. A reputação e a palavra dada voltam a ter importância crucial nas relações comerciais, os valores mudam para que as pessoas se conectem.

Em um estudo realizado no mestrado da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, no final do ano de 2015, Villanova afirma que a economia compartilhada teve origem na década de 1990 nos Estados Unidos, “[...] com a fundação dos sites de recirculação de bens eBay e Craigslist”, objetivando a redução de custos das transações e em razão dos avanços tecnológicos que propiciaram a expansão de transações *on line*, permitindo o surgimento de inúmeros modelos de negócios relacionados à economia compartilhada. Assim, ela passou a ser definida por práticas comerciais que “[...] possibilitam o acesso a bens e serviços, sem que haja, necessariamente, a aquisição de um produto ou troca monetária entre as partes envolvidas”⁴⁰⁸. O desenvolvimento dessa economia deve-se à união de fatores sociais, relacionadas ao meio ambiente, à sustentabilidade e ao distanciamento pessoal, contribuindo para novas ligações sociais, e a fatores econômicos, relacionados especialmente à possibilidade de diversificar sua fonte renda e capacitando mais pessoas para tornarem-se empreendedores e empregadores. No que se refere ao fator tecnológico, é inevitável que a disseminação das redes sociais e redução de custos das transações entre as pessoas possibilite incontáveis conexões e redução de custos de intermediação.

⁴⁰⁸ VILLANOVA, 2015, p. 11.

O certo é que, alguns anos depois, a economia compartilhada está tomando forma no Brasil, na expansão de negócios que visam ao compartilhamento, à troca e à revenda de produtos e de serviços (como, por exemplo, o compartilhamento de bicicleta, local de trabalho ou troca e revenda de produtos). Constata-se, ainda, que a economia compartilhada abrange uma variedade muito grande de espécies de modelos de negócio, resultando inclusive na possibilidade de junção da economia compartilhada com empresas da economia tradicional (sem abandono da sua essência) para garantir sua sustentabilidade socioambiental, desenvolvendo espécies de transações *business-to-business*, o que, para autores como Villanova, passa a caracterizar uma economia híbrida (junção do mercado capitalista e iniciativas de compartilhamento).⁴⁰⁹

Economistas como Thomas Friedman constataram, por volta de 2008, que o mercado e a natureza chegaram ao seu limite e urgia um novo modelo econômico com preocupações ambientais, recessão global, tecnologias, redes sociais e preocupação com os outros e com a comunidade. Para Mendes, assim, a economia compartilhada pode ser apresentada em três distintas concepções, na qual a primeira seria como “mercados de redistribuição”, *Lifestyles* colaborativos (compartilhamento de recursos, como dinheiro, habilidades e tempo) e sistemas de produtos e serviços.⁴¹⁰

A economia compartilhada pode ser servida para e por empresas grandes, pequenas e até indivíduos, aumentando seu faturamento e encontrando possibilidades de sobreviver à crise por meio da economia do compartilhamento. Ela é capaz de mudar não só o modo como entendemos oferta e demanda, mas nossas relações pessoais e nossa relação com os bens. Há de fato um impacto na sociedade e isso não se pode negar: as pessoas que se utilizam dessa nova forma de economia estão preocupadas em criar soluções sustentáveis, conscientes e específicos, com base na ética, cooperação, atitudes recíprocas e confiáveis. No varejo, muito precisa ser reinventado, as operações devem se tornar mais ágeis e a distribuição passa a ser descentralizada. Escapa pelas mãos o único propósito de lucro e a geração receita passa a ser pensando nas pessoas.

Por outro lado, o desconhecimento sobre a relação existente entre a

⁴⁰⁹ VILLANOVA, 2015, p. 7.

⁴¹⁰ MENDES; CEROY, 2015, p. 4.

economia compartilhada e a economia social faz com que elas sejam, equivocadamente, confundidas. Isso porque elas possuem propostas distintas. A economia compartilhada tem como objetivo a promoção do compartilhamento e a reutilização de bens e serviços; a economia social, por sua vez, tem como princípio o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais⁴¹¹. Em estudo sobre tendências para a economia compartilhada, realizado pela *PriceWaterhouseCoopers*, os negócios *peer-to-peer* (*entre pessoa e pessoa*) representam apenas uma pequena parte da economia compartilhada; a maior oportunidade encontra-se no compartilhamento *business-to-business* (*entre empresas*) ou *business-to-peer* (*entre empresa e pessoa*). Ainda, com relação aos estudos de Villaboas, de maneira bastante elucidativa, a autora nos traz várias espécies de economia compartilhada na prática da contemporaneidade, a saber: ⁴¹²

a) *Time banking* ou plataformas de troca de tempo: o compartilhamento ocorre quando uma plataforma conecta pessoas que ofertam serviços em troca de uma espécie de moeda/ remuneração digital, a qual se acumulada pode ser usada para a troca de outros serviços. Aqui, parte-se do princípio que o tempo de todos possui o mesmo valor. Uma outra variação desse modo, é a plataforma de oferta de serviços “sob demanda”, sendo utilizada como um mercado de trabalho que anuncia as tarefas, conecta as pessoas e remunera conforme acerto prévio entre os interessados.

b) *Hub Culture*: é uma rede social de troca de tempo entre profissionais de gestão, com o compartilhamento de conselhos, habilidades e serviços. “[...] Normalmente, o compartilhamento da experiência se dá pessoalmente, e quem oferece o serviço recebe o Ven, moeda de troca desta rede”. ⁴¹³

c) Plataforma de empréstimo entre vizinhos: na vizinhança sempre houve atos de cooperação e reciprocidade. Ocorre que com essa plataforma é possível a conexão entre vizinhos para facilitar o compartilhamento de produtos domésticos ociosos, por meio de doações ou empréstimos.

d) Plataforma de troca e doação de produtos: Essa foi a iniciativa já descrita ocorrida na década de 90 nos Estados Unidos, que deu origem à economia compartilhada. Nesses casos, a mercadoria pode ser vendida em troca de pontos ou

⁴¹¹ VILLANOVA, 2015, p. 16.

⁴¹² Ibidem, p. 25.

⁴¹³ Ibidem, p. 15.

dinheiro, a exemplo do que ocorre no *e-Bay*.

e) *Carsharing* ou Compartilhamento de carros: Nos clubes de compartilhamento de carro, a ideia é que os participantes tenham todos os benefícios de um automóvel particular, sem que haja necessidade da sua posse. Ocorre no modelo de compartilhamento B2P (*business-to-peer*) que o usuário paga uma taxa de adesão para ter acesso a um veículo sempre que precisar, ou pode pagar pelo aluguel por hora utilizada. Por outro lado, existe ainda outra forma de *carsharing*, de pessoa a pessoa (*peer-to-peer*), quando a plataforma conecta proprietários de automóveis diretamente com potenciais locatários/ interessados em alugar o bem de acordo com as características determinadas pelo proprietário, como, por exemplo, uma taxa determinada pelo aluguel do veículo por hora, a disponibilidade de horários do automóvel, podendo ainda escolher para quem alugar. Nesse caso, proprietário e plataforma são remunerados.

f) Compartilhamento de caronas, de táxi e de bicicletas: quase na mesma linha de raciocínio do *carsharing*, quando se trata de caronas, as plataformas conectam motoristas e passageiros que desejam fazer o mesmo itinerário para dividirem o valor do transporte. No que refere às bicicletas, o interessado se cadastra no *site*, podendo retirar bicicletas em um dos pontos estratégicos espalhados pelas cidades.

g) Compartilhamento de quintais para produção. Ocorre quando uma plataforma liga pessoas que tenham um quintal ou jardim, mas que não tenham tempo ou habilidade para cuidá-lo, com pessoas que queiram cultivar a terra.

h) Compartilhamento de serviços: A *Netflix* – serviço de assinatura que oferece TV por Internet – é o grande exemplo, já que a Internet oferece muitos serviços digitais que podem ser compartilhados, sem que haja a posse, como livros, filmes e músicas.

i) *Airbnb*: é um dos ramos da economia compartilhada com maior faturamento ao lado do *Uber*. Foi fundada em 2008 nos Estados Unidos, e visa, com fins lucrativos, a interligar pessoas que tenham quartos ou imóveis disponíveis para locação.

j) *Couchsurfing*: foi fundado no final da década de 90 nos Estados Unidos, conectando pessoas que tenham camas ou sofás disponíveis para empréstimo, com pessoas que procuram uma forma barata de hospedagem. Ele ocorre em todo o mundo, existindo muitos adeptos aqui no Brasil

k) *Crowdfunding* ou Plataformas de financiamento coletivo: É uma das formas de economia compartilhada que os adeptos da economia tradicional têm muitas dificuldades para entender o funcionamento, já que ela é na prática o financiamento de um projeto a partir de contribuições monetárias de um grande número de pessoas por meio da Internet. As plataformas quem propõe a ideia ou projeto e solicita o financiamento, com indivíduos que queiram apoiar o projeto.

O que se observa, por fim, é que a economia compartilhada é um fenômeno recente e seu futuro incerto, mas seu crescimento de larga escala não representa (e nem tenta) o fim da economia tradicional, nem uma mudança fundamental na natureza humana pois o compartilhamento sempre existiu entre as pessoas. Muitos empreendimentos nessa economia tornaram-se modelos de negócios bem sucedidos e sustentáveis, evidenciando o grande potencial de desenvolvimento econômico existente em torno das atividades de compartilhamento. Villanova, afirma ainda que os envolvidos na economia compartilhada “apresentam uma postura mais ativa em relação às questões socioeconômicas e de sustentabilidade e desenvolvem modelos de negócio que buscam a geração de valor econômico e social concomitantemente.”⁴¹⁴ De fato estamos diante de novas dinâmicas, que unem o mercado, a cooperação e a preocupação com o outro de forma diferente do que já era conhecido. São as chamadas de novas economias ou economias híbridas⁴¹⁵, de pouco provável retrocesso, mas que ainda possuem um futuro incerto, dependentes de vários fatores para sua estratificação na economia.

Na sequência, será apresentado um quadro comparativo, forma de tabela (05) elaborado para apresentação da permanência da característica da cooperação em todos os exemplos descritos no presente trabalho, desde as sociedades cooperativas até os exemplos de hackerspaces.

⁴¹⁴ VILLANOVA, 2015, p. 15.

⁴¹⁵ Poucos dias antes da finalização desta tese, foi veiculada nas mídias digitais uma nova forma de economia compartilhada: o coliving, onde as pessoas dividem grandes locais para morar. Saem das residências pequenas e solitárias, e se unem à grupos para compartilhar a casa, despesas e abandonar a solidão.

QUADRO COMPARATIVO 01

		Sociedades Cooperativas	Redes de cooperação	Economia solidária e RES	EdC e Economia colaborativa
1	Definição e Demonstração da evidência da cooperação nas experiências estudadas (o paradigma da cooperação é antes de tudo uma questão de confiança, já que diversamente do que ocorre numa economia de mercado tradicional, onde as empresas competem, na economia associativa, elas cooperam)	Em ambas as experiências cooperativas (tradicionais ou populares), sua raiz centra-se na cooperação, tecido conjuntivo das ações coletivas. A cooperativa é concebida como uma associação de cidadãos – usuários, instituída para fornecer serviços ou bens aos sócios em condições mais favoráveis do que o mercado. O cooperativismo popular, em especial, é composto por setores sociais marginalizados e organizados num campo oposto à lógica predominante do capital, com forte apoio dos sindicatos e entidades progressistas, mais particularmente, das universidades públicas.	Elas são tipos de redes sociais com variadas e complexas conexões que se formam nos grupos com objetivos comuns (particulares, econômicos ou sociais) institucionalizados ou não, a partir das relações de parentesco, de vizinhança, de compadrio ou de amizade. É a economia com base na cooperação e reciprocidade, as quais asseguram as interações e fortalecem as redes sociais. Isso se aplica, sem esforços, da mesma forma como ocorre nas sociedades cooperativas, às redes de cooperação, economia solidária e redes de economia solidária.	O Ministério do Trabalho e Emprego, sugere que a economia solidária se refere às organizações coletivas de trabalhadores, autogeridas, realizando atividades que vão desde a produção de bens, serviços, até a circulação de bens, baseada na cooperação e na solidariedade, visando reunir crescimento econômico e desenvolvimento humano. As redes de economia solidária, também baseadas na solidariedade e na cooperação, revelam-se como alternativa de geração de trabalho, renda e ressignificação da economia na construção de uma subjetividade coletiva, sustentável e participativa.	A Economia de Comunhão é a aplicação pura da cooperação e a ajuda mútua, baseada no “dar/doar”, o apoio aos projetos sociais integrando pessoas no sistema produtivo. Em contraponto com a economia tradicional, esta visa proporcionar o bem-estar de vida a todos, exportando para a teoria economia tradicional o senso de fraternidade. O fio que liga a EdC à Economia colaborativa é a cooperação. Ela é uma rede de pessoas conectadas que satisfazem suas necessidades independentemente das instituições, repensando a relação com os consumidores, e assim passa a sobreviver.
2	Evidência de outros elementos (rol não taxativo, meramente exemplificativo)	ajuda mútua, confiança, reciprocidade, ética, solidariedade, democracia, discricionariedade, pluralidade e descentralidade, entre outros	ajuda mútua, confiança, reciprocidade, ética, solidariedade, amizade, reputação, credibilidade, compartilhamento de informações, interação, democracia e participação consciente,	ajuda mútua, confiança, reciprocidade, ética, sociabilidade, solidariedade, doação, preocupação com o futuro, entre outros	ajuda mútua, confiança, reciprocidade, ética, solidariedade, justiça social, doação, preocupação com o futuro, entre outros
3	Relação com o mercado e o capital	Estão inseridas no mercado. Observa-se que nos países menos desenvolvidos, a cooperativa destina-se, em muitos casos, ser uma possível correção marginal do desequilíbrio do sistema, enquanto que em países europeus, incluindo suas funções originais, tem muito presente o fortalecimento e articulação adequada do fenômeno da cooperativa, destinado não a alterar o sistema ou substituí-lo, de acordo com algumas concepções utópicas de cooperação econômica, mas de confiar um papel integrador nele mesmo	Estão inseridas no mercado, atuando conjuntamente a exemplo do que ocorre com as sociedades cooperativas.	Singer (2003) defende ser uma prática revolucionária, capaz de romper com as bases do capitalismo (um modo de produção alternativo a ele) Para Germer (2006), por exemplo, seriam estratégias úteis na acomodação dos segmentos marginalizados nas sociedades, sem confrontar a lógica do sistema capitalista. Há ainda quem defenda uma posição intermediária, como Gaiger, (2003), que entende que as iniciativas econômicas solidárias são pautadas por ideais de autogestão econômica, autonomia social e protagonismo político.	Essas práticas estão totalmente inseridas no mercado e possuem relação direta com a doação de parte do lucro ao próximo, em especial na EdC. Na Economia colaborativa os atores criam soluções locais, conectam-se a outras pessoas para melhorar a qualidade e suas necessidades mais variadas desde emprestar alimentos dos vizinhos, ou pegar uma carona para outro ponto da cidade, conforme aplicativos desde tipo já disponíveis
4	Nível de formalização das relações interpessoais	Existem os estatutos de constituição das sociedades cooperativas ligando estas aos sócios, mas inexistente outra formalização das relações interpessoais, ou de produtos, resultados ou participação acionária.	É possível a existência de formalização (seja por contrato ou outro instrumento) das relações entre os empreendimentos cooperados ou entre os interessados individuais que formam as redes de cooperação, muito embora essa formalização não seja essencial para a efetiva relação em redes.	Muito mais do que ocorre nas redes ou nas sociedades cooperativas, o que se verifica na economia solidária é uma enorme informalidade nas relações interpessoais.	A EdC ocorre nas empresas que participam do objetivo da comunhão. É uma atividade econômica permeada por outras dimensões, dando espaço à redistribuição e à troca, mas sobretudo prevendo a doação de parte dos lucros e uma redistribuição da riqueza. Na EColaborativa não

					são necessárias formalizações de relações interpessoais.
5	Autogestão ou centralização das decisões.	No que se refere ao cooperativismo popular: autogestão, autonomia, democracia e horizontalidade das decisões. No cooperativismo tradicional, ou empresarial, elementos a horizontalidade podem não estar presentes.	Relações igualitárias entre os integrantes. Preponderância nas decisões de um dos integrantes. Autogestão, autonomia, democracia e horizontalidade das decisões.	Autogestão, autonomia, democracia e horizontalidade das decisões. Germer entende que a autonomia é ilusória, porém Gaiger, (2003), defende a autogestão econômica, autonomia social e protagonismo político	Participação dos trabalhadores da empresa, os quais utilizando-se da sua experiência e inovações, podem ajudar na condução benéfica dos negócios. A economia colaborativa pressupõe a descentralização de poder e a quebra de hierarquia.
6	Competências dos interessados	Integrantes possuem competências semelhantes	Integrantes possuem competências semelhantes, mas também distintas na medida em que a diversidade é útil para a configuração das redes.	Integrantes possuem competências semelhantes, mas também distintas na medida em que a diversidade é útil para a configuração das redes	É indiferente se as competências são distintas ou semelhantes.
7	Posição em relação à cadeia produtiva.	O integrante é um elo e um consumidor	O integrante é um elo.	O integrante é um elo e um consumidor	Uma das grandes e profundas contribuições da EdC é a tentativa de não mais separar o momento da produção da riqueza do momento da distribuição, fornecendo subsídios para alternância complexa realidade das relações da sociedade, economia, Estado e mercado.
8	Dependência ou independência dos resultados	Nesse modelo de organização não há lucro, o excedente (as sobras) tem sua destinação decidida pelos sócios, mas os integrantes são dependentes dos resultados do empreendimento.	Os integrantes pode ser totalmente dependentes dos resultados das atividades da rede.	Nesse modelo de organização não há lucro, o excedente tem sua destinação decidida pelos trabalhadores/proprietários (SINGER, 2002), mas os integrantes são dependentes dos resultados do empreendimento.	Depende da análise do do caso específico, mas em geral, nas duas espécies de economias aqui descritas o integrante pode ser parcialmente dependente dos resultados do empreendimento.
9	Concentração e abrangência geográfica e de atuação	A atuação e a abrangência podem ser local ou nacional, até mesmo internacional.	A atuação e a abrangência podem ser local ou regional, até mesmo, em algumas situações nacional.	A atuação e a abrangência podem ser local ou regional, até mesmo, em algumas situações nacional	A atuação e a abrangência podem ser local ou regional, até mesmo, em algumas situações nacional
10	Nível de tecnologia envolvido.	Baixa necessidade de tecnologia.	Baixa necessidade de tecnologia.	Baixa necessidade de tecnologia.	Baixa necessidade na EdC. Alta necessidade de tecnologia na Ec Colaborativa

Fonte: LEOPOLDINO, 2016.

4.4.3 Coworking, makerspace e hackerspace

As condições de produção econômica da era da informação mudaram e nesse contexto, a horizontalização das relações humanas produtivas que tem sido impulsionada por meio de redes digitais de comunicação, divisão de custos, o compartilhamento e do intercâmbio de produção, gerando uma nova modalidade

econômica.

Assim, o presente item tem por objetivo concretizar outras três formas modernas de organização do trabalho e da vida social e econômica, utilizando-se das noções iniciais da economia compartilhada, pertencendo elas ao grupo maior da economia colaborativa. As práticas dessa economia são muito diversas, tanto no que se refere à versatilidade e à amplitude das áreas, tipos de bens e serviços, mas também no que se direciona às maneiras pelas quais essas relações acontecem. Dessa forma, é que são inseridos os “*espaços de trabalho compartilhado*”, também conhecidos como “*coworking*”. Nele, há um compartilhamento de um local/estação de trabalho, mediante uma remuneração por hora, turno, dia ou mês, a depender da opção e possibilidade do interessado, sendo cabível, portanto, acessar uma estação de trabalho em uma grande sala com outras pessoas ou em uma sala privativa. Existem plataformas digitais como a Nós Coworking e Coworking Brasil que agrupam, oferecem e conectam pessoas interessadas em participar de espaços compartilhados.⁴¹⁶

Outrossim, as relações sociais e econômicas na sociedade contemporânea ocidental parecem precisar de fato se reinventar, estando cada vez mais organizadas (e dependentes) pela internet e pelas formas de conexão originadas delas. A abertura de novas possibilidades também ocorreu, de certa maneira, porque os empreendimentos de médios e pequenos porte têm, gradativamente, deixado de lado os ambientes tradicionais de trabalho para aderir a espaços coletivos, compartilhados, uma nova forma de usar o espaço profissional que agrada a um número cada vez maior de empreendedores. Assim, o espaço de trabalho é compartilhado entre diversos profissionais ou mesmo empresas, podendo a parceria ir além da infraestrutura, mas se estendendo a projetos em conjunto. Isso é o *coworking*.

Bezerra destaca que, no Brasil, estima-se que o *coworking* tenha iniciado suas primeiras experiências no ano de 2007, existindo hoje, segundo o censo do Coworking Brasil de 2015, 238 (duzentos e trinta e oito) espaços desse tipo, com 6.500 (seis mil e quinhentas) posições de trabalho, sendo que 95 unidades no

⁴¹⁶ COSTA, s/d, p. 2.

Estado de São Paulo, líder no país, e 20 no Paraná.⁴¹⁷ A escolha pelo uso de um empreendimento em um espaço de *coworking*, antes de qualquer outra distinção, implica menores custos e burocracia. É possível o pagamento de uma “espécie” de aluguel ao espaço (e/ou estrutura) ou mesmo a distribuição das despesas para diversas pessoas. Além dos custos operacionais, o que torna o espaço muito mais atraente, é a coletividade cooperativa e democrática em si, em que o relacionamento entre pessoas e empresas faz com que os próprios horizontes se expandam, sem a distração de espaços públicos ou o isolamento da ideia de *home office*.

É certo que há muito tempo já existia a prática de pessoas conhecidas que passavam a dividir o mesmo local de trabalho (um escritório ou consultório médico, por exemplo) com o objetivo de diminuir custos. Agora o grande diferencial do *coworking* é a conexão, a nova relação que vai ser estabelecida entre desconhecidos, bastando ter interesse em trabalhar.

De acordo com Villanova⁴¹⁸, o movimento de expansão das ideias de *coworking* traduz a proposição de construção de um futuro mais sustentável e uma cultura participativa, mediando o equilíbrio entre vida e trabalho, transformados pela tecnologia. Mas quais são as características físicas de um espaço de *coworking*? A resposta depende de cada local e em especial do que o interessado busca (se mensalista ou usuário rotativo), mas basicamente caracteriza-se pelo compartilhamento de recursos de escritório por pessoas que trabalham em diferentes áreas de atuação, sejam sala privadas ou estação de trabalho em uma grande sala aberta a todos, sala de reuniões, auditórios, funcionários, endereço comercial para envio e recebimento de correspondência, café para clientes, restaurante, estacionamento, entre outros.

Em especial, os autônomos ou empresas (as quais podem inclusive ter seus próprios funcionários) participam e estabelecem diariamente muitas parcerias entre eles, visando e aprimorando ainda mais benefícios aos seus negócios. O que se percebe ainda é que todas as formas de novas “economias” ou sistemas, incluindo o *coworking*, podem, sim, da mesma forma como ocorre com a sociedade em geral, serem replicadas e proporcionadas em termos de cooperativismo e economia solidária, porque é isso o que de fato já tramita entre eles, entre as relações por eles

⁴¹⁷ COWORKING BRASIL, 2016.

⁴¹⁸ VILLANOVA, 2015, p. 33.

definidas. Quando se trata do objetivo legal da constituição das sociedades cooperativas, sejam elas as tradicionais/empresariais ou populares, nos termos do que disciplina o artigo 4º⁴¹⁹ da Lei das Cooperativas, Lei nº 5.764/71, elas são constituídas para prestar serviços aos sócios, com base na cooperação, solidariedade, democracia e autogestão. Aquelas e estas muito se assemelham.

Por outro lado, à guisa do término dos objetivos propostos para esta tese no que se refere à verificação da possibilidade de retomada do paradigma da cooperação, não mais como uma utopia, mas por outro lado, demonstrando, inclusive que a própria sociedade mundial como um todo necessitou de uma reinvenção das formas econômicas ligadas às estruturas sociais, alguns exemplos de atuação contemporâneas e necessárias da mesma, antes de entrarmos finalmente aos estudos realizados por Michel Lallement sobre os *hackerspace*, é mister o apontamento sobre o *makerspace*, ou também chamado de movimento/cultura *Maker* (*faire* em francês) ou DIY (*do it yourself*).

Assim, segundo Villanova⁴²⁰, baseada nas ideias de colaboração e de compartilhamento físico ou digital, a cultura *marker*, crescentemente ganhando força (inicialmente) nos Estados Unidos e, por consequência, ao redor do mundo e no Brasil, busca a criação e prototipagem de novos produtos por meio de ferramentas digitais e *softwares* de padrão aberto, que propiciam a (quase) qualquer um a fabricação própria de produtos. Assim, os espaços chamados de “*makerspace*”, tendem a funcionar como grandes oficinas, as quais, além da característica do *coworking*, ainda oferecem acesso a todas as ferramentas para criação de objetos, como equipamentos de ponta, impressoras normais e 3D, cortadoras a laser, serras, ou seja, tudo para que uma pessoa produza/faça algo. Existem espaços de criação separados como, por exemplo, área para desenho de projetos, cozinha equipada para gastronomia, área de marcenaria, área para serralheria, entre outros. Na prática, o *coworking* é definido com o espaço para o trabalho com alguns benefícios. Já para a implementação do *makerspace*, não basta somente o local, mas todas as outras ferramentas necessárias para a efetiva realização do negócio proposto. As

⁴¹⁹ Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características.

⁴²⁰ VILLANOVA, 2015, p. 33.

pessoas são chamadas de sócios (*membership*) e pagam na maior parte das vezes de forma mensal ou, eventualmente, rotativa ou por evento, por aquilo que usar.

Da mesma forma como ocorre em espaços *coworking*, nos *makerspace*, os frequentadores são pessoas desconhecidas (por hobby, fins profissionais ou até crianças interessadas em aprender fazendo), no mesmo local, com todas as ferramentas tecnológicas e físicas, projetando, produzindo (ou consertando) as mais variadas habilidades ou bens. Orgulhosamente, todos devem seguir à risca os princípios do movimento: “[...] *faça, compartilhe, dê, aprenda, se ferramente, brinque, participe, apoie e mude*”.⁴²¹

Iniciativas como *FabLabs* e *Hackerspaces* fazem parte da cultura *Maker* e surgiram antes. Segundo Cavalcanti, o termo *Maker* apareceu no cenário econômico em 2005, mas, somente em 2011, a *Make Magazine* e seu proprietário, Dale Dougherty, registraram o domínio *makerspace.com* e o popularizaram para se referir a espaços de design e criação cujo acesso fosse público. O inventor, curiosamente guiado pelas ideias de sua filha ainda criança na época, passou a usar o termo “*maker*” em vez de “*hacker*”. De acordo com Cavalcanti, “[...] *and started using the term to refer to publicly-accessible places to design and create (often times in the context of creating spaces for children)*”.⁴²²

Destaca-se, ainda, que os espaços *makerspaces* podem ser criados por indivíduos, de forma profissional ou não, por empresas, organizações associadas, escolas, universidades ou bibliotecas, para compartilhar espaço e ferramentas.

Outrossim, a atual estrutura econômica e social, aliada ao desenvolvimento tecnológico, foi responsável por rápidas modificações, não apenas no que se refere às formas de organização política, social, econômica, mas também nas formas de perceber e agir sobre o mundo. Isso significa dizer que as transformações contemporâneas repercutem diretamente nas relações de produção e criação, mas principalmente na organização do Mercado e do trabalho.⁴²³

Nessa linha de raciocínio, passa-se do termo anterior *Maker*, para os *Hackers* e os seus *hackerspace*, os quais por vezes se mesclam em suas distinções e para

⁴²¹ MATTOS, 2014, p. 109.

⁴²² CAVALCANTI, 2013, p. 1.... e comecei a usar o termo para se referir a locais publicamente acessíveis para projetar e criar (muitas vezes no contexto da criação de espaços para as crianças). Tradução livre.

⁴²³ MATTOS, 2014, p. 63.

muitos envolvidos não há sequer diferença. Porém, coadunando-se com o pensamento de Cavalcanti, “[...] *I started mentally categorizing hackerspaces and makerspaces differently. In my mind, hackerspaces largely focused on repurposing hardware, working on electronic components, and programming*”.⁴²⁴

Hackerspaces muito têm de *coworking*, *makerspace*, mas não somente isso, a eles podemos incluir a característica de trabalhos altamente relacionados com a tecnologia, ciência, eletrônica. Neles, as pessoas compartilham e cooperam recursos, ferramentas e conhecimentos, desenvolvendo uma forma de criação que é radicalmente diferente da maneira industrial de desenvolvimento tecnológico. Existe especialmente os elementos da reciprocidade e da solidariedade nas relações entre os interessados.⁴²⁵ Destaca-se que o referencial teórico para este item, além da dissertação de Mattos, foi construído com base na obra do francês Michel Lallement, estudioso da sociologia do direito do trabalho e das obras utópicas de Charles Fourier, sendo o livro resultado das pesquisas e entrevistas realizadas durante o período que passou pesquisando um *hackerspace* chamado Noisebridge na cidade de São Francisco- EUA entre os anos de 2011 e 2012.

A Noisebridge é uma das mais antigas *hackerspaces* da região, trabalhando 24 horas por dia nos sete dias da semana, reunindo jovens com espírito libertário. As decisões são tomadas de forma coletiva e por unanimidade, com base mínima de consenso, e ao invés de uma democracia baseada no sufrágio universal e regra da maioria, os *hackers* preferem incluir a prática do *do-ocratie* (*do-ocracy* em inglês)⁴²⁶. Dentro do *hackerspace* Noisebridge, todos os participantes têm o direito de falar e suas práticas refletem não apenas o comportamento de mercado, mas também uma prática cooperativa, a recusa da hierarquia e da busca constante por consenso.

Un hackerspace est, premierement, un organisation ouverte que rassemble **des personnes désireuses de mener a bien des projects de fabrication de natures multiples**: découpage et assemblage de pièces (en plastique, bois, métal...) [...] Est,

⁴²⁴ CAVALCANTI, 2013, p. 1.

⁴²⁵ MATTOS, 2014, p. 43.

⁴²⁶ “Do-ocratie: pouvoir du faire. [...] reconnaît la légitimité des actions à céus qui en prennent l’initiative”. LALLEMENT, 2015, p. 425, (“poder para fazer [...] Reconhece a legitimidade de ações para aqueles que tomam a iniciativa” - tradução nossa).... Comecei mentalmente a categorizar hackerspaces e makerspaces diferentemente. Na minha mente, hackerspaces eram amplamente focados na redefinição de objetivos hardware, trabalhando em componentes eletrônicos, e programação (tradução livre)

deuxièmement, un lieu physiquement situé ou des individus partagent et utilisent des ressources: machines, outils, matériaux, connaissances, informatio, wi-fi... [...] Est, troisièmement, una association a but non lucratif gerré collectivement...[...] Est, enfin, un vecteus de promotion et d'applocation des valeurs issues de l'éthique **hacker dont les principes sont la libre cooperation, le refus de la hieraschie, la libertá d'échange de l'information et des connaissances**. Le reject de la discrimination, la conviction que les technques ont des potentiels à valeus èmanciatrice, ou encore l'importance conférée à la **do-ocratie (pouvoir du faire)**. (Grifos nossos).⁴²⁷

Na França e em alguns outros lugares pelo mundo, por seu turno, os *hackers* (pessoas que trabalham nos *hackerspaces*), equivocadamente, têm má fama, sendo frequentemente ligados à ideia de roubo de dados bancários na internet, senhas e programas de computador. Ocorre que essa má reputação é realmente uma confusão semântica: o *hacker* não é um *cracker*, já que este sim é o verdadeiro pirata digital. Exemplo disso é Steve Wozniak, o qual inventou o primeiro computador da *Apple* e é considerado o mais famoso *hacker* do mundo. Bill Gates e Steve Jobs também o eram.

O prazer do *hacker* é fazer, mas em seguida, procurar ganhar dinheiro com a atividade desenvolvida. Eles não são simplesmente jovens capazes de programar com um pouco de inventividade⁴²⁸. Assim, segundo Lallement:

Hacker: initialement, un hacker est un spécialiste d'informatique qui programme avec enthousiasme, et parfois même de façon addictive, en trouvant du plaisir à solutionner des problèmes complexes. Par extension, un hacker est une personne qui bricole ingénieusement et efficacement.

Os *hackerspaces*, assim, são descritos por Lallement e Mattos quando pessoas com diferentes objetivos e motivações se unem por meio de uma prática

⁴²⁷ LALLEMENT, 2015, p. 38-39. ... A hackerspace é, em primeiro lugar, uma organização aberta que reúne pessoas dispostas a levar a cabo os projetos de fabricação de vários tipos: corte e montagem de peças (plástico, madeira, metal ...) [...] e em segundo lugar, um lugar fisicamente localizado ou indivíduos que compartilham o uso dos recursos: máquinas, ferramentas pacote, materiais, conhecimento, informatio, wi-fi ... [...] Em terceiro, uma associação sem fins lucrativos gerada coletivamente ... [...] e enfim um vetor de promoção e aplicação de valores da ética hacker de cujos princípios são a livre cooperação, a rejeição da hierarquia, a liberdade de troca de informação e conhecimento. A rejeição da discriminação ou a importância conferida à do-ocracy. (tradução livre)

⁴²⁸ Ibidem, p. 91. ... Hacker: inicialmente, um hacker é um especialista em computação que programas com entusiasmo e às vezes de forma viciante, para resolver problemas complexos. Por extensão, um hacker é uma pessoa que manipula habilmente e eficaz. (tradução livre)

comum e do compartilhamento de recursos e conhecimentos, sendo autogerados e não determinados por uma lógica externa de Mercado.

Hackerspace: espace physiquement situe où des personnes ayant un intérêt pour les techniques se rassemblent pour travailler sur des projects tout en partageant des équipements (machines- outils, wi-fi...) des connaissances et des valeurs communes issues de l'éthique hacker (le travail comme fine n soi, le refus de la hiérarchie...).⁴²⁹

No que se refere ao início do movimento, Mattos afirma que, diferente do que ocorreu com a cultura *Maker*, declaradamente americana ou a economia de comunhão brasileira, os primeiros *hackerspaces* surgiram, na década de 80, na Alemanha. O CCC (*Chaos Computer Club*), associação de *hackers* entre as mais antigas e maiores foi fundada, em 1981, em Hamburgo. Muito tempo depois, somente em 2007, tal modelo europeu foi importado pelos Estados Unidos, ganhando força e popularidade com a fundação do *NYC Resistor* em Nova York e do *Noisebridge* em São Francisco.

Dada a sua internacionalização, o movimento *hackerspace* está presente em todo o mundo, com muitos espaços independentes em diversos países. No que se refere ao Brasil, o primeiro *hackerspace* surgiu em 2010, em São Paulo, chamado de Garoa Hacker Clube, abrindo caminho para a criação de outros no Brasil, incluindo o Tarrafa Hacker Clube, em Florianópolis.⁴³⁰

Destaca-se, outrossim, que, muito embora a cooperação e democracia sejam imprescindíveis para a cultura *hacker*, a ética também possui papel primordial; é a chamada Ética hacker (*hacker ethics*) e, diferentemente da ética tradicional, na qual o trabalho é visto como um dever, a ética *hacker* traz a premissa da paixão, entusiasmo, valorização da liberdade individual pela atividade realizada como motivação principal em oposição ao “dinheiro” como recompensa. A gestão do trabalho é livre e flexível sem necessidade de rotinas e otimização programada.

⁴²⁹ LALLEMENT, 2015, p. 425; MATTOS, 2014, p. 60.... Hackerspace: espaço fisicamente localizados onde as pessoas com interesse em tecnologia se unem para trabalhar em projetos, compartilhando equipamentos (máquinas-ferramentas, wi-fi ...) o conhecimento e os valores comuns da ética hacker. (tradução livre)

⁴³⁰ Ibidem, p. 43.

Mattos, citando Steven Levy e Lallemet, descreve essa ética como uma filosofia de compartilhamento, abertura, descentralização e de ação direta em busca da melhoria das máquinas e do mundo. Seriam eles: ⁴³¹

a) Acesso a computadores – e qualquer coisa que possa ensinar algo sobre como o mundo funciona – deve ser ilimitado e total. Mãos à obra (*hands on*);

b) Toda informação deve ser livre. (*Premier principe: [...] toute information doit être libre*);

c) Desconfie da Autoridade – Promova Descentralização. (*Deuxième principe: [...] ne pas faire confiance à l'autorité, promouvoir la decentralisation.*);

d) Hackers devem ser julgados por seu *hacking*, e não por critérios falsos como diplomas, idade, etnia ou posição. (*Troisième principe: [...] les hackers ne doivent pas être jugés à de criteres afférents au diplôme, à l'âge, à la race ou a la position, mais uniquement sur la base de eus prestation technique.*);

d) É possível criar arte e beleza em um computador. (*Quatrième principe: [...] ne semble pas enêtre vraiment un pi]uiqu'il indique la possibilié de produire de l'art et de creer de bellles choses à l'aide d'un ordinateur.*);

e) Computadores podem mudar sua vida para melhor. (*Dernier principe: [...] les ordinateurs peuvent changer votre vie pour le meilleur.*).

Outrossim, à guisa do término apresenta-se um quadro comparativo, em forma de tabela (06) elaborado para apresentação da permanência da característica da cooperação nos exemplos descritos no presente trabalho, desde as sociedades cooperativas até os exemplos de hackerspaces.

QUADRO COMPARATIVO 02

		Economia compartilhada	Coworking	Makerspace	Hackerspace
1	Definição e Demonstração da evidência da cooperação nas experiências estudadas (o paradigma da cooperação é antes de tudo uma questão de confiança, já que diversamente do que ocorre numa economia de mercado tradicional, onde as empresas	Também chamada de <i>Sharing Economy</i> é um ecossistema econômico sustentável construído em torno de uma espécie de sistema de cooperação com a partilha de recursos humanos, serviços e produtos, bem como criação, produção e distribuição de bens e serviços por pessoas e negócios por meio de plataformas, sites e aplicativos. O compartilhamento sempre existiu, mas o	São espaços de trabalho compartilhado, nos quais a partir do pagamento de um valor (diário, por hora ou mensal) é possível acessar uma estação de trabalho, individual ou coletiva, independente se pessoas conhecidas ou não, mas que passam a dividir um espaço colaborativo para diminuir os custos. A cooperação e a colaboração entre empresas é apontada	Elas são sinônimo de cooperação, pois são espaços que funcionam como grandes oficinas conjuntas, as quais além da característica do <i>coworking</i> , ainda oferecem acesso a todas as ferramentas para criação de objetos, como equipamentos de ponta, impressoras normais e 3D, cortadoras a laser, serras, ou seja, tudo para que uma pessoa produza/faça algo. Para a implementação do	<i>Hackerspaces</i> muito têm de <i>coworking</i> , <i>makerspace</i> , mas não somente isso. Neles incluímos a característica de trabalhos altamente relacionados com a tecnologia, ciência, eletrônica. As pessoas compartilham e cooperam recursos, ferramentas e conhecimentos, desenvolvendo uma forma de criação que é radicalmente diferente da maneira industrial de

⁴³¹ MATTOS, 2014, p. 36 ; LALLEMENT, 2015, p. 95.

	competem, na economia associativa, elas cooperam)	fator de inovação está relacionado ao desenvolvimento de implementação de sistemas tecnológicos que viabilizem trocas de bens e serviços entre pessoas totalmente desconhecidas. Ela pertence à economia colaborativa.	como uma das grandes diferenças entre um local convencional de trabalho, usado por uma única empresa, e um ambiente coletivo	makerspace, não basta somente o local, mas todas as outras ferramentas necessárias para a efetiva realização do negócio proposto e o senso de coletividade e cooperação.	desenvolvimento tecnológico. Existe especialmente os elementos da reciprocidade e da solidariedade nas relações entre os interessados.
2	Evidência de outros elementos (rol não taxativo, meramente exemplificativo)	compartilhamento, ajuda mútua, confiança, reciprocidade, ética, solidariedade, reputação, credibilidade, participação consciente. Entre outros.	Confiança, sustentabilidade, cultura participativa, ética, ajuda mútua, confiança, reciprocidade, solidariedade, reputação, credibilidade, compartilhamento de informações, interação, democracia e participação consciente	Confiança, sustentabilidade, cultura participativa, ética, ajuda mútua, confiança, reciprocidade, solidariedade, reputação, credibilidade, compartilhamento de informações, interação, democracia e participação consciente	Entusiasmo, valorização da liberdade individual, Trabalho livre e flexível, além de Confiança, sustentabilidade, cultura participativa, ética, ajuda mútua, confiança, reciprocidade, solidariedade, compartilhamento de informações, interação, democracia
3	Relação com o mercado e o capital	Variedade muito grande de espécies de modelões de negócios. Estão inseridas no mercado, atuando conjuntamente.	Fazem parte das novas possibilidades de configurações de relações com o mercado e o capital, neles inseridos.	Fazem parte das novas possibilidades de configurações de relações com o mercado e o capital, neles inseridos	Fazem parte das novas possibilidades de configurações de relações com o mercado e o capital, neles inseridos
4	Nível de formalização das relações interpessoais	Inexistem formalizações das relações interpessoais. Interesses compartilhados entre empresas grandes, pequenas e por indivíduos. Normalmente formados por pessoas desconhecidas.	São geralmente formados por pessoas desconhecidas, que formalizam contratos de espaços compartilhados para atuações profissionais.	São geralmente formados por pessoas desconhecidas. Relações interpessoais ou profissionais e a formalização das relações interpessoais não é essencial para o sucesso da atividade	São geralmente formados por pessoas desconhecidas. Relações profissionais e a formalização das relações interpessoais não é essencial para o sucesso da atividade
5	Autogestão ou centralização das decisões.	Na economia compartilhada não existe centralização de decisões, pois a autogestão dos negócios é característica essencial. Se administrados individual ou coletivamente, as decisões são tomadas conjuntamente com os interessados.	Espaços coworking pressupõem a descentralização de poder e a quebra de hierarquia.	Makerspaces pressupõem a descentralização de poder e a quebra de hierarquia. Todos tem participação deliberativa e democrática.	Todos os participantes têm o direito de falar e suas práticas refletem não apenas o comportamento de mercado, mas também uma prática cooperativa, a recusa da hierarquia e da busca constante por consenso. Hackerspaces pressupõem a descentralização de poder e a quebra de hierarquia
6	Competências dos interessados	É indiferente se as competências são distintas ou semelhantes. Os interesses precisam ser semelhantes.	É indiferente se as competências são distintas ou semelhantes.	Normalmente os integrantes possuem competências mais semelhantes do que distintas.	Os integrantes possuem competências semelhantes. Os interesses precisam ser semelhantes.
7	Posição em relação à cadeia produtiva.	O integrante é um elo e um consumidor	O integrante é um consumidor	O integrante é um elo.	O integrante é um elo.
8	Dependência ou independência dos resultados	Depende da análise do caso específico, mas em geral, os integrantes das experiências de economia compartilhada podem ser parcialmente ou totalmente dependentes dos resultados do empreendimento.	Os integrantes são independentes dos resultados do empreendimento como um todo, somente dividem os espaços.	Os integrantes são independentes dos resultados do empreendimento como um todo, somente dividem os espaços.	os integrantes dos hackerspaces podem ser parcialmente ou totalmente dependentes dos resultados do empreendimento.
9	Concentração e abrangência geográfica e de	A atuação e a abrangência podem ser local ou nacional, até mesmo internacional.	A atuação e a abrangência podem ser local, até mesmo, em algumas situações	A atuação e a abrangência podem ser local ou regional, até mesmo, em algumas	A atuação e a abrangência podem ser local, até mesmo, em algumas situações

	atuação		regional.	situações nacional.	internacional.
10	Nível de tecnologia envolvido.	Alta necessidade de tecnologia.	Alta necessidade de tecnologia.	Alta necessidade de tecnologia.	Alta necessidade de tecnologia.

FONTE: LEOPOLDINO, 2016.

O mais importante é que, demonstrando que com base no paradigma da cooperação, os *hackers* estão transformando as relações com o trabalho, independente da finalidade comercial, fazendo desmoronar as estruturas de hierarquia estrutura dos negócios tradicionais já que não há hierarquia nelas. Há o coletivo. Essa é uma mudança fundamental na nossa sociedade. No centro de tudo isso, há um desafio: a autonomia responsável, já que o modelo do taylorismo é agora claramente ultrapassado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*È dalla porta stretta dell'utopia che si entra
nella realtà costruttiva. (André Gide)*

Ao propor uma retomada, o desafio inicial foi lançado. E alcançado.

A característica peculiar do ser humano civilizado, por John Stuart Mill, é a capacidade de cooperação, imprimindo às relações um caráter de amplitude e coletividade de ações. No mesmo sentido, o que restou claro pelo estudo demonstrado na presente tese é que cooperar não é apenas dar vida a uma forma especial de empreendimento econômico ou numa determinada relação social, seja ela uma sociedade cooperativa, economia compartilhada ou em redes, mas acima de tudo significa participar ativamente na criação do substrato das relações, condições essas que tornam possível o comprometimento entre as pessoas, o mercado e as externalidades positivas.

Quando se propôs a retomada do axioma da cooperação, a ideia era justamente, considerando que ela e a solidariedade sempre existiram, demonstrar que, dada as recentes e contínuas transformações sociais e econômicas, é por meio de ações permeadas de cooperação é que estão caminhando (e porque não dizer: evoluindo) os empreendimentos do século XXI. O certo é que o fundamento cooperativo tendeu, por um período, a desaparecer, ou melhor, se esconder, com a evolução e a generalização dos modelos de empreendimento capitalista e do Estado moderno. Ocorre que a sociedade e a economia apresentaram significativas mudanças nos últimos séculos e demandaram mudanças das relações sociais e econômicas entre elas. A gênese cooperativa é de alguma forma um dado adquirido, para que tanto a sociedade e o mercado sejam vistos como o resultado de uma lei natural, uma predisposição natural dos homens a associarem-se ou fazer comércio.

Como objetivo geral tínhamos a verificação da cooperação como paradigma possível e viável, na (re)estruturação e fixação das estruturas sociais, políticas e econômicas, concretizando tal premissa com exemplos de experiências contemporâneas, nas quais, unida a elementos como a solidariedade, a confiança e a reciprocidade, agem positivamente nas relações humanas individuais ou coletivas,

nas escolhas e decisões políticas e, em especial no aspecto econômico. O fio condutor do trabalho foi, aliado à ideia de contribuição acadêmica para os estudos do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR e à constatação que a realidade contemporânea, bem como as mudanças estruturais no centro das relações sociais e econômicas, em especial na realidade das sociedades cooperativas e das relações capital- trabalho, precisavam ser analisadas e implementadas sob outra ótica da fundamental cooperação entre os interessados. Assim, a partir do estudo do movimento cooperativo em si, verificamos a necessidade de contextualizar a raiz do próprio fenômeno, demonstrando a viabilidade de um paradigma amplo e concreto, ancorado em uma cooperação viável e amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos nacionais e internacionais relevantes, que se interessam e apoiam a ideia proposta.

Mesmo que eventualmente ela possa ser considerada uma utopia, é possível retomá-la sim como um novo paradigma. A cooperação deixa de ser irrealizável, fantasia ou devaneio, passando a figurar como um lócus existente, uma outra forma possível de buscar superações nas mais variadas áreas em crise. As pessoas precisam reciprocamente cooperar. Isso porque os estudos demonstraram entregar à cooperação papel de destaque nas relações humanas. Marx já dizia que a *“[...] cooperação traz ao trabalho um novo potencial produtivo, pois não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força”*. Observa-se que essa mesma cooperação configura-se como uma vivência existente no cerne do cooperativismo, diretamente ligada à sua origem, à sua constituição como movimento social; contudo, mais ainda relacionada à sua durabilidade e à continuidade na importância econômica historicamente destacada. Ela não se dissolveu no tempo, sendo descrita por John Stuart Mill inclusive como uma característica peculiar do ser humano civilizado, sendo capaz o incremento de sua utilização e da abrangência de ações.

Ainda no século XIX, a utopia passou a ser sinônimo de luta política, de todos contra todos. Robert Owen, Fourier, Saint Simon e Proudhon rejeitavam a violência, tendo ficado conhecidos como "socialistas utópicos" a partir de Marx e Engels, mas o certo é que somente no século passado é que termo foi redescoberto e esclarecido, tornando-o *“[...] insuspeito para o projeto de possibilidades alternativas*

de vida”, majoradas no próprio processo histórico. “[...] *A perspectiva utópica inscreveu-se na própria consciência da história politicamente eficaz*”.⁴³²

Neste sentido, buscando enfrentar os elementos de controle do problema e dos marcos teóricos bem como o conjunto de conceitos e relações explorados, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, os quais percorreram desde o início do movimento cooperativo no cenário econômico mundial, as sociedades cooperativas e o movimento internacional de estudo e compreensão da cooperação, seus aspectos mais teóricos, elementos e virtudes associados às práticas contemporâneas que comprovam a possibilidade da retomada da cooperação, como elemento basilar e definidor dos agentes sociais no século XXI. Como experiências contemporâneas ligadas à cooperação, com bases teóricas distintas, analisamos as redes de cooperação e de economia solidária, as propostas de economias de comunhão, colaborativa e compartilhada, e os exemplos de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*.

O escopo do primeiro capítulo foi traçar uma linha de desenvolvimento da entrada do movimento cooperativo no cenário econômico mundial, trazendo aspectos relevantes da Europa neste quadro. Observou-se que, o século XX foi o século das grandes batalhas ideológicas e acalorados debates doutrinários. O liberalismo, marxismo, o anarquismo competiram pela hegemonia cultural escolhendo como área de confronto apenas a político-econômica. Cada uma dessas matrizes tentou capturar a cooperação, trazendo-a para o seu lado. No mesmo período, a operação cultural lançada pelos estudiosos não foi, portanto, de pensar a cooperação como um grupo de empreendimentos em que se praticava a mutualidade em oposição ao motivo dominante e penetrante de lucro, mas de ler e interpretar a economia de mercado como um lugar de cooperação, mesmo diante de um conflito de interesses. Consequentemente, não há nada mais seguro entre as mudanças sociais do futuro próximo de um crescimento progressivo do princípio e da prática da cooperação, estendendo-se ao próprio movimento cooperativo, à economia social ou às novas e possíveis formas de economia, baseadas, conforme estudo apresentado nessa tese, essencialmente na solidariedade.

As reflexões sobre o movimento cooperativista do século XIX, na esfera internacional e no campo acadêmico, foram de alto nível, tanto que, para justificar o

⁴³² HABERMAS, 1987. p. 104.

objeto central proposto por esse trabalho, justificou-se a verificação do percurso histórico do mesmo, em especial sobre seu destaque no cenário econômico mundial, na Europa, Inglaterra e Itália. Foi justamente após o estudo sobre o cooperativismo italiano é que se tornou latente e necessária a proposta de uma retomada da própria estrutura da cooperação, sua teoria, com aspectos além de sociais, econômicos e políticos.

O capitalismo já cooperou o trabalho. A novidade agora é a constatação sobre o respeito aos interesses e ganhos individuais.

É interessante notar que essa não era a perspectiva de discurso sobre a cooperação dos economistas da escola clássica. Em vez de ver a cooperativa como um remédio para um "fracasso" de uma forma específica de empresa capitalista, autores como Adam Smith e italianos, Giuseppe Mazzini e Luigi Luzzatti viram a cooperação como a regra e não como exceção. A cooperativa passa a ser concebida, então, como uma associação de cidadãos-usuários e, ao mesmo empreendimento, um negócio para fornecer um serviço aos sócios em condições mais favoráveis do que o mercado. Já os *princípios de Rochdale*, segundo Vella e Frau⁴³³, constituem, posteriormente, o *ponto de referência da economia cooperativa*, resultando em um grande movimento que faz parte da liberdade de associação, o que representou uma das conquistas fundamentais do século XIX por parte das classes trabalhadoras e subordinados.

Ao realizar a análise de um dos produtos do cooperativismo, as sociedades cooperativas, demonstrando e delineando os aspectos diferenciadores da diversidade de tipos cooperativos, em especial o cooperativismo clássico e o popular, permeando a cooperação no segundo capítulo deste estudo, e ao tratar das relações de trabalho e emprego, parece lógico crer, que muito mais do que a própria ONU, a OIT teve e mantém uma maior preocupação na regulamentação das práticas das sociedades cooperativas e principalmente sua relação com os trabalhadores envolvidos. Assim, desde a sua criação, ela reconhece a importância das cooperativas e de acordo com o artigo 12 da sua Constituição “[...] *pode tomar as providências necessárias para as consultas que considerar desejáveis junto às organizações internacionais não- governamentais de patrões, trabalhadores,*

⁴³³ VELLA, 2010, p. 68; FRAU, 2010, p. 45.

*agricultores e cooperativas*⁴³⁴ e já em 1920 criou o Serviço Técnico Cooperativo da OIT, existente até hoje, respondendo por uma considerável proporção de atividades de cooperação técnica da ONU e OIT.

Por outro lado, dado o caminho escolhido da cooperação ao cooperativismo, e retornando àquela, aliado à constatação que a realidade contemporânea e as mudanças estruturais no centro das relações sociais e econômicas, precisavam ser analisadas e implementadas sob outra ótica, o capítulo três, foi desenvolvido para demonstrar os aspectos fundantes da cooperação, iniciando com a proposta de *Peter Haberle* sobre um Estado Constitucional Cooperativo, concluindo que em diversos setores vida econômica, social e em especial jurídica, ela deve ser perseguida. Este autor defendeu a ideia de que o Estado Constitucional contemporâneo é também um ente cooperativo, tendo com fundamento teórico a cooperação internacional, democracia e solidariedade, com limites enfraquecidos, não mais voltado para si mesmo, disponibilizando como referência aos demais estado, membros de uma comunidade, destacando-se, em especial, os direitos humanos e fundamentais

No que se referiu aos fundamentos éticos e culturais da cooperação, a teoria da cooperação, a cooperação cooperativa e sua abordagem política, dada a sua internacional importância, é inegável que além da medição correta da eficiência das cooperativas - tarefa de uma teoria econômica da cooperação -, existe também a possibilidade de outro tipo de medida, o da eficiência *social* de um sistema caracterizado pela cooperação como a interação privilegiada. A importância internacional da cooperação, sobretudo no que se refere às Constituições federais do Brasil e da Itália, demonstraram que os legisladores constituintes, especialmente os italianos, traçaram um esboço de definição que se refere a um fenômeno que já existe, o que, no novo contexto constitucional, é necessário para garantir a *função social*. A cooperação passa a ter valor constitucional, mas terá seu ápice de atuação e de ingerência manifestadamente na ordem econômica. A dignidade da pessoa humana, permanece, por fim, como um valor universal, como o centro das opções para a regulamentação das relações sociais, políticas e econômicas.

O mundo da cooperação, com seu conjunto de sentidos (moral, político e econômico), com um projeto de democratização das esferas, pode dar um notável

⁴³⁴ OIT, 1946.

contributo à superação de antinomias aparentemente irreduzíveis, tornando-o assim um fator de crescimento, ocasionado pela construção de uma boa sociedade para se viver. Na mesma linha de raciocínio, demonstrando a viabilidade plausível de um discurso significativo sobre a cooperação, esse não pode colocar a sua base somente na função social, devendo, antes, procurar uma função civil da cooperação, ou seja, em sua capacidade de contribuir de forma decisiva para civilizar a economia de mercado. Tal ação implica adoção do estudo sob a perspectiva da oferta e da procura. Ou seja, segundo esse último, as sociedades cooperativas foram fundadas em resposta à incapacidade das empresas, tanto as tradicionais quanto as públicas, para atender às necessidades sociais específicas ou para dar solução adequada para situações de crise.

Sob o ponto de vista sociológico, a cooperação é como uma ação conjunta em que pessoas se unem para alcançar o mesmo objetivo, sendo ela, então, uma forma de processo social de ajuda mútua para obtenção do mesmo fim. E sob esse aspecto, nas sociedades cooperativas a cooperação passa a existir quando essa ajuda mútua é previamente organizada segundo estatutos anteriormente estabelecidos. Nessa união de esforços, a cooperação deve ser considerada como norma ética, processo social e também característica estrutural de instituições não só de caráter econômico (como as sociedades), mas também de caráter religioso e político.

Uma ciência da cooperação pretende, segundo Torres y Torres, estabelecer certos princípios explicativos de comportamentos cooperados. Como fundamento teórico, a cooperação cooperativa, assim, passou a ser a manifestação do limiar, do aspecto econômico da cooperação, caracterizada pela *economicidade dos sujeitos interventores*, como pessoas e não como detentores de capital. É sob esse aspecto que a essa cooperação se materializa, se torna factível.

Com base no que se observou com o próprio desenrolar histórico da cooperação e do movimento cooperativo no mundo, suas vertentes e as próprias justificativas para a existência das sociedades cooperativas tais como prenunciavam desde suas origens, é correto afirmar que a vida social é, de fato, toda permeada pela cooperação, uma vez que as pessoas se organizam em grupos para se adaptar ao ambiente e às suas necessidades. Na mesma linha de raciocínio, afirma-se que a sociedade seria impossível sem um mínimo de esforço cooperativo, principalmente para mantê-la. Da mesma forma ocorre com economia. Assim, para o fim de

possibilitar e efetivar a proposição da retomada de um paradigma possível da cooperação, amplo e também ancorado não só num modelo de viável, mas estabelecido com propostas sociais e econômicas e amparado num modelo de Estado com apoio nos organismos internacionais relevantes, discorreremos sobre os seus elementos constitutivos, justificando-os desde seu percurso histórico.

O escopo do quarto capítulo, dada a necessária observância da cooperação nas interações sociais e econômicas e com a demonstração da sua viabilidade pretendida, foi demonstrar que o paradigma da cooperação, além da sua configuração social, é possível e está presente na sociedade econômica mundial das mais diversas formas aliadas ao capital. Em várias práticas do real, existem diferentes níveis de cooperação analisados. Para tanto, inicialmente partimos da análise das ideias de Karl Polanyi sobre a economia, o mercado (ou ausência dele) e o significativo papel da reciprocidade (base da cooperação) nas relações econômicas e sociais, Robert Axelrod com sua teoria da evolução da cooperação, a necessidade da construção da durabilidade e da preocupação do futuro para resultado mais abrangentes e em situações das mais diversas, como por exemplo nas trincheiras de uma guerra mundial, Singer com seu ideário revolucionário da economia solidária, Corragio com o desenvolvimento de princípios éticos e econômicos a partir da obra de Polanyi e Agudo com as virtudes da cooperação.

As relações de reciprocidade, assim, produzem valores humanos de confiança e solidariedade, cimentando as redes de cooperação, nas quais não apenas ocorrem relações econômicas de intercâmbio, mas também relações econômicas com base na reciprocidade. Demonstrou-se, ainda, que a demonstração da reciprocidade ocorre nas formas de *confiança, solidariedade, compartilhamento e redistribuição*. A democratização da cooperação enfatiza o desenvolvimento dos interesses e objetivos comuns, da organização social. Uma sociedade organizada é uma sociedade democrática, sendo correta também a afirmação de uma sociedade democrática é uma sociedade mais desenvolvida.

Em um contexto de modernidade tardia, em que as sociedades cada vez mais complexas rejeitam os dogmas de uma imposição das relações sociais e econômicas, uma teoria política de cooperação pode ajudar, para mudar o foco da singularidade, um modelo que vê como o centro relacionamentos, redes, formas de associação e cooperação dos sistemas de produção, mas também políticos. Mudar o foco seria também afirmar que a cooperação tem algo mais do que apenas a

eficiência igual à de empresas capitalistas. A nova abordagem deve, no entanto, ser bem-vinda para, substituindo a responsabilidade individual como o principal elemento das relações sociais, repensar a declinação exclusiva do individualismo, em seguida, realocando as formas de organização social em contextos mais amplo.

Por fim, a parte final do quarto capítulo (e mais especial) de forma inovadora, aliando direito e economia, relações econômicas e sociais, bem como a ideia do movimento cooperativista à necessidade de se retornar a utopia da cooperação transformando-a em um paradigma realmente possível e viável, exemplificou a ocorrência de experiências contemporâneas da cooperação vivida, sejam elas pela construção e implementação de redes de cooperação ou redes de economia solidária, sejam pelas novas espécies de economias como a economia de comunhão, colaborativa e compartilhada, sejam pelos sistemas de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*.

Partiu-se, assim, da premissa de que a ação econômica é sempre uma ação conjunta, uma ação que precisa ser realizada de forma intencional por duas ou mais pessoas. Nesse sentido, é possível afirmar que a economia de mercado baseada na divisão do trabalho é um mundo densamente povoado de ações conjuntas. E para que essas possam desta forma serem caracterizadas, Zamagni passou a identificar seus três elementos, a saber: a) a ação não pode ser realizada sem que todos os participantes estejam cientes do que eles fazem e com que objetivo o fazem; b) cada participante na ação conjunta detém a titularidade e, portanto, a responsabilidade por aquilo que ele faz, diferenciando ação conjunta de ação coletiva, já que nesta a identidade e a responsabilidade pessoal do indivíduo desaparece; c) deve existir a unificação de esforços por parte dos participantes na ação conjunta para alcançar o mesmo objetivo, pois a interação de múltiplos sujeitos, em um determinado contexto ainda não é atividade comum, se eles têm objetivos diferentes ou conflitantes. A cooperação decorre da intuição de que alguns recursos, tipo de comunidade, são utilizados melhor fora do mercado de câmbio contratual. Hoje, entre esses recursos também devem ser considerados recursos locais de "economia compartilhada", particularmente valiosas no contexto da economia do conhecimento. Então, como grande são as novas áreas em que o modelo cooperativo pode dar origem a uma gama de serviços e produtos inovadores, com os princípios subjacentes a cooperação.

As experiências concretas contemporâneas da cooperação vivida, a exemplo das redes de cooperação e as redes de economia solidária, bem como as propostas de novas espécies de economia como a economia de comunhão, colaborativa e compartilhada e os espaços de *coworking*, *makerspace* e *hackerspace*, possibilitam a percepção do quão é necessário repensar as relações sociais e econômicas. A cooperação aparece, assim, como elemento chave desse momento específico das relações mundiais.

Outra questão mencionada aqui apenas diz respeito ao papel da legislação e dos marcos regulatórios, ausentes no caso dos exemplos citados nessa tese, sendo essa uma área em que estudiosos e profissionais terão muito trabalho a fazer juntos. A verdade é que, dada essa realidade, permanece a preocupação com a regulamentação das formas de cooperação concretas, abrindo-se grande espaço para a atuação jurídica.

Somente ao assumir que essa busca não terá um fim e que não é possível saber, previamente, as consequências de qualquer decisão e, muito embora sabendo-se que o risco seja uma presença constante e inevitável, a reciprocidade fortalece a confiança social dentro de sistemas participativos e funciona como um sistema de trocas permanentes. Além disso, as trocas mobilizam as expectativas que se baseiam na confiança, valor que colabora para o fortalecimento dos laços e interações sociais.

O movimento da cooperação tem energia e formas para levar essas novas estradas (mesmo que incertas ainda). O papel da investigação e da formação neste contexto é crucial. Qualquer investimento para melhorar o perfil do nosso conhecimento é um investimento para um futuro menos vulnerável. A cooperação mostra que há uma alternativa. É preciso retomar o pensamento e ação guiados pela igualdade e justiça social. Diante do capitalismo e não buscando uma alternativa à ele, mas uma convivência pacífica, as formas apresentadas são de fato “novas” formas, não sendo possível precisar se definitivas ou não.

REFERÊNCIAS

- _____. **Alleanza Cooperativa Internazionale (ACI) e il Consiglio Mondiale delle Banche di Credito Cooperativo**. Bologna, Itália. Centro Italiano di Documentazione sulla Cooperazione e l'economia sociale. 2009. Disponível em: http://www.movimentocooperativo.it/gest/uploads/coop/fileadmin/ACI_-_WOCCU.pdf. Acesso em: 02 dez 2014.
- ABRAMOVAY, Ricardo. A economia híbrida do Século XXI. In: COSTA, Eliane; AUGISTINI, Gabriela. **De baixo para cima**. Disponível em: <http://www.livro.debaixoparacima.com.br/a-economia-hibrida-do-seculo-xxi/>. Acesso em 10-abr-2016.
- AGUDO, J Dias. **Cooperação e Cooperadores**. Lisboa (Portugal): Livros Horizonte, 1930.
- AFANIO, Claudia. **O tratamento jurídico das cooperativas de trabalho no Brasil: os desafios da democracia econômica**. Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2006.
- ÁLVAREZ RODRIGUEZ, Juan Fernando. **Naturaleza y especificidad de la cooperativa multiactiva**. Bogotá: CootraDian - mídia eletrônica, 2008.
- ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das Sociedades Comerciais**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- AXELROD, Robert. **A evolução da cooperação**. São Paulo: Leopardo, 2010.
- _____. **The evolution of the cooperation**. New York: Library of Congress, 1984.
- BADIALI, Elisa. **Crisi economica e nuove povertà**. Disponível em <http://www.lib21.org/crisi-economica-e-nuove-poverta>. Acesso em 12 dez 2014.
- BAGNOLI, Lucca (a cura di). **La funzione sociale della cooperazione**. Teorie, esperienze e prospettive. Carocci, Roma, 2011.
- BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. 2.ed. São Paulo: ICA-OCESP, junho de 1995.
- BLANCO, Joaquim Mateo. **El retorno cooperativo**. Zaragoza, Espanha: Libreria General. 1990.
- BOARATI, Vanessa. **Economia para o Direito**. Barueri, SP: Manole, 2006.
- BONFANTE, Guido; CIUFFOLETTI, Zeffiro; INNOCENTI, Maurizio; SAPELLI, Giulio. **Il movimento cooperativo in Italia**. Storia e problemi. Torino, Itália: Einaudi, 1981.
- BRAGADIN, Stefano Monti (Org.). **Imprese e cooperative a confronto: regime differenziati e implicazioni sul mercato**. Genova, Itália: Lindau, 2005.
- BRASIL, Francisca Narjana de Almeida. **O Princípio da Proibição do Retrocesso Social como Efetividade da Segurança Jurídica**. Direito Net. Revisado em 07 nov. 2007. Disponível em < <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3816/O-principio-da-proibicao-do-retrocesso-social-como-efetividade-da-seguranca-juridica#> > Acesso em: 11 out. 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: OAB,

2003.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro.

_____. **Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais.

_____. **Lei nº 12.690/2012**. Dispõe sobre as cooperativas de trabalho.

BRAUDEL, Fernand. **Civiltà materiale, economia e capitalismo**. Le strutture del quotidiano (secoli XV-XVIII). Torino, Itália: Einaudi, 2006.

BRUGUÉ, Quin. **Da Gestão Pública para a Administração Pública Deliberativa**. In IMAP(org) Estado, Planejamento e Administração Pública no Brasil. Curitiba. IMAP, 2014. pp.65-77.

BRUNI, Luigini. **Reciprocità**. Dinamiche di cooperazione, economia e società civile. Milano, Itália: Bruno Mondadori, 2006.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades Cooperativas e sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CAMBIAGHI, Bianca Polotto; PASSADOR, João Luiz. Configuração e composição de uma rede de cooperação para desenvolvimento em Economia Solidária. **Cadernos Gestão Social**, v. 4, p. 267-283, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1993.

CARLEIAL, Liana. **O desafio da reinvenção do Estado**. In IMAP(org) Estado, Planejamento e Administração Pública no Brasil. Curitiba. IMAP, 2014. pp21-34.

_____. **Redes Industriais de subcontratação: um enfoque de sistema nacional de inovação**. SP, Hucitec, 2001.

_____.; PAULISTA, Adriane. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Utopia Transformadora ou Política de Controle Social**. In: GEDIEL, José A. P.(org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2, 2008. p. 9-40.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários ao Código Civil**. Parte Geral. Do Direito da Empresa. Volume 13. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAVALCANTI, G. **Is it a Hackerspace, Makerspace, TechShop, or FabLab? | MAKE**, 22 maio 2013. Disponível em: <<http://blog.makezine.com/2013/05/22/the-difference-between-hackerspaces-makerspaces-techshops-and-fablabs/>>. Acesso em: 24 abril. 2016.

CEZAR, Renata. **Direitos sociais frente ao Princípio da Proibição do Retrocesso Social**. Direito Net. Revisado em 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6963/Direitos-sociais-frente-ao-Princípio-da-Proibicao-do-Retrocesso-Social>> Acesso em: 11 out. 2012.

COHEN, Josua. **Deliberation and democratic legitimacy**, in *The good polity*. Oxford: A. Hamlin, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORAGGIO, José Luis. **Economía social y solidária**. El trabajo antes que el capital. Quito (Ecuador): Abya Yala, 2011.

COSTA, Fernando Ferreira da. **As cooperativas e a economia social**. Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

COSTA, Ramon Bezerra. **Sobre o papel da confiança e das tecnologias digitais de comunicação nas experiências de economia colaborativa**. UFRJ. **Anais dos Seminários dos Alunos do PPGAS** – Museu Nacional – UFRJ. 2015. p.7.

CRUZ, Antonio. Cooperativas multiactivas y redes de cooperación: dos variantes de la integración solidaria y dilemas en la organización. In: ÁLVARES, Juan Fernando et al. **Racionalidad, cooperación y desarrollo** - elementos desde la multiactividad cooperativa. Bogotá: CootraDian, 2009.

CUNHA, Fernando Whitaker da. **Direito Constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito comparado**. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

DE GIORGI, Raffaele. Democracia, Estado e Direito na Sociedade Contemporânea. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, nº 2 (4), p. 7-47, jul-dez, 1995.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Democracia e Risco**: vínculos com o futuro. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1998.

_____. O risco na sociedade contemporânea. **Revista de Direito Sanitário**. São Paulo, v9, n.1, Mar-Jun de 2008. p. 37-49.

DI MARCO, Ilaria; DE PASCALE, Roberto (a cura di). **Studio sulle Cooperative. Disciplina giuridica e case-study**. COMMISSIONE NAZIONALE UNGDCEC. 2013. Disponível em http://www.knos.it/Pubblica.download.aspx?file=/commissioni-di-studio/2011-2014/Enti%20no%20profit%20e%20Cooperative/Studio_COOPERATIVE.pdf. Acesso em: 20 ago 2015.

DOTTO, Dalva Maria Righi. **Redes De Empresas De Pequeno Porte Do Setor Supermercadista Do Rio Grande Do Sul** – A Cooperação Empresarial E Reflexos No Mercado Consumidor. Tese de doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2006.

EU. **Directiva 2003/72/CE**. 2003.

_____. **Regulamento nº 1435/2003. Estatuto da sociedade cooperativa europeia (SCE)**. 2003.

FABBRI, Fabio. **L'Itália cooperativa**. Centocinquant'anni di sorria e di memoria. 1861- 2011. Roma, Itália: Ediesse, 2011.

FILIPPINI, Michele (a cura di). **Politica e discipline della cooperazione**. Bologna, Itália. "**Scienza & Politica**", introduzione e cura di, vol. 26, n. 50, 2014 pp. 1-93, 213-225.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais.** Disponível em: <http://twiki.dcc.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf> , Acesso em 11 de julho de 2014.

FRANKE, Walmor. **Direito das Sociedades Cooperativas.** São Paulo: Saraiva, 1973.

FRAU, Mario. **La Coop non sei tu.** La mutazione genética dele coop: dal solidarismo alle scalate bancarie. Firenze, Itália: Riuniti, 2010.

FURQUIM, Maria Cecília de Araújo. **A cooperativa como alternativa de trabalho.** São Paulo: LTR, 2001.

GEDIEL, José Antônio Peres (org). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania.** Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, 2005.

_____. **Os caminhos do Cooperativismo.** Curitiba: UFPR, 2001.

_____. A Constituição Federal e os princípios do cooperativismo. In: GRUPENMACHER, Betina Treiger (coord). **Cooperativas e tributação.** Curitiba: Juruá, 2001. p. 89-96.

GONÇALVES, Eloisa Dias. **A Regulamentação das Cooperativas de Trabalho: entre a construção da economia solidária e a precarização do trabalho.** Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2015.

HABERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo.** Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. **Liberdade, igualdad, fraternidad. 1789 como história, actualidad y futuro dês Estado Constitucional.** Madrid: Trotta, 1998.

HABERMAS, J. A nova intransparência. **Novas Estudos CEBRAP.** São Paulo, n.18, p.103-14, set.1987.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental,** São Paulo, ano 08, n. 31, jul/set., 2003.

HARDER, Eduardo. **A definição da autonomia privada nas sociedades cooperativas: função social e princípio da democracia.** Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2005.

HOLTHE, Leo Van. **Direito Constitucional.** 5. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Jus Podium, 2009.

JOSVIK, Mariane. **Trabalhador subordinado e cooperado: o papel do fundo público.** Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2007.

JUSTINO, Maria José. Cooperativismo popular: Reinvenção de laços de solidariedade pela Universidade Cidadã. In: _____ (org.). **Incubadora tecnológica de cooperativas populares – A experiência da UFPR.** Curitiba: UFPR/ PROEC, 2002. p. 10-26.

KRUEGER, Guilherme (coord). **Cooperativismo e o Novo Código Civil.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

_____. A disciplina das cooperativas no Novo Código Civil- a ressalva da lei 5.764/71. In: BECHO, Renato Lopes. **Problemas atuais do Direito Cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002. p. 96-119.

LALLEMENT, Michel. **L'âge du faire**. Hacking, travail, anarchie, Paris, Seuil. 2015

LANDIM, Leilah. **Defining the Nonprofit Sector: Brazil**. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, no. 9, edited by Lester M. Salamon and Helmut K. Anheier. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1993a.

_____. **Para além do mercado e do estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Iser 1993b.

LAVILLE, J. **L'Economia Solidale**, Bollati Boringhieri, Bologna, 1998.

LEITE, Kelen Christina. **Economia De Comunhão**. Uma Mudança Cultural E Política Na Construção Do Princípio Da Reciprocidade Nas Relações Econômicas. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar, 2005.

LEOPOLDINO, Candida Leopoldino. Cooperativismo atual: uma visão econômica. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v.1, n.2: Brasília, 2011.

LOPES, Idevan César Rauhen. Aspectos sobre a legalização das sociedades cooperativas. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org). **Os caminhos do Cooperativismo**. Curitiba: UFPR, 2001. p. 113-122.

LOPES, Marcelo Leandro Pereira. A Internacionalização dos direitos: desdobramentos do Estado Constitucional Cooperativo. **Direito e Política**. Terezina, v.2. Jan/jun 2009. p. 109-111.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. **Sociedade vs. Mercado – Notas Sobre o Pensamento Económico de Karl Polanyi**. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Portugal: Dezembro de 2009.

MACIEL, Álvaro dos Santos. Do Princípio do não-retrocesso Social. **Boletim Jurídico**, Uberlândia/MG, a. 5, n. 260. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1926>> Acesso em: 11 out. 2012.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, Eliane Maria Octaviano. Direito Comunitário: União Européia e Mercosul. Casa Civil -**Revista Jurídica Virtual**. Vol 5. N° 57. Brasília DF. 2004

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 1º, tomo 2, 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 248

MASSAGLI, Emmanuele. La funzione economica della cooperazione. **Annuario del Lavoro**. Adapt Labour Studies e-books series. Adapt University Press: 2012 pag. 556-558.

MATTOS, Erica Azevedo da Costa e. **Ethos Hacker e Hackerspaces**: Práticas e Processos de Aprendizagem, Criação e Intervenção. Dissertação de mestrado. UFSC, Florianópolis 2014.

MAUAD, Marcelo. **Cooperativas de trabalho**. Sua relação com o direito do trabalho. 2.ed. Revista e atualizada. São Paulo: LTR, 2001.

MEINEN, Ênio. DOMINGUES; Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos. **Aspectos Jurídicos do cooperativismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

MELLO, Laurence Estivalet. **Autonomia Precária e Utopias Subordinadas: o direito achado e perdido no trabalho cooperativo**. Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2015.

MENDES, F. S.; CEROY, F. M. Economia Compartilhada e a Política Nacional de Mobilidade Urbana: Uma proposta de marco legal. Brasília: **Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado**, Novembro/2015. Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 5 de novembro de 2015.

MENZANI, Tito. **Il movimento cooperativo fra le due guerre**. Roma, Itália: Carocci, 2009.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado: parte especial: Tomo XLIX. V49. 3ed.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

MOLINA, Eduardo Chávez. Aportes teóricos sobre las prácticas sociales en el intercambio económico. Cooperación y confianza social, en las lógicas de consumo en el mercado informal. Rosário, Argentina: **Temas y Debates**, vol. 13, núm. 18, diciembre, 2009. pp. 129-154.

MOTCHANE, Jean- Loup. **Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?**. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt/alibi.doc>. Acesso em 11 de julho de 2014.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo- Um horizonte possível. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 09-38.

_____. **O mistério do Cooperativismo**. Coimbra: Almedina, 2013.

_____. **Os princípios cooperativos**. Coimbra: Fora do Livro, 1995.

NISBET, Robert A. Cooperation. In: SILLS, David L. (ed) **International Encyclopedia of the Social Sciences**. VOL 3. New York: Macmillan and the Free Press, 1968.

OIT. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo**. Montreal 1946.

_____. **Recomendación nº 193 sobre la promoción de las cooperativas**. 2002.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. O capital social nas cooperativas populares e suas relações com a economia solidária. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2004.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de “economia social” e “economia solidária”. In: GEDIEL, José Antonio Peres (org). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 65-95.

OLSEN, H M. **cooperativas de agricultores** . Principios y practicas. Union Topografia Editorial Hispano Americana, Mexico. 1966.

ONU. **Resolução nº 64/136 sobre “las Cooperativas en el desarrollo social**. 2009.

PASSOS, Edésio. A responsabilidade da organização sindical na construção da economia solidária e do cooperativismo popular. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 39-63.

PEREIRA, Armand F. OIT. **Cooperativas: Mudanças, oportunidades e desafios**. 1.ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001.

PERIUS, Vergilio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTES, Daniele Regina. **Configuração Contemporânea do Cooperativismo Brasileiro: da economia ao direito**. Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2004.

POPP, Marlene Terezinha Barcellos. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná: um desafio na construção de novos saberes. In: JUSTINO, Maria José (organização). **Incubadora tecnológica de cooperativas populares – A experiência da UFPR**. Curitiba: UFPR/ PROEC, 2002. p. 27-33.

PRADO, Flavio Augusto Dumont. **Tributação das cooperativas à luz do Direito Cooperativo**. Curitiba: Juruá, 2004.

RAMIREZ, Benjamin. **Teoria y doctrina de la cooperación**. Bogotá: Esacoop/ Fondo Nacional Universitario, 1989, p. 25.

RAPOSO, C de Sarandy. **Theoria e Prática da Cooperação**. 3.º Vol. do Relatório do Ministro da Agricultura 1911: 1.ª ed., Imprensa Nacional: Rio, 1912.

RIOS, Gilvando S. **Cooperação, cooperativismo coronelístico e cooperativismo popular**. Disponível em:
http://64.233.183.104/search?q=cache:ZirozytXPTMJ:www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Gilvando_Rios.pdf+%22cooperativismo+popular%22&hl=it&ct=clnk&cd=5&gl=it. Acesso em 14 de setembro de 2015.

ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio Rossi. **Cooperativismo à luz dos princípios constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2005. p. 129.

SACCHETTO, Devi; SEMENZIN, Marco. Storia e struttura della costituzione d'impresa cooperativa. Mutamenti politici di un rapporto sociale. Pádova, Itália: **SCIENZA & POLITICA**, vol. XXVI, no. 50, 2014, pp. 43-62.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. **Defining the nonprofit sector. A cross- national analysis**. Manchester, EUA: Manchester University Press, 1997.

SALANI, Mario P. (org.). **Lezione Cooperative**: contributo ad una teoria dell'impresa cooperativa. Bologna, Itália: Società Editrice Il Mulino, 2006.

SALANI, Mario P. (org.). **Nueve Lezioni cooperative**. Bologna, Itália: Società Editrice Il Mulino, 2008.

SANTI, S. N. ; Adalberto Dias de Souza ; GODOY, L. P. ; Jorge Leandro Delconte Ferreira ; LEONELLO, J. C. Estudo sobre a Cooperação Produtiva no Arranjo Produtivo Local de Bonés de Apucarana-PR. 2012. **XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012.

SAPELLI, Giulio. **Coop: il futuro dell'impresa cooperativa**. Torino, Itália: Giulio Einaudi, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SHAFFER, Jack. **Historical Dictionary of the Cooperative Movement**. London: The Scarecrow, 1999.

SILVA, Beatriz Ferreira Corrêa da. **Os Direitos Sociais como Cláusulas Pétreas na Constituição da República de 1988**. 1. ed. Curitiba: J. M. Livraria Jurídica, 2011.

SILVA, Christine Oliveira Peter da. **Estado Constitucional Cooperativo: o futuro do Estado e da interpretação Constitucional sob a ótica da doutrina de Peter Haberle**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_72/artigos/Christine_rev72.htm Acesso em 10 nov 2012.

SILVA, Eduardo Faria. **A organização das cooperativas brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho A. da ; SCHIOCHET, Valmor. **Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria**. Disponível em http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/Livro/artigo_15.pdf.pagespeed.ce.Zci-9LUVcU.pdf. Acesso: 20 set 2015.

TESCHE, Rubens Wladimir. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar : o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

TORRES Y TORRES LARA, Carlos. **Cooperativismo- el modelo alternativo**. Estudios sobre su ideología, instituciones y técnicas. Lima: Dirección de Proyección social. 1983.

TOTOMIANZ, V. **Manual do Cooperativista**. Porto: Imprensa Social. 1938.

UE. **Regulamento (CE) nº 1435/2003 do Conselho, de 22 de julho de 2003 relativo ao Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE)**. In Jornal Oficial da União Europeia, de 18.08.2003.

VELLA, Maria. **Oltre il motivo del profitto**. Storia, economia, gestione e finanza delle imprese cooperative italiane. Siena, Itália: Maggioli, 2010.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo: Nova Abordagem sócio – jurídica**. 1.ed. Curitiba: Juruá, 2003.

VERRUCOLI, Pietro. **La società cooperativa**. Milano, Itália: Dott. A. Giuffrè, 1958.

VILLANOVA, Ana Luisa Ilha. **Modelos De Negócio Na Economia Compartilhada: Uma Investigação Multi-Caso**. Dissertação de mestrado. FGV. Rio de Janeiro. 2015.

VIOLA, Francesco. **Forme della cooperazione**. Bologna, Itália: Il Mulino, 2004.

ZAMAGNI, Stefano. L'economia delle relazioni umane: verso il superamento dell'individualismo assiologico. In: SACCO, P. Luigi. (a cura di). **Complessità relazionale e comportamento economico**. Bologna, Itália: Il Mulino, 2002.

ZAMAGNI, Stefano. ZAMAGNI, Vera. **La Cooperazione**. Bologna, Itália: Il Mulino, 2008.

ZAMAGNI, Vera. **L'Impresa cooperativa italiana**: dalla marginalità alla fioritura. Bologna, Itália: Unisiversità di Bologna, 2006. Disponível em: www2.dse.unibo.it/negri/ricerca/IMPRESA%20COOPERATIVA%20ITALIANA.pdf. Acesso em: 26 nov 2014.